

PDI

Plano de Desenvolvimento
Institucional do Ifes

2019/2
2024/1



INSTITUTO FEDERAL
Espírito Santo

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2019/2 – 2024/1**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2019/2 – 2024/1**

Plano de Desenvolvimento Institucional para o período 2019/2 – 2024/1 apresentado ao Ministério da Educação/Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica a que esta Unidade está submetida nos termos do art. 5 da lei Federal nº 11.892/2008, elaborado de acordo com as disposições do art. 21 do Decreto Federal nº 9.235/2017.

Vitória
2019

Governo Federal

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Abraham Weintraub

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Ariosto Antunes Culau

Reitoria do Ifes

Reitor

Jadir Jose Pela

Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Lezi José Ferreira

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Luciano de Oliveira Toledo

Pró-Reitora de Ensino

Adriana Piontkovsky Barcellos

Pró-Reitor de Extensão

Renato Tannure Rotta de Almeida

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação

André Romero da Silva

Diretorias Gerais

Diretora-Geral do Campus de Alegre

Maria Valdete Santos Tannure

Diretor-Geral do Campus Aracruz

Leandro Bitti Santa Anna

Diretor-Geral do Campus Barra de São Francisco

José Alexandre de Souza Gadioli

Diretor-Geral do Campus Cachoeiro de Itapemirim

Edson Maciel Peixoto

Diretor-Geral do Campus Centro-Serrano

Wagner Poltroniere Entringer

Diretor-Geral do Campus Cariacica

Lodovico Ortlieb Faria

Diretor-Geral do Campus Colatina

Octavio Cavalari Junior

Diretor-Geral do Campus Guarapari

Gibson Dall'Orto Muniz da Silva

Diretor-Geral do Campus Ibatiba

Eglon Rhuan Salazar Guimarães

Diretor-Geral do Campus Itapina

Fabio Lyrio Santos

Diretora-Geral do Campus Linhares

Sandra Mara Mendes da Silva Bassani

Diretor-Geral do Campus Montanha

André dos Santos Sampaio

Diretor-Geral do Campus Nova Venécia

Anderson Rozeno Bozzetti Batista

Diretor-Geral do Campus Piúma

Marcelo Fanttini Polese

Diretor-Geral do Campus Santa Teresa

Walkyria Barcelos Sperandio

Diretor-Geral do Campus São Mateus

Aloisio Ramos da Paixão

Diretor-Geral do Campus Serra

José Geraldo Neves Orlandi

Diretor-Geral do Campus Venda Nova do Imigrante
Aloísio Carnielli

Diretora do Campus Avançado de Viana
Regiane Teodoro do Amaral

Diretor-Geral do Campus Vitória
Hudson Luiz Côgo

Diretor-Geral do Campus Vila Velha
Diemerson Saquetto

Diretora do Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância (Cefor)
Mariella Berger Andrade

Diretor do Polo de Inovação Vitória
Marcelo Lucas Pereira Machado

Diretor de Implantação do Centro de Referência em Educação, Empreendedorismo e Inovação Aberta do
Ifes (Creia)
Tadeu Pissinati Sant'Anna

Consolidação dos dados

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Diretoria de Planejamento

Sumário

Apresentação.....	15
O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.....	16
1. PERFIL INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA.....	18
1.1 Histórico.....	19
1.1.1 Campus de Alegre.....	19
1.1.2 Campus Aracruz.....	20
1.1.3 Campus Barra de São Francisco.....	21
1.1.4 Campus Cachoeiro de Itapemirim.....	21
1.1.5 Campus Cariacica.....	22
1.1.6 Campus Centro-Serrano.....	22
1.1.7 Campus Colatina.....	23
1.1.8 Campus Guarapari.....	23
1.1.9 Campus Ibatiba.....	24
1.1.10 Campus Itapina.....	24
1.1.11 Campus Linhares.....	26
1.1.12 Campus Montanha.....	26
1.1.13 Campus Nova Venécia.....	26
1.1.14 Campus Piúma.....	27
1.1.15 Campus Santa Teresa.....	27
1.1.16 Campus São Mateus.....	28
1.1.17 Campus Serra.....	28
1.1.18 Campus Venda Nova do Imigrante.....	29
1.1.19 Campus Avançado de Viana.....	30
1.1.20 Campus Vila Velha.....	30
1.1.21 Campus Vitória.....	31
1.1.22 Centro de Referência em Educação, Empreendedorismo e Inovação Aberta do Ifes (Creia).....	32
1.1.23 Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância – Cefor.....	32
1.1.24 Polo de Inovação Vitória.....	34
1.1.25 Reitoria.....	35
1.2 Modelo de Governança.....	36
1.2.1 Governança do Ifes.....	37
1.3 Finalidades.....	38
1.4 Objetivos Estatutários.....	39
1.5 Áreas de atuação acadêmica.....	39
1.6 Inserção Regional.....	40
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	43
2.1 Planejamento e Gestão Estratégica.....	44
2.2 Mapa Estratégico do Ifes.....	44
2.3 Painel de Indicadores.....	48
2.4 Metas Estratégicas.....	52
3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	58
3.1 Projeto Pedagógico Institucional.....	59
3.1.1 Amparo Legal.....	60
3.2 Concepções Político-Pedagógicas.....	68
3.2.1 Ser Humano, Sociedade e Educação.....	68
3.2.2 Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.....	69
3.2.3 Educação de Jovens e Adultos.....	69
3.2.4 Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.....	70
3.2.5 Educação, Gênero e Sexualidade.....	70
3.2.6 Educação para as Relações Étnico-Raciais.....	71
3.2.7 Educação para a Sustentabilidade.....	72
3.3. Ensino.....	72

3.3.1	Concepções e Princípios.....	72
3.3.2	Políticas.....	73
3.3.3	Diretrizes.....	74
3.4	Pesquisa.....	78
3.4.1	Concepção e Princípios.....	78
3.4.2	Políticas.....	81
3.4.3	Diretrizes.....	82
3.5	Extensão.....	84
3.5.1	Concepções e Princípios.....	84
3.5.2	Políticas.....	88
3.5.3	Diretrizes.....	89
3.6	Educação a Distância.....	91
3.6.1	Concepção e Princípios.....	91
3.6.2	Políticas.....	92
3.6.3	Diretrizes.....	92
3.7	Produção Animal e Vegetal.....	93
3.7.1	Concepções e Princípios.....	94
3.7.2	Políticas e Diretrizes.....	95
3.8	Assuntos Estudantis.....	95
3.8.1	Concepções e Princípios.....	95
3.8.2	Políticas.....	96
3.8.3	Diretrizes.....	97
3.9	Gestão.....	97
3.9.1	Concepção e Princípios.....	98
3.9.2	Políticas e Diretrizes.....	98
3.10	Avaliação.....	100
3.10.1	Concepção e Princípios.....	100
3.10.2	Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem.....	100
3.10.3	Avaliação Institucional.....	101
3.10.4	Avaliação da Implementação do PPI.....	102
4.	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	104
4.1	Organização Acadêmica.....	105
4.1.1	Oferta Atual de Cursos e Programas de Pós-Graduação.....	107
4.1.2	Cronograma de abertura de novos Cursos e Programas de Pós-Graduação.....	116
4.1.3	Ações de Extensão e/ou Cursos de Aperfeiçoamento ou FIC.....	120
5.	INFRAESTRUTURA.....	126
5.1	Infraestrutura.....	127
5.1.1	Infraestrutura física e instalações atuais.....	130
5.2	Biblioteca.....	133
5.2.1	Recursos Humanos.....	134
5.2.2	Espaço Físico.....	135
5.2.3	Acervo.....	135
5.2.4	Bibliotecas digitais.....	137
5.2.5	Repositório Institucional (RI/Ifes).....	138
5.2.6	Serviços oferecidos.....	138
5.2.7	Perspectivas de gestão das bibliotecas.....	139
5.3	Laboratórios.....	139
5.3.1	Relação Equipamento/Aluno/Curso.....	140
5.4	Incorporação de Avanços Tecnológicos.....	140
5.5	Diretrizes para expansão da infraestrutura física.....	143
5.5.1	Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI.....	144
5.5.1	Relatório Geral dos valores registrados no Sistema PGC.....	161
6.	GESTÃO INSTITUCIONAL E DE PESSOAS.....	162
6.1	Organização Administrativa.....	163
6.1.1	Estrutura Organizacional Atual.....	163

6.1.2 Organograma da Reitoria e dos Campi.....	166
6.2 Organização e Gestão de Pessoal.....	173
6.2.1 Requisitos de titulação, regime de trabalho e critérios de seleção, contratação e substituição.....	173
6.2.2 Política de desenvolvimento de pessoas e plano de carreira.....	173
6.2.3 Atenção à saúde do servidor.....	175
6.2.4 Manual do Servidor.....	178
6.2.5 Composição da força de trabalho.....	178
6.2.6. Projeções de Folha de Pagamento.....	182
7. GESTÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA.....	184
7.1 Capacidade e sustentabilidade financeiro-orçamentária.....	185
7.2 A Matriz CONIF.....	186
8. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	188
9. REFERÊNCIAS.....	191

Índice de figuras

Figura 1: Modelo de Governança do Ifes.....	36
Figura 2: Diretrizes de Governança do Ifes.....	37
Figura 3: Novas Microrregiões do ES.....	41
Figura 4: Localização geográfica das unidades do Ifes.....	42
Figura 5: Mapa Estratégico do Ifes.....	47
Figura 6: Painel de Indicadores Ifes.....	49
Figura 7: Metas Estratégicas do Ifes.....	53
Figura 8: Organograma da Reitoria.....	166
Figura 9: Organograma da PROEN.....	167
Figura 10: Organograma da PRPPG.....	167
Figura 11: Organograma da PROEX.....	168
Figura 12: Organograma da PROAD.....	168
Figura 13: Organograma da PRODI.....	169
Figura 14: Organograma Geral dos Campi.....	170
Figura 15: Organograma do Polo de Inovação.....	171
Figura 16: Organograma do Cefor.....	172

Índice de tabelas

Tabela 1: Oferta atual de cursos e programas.....	107
Tabela 2: Cronograma de abertura de novos cursos e programas.....	116
Tabela 3: Ações de Extensão e/ou Cursos de Aperfeiçoamento ou FIC.....	120
Tabela 4: Infraestrutura Física.....	130
Tabela 5: Caracterização física geral.....	132
Tabela 6: Caracterização física esportiva.....	133
Tabela 7: Horário de funcionamento.....	133
Tabela 8: Quadro de pessoal das bibliotecas do Ifes.....	134
Tabela 9: Espaço físico das bibliotecas.....	135
Tabela 10: Acervo das bibliotecas do Ifes.....	136
Tabela 11: Laboratório por grandes áreas.....	140
Tabela 12: Objetivos e Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação.....	141
Tabela 13: Plano de Investimento – 2019*-2023*.....	144
Tabela 14: Planejamento para 2020 – Reitoria e Campi.....	161
Tabela 15: Dados atuais e previsão de expansão de vagas para servidores.....	178
Tabela 16: Expansão do quadro técnico.....	179
Tabela 17: Limites estabelecidos pela Portaria Normativa nº 246/2016.....	179
Tabela 18: Projeções de expansão de Vagas até 2023.....	180
Tabela 19: Quadro de docentes por Campus.....	180
Tabela 20: Limite de vagas docentes estabelecido pela Portaria Normativa nº 246/2016.....	181
Tabela 21: Projeções de expansão de vagas docentes até 2023.....	181
Tabela 22: Projeções de aposentadoria Professores Efetivos.....	181
Tabela 23: Projeções de aposentadoria Técnicos Administrativos.....	182
Tabela 24: Despesas correntes Ifes Sistema – Previsão SIAPE.....	182
Tabela 25: Gráfico de previsão de despesas de pessoal utilizando SIAPE.....	183
Tabela 26: Previsão Orçamentária – Taxa de Juros e Evolução das Matrículas.....	187

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
Agifes – Agência de Inovação do Ifes
Anpad – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
BSC – Balance Scorecard
CAA – Colégio Agrícola de Alegre
CAFE – Comunidade Acadêmica Federada
CAS – Coordenadoria de Atenção à Saúde do Servidor
CD – Colégio de Dirigentes do Ifes
Cead – Centro de Educação a Distância
CEFETES – Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
Cefor – Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do Ifes
CF – Constituição Federal
CGC – Conselho de Gestão do Campus
CGP – Conselho de Gestão do Polo de Inovação
CGA – Conselho de Gestão do Campus Avançado
CGF – Conselho de Gestão do Centro de Referência
CNE – Conselho Nacional de Educação
COAGRI – Coordenação Nacional do Ensino Agrícola
COHAB – Companhia de Habitação
COMUT – Programa de Comutação Bibliográfica
CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CS – Conselho Superior
CSA – Comissão Setorial de Avaliação
DOU – Diário Oficial da União
DRGP – Diretoria de Gestão de Pessoas do IFES
EaD – Educação à Distância
EAFA – Escola Agrotécnica de Alegre
EAFEC – Escola Agrotécnica de Colatina
EAFST – Escola Agrotécnica de Santa Teresa
Educimat – Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática
EJA – Educação de jovens adultos
EPI – Equipamento de Proteção Individual
ES – Espírito Santo
ETV – Escola Técnica de Vitória
FESAV – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados de Viana
FIC – Formação Inicial e Continuada

FORPLAN – Fórum de Pró-Reitores de Planejamento, Administração e Desenvolvimento Institucional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

FTI – Fórum de Tecnologia da Informação

Funcefets – Fundação de Apoio à Educação, à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Cefetes

GT – Grupo de Trabalho

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LOA – Lei Orçamentária Anual

MEC – Ministério da Educação

MOOC – Massive Online Open Courses

NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

Neabi – Núcleo de Estudo Afro-brasileiro e Indígena

NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional

OCC – Orçamento de Custeio e Capital

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PAE – Política de Assistência Estudantil

PASS-IFES – Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho dos Servidores do IFES

PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação

PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PEI – Plano Estratégico Institucional

PEIFES – Polo Embrapii Ifes

PETI – Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

PGC – Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações

PNDP – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PPRA – Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais

PROAD – Pró-Reitoria de Administração e Orçamento do IFES

PRODI – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional do IFES

PROEJA – Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico

PSS – Plano de Seguridade Social do Servidor

RAE – Reuniões de Avaliação da Estratégia

RI – Repositório Institucional
ROD – Regulamento da Organização Didática
SEAV – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIASS – Subsistemas Integrados de Atenção à Saúde do Servidor
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SRH – Sistema de Recursos Humanos
SWOT – Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)
TADS – Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
TCU – Tribunal de Contas da União
TDIC – Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

Apresentação

O Ifes é maior do que parece. Nosso principal desafio é comunicar à sociedade tudo o que fazemos para **promover educação profissional, científica e tecnológica pública de excelência, integrando de forma inovadora o ensino, a pesquisa e a extensão para construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável**, que é a **missão** organizacional deste Instituto. Os novos repertórios de indicadores escolhidos no planejamento estratégico apresentados neste documento permitirão a consolidação de dados que comunicam todo o conjunto de entregas feitas pelo Ifes.

O presente planejamento demonstra de maneira detalhada como nossa Instituição pretende desenvolver e organizar seus próximos passos sem descuidar-se de sua consolidação e se preparar para qualquer adversidade ambiental que lhe seja oferecida ou imposta.

Até mesmo em cenários difíceis, muitas oportunidades se cristalizam para uma organização com a proposta de um Instituto Federal. A profissionalização e a formação de cidadãos éticos é o passaporte para um estado melhor de qualquer agrupamento social, por isso a nossa **visão de futuro** é consolidar-se como **referência em educação profissional, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico e sustentável do Espírito Santo, com reconhecimento nacional e internacional**.

A proposta deste trabalho é a junção inovadora em um único documento de toda a diversidade de instrumentos de planejamento organizacional que orbitam a gestão do Ifes, e isso trará benefícios de clareza e uniformização dos objetivos fundamentais, a continuidade de uma organização que nasceu para atender as demandas da sociedade e, definitivamente, continuará a cumprir o seu papel de transformar pessoas.

Jadir Jose Pela

Reitor

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes, na busca de um projeto institucional comprometido com a sua missão, visão e seus valores, elaborou o presente planejamento para o período de 2019/2 a 2024/1, na perspectiva de encontrar elementos para subsidiar o fortalecimento das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão administrativa na direção dos objetivos delineados para o período de vigência deste documento.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI teve sua minuta construída sob a responsabilidade de uma equipe composta por membros das Pró-Reitorias e colegiados do Ifes que centraram esforços no intuito de realizar um trabalho que proporcionasse discussões nos diversos segmentos da Instituição, respeitando suas especificidades e necessidades de consolidação.

O referido documento é encaminhado para um amplo esforço de consulta à comunidade interna para oportunização de mais um momento de participação coletiva em sua customização. Neste formato é permitida a participação direta de cada agente envolvido no futuro da instituição em uma proposta de construção coletiva, democrática e compartilhada.

O PDI foi elaborado, quanto à forma, seguindo as orientações previstas no Artigo 21 do Decreto nº. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e tendo ainda como base legal a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

O Plano, que permitirá à Instituição organizar e executar o fazer acadêmico (nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão) de forma democrática e aberta aos interesses da sociedade, dar-se-á em prosseguimento a um processo de mudança cultural que valoriza o planejamento e a avaliação como pilares de aperfeiçoamento das ações.

Definitivamente este documento será um instrumento de política Institucional capaz de conduzir os caminhos a serem seguidos pelo Instituto nos próximos cinco anos, aproveitando suas potencialidades e oportunidades de ambientes acadêmico, tecnológico e científico.

Ainda, como dito nas palavras introdutórias do Magnífico Reitor, tem-se a intenção de sistematizar a lógica de atualização anual dos parâmetros deste documento. As dinâmicas de monitoramento implementadas recentemente pelo Governo Federal como a Plataforma Nilo Peçanha – PNP e o Índice de Governança das Instituições Públicas – Igov, bem como, os demais indicadores e metas do planejamento estratégico apresentado neste documento, permitirão o ajuste cíclico dos rumos gerenciais e das prioridades de gestão das equipes diretivas da Reitoria e das unidades administrativas descentralizadas.

Como já mencionado o modelo de planejamento em proposição é do tipo estratégico e participativo, pautando suas ações pelos seguintes princípios norteadores (INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2009, Art.3º):

1. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
2. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
3. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
4. inclusão de pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;
5. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

Para garantir a eficácia na construção e na aplicabilidade do PDI alinhado às reais necessidades da comunidade institucional, adota-se a partir deste ciclo a estratégia de utilização dos demais documentos de planejamento institucional, obrigatórios por lei ou por solicitação dos diferentes Ministérios que se sobrepõem ao Instituto nas dimensões gerenciais, governança e controle.

O Ifes é instituto de ensino, pesquisa e extensão e, ao mesmo tempo, instituição pública, subordinada à SETEC/MEC e ao Ministério da Economia em algumas de suas dimensões gerenciais. Presta contas e recebe auditorias do Tribunal de Contas da União, da CGU e do Ministério Público Federal. Isto é, faz-se o mesmo tipo de planejamento e controle para diferentes órgãos e, infelizmente, muitas vezes em formatos distintos. Aí está a oportunidade de inovação deste ciclo que explica-se a seguir.

Optou-se por trazer para dentro do PDI documentos como: o Planejamento Estratégico, o PDTI, as projeções do PGC e outros, mesmo incorporando pequeno prejuízo nas divergências de prazos de vigência dos ciclos, pois alguns destes documentos tem períodos anuais ou bianuais. Esta estratégia trará ganhos significativos de uniformização dos processos de planejamento institucional e terá seu possível pequeno prejuízo mitigado com o já citado esforço sistemático de atualização anual que incorporará as versões mais atuais dos documentos de ciclos mais curtos que o do PDI.

É de fundamental importância administrar estes desafios de governança, não apenas na mudança estrutural, mas no esforço para consolidar um modelo de gestão centrado na participação coletiva que seja capaz de mitigar toda a dificuldade e diversidade gerencial imposta a uma organização em seu formato atual, que de fato é jovem e tem desafios impostos pelos tempos econômicos e políticos contemporâneos, respeitando a pluralidade das ideias e das aptidões, fortalecendo a ética e a transparência nas relações com o mundo científico, social, produtivo, cultural e artístico.

1. PERFIL INSTITUCIONAL E GOVERNANÇA

1.1 Histórico

Em 29 de dezembro do ano de 2008, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei n.º 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no país. Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

No Espírito Santo, o Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefetes e as Escolas Agrotécnicas de Alegre – EAFA, Colatina – EAFC e Santa Teresa – EAFST se integraram em uma estrutura única: o Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes. Dessa forma, as Unidades de Ensino do Cefetes (Vitória, Colatina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Aracruz, Linhares e Nova Venécia) e as Escolas Agrotécnicas (Alegre, Santa Teresa e Colatina) passaram a ser os campi do Instituto.

Desde a criação do Ifes, em 29 de dezembro de 2008, foram implementados mais oito campi, a saber: Vila Velha (2010), Guarapari (2010), Ibatiba (2010), Venda Nova do Imigrante (2010), Piúma, (2011), Montanha (2014), Barra de São Francisco (2014), Centro-Serrano (2015), além de um campus avançado (Viana 2014), um Centro de Referência em Formação e em Educação à Distância (2014), um Polo de Inovação Vitória (2015) e uma Fábrica de ideias (2016).

A Reitoria do Ifes funciona na capital do Estado do Espírito Santo, conforme definido na supracitada Lei 11.892.

1.1.1 Campus de Alegre

Rodovia ES-482 (Cachoeiro-Alegre), Km 47, Distrito de Rive – Caixa Postal 47 – 29500-000 – Alegre – ES

O programa de ensino agrícola de grau elementar e médio foi institucionalizado, no Brasil, pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto Lei nº 9.613, de 20/08/1946, e artigos 2º e 4º do Decreto Federal n.º 22.470, de 20/01/1947, que apresentavam a seguinte inovação: criação de escolas agrícolas, que deveriam funcionar em regime de internato, nas quais seriam ministradas as quatro séries do 1º ciclo (Ginásio Agrícola) e as três séries do 2º ciclo, atribuindo-se aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura. Objetivando atingir as metas desse Decreto, em 07/05/1953, foi firmado um convênio entre o Governo da União e o do estado do Espírito Santo, para a formação de uma escola agrícola no Município de Alegre. Foi escolhida, para esse fim, a Fazenda da "Caixa D'Água", com área de 327,8 ha, situada em Rive, distrito de Alegre. Em 17/12/1974, conforme Lei Estadual n.º 2.949, o Estado doou à União Federal a área de terra onde estava situada a Escola.

Em 29/06/1953, pela Portaria n.º 825, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV, Ministério da Agricultura, foi nomeado como primeiro Diretor da Escola, o Engenheiro Agrônomo Ivan Neves de Andrade, que iniciou a construção das instalações necessárias ao funcionamento da Instituição.

A Escola funcionou como Centro de Treinamento Rural nos dois primeiros anos do Governo Estadual de Carlos Lindenberg e, em 02/03/1962, foram iniciadas as atividades escolares.

Em decorrência da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), as escolas agrícolas passaram a ser denominadas de colégios agrícolas, ministrando as três séries do 2º ciclo (colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico Agrícola. Assim, em 13/02/1964, pelo Decreto n.º 53.558, foi estabelecida a designação da escola como Colégio Agrícola de Alegre.

A partir do Decreto n.º 83.935, de 04 de setembro de 1979, publicado no DOU de 05/09/1979, foi substituída a denominação de Colégio Agrícola de Alegre – CAA para Escola Agrotécnica Federal de Alegre – Eafa.

A Escola Agrotécnica Federal de Alegre teve declarada regularidade dos estudos pela Portaria n.º 20, de 29/08/1980, da Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura, depois vinculada à Secretaria de Ensino de 2º Grau, do Ministério da Educação, conforme item I da Portaria n.º 833 de 01/12/1986. A Escola Agrotécnica Federal de Alegre-ES tornou-se uma autarquia instituída pela Lei 8.731 de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, conforme os termos do Art. 20, Anexo I do Decreto n.º 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, da Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Em 1997, foi implantado o curso Pós-Técnico em Piscicultura que, em 2001, evoluiu para Técnico de Aquicultura. Em 1999, foram implantados os cursos técnicos em Agroindústria e Informática, e em 2000, o curso Técnico em Cafeicultura. Todos os cursos técnicos oferecidos pela Instituição foram reconhecidos pelo MEC, mediante portaria n.º 219, de 11 de novembro de 2003, encontrando-se inseridos no Cadastro Nacional de Cursos Técnicos – CNCT.

No ano de 2005, a EAFA teve aprovado pelo MEC o curso superior de Tecnologia em Aquicultura, decorrente da evolução do curso Técnico em Aquicultura. O curso superior de Tecnologia em Aquicultura teve seu reconhecimento solicitado pela Instituição em meados do ano de 2007.

No ano de 2007, foi implementado o Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA, mediante a oferta do curso Técnico em Informática. Em 2009, a educação de jovens e adultos passa a ser ampliada pela oferta do Curso Técnico em Agroindústria, no período noturno.

No fim do ano de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Alegre atravessa mais um período de mudanças. Por meio da Lei 11.892, publicada no DOU no dia 30/12/08, a Escola Agrotécnica Federal de Alegre tornou-se parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

1.1.2 Campus Aracruz

Avenida Morobá, 248 – Morobá – 29192-733 – Aracruz – ES

O campus Aracruz teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 690 de 9 de junho de 2008 como Unidade de Ensino Descentralizada do Cefetes. Iniciou suas atividades em 2008 no município de Aracruz e hoje oferta cursos técnicos nas áreas de Química e Mecânica nas modalidades Integrado ao Ensino Médio e Concomitante, além de cursos superiores. O Campus possui profissionais com atuação nas áreas administrativas e de ensino, com corpo docente formado por profissionais de elevada capacitação, entre mestres e doutores.

O campus possui estrutura física com prédios administrativos, salas de aulas, biblioteca e laboratórios com aparelhos de última geração. Os cursos buscam garantir ao aluno um conjunto de saberes e conhecimentos voltados para a formação cidadã, a continuidade dos estudos e qualificação profissional para o mercado de trabalho.

1.1.3 Campus Barra de São Francisco

Rua Herculano Fernandes de Jesus, 111 – Irmãos Fernandes – 29800-000 – Barra de São Francisco – ES

O Campus Barra de São Francisco faz parte da terceira fase de expansão da Rede Federal, anunciada em agosto de 2011 pelo Ministério da Educação. As atividades letivas do campus Barra de São Francisco foram iniciadas em 04 de agosto de 2014, provisoriamente na Escola João Bastos, que é uma escola municipal de ensino fundamental ativa. Tal parceria teve como embasamento legal a publicação da Lei Municipal nº 534/2014 de 10 de março de 2014, quando foi autorizado ao Poder Executivo firmar Termo de Cessão de Uso, este assinado em 10 de março de 2014, da Escola João Bastos.

O campus está em processo de implantação e já oferece cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que funcionam no antigo prédio da Câmara Municipal. Em 04 de agosto de 2015 iniciaram as atividades do curso Técnico Concomitante em Administração no turno noturno. Atualmente conta ainda com os cursos: Bacharelado em Administração e Pós-Graduação lato Sensu em Pedagogia da Alternância.

O campus busca atender as demandas emanadas pela comunidade francisquense, mantendo diálogos contínuos com os arranjos produtivos locais (comércio, agricultura, rochas ornamentais) e a sociedade civil, oportunizando novos caminhos para a continuidade do desenvolvimento socioeconômico do território, bem como maiores oportunidades de formação educacional para os jovens de toda a região.

1.1.4 Campus Cachoeiro de Itapemirim

Rodovia ES-482 (Cachoeiro Alegre) Fazenda Morro Grande – Caixa Postal 727 – 29311-970 – Cachoeiro de Itapemirim – ES

O campus Cachoeiro de Itapemirim teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 2.357 de 3 de setembro de 2003 sendo a terceira Unidade de Ensino Descentralizada do Cefetes.

Em 2004 foram iniciadas as atividades da Uned por meio de uma parceria entre o Cefetes, o Funcefets e a Prefeitura Municipal onde foram oferecidos os cursos de formação inicial e continuada em Produção e

Exploração de Petróleo e Gás e de Informática. Entrou em funcionamento em 2005/2 ao oferta dos Cursos Técnico em Eletromecânica e o Técnico em Rochas Ornamentais, inédito no Brasil.

Em 2006 teve início o curso de educação profissional técnica de nível médio em Informática e em 2008 o curso superior de bacharelado em Engenharia de Minas. Foi também neste ano, em 19 de fevereiro que a escola foi oficialmente inaugurada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também no segundo semestre desse ano o curso de Engenharia de Minas entrou em funcionamento sendo o primeiro curso de nível superior a iniciar suas atividades no Campus Cachoeiro de Itapemirim.

Na condição de Ifes, foi implantado em 2009, o Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ofertado na forma integrada com o Ensino Médio em Informática e Eletromecânica e também o curso superior de Licenciatura em Informática a distância; em 2010 o Curso superior de Licenciatura em Matemática, no início de 2013 o curso superior de bacharelado em Engenharia Mecânica e em 2014 o curso superior de bacharelado em Sistemas de Informação.

1.1.5 Campus Cariacica

Rodovia Governador José Sette, 184 – Itacibá – 29150-410 – Cariacica – ES

O campus Cariacica teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 1.979 de 18 de dezembro de 2006 também como unidade de ensino descentralizada do Cefetes. Iniciou as atividades oferecendo o Curso Técnico em Ferrovias, inédito no Brasil e fruto de uma parceria do Cefetes com a Companhia Vale do Rio Doce. Hoje o campus Cariacica oferece cursos em diversas áreas e níveis, desde o ensino médio e técnico até o mestrado.

Funcionou, inicialmente, em prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Cariacica, no Bairro São Francisco. Em 2009, passou a funcionar também em Itacibá, de forma parcial. A Sede própria em Itacibá foi ocupada em definitivo no final de 2012.

1.1.6 Campus Centro-Serrano

Estrada Guilherme João Frederico Kruger, S/Nº – Caramuru – 29645-000 – Santa Maria de Jetibá – ES

O Campus Centro-serrano faz parte do programa de expansão da rede federal de ensino e conta com a colaboração do Consórcio Intermunicipal para a implantação do Ifes – Campus Centro-serrano, formado pelos municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina e Domingos Martins.

O campus ofereceu inicialmente cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em parceria com a Secretaria de Ação Social do município de Santa Maria de Jetibá nos espaços das escolas municipais e estaduais e cursos na área de formação continuada para professores da educação básica.

Em março de 2015 foram iniciadas as aulas do curso técnicos em Administração Integrado ao Ensino Médio, nas dependências da nova estrutura do campus, localizada próxima à fronteira de Santa Maria de Jetibá com Domingos Martins e Santa Leopoldina.

1.1.7 Campus Colatina

Avenida Arino Gomes Leal, 1700 – Santa Margarida – 29700-558 – Colatina – ES

O campus Colatina, foi inaugurado em 13 de março de 1993, sendo a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UnED) do Espírito Santo. Em 1999, a escola foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (CEFET-ES), mudança que possibilitou a diversificação das atividades e modalidades de ensino. Em dezembro de 2008 a unidade torna-se Campus Colatina compondo o então criado Instituto Federal do Espírito Santo.

Oferecendo, inicialmente, os cursos técnicos integrados ao ensino médio de Processamento de Dados e Edificações, hoje o Campus Colatina oferece mais de dez cursos nas modalidades: técnico integrado ao ensino médio, técnico concomitante e subsequente, graduação, pós-graduação e cursos de extensão.

1.1.8 Campus Guarapari

Alameda Francisco Vieira Simões, 720 – Aeroporto – 29216-795 – Guarapari – ES

O Campus Guarapari teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 1.366 de 8 de dezembro de 2010. Iniciou suas atividades no mês de abril de 2010. O local escolhido foi o lugar aonde funcionava a antiga Faculdade J. Simões, no bairro Muquiçaba, próximo ao Fórum Municipal. No ano de 2010 foram ofertadas as turmas do curso Técnico Concomitante em Administração e do Curso Técnico Concomitante/Subsequente de Eletromecânica.

O Campus que começou pequeno foi logo crescendo com a oferta de novos cursos e a entrada de novos servidores e alunos. Em 2011 teve início a primeira turma de Pós-Graduação (Lato-Sensu) em Gestão Estratégica de Negócios, totalmente gratuita.

Em 2013 teve início, também, o Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica e a novidade do Curso Técnico em Administração, na modalidade a Distância. O Campus em expansão, e acolhendo aos anseios e necessidades de qualificação locais, dá importante passo ao abrir novos caminhos para o Ensino Superior.

Com perfil direcionado ao eixo Gestão e Negócios e Controle e Processos Industriais, em 23 de abril de 2013, por meio da Portaria nº 330, a unidade teve sua organização administrativa alterada para campus. No ano de 2014 iniciou a oferta de mais um curso, a graduação em Administração. No ano de 2015 começou a primeira turma de Pós-Graduação em Gestão Empresarial.

1.1.9 Campus Ibatiba

Avenida 7 de novembro, 40 – Centro – 29395-000 – Ibatiba – ES

O campus Ibatiba foi inaugurado em 29 de novembro de 2010 e teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 1.366 de 6 de dezembro de 2010 como unidade integrante da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

O perfil do Campus está direcionado ao eixo tecnológico Ambiente e Saúde e também ao eixo Recursos Naturais. Iniciou suas atividades letivas no primeiro semestre de 2011 com o Curso Técnico em Meio Ambiente, nas formas integrado ao Ensino Médio e subsequente ao mesmo. No primeiro semestre de 2013 iniciou a oferta do Curso Técnico em Florestas, como o segundo curso técnico integrado ao ensino médio. No segundo semestre de 2013 iniciou a oferta do Curso Técnico em Administração, na modalidade EaD, como polo do Campus Guarapari e no segundo semestre de 2014 iniciará a oferta do Curso Técnico em Informática, também na modalidade EaD, como polo do Campus Colatina. O campus conta ainda com os cursos: Bacharel em Engenharia Ambiental e a Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade.

O Campus Ibatiba consolida-se a cada dia como uma instituição de referência em excelência no ensino para a região do Caparaó capixaba e avançando em oportunidades, também, para os municípios do sudeste mineiro, tais como Lajinha e Mutum. Ressalta-se ainda a função social a que se compromete o Campus promovendo a emancipação econômica e social da população atendida pelo Instituto.

1.1.10 Campus Itapina

Rodovia BR-259, Km 70 – Zona Rural – Caixa Postal 256 – 29709-910 – Colatina – ES

A história do Campus Itapina foi oficializado em 28 de abril de 1956 na gestão do governador Francisco Lacerda de Aguiar e do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira a partir de um acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado do Espírito Santo datado de 15 de novembro de 1949, na gestão do então Governador do Estado Carlos Fernando Monteiro Lindemberg no qual lançou-se o projeto de construção de uma Escola de Iniciação Agrícola na margem esquerda do Rio Doce no Município de Colatina, onde seria ofertado o Curso de Iniciação Agrícola com duração de dois anos e o concludente receberia o diploma de Operário Agrícola.

Na época, o Governo do Estado do Espírito Santo e a União firmaram parceria em que o Estado participava com 1/3 e o Governo Federal com 2/3 das verbas para a manutenção e o funcionalismo da Escola de Iniciação Agrícola seria pago com verbas federais, sendo a mesma supervisionada pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV, ligada ao Ministério da Agricultura.

Em 1952, foi nomeado o primeiro Diretor da Escola de Iniciação Agrícola, o Engenheiro Agrônomo e Professor da Escola Agrotécnica de Santa Teresa, Dr. José Farah, o qual tomou posse e deu início a construção das primeiras obras.

Em 20 de maio de 1955 a Escola passa a ser denominada Escola de Iniciação Agrícola de Colatina. O primeiro processo seletivo ocorreu em 20 de fevereiro de 1956 e as aulas iniciaram em 03 de março de 1956, com duas turmas, a primeira com o antigo Curso Primário (4ª série, preparatório para o curso de Iniciação Agrícola) e a segunda turma para o curso de Iniciação Agrícola (1º ano Ginásial, antiga 5ª série).

Em decorrência da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), as Escolas Agrícolas passaram a ser denominadas de Colégios Agrícolas, ministrando as três séries do 2º ciclo (Colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico Agrícola

Em 1962 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4069/62 encerrou o ciclo dos Cursos de Iniciação Agrícola com dois anos de duração e transformou-os em Cursos Ginásiais Agrícolas, com quatro anos de duração e equivalente ao Curso Ginásial Formal, habilitando, o concludente, com diploma de Mestre Agrícola. Em 13 de fevereiro de 1964 pelo Decreto nº 53.558 a Escola de Iniciação Agrícola de Colatina passa a ser denominado Ginásio Agrícola de Colatina. – GAC.

A década de 1970 marca um período conturbado na história do Ginásio Agrícola de Colatina, pois os acordos firmados entre a União e Estado do Espírito Santo prescreveram e ambos divergiam sobre quem deveria ser o mantenedor do então Ginásio Agrícola de Colatina. Para agravar a situação em 1972 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692/72 praticamente extinguiu os cursos profissionalizantes seriados em nível de 1º grau. Aparentemente o Ginásio Agrícola de Colatina estava com seus dias contados.

Porém, a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI, órgão vinculado à Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus do Ministério da Educação e Cultura – MEC, resolveu o impasse entre a União e o Estado do Espírito Santo. O Ginásio Agrícola de Colatina transformar-se-ia em Colégio Agrícola de Colatina – CAC para que fosse oferecido o ensino de 2º Grau, com o Curso Técnico em Agropecuária e o curso Ginásial Agrícola foi sendo extinto gradativamente.

Em 17 de dezembro de 1975 o Poder Executivo Estadual doou à União área de terra destinada a Criação do Colégio Agrícola de Colatina. No ano 1977 toma posse o novo Diretor, o Professor Sebastião Peluzio de Campos e em 14 de dezembro de 1977 foi autorizado o funcionamento do curso Técnico em Agropecuária no Colégio Agrícola de Colatina – CAC, regularizado em 29 de agosto de 1980.

No início de 1978 foi realizado o primeiro Exame de Seleção para o curso Técnico em Agropecuária com 120 vagas, tendo sua formatura ocorrida em dezembro de 1980, com o título de Técnico em Agropecuária.

A partir do Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979, publicado no DOU de 05 de setembro de 1979, foi substituída a denominação de Colégio Agrícola de Colatina – CAC para Escola Agrotécnica Federal de Colatina – EAFCOL.

A Escola Agrotécnica Federal de Colatina foi uma Autarquia instituída pela Lei 8.731 de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, nos termos do Art. 20, Anexo I do Decreto nº 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

No fim do ano de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Colatina atravessa mais um período de mudanças. Através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no DOU no dia 30/12/08, o Governo Federal instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e a Escola Agrotécnica Federal de Colatina passa a ser denominada Campus Itapina.

1.1.11 Campus Linhares

Avenida Filogônio Peixoto, 2.220 – Aviso – 29901-291 – Linhares – ES

O campus Linhares teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 691 de 9 de junho de 2008. O perfil do campus está direcionado ao eixo Controle e Processos Industriais e Gestão e Negócios e iniciou suas atividades como Unidade de Ensino do Cefetes no dia 19 de setembro de 2008 com os cursos técnicos de Automação Industrial e Administração.

Em 2009, o Campus Linhares passou a oferecer o curso Técnico Integrado com Ensino Médio em administração. No ano de 2016 teve início o Curso Superior em Engenharia de Controle e Automação.

1.1.12 Campus Montanha

Rodovia ES-130 (Montanha-Vinhático), Km 1 – Palhinha – 29890-000 – Montanha – ES

O Campus Montanha faz parte da terceira fase de expansão da Rede Federal, anunciada em agosto de 2011 pelo Ministério da Educação e teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 505 de 11 de junho de 2014 revogada posteriormente pela Portaria nº 1.074 de 30 de dezembro de 2014.

O campus iniciou suas atividades no dia 23 de maio de 2013 com o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Operador de Computador. No dia 31 de março de 2014, o campus iniciou as atividades do Curso Técnico em Administração integrado ao Ensino Médio, em horário integral. O campus conta, ainda, com os cursos: Técnico em Agropecuária e Tecnologia em Gestão Ambiental.

1.1.13 Campus Nova Venécia

Rodovia Miguel Curry Carneiro, 799 – Santa Luzia – 29830-000 – Nova Venécia – ES

Em fevereiro de 2008, a Prefeitura de Nova Venécia doou uma área de 56 mil metros quadrados ao Cefetes para a construção da nova Unidade. O campus Nova Venécia teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 692 de 9 de junho de 2008.

Iniciou suas atividades como Unidade de Ensino do Cefetes no dia 22 de setembro de 2008 oferecendo vagas para o curso Técnico de Construção Civil e de Mineração. Em 2014/2 o campus iniciou as atividades do seu primeiro curso superior, Licenciatura em Geografia e em 2018/1 o Bacharelado em Geologia.

1.1.14 Campus Piúma

Rua Augusto Costa de Oliveira, 660 – Praia Doce – 29285-000 – Piúma – ES

O campus Piúma teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 806 de 24 de junho de 2011 como campus avançado da estrutura organizacional do Ifes.

O perfil do campus está direcionado ao eixo Recursos Naturais com atuação efetiva no setor pesqueiro com a oferta dos Cursos Técnicos em Pesca, Aquicultura e Processamento de Pescado e, a Engenharia de Pesca.

Em 10 de junho de 2014, por meio da Portaria nº 505, teve sua organização administrativa alterada para campus.

1.1.15 Campus Santa Teresa

Rodovia ES-080, Km 93 – São João de Petrópolis – 29660-000 – Santa Teresa – ES

A origem da Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa data de 1940, quando foi criada pelo Decreto-Lei n.º 12.147, de 06 de setembro, do Interventor Federal no estado do Espírito Santo, major João Punaro Bley.

Foi inaugurada em 8 de setembro de 1941, sob a denominação de Escola Prática de Agricultura (EPA), com a finalidade de ministrar dois cursos práticos e intensivos, de um ano de duração cada, a trabalhadores rurais: Administrador de Fazenda e Prático Rural.

Em 1948, a 10 de março, por força de Convênio firmado entre a União e o Estado, passou para a supervisão da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV – do Ministério da Agricultura, para ministrar os cursos previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola – Decreto-Lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946, com a denominação de Escola Agrotécnica do Espírito Santo, nome que perdurou até 1956.

Nos primeiros anos, isto é, de 1948 a 1951, iniciou-se com os cursos de Iniciação Agrícola e de Mestria Agrícola. A partir de 1952, passou a ministrar, além dos cursos mencionados, o de Técnico em Agricultura, que teve sua denominação alterada para Técnico Agrícola.

Em 1956, face à renovação do Convênio citado, passou a chamar-se Escola Agrotécnica de Santa Teresa. O nome Colégio Agrícola de Santa Teresa foi-lhe dado pelo Decreto n.º 53.588, de 13 de fevereiro de 1964, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) do citado mês.

O nome Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa foi estabelecido pelo Decreto n.º 83.935, de 4 de setembro de 1979, publicado no D.O.U., de 05/09/79. A transformação em autarquia ocorreu por força da Lei nº 8.731, de 16/11/1993, publicada no D.O.U. De 17/11/1993, ficando vinculada à Secretaria de Educação Média e Tecnológica-SEMTEC.

Em 1976, foi criado o curso Técnico em Agropecuária, que diplomou até 1994. Em 1994, a EAFST passou a ministrar também o curso de Especialização Técnica em Zootecnia e, a partir de 1997, o curso de

Especialização Técnica em Olericultura e Jardinagem. Tais cursos duraram até 2004. O curso Técnico em Agro turismo teve início em 2000, perdurando até 2005.

De 1995 a 2003, a Escola oferecia o curso Técnico Agrícola, com Habilitação em Agropecuária. A partir do segundo semestre de 2003, a denominação do curso passou para Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agricultura, Agroindústria, Agropecuária e Zootecnia com oferta de vagas nas modalidades concomitante e subsequente. Em 1999, iniciou-se o curso Técnico em Meio Ambiente na modalidade subsequente, no período noturno.

A partir de 2007, a Escola passou a oferecer a educação para jovens e adultos – PROEJA, com o curso Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agroindústria integrado ao Ensino Médio, no período noturno.

Em 2008 a Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa tornou-se parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Atualmente, oferece 9 cursos, sendo técnicos integrados ao Ensino Médio, técnicos integrados à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja), técnico subsequente, graduações e pós-graduações.

1.1.16 Campus São Mateus

Rodovia BR-101 Norte, Km 58 – Litorâneo – 29932-540 – São Mateus – ES

O campus São Mateus teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 1.978 de 18 de dezembro de 2006 e iniciou suas atividades como Unidade de Ensino do Cefetes, no mesmo ano, com duas turmas do curso Técnico em Mecânica, em prédio provisório no Bairro Carapina. Em 2007, a unidade recebeu a primeira turma do curso Técnico em Eletrotécnica. O dia 6 de agosto de 2008 marcou mais uma etapa de crescimento da unidade, com a transferência parcial das atividades para o novo prédio, no Bairro Litorâneo.

Em 2009 o campus começou a atender alunos do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Mecânica e Eletrotécnica. Em 2010, teve início o curso de Engenharia Mecânica. Em 2016, toda a estrutura foi transferida para o bairro Litorâneo. O perfil do campus está direcionado ao eixo Controle e Processos Industriais. No segundo semestre de 2019 vai ser ofertada a primeira turma do curso de Engenharia Elétrica.

1.1.17 Campus Serra

Rodovia ES 010, Km 6,5 – Manguinhos, Serra – ES, 29173-087

O campus Serra teve sua autorização de funcionamento, pela Portaria nº 625 de 11 de maio de 2000, sendo a segunda Unidade de Ensino Descentralizada do Cefetes. Em 12 de março de 2001, foram iniciadas as atividades letivas na Unidade, oferecendo Cursos Técnicos em Automação Industrial e em

Informática. O Campus oferta cursos Técnico Integrado, Técnico, Superior e Mestrado Profissional nas áreas de Informática e Automação Industrial.

1.1.18 Campus Venda Nova do Imigrante

Avenida Elizabeth Minete Perim, 500 – São Rafael – 29375-000 – Venda Nova do Imigrante – ES

A ideia de interiorização do ensino técnico surgiu bem antes da nova instituição, conhecida hoje como Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes. No ano de 1998, ainda Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Etfes, o Diretor-Geral Jadir Jose Pella já vislumbrava a implementação de novas unidades para atender às demandas regionais do estado.

No planejamento de então Centro Federal de Educação Tecnológica - Cefetes, em 1999, ficou claro que a região das montanhas capixabas comportaria uma unidade, mas havia um impedimento legal por decreto, proibindo a abertura de novas unidades em todo território nacional. Por meio de uma boa articulação política conseguiu-se a derrubada desse decreto, surgindo assim a possibilidade de criação de novas unidades.

Como o Espírito Santo já havia se preparado para receber nova unidades, ficou fácil ser contemplado com várias unidades. Como as articulações com os políticos e a sociedade local estavam bem estruturadas, estávamos certos da escolha do município de Venda Nova do Imigrante como sede para abrigar uma unidade (Campus) na região. Contudo, isso não ocorreu e fomos surpreendidos com a não contemplação do município, e sim o município de Ibatiba.

Esta mudança provocou intensa movimentação política para que Venda Nova do Imigrante fosse contemplada. Vários políticos se empenharam nessa luta, entre eles, o presidente da Câmara Legislativa do município à época, o vereador Marco Antonio Grilo, um dos que compunha a comitiva em Brasília para defender a vinda do Campus para Venda Nova do Imigrante.

Depois de muito empenho político, foi prometido que seria autorizada a implantação do campus Venda Nova do Imigrante com a condição de que o poder Público Municipal doasse a área para sua construção. Vários terrenos foram oferecidos, mas houve grande dificuldade para aquisição, como: localização, orçamento financeiro, acesso, tamanho da área, dentre outros empecilhos.

O campus Venda Nova do Imigrante teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 1.366 de 8 de dezembro de 2010 como campus avançado da estrutura organizacional do Ifes. Os cursos ofertados no Campus qualificam profissionais para atividades econômicas tradicionais da região, visando a renovação no perfil dos trabalhadores locais e iniciou suas atividades em março de 2010. Em 23 de abril de 2013, por meio da Portaria nº 330, teve sua organização administrativa alterada para campus.

Atualmente o campus conta com cursos técnicos integrados ao ensino médio, bacharelado, licenciatura, pós-graduação lato sensu e cursos de curta duração para capacitação de agentes de cadeia produtiva.

1.1.19 Campus Avançado de Viana

Rodovia BR-101, Km 12 – Universal – 29135-000 – Viana – ES

O campus Avançado Viana teve sua autorização de funcionamento pela Portaria nº 1.074, de 30 de dezembro de 2014 como unidade integrante da estrutura organizacional do Ifes. No ano de 2014, o então Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional do Ifes Ademar Manoel Stange solicitou à professora Edna dos Reis que criasse um projeto de um campus avançado para o município de Viana.

Na ocasião, a professora entrou em contato com o Prefeito de Viana Gilson Daniel Batista que mostrou-se interessado em ter o instituto no município e resolveu ceder por 60 anos uma área em que funcionou a Faculdade de Estudos Sociais Aplicados de Viana - FESAV. A área estava desocupada porém, dadas as condições da edificação, a prefeitura iniciou uma reforma nas instalações.

Enquanto isso, a professora Edna dos Reis e o Diretor-Geral do Campus Cariacica, Lodovico Ortlieb Faria, reuniram-se com os empresários do município de Viana e constataram grande demanda para cursos de Logística. Neste mesmo período, enquanto se aguardava a preparação da infraestrutura para a instalação do campus Viana, foram criados o corpo gestor, o pedagógico e o técnico-administrativo.

O campus iniciou suas atividades nas dependências do campus Cariacica com cursos de extensão nas áreas de Informática Básica, Almoxarifado e Logística. No primeiro semestre de 2015, ainda com as reformas em andamento, iniciou-se a criação do corpo docente. Nesse semestre foram idealizados os projetos dos cursos Técnico Integrado a Logística e Tecnólogo em Logística.

O Campus Avançado de Viana entrou em funcionamento no segundo semestre de 2015 com o curso Tecnólogo em Logística. A aula inaugural ocorreu no dia 09 de agosto de 2015. Em 2016, teve início as primeiras turmas do Curso Técnico em Logística Integrado ao Ensino Médio e curso Técnico em Logística concomitante na modalidade Pronatec, sendo duas turmas para cada curso, totalizando 4 turmas iniciais. Atualmente, é o único campus avançado do Ifes.

1.1.20 Campus Vila Velha

Avenida Ministro Salgado Filho, 1000 – Soteco – 29106-010 – Vila Velha – ES

Os primeiros passos para a implantação do Campus Vila Velha foram dados em 1985, por meio do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico. Neste período foram realizados estudos para a construção de uma Unidade Descentralizada de Ensino (UnED) em Vila Velha, com inauguração prevista para 1991. No entanto, por falta de definição quanto ao terreno para a construção do campus, o processo foi substituído pela implantação da UnED de Serra. Somente em 2007, por ocasião da segunda fase do Plano de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica, o projeto foi retomado.

Com a promulgação da Lei 11.892/2008, a UnED Vila Velha prevista no Plano de Expansão foi transformada em Campus. Em 2009, o problema relacionado ao terreno foi solucionado, por meio da assinatura de um termo de concessão de Direito de Superfície entre o Governo do Estado, por meio da Companhia de Habitação (COHAB), e o IFES.

O Campus teve sua autorização de funcionamento dada Portaria nº 1.366 de 8 de Dezembro de 2010, ofertando cursos Técnico em Química e Licenciatura em Química, mas utilizando as instalações do Campus Vitória. Devido ao atraso na entrega das obras, os cursos somente puderam se transferir para o Campus Vila Velha a partir de abril de 2012.

Atualmente são oferecidos os cursos de Técnico em Química, Técnico em Biotecnologia, Licenciatura em Química e Bacharelado em Química Industrial. Os cursos de Licenciatura em Química e Técnico em Química eram ministrados no Campus Vitória e foram transferidos para Vila Velha em 2012. O curso Técnico em Biotecnologia iniciou as atividades no segundo semestre de 2013 e o curso de Bacharelado em Química Industrial teve início no segundo semestre de 2015. Conta ainda com os cursos de graduação em Biomedicina e Pedagogia iniciados no ano de 2019.

Conta também com cursos de especialização técnica de nível médio e pós-graduações *latu e scriptu sensu*.

1.1.21 Campus Vitória

Avenida Vitória, 1729 – Jucutuquara – 29040-780 – Vitória – ES

Em 23 de setembro de 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha, foi publicado o Decreto nº 7.566 no qual oficializou o ensino industrial por meio da instauração das Escolas de Aprendizes e Artífices, contando com 19 escolas nas capitais dos estados. Conforme a Ata de Inauguração da Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo, a instalação da escola em Vitória ocorreu em 24 de fevereiro de 1910, com o propósito de formar profissionais artesãos, voltados para o trabalho manual com ensino para a vida.

A partir de 1937, a Instituição – então denominada Liceu Industrial de Vitória – passou a formar profissionais voltados para a produção em série, porém com características artesanais. Em 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial foi transformado em Escola Técnica de Vitória e, em 11 de dezembro de 1942, foi inaugurado o prédio onde funciona até hoje, sendo que à época contava com internato e externato, oficinas e salas de aula para atender aos cursos de artes de couro, alfaiataria, marcenaria, serralheria, mecânica de máquinas, tipografia e encadernação.

Em 3 de setembro de 1965, passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Estado do Espírito Santo, Etfes, baseada num modelo empresarial. A Escola Técnica passou a ser um Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), a partir de março de 1999, o que possibilitou novas formas de atuação e um novo paradigma de instituição pública profissionalizante.

Em 2004, o Cefetes passou a ser uma Instituição de Ensino Superior, com os decretos nº 5.224 e nº 5.225 de 1 de outubro, hoje substituídos pelo Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006 (revogado pelo Decreto 9.235 de 15/12/2017).

Denominações que o campus já teve:

1909 – Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo;

1937 – Liceu Industrial de Vitória;

1942 – Escola Técnica de Vitória – ETV;

1965 – Escola Técnica Federal do Espírito Santo – Etfes;

1999 – Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – Cefetes;
2008 – Campus Vitória do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes.

1.1.22 Centro de Referência em Educação, Empreendedorismo e Inovação Aberta do Ifes (Creia)

Avenida Vitória, 1449 – Jucutuquara – 29040-780 – Vitória – ES

A Portaria nº 2063, de 20 de julho de 2016 instituiu a Comissão responsável pelos projetos conceitual, administrativo e de infraestrutura do Centro de Referência em Educação Empreendedora e Inovação Aberta (CREIA), a ser instalado no prédio da Ala Norte da Fábrica de Ideias, em Vitória.

Por meio da Portaria nº 590, de 14 de março de 2018 foi nomeada a comissão de implantação do CREIA nas dependências da Fábrica de Ideias, espaço este que é um hub do ecossistema capixaba de inovação. O local é gerenciado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), que exercem, desde de março de 2016, sua governança por meio de um Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com Gestão Compartilhada. É também participante da Mobilização Capixaba pela Inovação (MCI).

O imóvel fica localizada na Avenida Vitória, em Jucutuquara, onde começou a ser erguida na década de 1920. Desde 1939, o espaço foi sede de uma fábrica especializada na produção de tecidos e sacaria de juta. Os bairros do entorno, de vocação operária, surgiram no Vale do Jucutuquara para atender à fábrica.

Ao longo de sua existência, o lugar foi denominado Fábrica de Tecidos Victoria, Manufatora de Tecidos e, finalmente, Companhia União Manufatora de Tecidos, que encerrou suas atividades em 1989. Após desapropriação do espaço pelo município de Vitória, iniciado em 2005, e início das obras dos edifícios Ala Sul e Ala Norte, anexos ao galpão da antiga unidade fabril, o espaço se transformou, a partir de 2011, no Centro de Referência Municipal do Trabalho, também conhecido como Fábrica do Trabalho. Posteriormente, em 2014, passou a se chamar Fábrica de Ideias.

Desde então, a área foi pensada para abrigar projetos nas áreas de serviços, tecnologia, economia criativa e turismo. Atualmente, funcionam no espaço o Centro de Referência em Educação, Empreendedorismo e Inovação Aberta do Ifes (Creia); o Núcleo Incubador de Empreendimentos do Campus Vitória do Ifes (Níx); e o Polo de Inovação Ifes – Embrapii.

1.1.23 Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância – Cefor

Rua Barão de Mauá, 30 – Jucutuquara – 29040-860 – Vitória – ES

O Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância – Cefor (anteriormente, Centro de Educação a Distância – Cead, criado em 2006) – foi instituído por meio da Portaria nº 1.602, de 11 agosto de 2014. Contudo, as primeiras atividades em educação a distância na Instituição datam de 2004, a partir dos trabalhos de uma comissão, que iniciou os estudos e a elaboração de uma proposição de projeto pedagógico em EaD para o então CEFETES-ES.

A primeira submissão de projeto para a Universidade Aberta do Brasil (UAB) ocorreu em 2005, por meio de participação no Edital de Seleção UAB nº 1/2005-SEED/MEC, no qual foi submetido o Curso de

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), a ser ofertado pelo campus Serra e que viria a ser o primeiro curso superior na modalidade a distância do Ifes. Com a aprovação da ação, em abril de 2006, deu-se o início ao planejamento para adequada implantação e execução e que envolveu a capacitação de equipe multidisciplinar para gerenciamento do curso e das propostas de metodologias de EaD.

Após a aprovação deste primeiro curso, foi criado o Centro de Educação a Distância – Cead, vinculado à Diretoria de Ensino do CEFET-ES e responsável por todos os projetos e programas na modalidade a distância, em todos os níveis de ensino deste Centro Federal.

Em 2009, ocorre a construção do espaço físico do Cead, utilizando verbas institucionais e, também, recursos advindos da UAB: um prédio próprio no terreno do campus Serra. Neste mesmo ano, o Cead é alçado à diretoria e atua como apoio, junto às equipes dos cursos, na elaboração de metodologias, material impresso e audiovisual.

Em 2010, o Ifes, assim como a maioria das instituições participantes da UAB, inicia suas atividades com um ato de credenciamento provisório fornecido pelo MEC e tem seu credenciamento definitivo por meio da Portaria nº 1.369, de 07 de dezembro de 2010. Porém, somente em 2019, o núcleo gestor de educação a distância do Ifes receberia a visita para realização do reconhecimento da modalidade. Como resultado desta avaliação empreendida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Ifes obteve o conceito máximo (5).

Em 2014, o Cead tornou-se Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância – Cefor. Esta formação tem como embasamento legal a Portaria Nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, do Governo Federal, que definem parâmetros e normas para a expansão dos Institutos Federais. A unidade cumpre as atribuições de:

- I – Promover a integração sistêmica com os campi, para a consolidação das políticas institucionais de apoio à EaD e de formação inicial e continuada de professores e técnicos administrativos da educação;
- II – Ofertar cursos, nos diferentes níveis e modalidades, relacionados à formação inicial e continuada de professores e técnicos administrativos da educação;
- III – Promover a implementação das políticas e diretrizes definidas e que dizem respeito às suas atribuições;
- IV – Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Entre 2015 e 2016, ocorreu a mudança da sede do Cefor para o bairro de Jucutuquara em Vitória, onde passa a funcionar em sede exclusiva. Ainda neste ano, foram ofertadas a pós-graduação lato sensu em Tecnologias Educacionais (totalmente institucionalizada, ou seja, sem fomento externo) e outros 25 cursos entre Formação Inicial e Continuada, Técnico e Superior. Um destaque são os cursos do Programa Profucionário, fomentados pela Rede e-Tec Brasil: Técnico em Alimentação Escolar, Técnico em Infraestrutura Escolar, Técnico em Multimeios Didáticos e Técnico em Secretaria Escolar. Neste período,

o Cefor seguiu atuando na institucionalização da modalidade, repensando metodologias, atualizando normas institucionais e planejando novas formas de construir uma EaD independente do fomento, mantendo a qualidade que é própria dos cursos do Ifes.

Em 2017, novas turmas com fomento do sistema UAB foram abertas: Licenciatura em Informática; Complementação Pedagógica; Licenciatura em Letras/Português; Especialização em Educação Profissional e Tecnológica; Especialização em Informática na Educação, além dos novos cursos de pós-graduação lato sensu, tais como: Educação, Currículo e Ensino; Ensino Interdisciplinar em Saúde e Meio Ambiente na Educação Básica; Metodologias e Práticas para o Ensino Fundamental. Houve, ainda, a oferta de um novo curso de pós-graduação lato sensu institucionalizado, a Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores.

Foram oferecidos, em 2018, pelo Cefor diversos aperfeiçoamentos, dentre eles os cursos de Educação e Ambiente; Inclusão e Educação Especial; Formação Docente para EaD; Formação de Tutores para EaD e Tecnologias Digitais como Apoio ao Aprendizado de Matemática, além de 25 cursos FIC (formação inicial e continuada). No segundo semestre deste mesmo ano, ocorreu a primeira oferta sem fomento do Curso Técnico em Mídias Didáticas.

A partir de 2019, o Cefor passa a construir uma identidade mais precisa e pode, com isso, definir focos prioritários, tais como consolidar a modalidade a distância no Ifes e apoiar institucionalmente os campi e a Reitoria neste contexto. Cabe ressaltar que as ofertas vêm se mantendo crescentes e encontram-se cada vez mais estruturadas, tanto no que se refere à EaD, quanto no uso das tecnologias digitais na educação. Seguindo tal tendência, a instância máxima do Instituto decidiu por acatar a solicitação da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática acerca de sua transferência para o campus Vila Velha, onde se presume que o referido terá mais condições de conquistar a verticalização (doutorado).

1.1.24 Polo de Inovação Vitória

Avenida Vitória, 1729 – Jucutuquara – 29040-780 – Vitória – ES

A iniciativa de criação de um Polo no Ifes começou em 2013, a fim de atender à demanda de inovação industrial tecnológica por meio da pesquisa aplicada no estado. O Polo de Inovação Vitória é uma estrutura do Ifes, conforme a portaria nº 819, de agosto de 2015, do Ministério da Educação (MEC).

A articulação entre pesquisadores e empresas fundamentou a proposta encaminhada à Embrapii, e resultou na aprovação da implantação do Polo Embrapii Ifes (PEIFES) na chamada pública 02/2014, para atuar na área de Metalurgia e Materiais. O PEIFES é fruto do termo de cooperação nº 03/2015 firmado entre a Embrapii e o Ifes, em outubro de 2015.

O Polo de Inovação Vitória, também Polo Embrapii Ifes, começou a funcionar em outubro de 2015, nas instalações do Ifes – Campus Vitória, no bairro de Jucutuquara, em Vitória (ES). Em maio de 2017, um segundo escritório do Polo passa a funcionar na Fábrica de Ideias, no mesmo bairro.

1.1.25 Reitoria

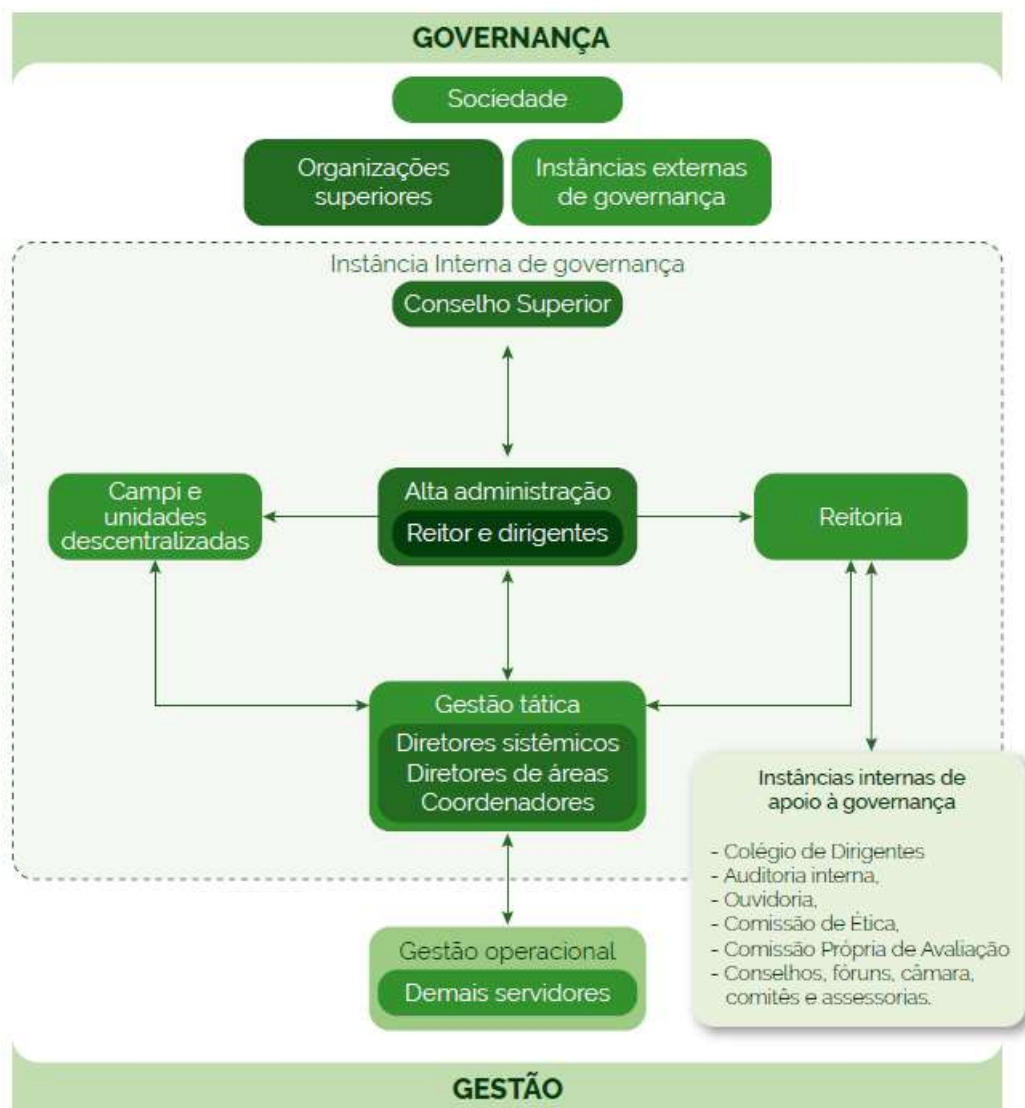
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

A Reitoria é o órgão executivo do Ifes e tem o papel de formular as políticas educacionais, bem como agir para que os campi atuem em sintonia com as finalidades definidas em Estatuto.

1.2 Modelo de Governança

A estrutura de Governança do Ifes está organizada de modo que todas as áreas institucionais sejam providas plenamente. A Governança busca trazer segurança e controle sobre as ações institucionais nos âmbitos interno e externo, orientando seus membros quanto ao cumprimento dos requisitos legais. Diretamente ligada a ela, a Gestão organizacional intenta orientar os membros do Ifes em direção a uma visão clara e compartilhada, estabelecida pelo Planejamento Estratégico.

Figura 1: Modelo de Governança do Ifes



1.2.1 Governança do Ifes

Figura 2: Diretrizes de Governança do Ifes

MISSÃO					DIRETRIZES										
Promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável. ¹					GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA	GXU XT	RANKING	CONSID. EQUÂNIME	INTEGRAÇÃO	DESENVOLV. E RESPEITO	TRANSPAR. E VISIBILIDADE	INOVAÇÃO	
					5	5	5	125	1	Incentivar a atuação dos servidores por meio de visão intra-empresarial, buscando o desenvolvimento de ações inovadoras, incluindo a tecnologia como forma de desburocratizar os processos e aumentar a produtividade. Isso se refletirá no ensino, pesquisa, extensão e na administração, possibilitando melhoria na qualidade laborativa e na satisfação dos alunos e servidores.					
					5	5	5	125	2	Realizar ações efetivas para obtenção de recursos de modo institucional, incentivando a captação por todos os agentes do Ifes, bem como pelos campi.					
					5	5	4	100	3	Implementar indicadores comuns de ensino, pesquisa, extensão e administração, elaborados em conjunto pelos campi e Reitoria, estabelecendo critérios coletivos para o estabelecimento de metas.					
					5	5	4	100	4	Efetivar a implantação do SIG nos campi e na Reitoria, apoiando os trabalhos em rede e integrando os processos, as coordenadorias e os campi.					
					4	5	4	80	5	Fortalecer o relacionamento entre a gestão e os órgãos colegiados de assessoramento no desenvolvimento das carreiras (CIS e CPPD), por meio da revisão dos regulamentos e dos fluxos relativos à progressão funcional nas carreiras de docentes e técnicos-administrativos, visando a desburocratização e eficiência dos procedimentos de avaliação.					
					4	4	5	80	6	Desenvolver políticas institucionais permanentes de aproximação entre as carreiras docente e técnico-administrativa por intermédio de soluções negociadas, legais e tecnológicas.					
					5	5	3	75	7	Ressignificar o papel da Reitoria como estrutura de apoio aos campi, promovendo o trabalho em rede e a implantação da Reitoria itinerante. Implementar parâmetros que promovam uma gestão compartilhada e descentralizada.					
					5	5	3	75	8	Instrumentalizar os órgãos colegiados do Ifes, por meio de programas de capacitação e implementação de ferramentas e tecnologias eficientes de gestão/atuação colaborativa.					
					5	5	3	75	9	Viabilizar estrutura física mínima necessária ao funcionamento de cada campus, Centro de Referência, Polo de Inovação e Reitoria.					
					4	4	4	64	10	Fortalecer a Fundação de Apoio - Facto e fazê-la presente nas unidades do Ifes, de modo a facilitar a aproximação e parcerias com órgãos públicos, setor produtivo e comunidade em geral.					
					4	4	4	64	11	Mapear as competências profissionais do Instituto e fomentar o desenvolvimento da Agifes, do Polo de Inovação, da Fábrica de Ideias e das Incubadoras.					
					4	5	3	60	12	Implantar tecnologias de acesso à informação, integrando e fortalecendo os setores de ouvidoria e comunicação social, ampliando a visibilidade das ações institucionais para a comunidade interna e externa.					
					4	4	3	48	13	Implantar programa de normatização de procedimentos institucionais e incentivar práticas para melhorar a eficiência e eficácia dos processos.					
					4	4	3	48	14	Incentivar parcerias públicas e público-privadas, por meio de canais eficientes de comunicação e modelos de cooperação, com o intuito de inovar os cursos oferecidos pelo Ifes.					
					4	4	3	48	15	Consolidar a identidade do Ifes, fortalecendo e qualificando as representações nos fóruns de debate sobre políticas setoriais de desenvolvimento socioeconômico no estado do Espírito Santo, por meio de efetiva representação no cenário regional, nacional e internacional.					
					4	4	3	48	16	Implementar programa de qualidade de vida no trabalho buscando uma maior equidade na gestão das pessoas e dos recursos institucionais, primando pela formação continuada dos servidores.					
					3	4	4	48	17	Incentivar práticas de inovação no ensino, por meio de ações que estimulem processos educacionais contemporâneos, modernos e atrativos para os estudantes.					
					4	4	2	32	18	Estruturar e fortalecer as ações de transparência e visibilidade da gestão, criando mecanismos que diminuam a assimetria de informação e que possam garantir a transparência nos processos seletivos.					
					3	3	3	27	19	Apoiar a organização e promoção de eventos científicos, técnicos, tecnológicos, sociais e culturais, promovendo ações de integração intra e interinstitucionais.					
					4	3	2	24	20	Assegurar o PDI como peça de planejamento institucional, devendo ser assegurada sua execução de modo colegiado e em rede.					
					3	3	1	9	21	Otimizar as estruturas física, virtual e de pessoal, para promover o intercâmbio intra e intercampi visando maior integração e consolidação.					
					2	2	1	4	22	Adotar ações efetivas e inovadoras de aproximação e atuação junto aos movimentos sociais.					
					2	2	1	4	23	Criar mecanismos de valorização dos servidores aposentados por meio de reconhecimento e promoção de oportunidades de integração com os jovens e a comunidade.					

1.3 Finalidades

Como instituição de educação profissional e tecnológica, o Ifes tem por finalidade formar e qualificar profissionais. Além do ensino, realiza pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase em produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pressupõe que cada uma dessas atividades, mesmo que realizadas em tempos e espaços distintos, tenham um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

O Instituto Federal do Espírito Santo (2009, Art. 4º) tem as seguintes finalidades e características (cf. Art.4º do Estatuto):

- I. ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II. desenvolver a educação profissional, científica e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- IX. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

1.4 Objetivos Estatutários

De acordo com o Art. 5º de seu estatuto, o Instituto Federal do Espírito Santo (2009) tem os seguintes objetivos:

- I. ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI. ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de docentes para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
 - c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
 - e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.5 Áreas de atuação acadêmica

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do ES, como uma rede social de educação profissional e tecnológica, atuará de forma mais abrangente e eficaz nas demandas crescentes por

formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, em sintonia com os arranjos produtivos locais, como forma de efetivar o seu compromisso social.

O Ifes atua em todos os níveis e modalidades da educação profissional (foi credenciado para oferta de educação à distância por meio da Portaria nº 1.369 de 07 de dezembro de 2010), com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador. Para manifestar este compromisso, o Instituto assegura a vinculação de um mínimo de 50% das vagas para os cursos de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, integrada ao ensino médio, de cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores e de cursos profissionalizantes para atendimento ao Proeja, visando incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram excluídos do processo de democratização do conhecimento.

Além disso, no mínimo 20% das vagas ofertadas são destinados aos cursos de licenciatura e programas especiais de formação pedagógica, objetivando a formação de professores e especialistas para as disciplinas científicas do ensino médio e da educação profissional. Concomitantemente, são destinados, ainda, 30% das vagas para cursos de tecnólogo, bacharelado e pós-graduação.

A proposta curricular do Ifes não se limita às ofertas da formação puramente acadêmica, pautando-se numa construção formativa que busque a perspectiva da transversalidade. Na sua arquitetura curricular, está assegurada a flexibilidade de itinerários de formação que permitam um diálogo rico, diverso em seu interior, à integração dos diferentes níveis de educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica, além de propiciar a educação continuada e a verticalização do ensino.

Nessa proposta, agregam-se à formação acadêmica a preparação para o trabalho e uma educação profissional e tecnológica contextualizada, baseada em conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

1.6 Inserção Regional

Os campi do Ifes ocupam posição de referência educacional e se integram com a sociedade nos municípios em que estão localizados. Dispõem de ampla infraestrutura física, laboratórios, equipamentos, bibliotecas, salas de aula e parques desportivos. Atendem os níveis básico, técnico e tecnológico de educação profissional e a educação superior

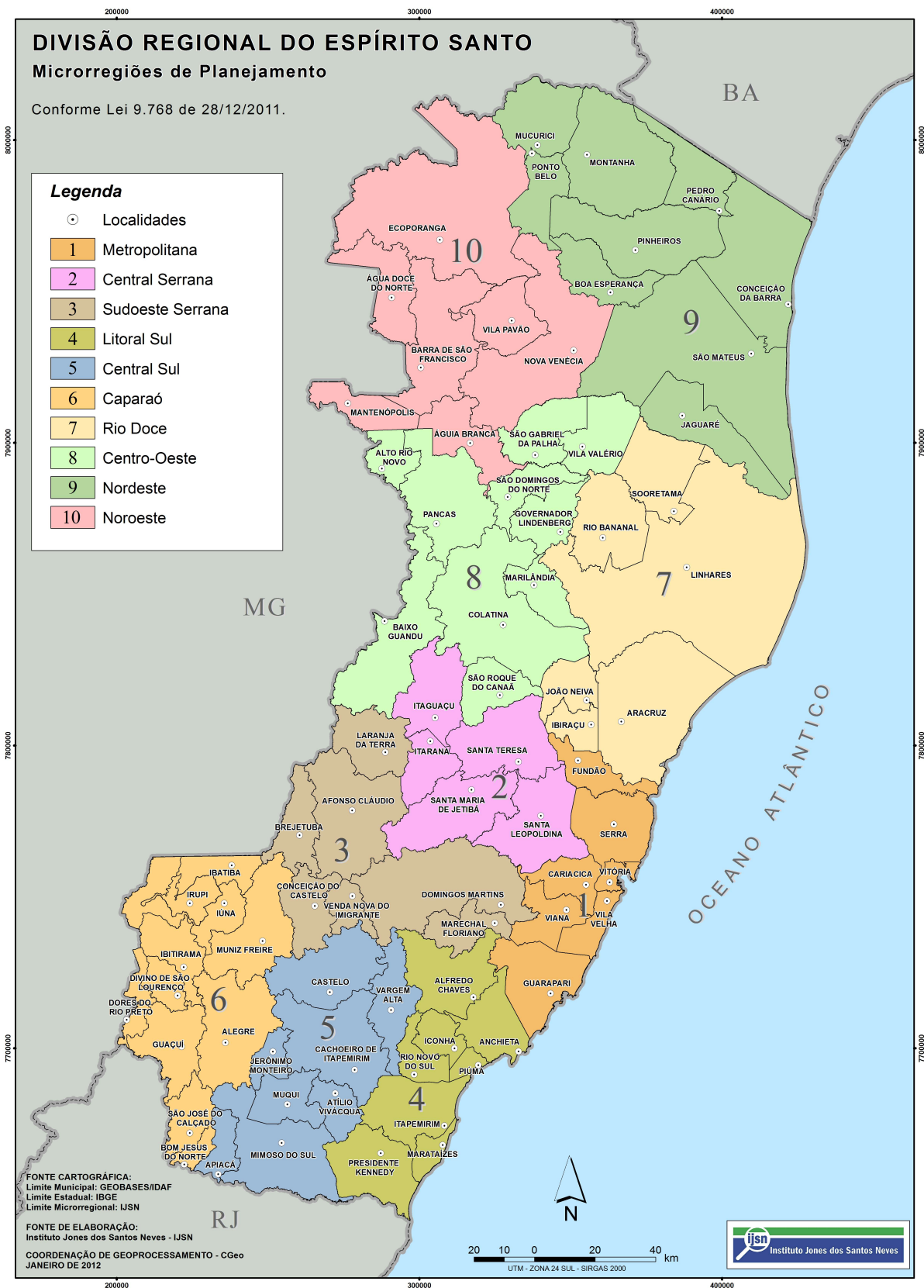
O Estado do Espírito Santo se apresenta dividido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em quatro mesorregiões, as quais por sua vez se subdividem em microrregiões.

O governo estadual promoveu mudanças na geografia regional do Espírito Santo, alterando o agrupamento dos municípios que estava em vigor há quase duas décadas. O número de microrregiões caiu de 12 para 10.

A lei estadual nº 9.768 de 28/12/2011 estabelece a divisão do estado em 10 microrregiões e a Lei Complementar nº 318 de 17/01/05, reestrutura a Região Metropolitana da Grande Vitória.

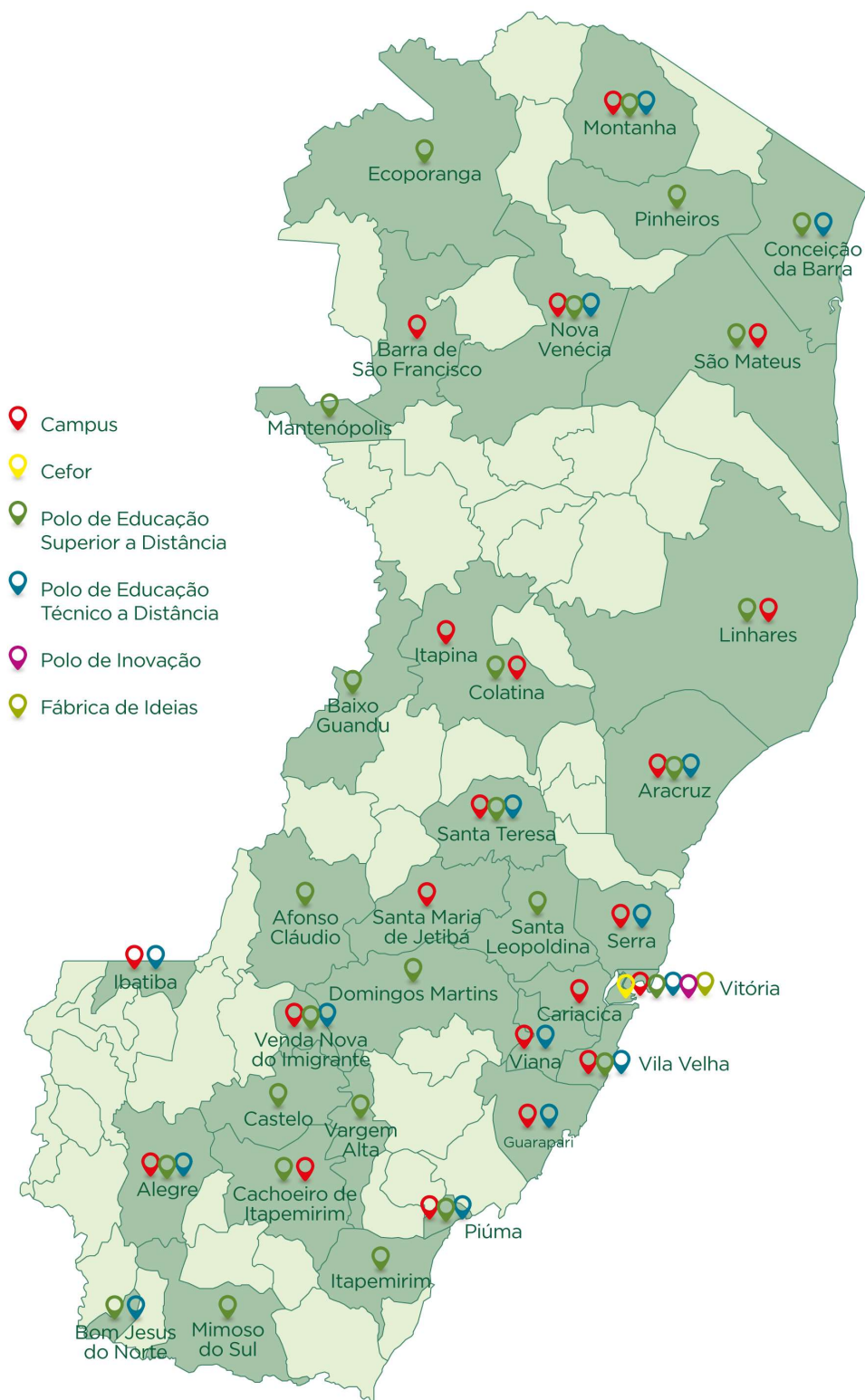
A área de abrangência dos campi do Ifes compreende todo o território do estado do Espírito Santo, com concentrações nas microrregiões em que se localizam os respectivos campi. Abrange também vários municípios dos estados que fazem limite com o estado do Espírito Santo. Há campus do Ifes em todas as microrregiões do estado.

Figura 3: Novas Microrregiões do ES



Na ilustração a seguir, consta a distribuição espacial dos municípios onde estão situados os Campi do Ifes, ressaltando-se que a população atendida pela Instituição compreende um determinado território de abrangência, que inclui outros municípios situados num raio de 50 a 80 quilômetros.

Figura 4: Localização geográfica das unidades do Ifes



2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 Planejamento e Gestão Estratégica

O projeto de elaboração do Planejamento Estratégico do Ifes trata da modernização da gestão do Ifes, a partir da disseminação de métodos, instrumentos, ferramentas e melhores práticas em gestão de projetos, compartilhamento de resultados, interoperabilidade de linguagens, racionalização de recursos, cultura voltada ao alcance de resultados e à prestação de contas.

Em um trabalho protagonizado pelo Reitor, Pró-reitores e Diretores-gerais, com a coordenação e apoio metodológico da Diretoria de Planejamento, o processo foi planejado para desenvolver a estratégia institucional ao mesmo tempo em que considerou todas as especificidades do cenário atual e suas projeções de futuro.

Os produtos do Planejamento Estratégico foram elaborados por meio da realização de treinamentos e oficinas assistidas pela empresa GDConsult (Steinbeis-SIBE), empresa contratada para esta finalidade. Cada uma das citadas oficinas representa uma etapa do processo de planejamento da estratégia.

Os produtos de cada etapa foram estabelecidos por meio de metodologias diversificadas (palestras, *brainstorming*, análise SWOT, *world café*, *canvas*, mapas mentais, modelos de definição de prioridades, dentre outras) que culminaram em plenárias para consolidação do entendimento entre os participantes, com forte apreço pelo consenso, mesmo quando necessárias extensas discussões. Os produtos finais tiveram seu design customizado pela Assessoria de Comunicação do Ifes.

Urge que, de forma criativa e inovadora, sejam propostas soluções sustentáveis para os desafios estratégicos traçados para o Ifes. A ideia principal e norteadora definida para todo o processo de Planejamento Estratégico é: simplificar para acontecer.

Este novo ciclo é a continuidade do ciclo anterior, de 2014-2019, e foi configurado para atualizar os planos outrora elaborados, aproveitando toda sua execução formal e intuitiva como base para as prioridades agora redefinidas.

Portanto, os produtos deste trabalho, em especial o mapa estratégico, o painel de indicadores e o plano de metas, que apresentam-se a seguir, serão os norteadores do caminho que o Ifes irá escolher para percorrer.

Por fim, estão previstas reuniões da estratégia com os dirigentes da organização para a execução das fases subsequentes a este trabalho de elaboração da estratégia, que são: implementação e monitoramento.

A seguir são apresentados os produtos resultantes das oficinas da fase de planejamento da estratégia.

2.2 Mapa Estratégico do Ifes

Os objetivos estratégicos são os fins a serem perseguidos pelo Instituto Federal do Espírito Santo para o cumprimento de sua missão institucional e o alcance de sua visão de futuro. Traduzem, consideradas as demandas e expectativas de suas partes interessadas, os desafios a serem enfrentados para os próximos anos.

Foram elaborados 20 objetivos estratégicos para o Ifes, os quais, de forma balanceada, estão distribuídos em três perspectivas do mapa estratégico. As perspectivas englobam um conjunto de objetivos

estratégicos que retrata o que a instituição pretende transformar em cada dimensão. Elas, quando vistas em conjunto, permitem uma visão completa da estratégia da instituição e contam a história da estratégia de uma forma clara e de fácil compreensão. Para a construção do mapa estratégico do Ifes, foram elencadas as seguintes perspectivas. São eles:

Perspectiva de Resultados: focaliza os desafios para o público-alvo da organização. Em outras palavras, significa o que a instituição deve entregar para atender as necessidades e expectativas do seu público.

- Intensificar a atuação do Ifes como instituição promotora de educação profissional, científica e tecnológicas;
- Ampliar a oferta de educação profissional, científica, tecnológica, pública, gratuita e de excelência em todos os níveis;
- Ampliar as ações de extensão tecnológica e comunitária, com base em parcerias e foco no desenvolvimento regional;
- Ampliar a pesquisa aplicada, serviços técnicos científicos e soluções tecnológicas inovadoras.

Perspectiva de Processos: reúne os desafios internos que a organização deve superar para cumprir o seu papel institucional, ou seja, em quais processos internos a instituição deve ter excelência.

- Comunicar o valor do Ifes para as sociedades;
- Promover a eficácia e eficiência acadêmica com inclusão;
- Promover a verticalização do ensino articulada com os arranjos produtivos dos territórios;
- Fortalecer a produção acadêmica aplicada;
- Ampliar ações que promovam empregabilidade, empreendedorismo e mobilidade socialização;
- Intensificar a relação com setor produtivo e arranjos sociais e culturais;
- Incentivar práticas de inovação no ensino, pesquisa e extensão;
- Incentivar a inovação nos processos de trabalho;
- Consolidar a governança dos institutos.

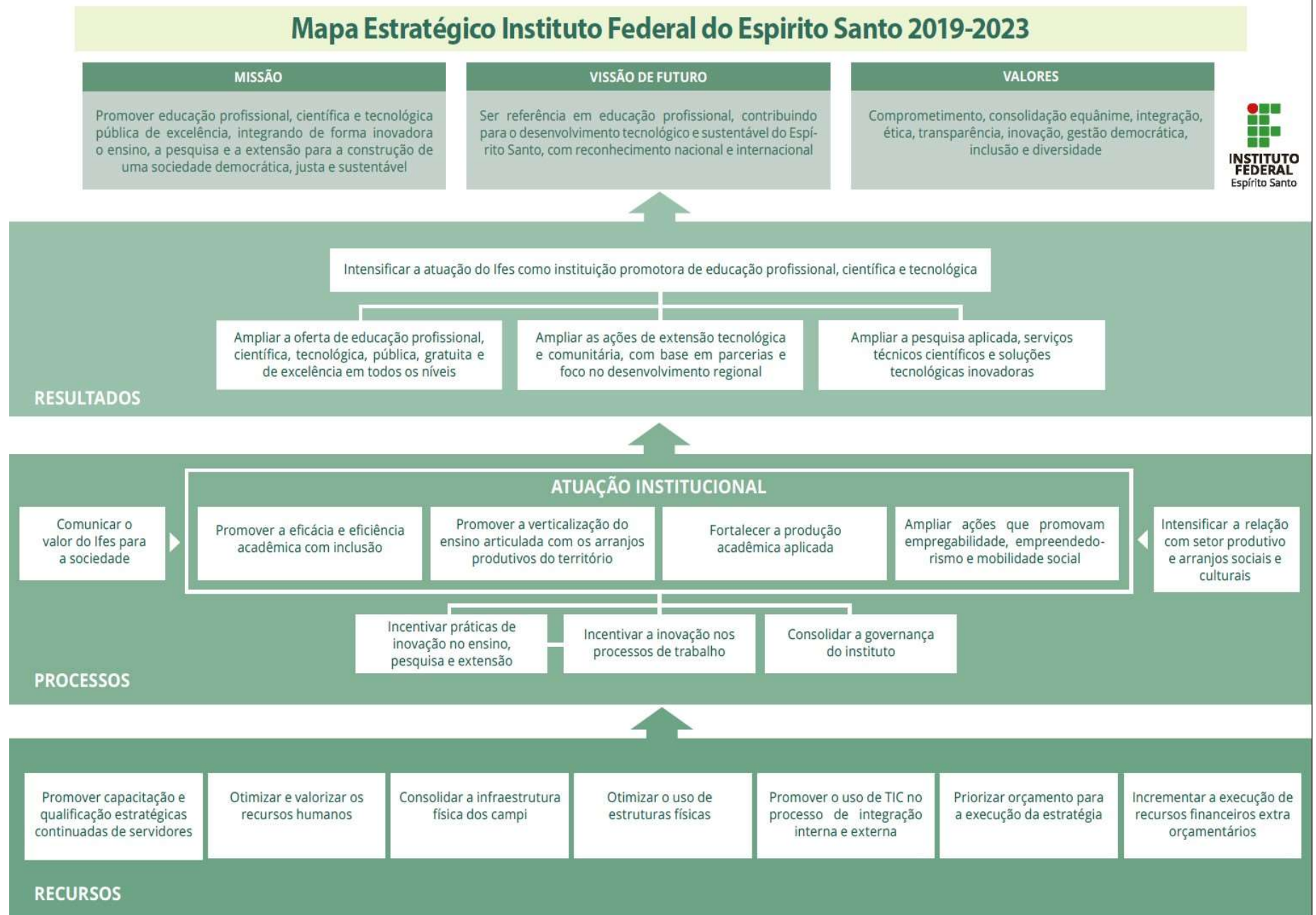
Perspectiva de Recursos: concentra os desafios para melhoria das pessoas que trabalham na organização tanto do ponto de vista quantitativo, quanto dos pontos de vista qualitativo e de alocação; lista os desafios que traduzem as necessidades de infraestrutura física e tecnológica que garantam processos de excelência.

- Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores;
- Otimizar e valorizar os recursos humanos;
- Consolidar a infraestrutura física dos *campi*;
- Otimizar o uso de estruturas físicas;

- Promover o uso de TIC no processo de integração interna e externalização;
- Priorizar orçamento para a execução da estratégia;
- Incrementar a execução de recursos financeiros extraorçamentários.

Estes objetivos estratégicos se conectam e interagem conforme apresentado no mapa abaixo:

Figura 5: Mapa Estratégico do Ifes



2.3 Painel de Indicadores

Os indicadores têm o propósito de testar o progresso do Ifes em direção aos seus objetivos estratégicos. O princípio é simples: se não há medição, não há controle. E se não há controle, não há gerenciamento. Ou seja, indicadores estratégicos mostram a relação entre os objetivos estratégicos e representam um teste permanente da validade da estratégia.

Os indicadores podem ser entendidos como informações numéricas que servem para relacionar recursos e produtos, assim como para avaliar o desempenho dos processos, programas, projetos e da própria organização em sua totalidade. De uma maneira simplificada, os indicadores são definidos como medidas que representam e quantificam um insumo, resultado, característica ou o desempenho de um processo, serviço, produto ou da organização.

O grande desafio de toda organização que implementa sistemática de medição está em dispor de número limitado de indicadores que comunique adequadamente o desempenho organizacional. A metodologia do BSC recomenda limitar o número de indicadores (média de 1,5 por objetivo) de modo a direcionar a análise ao que é estratégico e não confundi-la com a avaliação de desempenho do operacional. Da mesma forma, aconselha-se um “balanceamento” entre indicadores vigentes e novos, desde que respeitado o princípio de que o indicador “nasce” para atender um objetivo e não o contrário.

Em relação ao mapa estratégico, os indicadores devem ainda manter a relação de causa e efeito existente entre os objetivos, ou seja, devem preservar a mesma coerência que embasa a hipótese estratégica existente no mapa.

E importante também considerar a viabilidade de se obterem resultados de forma sistemática sem gerar ônus de trabalho excessivo para a organização. Com efeito, é fundamental que os indicadores sejam direcionados para as tomadas de decisão gerenciais voltadas para a solução dos problemas apontados, servindo de base para a revisão de metas estabelecidas. Por isso, os indicadores não podem agregar mais trabalho no dia-a-dia, nem tempo excessivo para serem coletados e obtidos.

Abaixo estão listados os indicadores do Planejamento Estratégico:

Figura 6: Painel de Indicadores Ifes

Painel de Indicadores							
OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	PERIODICIDADE	FONTE	CONSOL.	ANÁLISE	COLABORADOR
1. Intensificar a atuação do Ifes como instituição promotora de educação profissional, científica e tecnológica	Volume de atendimentos do Ifes	Somatório dos atendimentos realizados via: ensino, extensão, pesquisa e desenvolvimento institucional.	Anual	PNP / RG – PROREITORIA / SGC / LATTES – STELA EXPERTA	DPLA	DPLA	
2. Ampliar a oferta de educação profissional, científica, tecnológica, pública, gratuita e de excelência em todos os níveis	Volume de atendimento de ensino	Somatório do número de atendimentos de matrículas, estratificadas por: FIC, médio técnico, tecnólogos, bacharelado, licenciatura, aperfeiçoamento, especialização, especialização técnica, mestrado e doutorado (em todos os níveis e modalidade).	Anual	PNP	PI	Proen	
3. Ampliar as ações de extensão tecnológica e comunitária, com base em parcerias e foco no desenvolvimento regional	Volume de atendimento de extensão	Somatório dos atendimentos nas seguintes modalidades: • Programa e projetos; • Cursos e evento.	Anual	RG – PROREITORIA / Sistema de Gestão de Certificados (SGC)	Proex	Proex	
4. Ampliar a pesquisa aplicada, serviços técnicos científicos e soluções tecnológicas inovadoras	Volume de atendimento de pesquisa	Somatório do número de atendimentos por ação de pesquisa, estratificados por: pessoas, organizações e pesquisadores.	Anual	RG – PROREITORIA / LATTES – STELA / SIGPES	PRPPG	PRPPG	
5. Promover a eficácia e eficiência acadêmica com inclusão	Eficiência acadêmica	Referência PNP , estratificar a análise verificando o impacto na inclusão.	Anual	PNP	DPLA	Proen	
6. Promover a verticalização do ensino articulada com os arranjos produtivos do território	Verticalização do ensino	Referência PNP.	Anual	PNP	DPLA	Proen	

7. Fortalecer a produção acadêmica aplicada	Volume de recursos para produção acadêmica aplicada	Total de recursos captados e destinados a projetos de pesquisa aplicada, nas seguintes atividades: • Projetos de pesquisa aplicada; • Programas e projetos de extensão; • Projetos de inovação.	Anual	SIGPESQ/ FAPES/ CNPq	PRPPG/ Proex	PRPPG
	Volume de produção acadêmica	Somatório de resultados acadêmicos: • Publicações; • Soluções tecnológicas; • Registro de propriedade intelectual.	Anual	SIGPESQ/ FAPES/ CNPq	PRPPG/ Proex	PRPPG
	Taxa de pesquisa aplicada	Relação entre o número de projetos de pesquisa aplicada e o número total de pesquisas.	Anual	LATTES - STELA EXPERTA	PRPPG	PRPPG
8. Ampliar ações que promovam empregabilidade, empreendedorismo e mobilidade social	Eficácia das ações de extensão	Relação entre o número de pessoas atendidas por ações de extensão e o total de ações no período.	Semestral	RG - PROREI- TORIA	Proex	Proex
	Avaliação de egressos	Projeto Estratégico	-	-	-	-
9. Comunicar o valor do Ifes para a sociedade	Imagem institucional	Projeto Estratégico	Anual	Relatório de pesquisa	-	-
10. Intensificar a relação com setor produtivo e arranjos sociais e culturais	Índice de articulação institucional	Projeto Estratégico	-	-	-	-
11. Incentivar práticas de inovação no ensino, pesquisa e extensão	Taxa de inovação no ensino, pesquisa e extensão	Projeto Estratégico	-	-	-	-
12. Incentivar a inovação nos processos de trabalho	Recursos para inovação	Valor de recursos alocados em projetos de inovação focados no desenvolvimento institucional.	-	-	-	-
13. Consolidar a governança do instituto	iGovPub	Referência TCU.	Anual	TCU	DPLA	DPLA

14. Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores	Taxa de Implantação do Plano de Capacitação	Relação entre o número de ações de capacitação realizadas e número de ações de capacitação planejadas para o período.	Anual	Relatório de capacitação	DRGP	DRGP	
15. Otimizar e valorizar os recursos humanos	Relação Aluno Professor (RAP)	Referência PNP.	Anual	PNP	DPLA	Proen	
	Clima organizacional	Pesquisa de clima organizacional, estratificada para cada Campi e unidade descentralizada.	Semestral	Pesquisa interna	DRGP	DRGP	
16. Consolidar a infraestrutura física dos campi	Taxa de consolidação dos Campi	Relação entre as entregas realizadas e o total de entregas do programa de adequação de infraestrutura física.	Anual	Relatório do projeto	DPLA	DPLA	
17. Otimizar o uso de estruturas físicas	Taxa de ocupação	Referência PNP (novo).	Anual	PNP	DPLA	DPLA	
18. Promover o uso de TIC no processo de integração interna e externa	Taxa de implementação do SIG	Taxa de implementação dos módulos do SIG.	Semestral	Relatório do projeto	DRTI	PRODI	
19. Priorizar orçamento para a execução da estratégia	Taxa destinação de orçamento estratégico	Relação entre o orçamento destinado para projetos estratégicos e o total de orçamento previsto para os projetos.	Anual	Relatório do projeto / Reitoria Itinerante	DPLA	DPLA	
20. Incrementar a execução de recursos financeiros extra orçamentários	Volume de recursos extra orçamentário	Volume de recursos extra orçamentário captados e executados no exercício.	Anual	RG - Relatório Financeiro	PROAD	PROAD	

2.4 Metas Estratégicas

As metas definirão o nível de desempenho pretendido (valor) para um determinado período de tempo, portanto pressupõem comunicar um desafio futuro que promova um salto no desempenho de um indicador. Ou seja, as metas estratégicas não podem se limitar a representar, no futuro, uma projeção incremental do desempenho histórico.

Com efeito, estabelecer metas pressupõe a mobilização de esforços que motivam as pessoas a superar resultados já alcançados; enquanto os indicadores buscam traduzir a evolução no alcance de cada objetivo estratégico, as metas estabelecem o nível desejado de cada indicador quando do alcance dos resultados finais.

Para todo indicador, foi estipulado um nível desejado (meta) para os anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. As metas foram elaboradas considerando fatores de contexto (a situação de cada uma das áreas, as informações disponíveis, bem como situações do dia-a-dia de cada área) e a linha de base (quando houver). Desta forma, as metas apontam e comunicam o desafio, de forma tangível e quantificada, para os objetivos estratégicos.

As Metas Estratégicas apresentam os seguintes propósitos:

- Estabelecer/comunicar o nível esperado de desempenho à organização;
- Mobilizar toda a organização com foco em resultados tangíveis e mensuráveis;
- Possibilitar que os indivíduos percebam qual é a sua contribuição à estratégia geral da organização;
- Concentrar as atenções da organização em melhorias.

A seguir, apresenta-se uma ficha de acompanhamento para os indicadores.

Figura 7: Metas Estratégicas do Ifes

Proposta de Metas

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	DADOS DO IFES			ESCALONAMENTO DE METAS POR ANO				
			TIPO	2018	META 5 ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
1. Intensificar a atuação do Ifes como instituição promotora de educação profissional, científica e tecnológica	Volume de atendimentos do Ifes	Somatório dos atendimentos realizados via: Ensino, Extensão, Pesquisa e Desenvolvimento Institucional.	Número Total Anual	56.666	100.200	65.373	74.080	82.786	91.493	100.200
2. Ampliar a oferta de educação profissional, científica, tecnológica, pública, gratuita e de excelência em todos os níveis	Volume de atendimento de ensino	Somatório do número de atendimentos de matrículas, estratificadas por: FIC, médio técnico, tecnólogos, bacharelado, licenciatura, aperfeiçoamento, especialização, especialização técnica, mestrado e doutorado (em todos os níveis e modalidade).	Total	35.664	52.000	38.931	42.198	45.466	48.733	52.000
			Qualificação Profissional	6.457	↑	52.000 sendo: - 8.000 melhoria da eficiência acad.; - 8.000 ampliação de matrículas com maturação de cursos - racionalização de ofertas de turmas e ingressantes por turma, nas modalidades presencial e à distância.				
			Técnico	16.904						
			Tecnologia	690						
			Bacharelado	5.103						
			Licenciatura	4.324						
			Especialização	1.554						
			Mestrado Profissional	560						
Mestrado	72									
3. Ampliar as ações de extensão tecnológica e comunitária, com base em parcerias e foco no desenvolvimento regional	Volume de atendimento de extensão	Somatório dos atendimentos nas seguintes modalidades: - Programa e projetos; - Cursos e evento.	Programas e projetos	2.281	47.000 é para o 100.000 (certificar o mesmo número de alunos do campi em projetos de extensão é um marcador) ↓	2.891	3.502	4.112	4.723	5.333
			Cursos e Eventos	17.821		22.590	27.359	32.129	36.898	41.667
			Total	20.102		47.000	25.482	30.861	36.241	41.620

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	DADOS DO IFES			ESCALONAMENTO DE METAS POR ANO					
			TIPO	2018	META 5 ANOS	2019	2020	2021	2022	2023	
4. Ampliar a pesquisa aplicada, serviços técnicos científicos e soluções tecnológicas inovadoras	Volume de atendimento de pesquisa	Somatório do número de atendimentos por ação de pesquisa, estratificados por: pessoas, organizações e pesquisadores.	Não consegue separar pesquisa aplicada da pesquisa total								
			Neste momento trabalharemos com os envolvidos diretos: professores, orientandos e partícipes do projetos	900	1.200	960	1.020	1.080	1.140	1.200	
	Volume de atendimento de serviços técnicos científicos		Projeto estratégico para contabilizar (Proex e PRPPG)								
5. Promover a eficácia e eficiência acadêmica com inclusão	Eficiência acadêmica	Referência PNP, estratificar a análise verificando o impacto na inclusão.	GERAL	54,50%	75,00%	58,60%	62,70%	66,80%	70,90%	75,00%	
			Qualificação Profissional	65,10%							
			Técnico	52,90%							
			Tecnologia	22,50%							
			Bacharelado	35,00%							
			Licenciatura	20,20%							
			Especialização (lato sensu)	60,10%							
			Mestrado	68,20%							
			Mestrado Profissional	88,10%							
6. Promover a verticalização do ensino articulada com os arranjos produtivos do território	Verticalização do ensino	Referência PNP	Qualificação Profissional	16,99%							
			Técnico	47,40%							
			Graduação	28,64%							
			Pós-Graduação	61,3%							

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	DADOS DO IFES			ESCALONAMENTO DE METAS POR ANO				
			TIPO	2018	META 5 ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
7. Fortalecer a produção acadêmica aplicada	Volume de recursos para produção acadêmica aplicada	Total de recursos captados e destinados a projetos de pesquisa aplicada, nas seguintes atividades: - Projetos de pesquisa aplicada; - Programas e projetos de extensão; - Projetos de inovação.	Projetos de pesquisa aplicada	R\$ 4.093.545,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000				
			Programas e projetos de extensão	R\$ 717.524,60	R\$ 3.500.000,00	R\$ 3.500.000				
			Projetos de inovação	R\$ 522.442,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000				
			Captação do Polo de Inovação	R\$ 1.580.157,99	R\$ 2.100.000 (2020)	R\$ 2.100.000				
			Total	R\$ 6.913.669,59	R\$ 7.600.000,00	R\$ 7.600.000				
	Volume de produção acadêmica	Somatório de resultados acadêmicos: - Publicações; - Soluções tecnológicas; - Registro de propriedade intelectual.	Publicações	1.323	1.300	1.300				
			Depósito para Registro de Propriedade Intelectual	32	20	20				
			Total	1.355	1.320	1.320				
			Produtos acadêmicos e soluções tecnológicas mapeados a partir de repositórios	Produto em construção						
	Taxa de pesquisa aplicada	Relação entre o número de projetos de pesquisa aplicada e o número total de pesquisas.	Ou uma intervenção junto ao Stela ou este indicador vira um projeto estratégico							
8. Ampliar ações que promovam empregabilidade, empreendedorismo e mobilidade social	Eficácia das ações de extensão	Relação entre o número de pessoas atendidas por ações de extensão e o total de ações no período.	Pessoas atendidas por ações de extensão	20.102	47.000	25.482	30.861	36.241	41.620	47.000
			Ações de extensão período	380	783	461	541	622	703	783
			Pessoas por ação	52,9	60,0	54,3	55,7	57,2	58,6	60,0
Avaliação de egressos	Projeto Estratégico									
9. Comunicar o valor do Ifes para a sociedade	Imagem institucional	Projeto Estratégico								
10. Intensificar a relação com setor produtivo e arranjos sociais e culturais	Índice de articulação institucional	Projeto Estratégico								
11. Incentivar práticas de inovação no ensino, pesquisa e extensão	Taxa de inovação no ensino, pesquisa e extensão	Projeto Estratégico								

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	DADOS DO IFES			ESCALONAMENTO DE METAS POR ANO				
			TIPO	2018	META 5 ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
12. Incentivar a inovação nos processos de trabalho	Recursos para inovação	Valor de recursos alocados em projetos de inovação focados no desenvolvimento institucional.								
13. Consolidar a governança do instituto	iGovPub	Referência TCU	IGG (índice integrado de governança e gestão pública)	34%	80,00%	47,80%	59,30%	68,50%	75,40%	80,00%
			IGovPub (índice de governança pública)	48%	80,00%	57,60%	65,60%	72,00%	76,80%	80,00%
			IGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	33%	80,00%	47,10%	58,85%	68,25%	75,30%	80,00%
			IGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	22%	80,00%	39,40%	53,90%	65,50%	74,20%	80,00%
			IGovTI (índice de governança e gestão de TI)	40%	80,00%	52,00%	62,00%	70,00%	76,00%	80,00%
			IgestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	35%	80,00%	48,50%	59,75%	68,75%	75,50%	80,00%
			IgovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	24%	80,00%	40,80%	54,80%	66,00%	74,40%	80,00%
			IGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	30%	80,00%	45,00%	57,50%	67,50%	75,00%	80,00%
14. Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores	Taxa de Implantação do Plano de Capacitação	Relação entre o número de ações de capacitação realizadas e número de ações de capacitação planejadas para o período.								
15. Otimizar e valorizar os recursos humanos	Relação Aluno Professor (RAP)	Referência PNP.	RAP (usar a metodologia de cálculo da PNP)	23,05	23,05	23,05	23,05	23,05	23,05	23,05
	Clima organizacional	Pesquisa de clima organizacional, estratificada para cada Campi e unidade descentralizada.	Clima Organizacional	78,97%	80,00%	80,00%				
16. Consolidar a infraestrutura física dos campi	Taxa de consolidação dos Campi	Relação entre as entregas realizadas e o total de entregas do programa de adequação de infraestrutura física.								

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	DADOS DO IFES			ESCALONAMENTO DE METAS POR ANO				
			TIPO	2018	META 5 ANOS	2019	2020	2021	2022	2023
17. Otimizar o uso de estruturas físicas	Taxa de ocupação	Referência PNP (novo)								
18. Promover o uso de TIC no processo de integração interna e externa	Taxas de implementação do SIG, possibilidade de trabalhar-se com 3: SIGRH, Sipac e SIGAA.	Percentual de disponibilização de módulos para uso	Percentual	40,7% (hoje)	100% (2020)	65,00%	100,00%			
		Percentual de módulos em uso (levantamento/declaração Sipac+SIGRH)	Percentual	24,0% (hoje)	100% (2022)	50,00%	70,00%	85,00%	100,00%	
		Número de requisições geradas nos sistemas (SIGAA; Sipac; SIGRH)	Número	100000 requisições/dia (hoje)	Avaliação futura	Avaliação futura				
		Acréscimo de Armazenamento de Dados	Número/GB	10 GB no último mês (abril/maio)	Avaliação futura	Avaliação futura				
		Percentual de Processos Eletrônicos em Relação ao Total – Sipac	Taxa	29% (hoje)	100% (2019)	100,00%				
		Percentual de cursos cadastrados – SIGAA (4-330)	Taxa	1,2% (hoje)	100% 2020	35,00%	100,00%			
19. Priorizar orçamento para a execução da estratégia	Taxa destinação de orçamento estratégico	Relação entre o orçamento destinado para projetos estratégicos e o total de orçamento previsto para os projetos.								
20. Incrementar a execução de recursos financeiros extra orçamentários	Volume de recursos extra orçamentário	Volume de recursos extra orçamentário captados e executados no exercício.								

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1 Projeto Pedagógico Institucional

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é o instrumento teórico e metodológico que define a política pedagógica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Trata-se de um documento norteador das práticas cotidianas, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, uma vez que indica os elementos de caráter político, pedagógico e filosófico que fundamentam as ações educacionais, buscando promover as condições de humanidade e sociedade que são desejadas coletivamente pela instituição.

O PPI faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e se orienta a partir da sua missão, das diretrizes e dos objetivos, constituindo-se em referência fundamental e concreta não apenas para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, mas também para a pluralidade de práticas pedagógicas que coexistem no cotidiano institucional. O Projeto estabelece princípios e diretrizes para a elaboração dos planos estratégicos e operacionais da instituição – educacionais e de gestão – e traduz as principais concepções que norteiam as ações de ensino, pesquisa e extensão.

Por ser dinâmico e participativo, o PPI demanda atualizações periódicas que devem ser realizadas de forma coletiva, com a atuação ativa dos sujeitos envolvidos: a comunidade escolar, a família e os demais membros da sociedade civil. Trata-se de uma tarefa complexa, uma vez que conta com ampla participação dos representantes das diferentes categorias e com a garantia de espaços consultivos de atuação.

Os assuntos abordados no documento estão organizados em Princípios, Políticas e Diretrizes. Por isso, é importante que seja trazida, logo nesta apresentação, a compreensão que se tem de cada um desses elementos.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello (2000), **Princípio** é, por definição, o mandamento nuclear de um sistema, o seu verdadeiro alicerce, a disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para a exata compreensão e inteligência delas, exatamente porque define a lógica e a racionalidade do sistema normativo, conferindo-lhe a tônica que lhe dá sentido harmônico. O sentido etimológico da palavra princípio nos faz compreender o seu significado como o ponto de partida, o começo de alguma coisa, aquilo que vem antes, na frente, o que fundamenta.

Dessa forma, em todo processo de escolha ou tomada de decisão, levamos em conta um conjunto de valores que carregamos e que regem nossas ações, os quais são os princípios que nos constituem ou que defendemos. Portanto, ao definirmos o conjunto de Políticas, Diretrizes, Planos e Projetos, quaisquer que sejam, é imperioso consultar os princípios que orientarão todas as nossas ações.

As **Políticas** de gestão consistem em definições das posturas da instituição quanto às diferentes temáticas que devem ser desenvolvidas, com foco no alcance de sua missão e visão. São consideradas como os objetivos maiores que nortearão o planejamento estratégico. Na construção dessas políticas, é fundamental que se promova e garanta o alinhamento com os princípios, as diretrizes, a missão, a visão e os valores institucionais.

As **Diretrizes** são os caminhos, as direções, os rumos que devemos seguir. São orientações constituídas por um conjunto de normas comuns que orientam os procedimentos a serem observados e seguidos na organização da instituição. As diretrizes são mais operacionais, mais funcionais que os princípios. Os princípios são os fundamentos que orientarão a escolha dos caminhos. É a mesma relação que se faz entre fundamentos e metodologias, ou seja, eles precisam estar alinhados.

3.1.1 Amparo Legal

O PPI, bem como todo o trabalho educacional, está pautado na legislação que orienta e normatiza as ações da educação no âmbito nacional.

Assim, o Ifes, como instituição de Educação Básica, Profissional e Superior, deve pautar-se em alguns documentos legais para orientar suas atividades educacionais, destacados a seguir:

Legislação Federal de Ampla Abrangência

- Constituição Federal de 1988 – artigos 205, 206, 208 e 225, §1º, inciso VI.
- Lei N.º 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, principal documento da educação brasileira e que organiza o sistema educacional.
- Lei N.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

Ações Afirmativas

- Lei N.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei N.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

Alimentação Escolar

- Lei N.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis N.º 10.880, de 9 de junho de 2004, N.º 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, N.º 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória N.º 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei N.º 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
- Resolução CD/FNDE N.º 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

- Resolução CD/FNDE N.º 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE N.º 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Assistência Estudantil

- Decreto N.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Atendimento Domiciliar

- Decreto-Lei N.º 1.044, de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica.
- Lei N.º 6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.
- Lei Nº 13.716, de 24 de setembro de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.

Combate ao Bullying e Educação para a Vida

- Lei N.º 11.988, de 27 de julho 2009. Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências.
- Lei N.º 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).
- Lei N.º 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Direitos Humanos

- Decreto N.º 7.388, de 09 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD.
- Resolução CNE/CP N.º 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Educação a Distância

- Resolução CNE/CEB N.º 01, de 02 de fevereiro de 2016. Define Diretrizes Operacionais Nacionais para o credenciamento institucional e a oferta de cursos e programas de Ensino Médio, de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e de Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, na modalidade Educação a Distância, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino.
- Resolução CNE/CES N.º 01, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- Decreto N.º 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (programas de ensino a distância).

Educação Ambiental

- Lei N.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- Lei N.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Decreto N.º 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP N.º 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Educação Básica e Educação Profissional Técnica de Nível Médio

- Decreto N.º 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
- Lei N.º 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.
- Lei N.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências.
- Lei N.º 11.988, de 27 de julho de 2009. Cria a Semana de Educação para a Vida, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio de todo o País, e dá outras providências.

- Resolução CNE/CEB N.º 06, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Resolução CNE/CEB N.º 01, de 5 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.
- Resolução CNE/CEB N.º 03, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Educação de Jovens e Adultos

- Resolução CNE/CEB N.º 01, de 05 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- Decreto N.º 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências.
- Documento Base do Proeja, 2007 – Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- Resolução CNE/CEB N.º 03, de 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
- Lei N.º 13.632, de 06 de março de 2018. Altera a Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.

Educação Especial/Inclusiva

- Lei N.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990.
- Decreto N.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
- Lei N.º 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

- Lei N.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Resolução CNE/CEB N.º 2, de 11 de Setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.
- Lei N.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.
- NBR 9050, de 31 de maio de 2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Decreto N.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. MEC, 2008.
- Decreto N.º 6.949, de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
- Resolução CNE/CEB N.º 4, de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
- Decreto N.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.
- Decreto N.º 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver Sem Limite.
- Lei N.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei N.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Lei N.º 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Orientação quanto a documentos comprobatórios

de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar.

- Educação 2030, Declaração de Incheon Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos, de 2016.
- Decreto N.º 9.656, de 27 de dezembro de 2018. Altera o Decreto N.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei N.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Educação para as Relações Étnico-Raciais e Indígena

- Lei N.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP N.º 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- Lei N.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
- Lei N.º 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
- Resolução CNE/CEB N.º 05, de 22 de junho de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.
- Resolução CNE/CEB N.º 08, de 20 de novembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.
- Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2013.

Estágio Curricular Supervisionado e Visita Técnica

- Lei N.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.
- Resolução CNE/CEB N.º 1, de 21 de janeiro de 2004. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

- Resolução CNE/CEB N.º 2, de 04 de abril de 2005. Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação.

Extensão

- Resolução N.º 07, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei N.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Frequência, Faltas e Abono de Faltas

- Lei N.º 13.796, de 3 de Janeiro de 2019. Altera a Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.

Gênero e Diversidade Sexual

- Resolução CNCD/LGBT N.º 12, de 16 de janeiro de 2015. Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.
- Decreto N.º 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução CNE/CP N.º 01, de 19 de janeiro de 2018. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares.

Graduação

- Resolução CNE/CP N.º 01, de 18 de fevereiro de 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena.
- Resolução CNE/CP N.º 02, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena e de formação de professores da Educação Básica em nível superior.
- Resolução CNE/CES N.º 11, de 11 de março de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

- Resolução CNE/CP N.º 03, de 18 de dezembro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.
- Resolução CNE/CES N.º 02, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Resolução CNE/CP N.º 02, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- Resolução CNE/CP N.º 01, de 09 de agosto de 2017. Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP N.º 02, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- Resolução CNE/CES N.º 02, de 24 de abril de 2019. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia.

Ingresso e Avaliação das Instituições de Ensino Superior – IES

- Lei N.º 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.
- Decreto N.º 7.824, de 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei N.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.
- Decreto N.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Decreto N.º 9.034, de 20 de abril de 2017. Altera o Decreto N.º 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei N.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Pesquisa

- Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, principal documento da educação brasileira e que organiza o sistema educacional. Art. 44, o Art. 77, § 2º, Art. 79, Art. 84 e Art. 86 Art. 77, § 2º.

- Lei N.º 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Art. 5º, § 6º, o Art. 6º (item VIII), o Art. 7º (item III).
- CAPES, Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) – 2011-2020, Vol I e II, dezembro de 2010.
- Lei N.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, entre outras providências. Inciso VII do Art. 21.
- Lei N.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Meta 1 – estratégia 1.9, Meta 4 – estratégia 4.5, 4.10, 4.11, Meta 12, Meta 13 e Meta 14.
- Resolução CS Ifes N.º 27, de 19 de junho de 2015. Regulamenta o estágio pós-doutoral
- Resolução CS Ifes N.º 48, de 9 de novembro de 2015. Estabelece normas e procedimentos específicos para Projetos de Pesquisa.
- CAPES, Relatório Final 2016 da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020, fevereiro de 2017.
- Resolução CS Ifes N.º 02, de 14 de março de 2016. Regulamenta os programas de apoio à pesquisa e à pós-graduação no âmbito do Ifes.
- Resolução CNE/CES N.º 07, de 11 de dezembro de 2017. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu.
- Resolução CNE/CES N.º 01, de 6 de abril de 2018. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização.
- Resolução CNE/CES N.º 04, de 11 de dezembro de 2018. Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu.

3.2 Concepções Político-Pedagógicas

3.2.1 Ser Humano, Sociedade e Educação

O Ifes enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão, compreende a educação como um processo permanente de formação integral que abrange as dimensões ética, estética, política, científica, tecnológica e se constitui nas relações entre os sujeitos em seus diferentes contextos. Essa forma de conceber a educação considera o sujeito como um ser social, histórico e cultural, constituído por meio das interações com os outros em uma sociedade criada pelo homem e que, concomitantemente, tem criado o próprio homem. Nessa

perspectiva, a educação possibilita a apropriação de conhecimentos indispensáveis para o exercício da cidadania, o desenvolvimento da produção de novos conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, o preparo para o exercício de profissões, a ampliação cultural, além de fornecer meios para progredir nos estudos e no trabalho, sobretudo em uma sociedade desejosa por maior igualdade entre as classes sociais e entre os indivíduos que as compõem.

3.2.2 Educação Profissional, Técnica e Tecnológica

A educação profissional, técnica e tecnológica é entendida como um processo formativo pelo qual o conhecimento científico adquire, para o sujeito, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos. Assim, a educação profissional integra a formação plena dos sujeitos (adolescentes, jovens e adultos) que a constituem, possibilitando novas construções intelectuais, a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento.

A oferta de educação profissional nos diferentes níveis e modalidades de ensino do Instituto se fundamenta na concepção de trabalho como princípio educativo que medeia a produção de existência e objetivação da vida humana ao articular atividades materiais e produtivas aos conhecimentos da ciência, da arte, da cultura, da técnica e da tecnologia, com a finalidade de orientar os processos formativos em toda a sua multidimensionalidade. É acreditar em uma educação profissional potencializadora da formação emancipatória do ser humano em toda sua perspectiva social, cultural, política e ambiental em um movimento que o capacite para a transformação das condições naturais e sociais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

3.2.3 Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade específica da Educação Básica que se propõe a atender um público ao qual foi negado o direito à educação durante a infância e/ou adolescência, seja pelas ofertas irregulares e diversas outras inadequações dos sistemas de ensino, seja pelas condições socioeconômicas desfavoráveis que encaminham esses estudantes para o mundo do trabalho precocemente. Esses fatores foram obstáculos para a conclusão dos itinerários educativos desses sujeitos no período considerado próprio pela legislação vigente.

A concepção de EJA que se pretende visa a formação humana, compreendendo, portanto, o seu sentido mais amplo, que é a defesa do direito do trabalhador a uma aprendizagem ao longo da vida. Objetiva, também, a garantir o acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e na construção de uma sociedade justa e democrática.

Assim, enquanto sujeitos de direitos, o acesso à escolarização básica e à formação profissional, de maneira indissociável e, portanto, integrada, rompe com o modelo de formação aligeirada, instrumental e compensatória que sempre permeou as políticas voltadas para os jovens e adultos trabalhadores.

3.2.4 Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

O Ifes segue a definição de Educação Especial apresentada na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008c): “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular”. Nesse sentido, considera que todos os cursos oferecidos na instituição devem ser organizados de forma a garantir não apenas acessibilidade, mas também condições para o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem, adequando e ressignificando currículos e práticas.

3.2.5 Educação, Gênero e Sexualidade

As questões de gênero possuem uma longa relação com a história da humanidade, e em especial, com a educação. A construção das relações de poder entre homens e mulheres criou gerações e aportes epistemológicos sexistas que construíram as bases da sociedade por meio dos pilares das diferenças entre o universo masculino e o universo feminino. A sociedade compreendeu-se a partir de um “lugar” diferente, e um tanto quanto que distante, entre os gêneros, colocando, ainda, nos porões do preconceito, as questões inerentes à sexualidade e à diversidade sexual. A trans-homofobia e o machismo ainda compõem a realidade social brasileira, e o Ifes se compromete e se posiciona na luta por uma sociedade equânime e que respeita a diversidade.

Ao se falar de gênero há comprometimento com certo campo epistemológico não biologicista, que reduz o gênero ao orgânico e à redução genitalizante, uma vez que masculinidades e feminilidades são construções psicológicas, históricas, culturais, políticas. Não se reduz gênero ao binarismo cisgênico, mas entende-se toda a complexidade do fazer humano que pode constituir-se a partir de uma identidade de gênero também trans ou *queer*. São amplos os modos de composição não binária quando se refere a gênero, ao qual se adota para além de suas definições, os modos humanos e os direitos de conviver nos espaços públicos por meio da tolerância, do respeito e do acolhimento.

A mesma complexidade abarca as questões inerentes a orientação sexual, a qual é entendida como aquela que “se refere à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico” (BRASIL, 2007, p. 17). Esse desejo pode dar-se de muitos modos e mediante a fixação de objetos de desejo, mas que não se resumem às heterossexualidades e às homossexualidades, tendo ampla cadeia de conjugações.

Ao compreender e reconhecer que a diversidade de gêneros e Orientações sexuais são categorias sociais nada estanques, mas fluídas, intenta-se romper com situações de preconceito e discriminação vivenciadas por

homens e mulheres (cisgêneros e transgêneros) em função de suas identidades e de suas orientações sexuais. Debater esse tema requer reflexões sobre os direitos relativos à sexualidade, sobre as relações desse tema com a constituição dos papéis sociais e das variadas composições familiares, bem como um panorama sobre as mobilizações e a organização do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) no Brasil, e ainda, na mobilização dos diferentes modelos dos feminismos.

Cabe ao Ifes, assim como a qualquer outra instituição educacional, implementar ações com vistas à promoção da equidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento do sexismo, do machismo, da trans-homofobia e dos discursos de ódio, uma vez que esses ganham forma de violência. Para isso, encontra-se respaldo em propostas de ações governamentais relativas à educação, conscientização e mobilização contidas no Programa Nacional de Direitos Humanos II (BRASIL, 2002), no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2004), no Programa Brasil sem Homofobia (BRASIL, 2004) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2006).

Mesmo quando da escolha epistêmico-metodológica da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017b) não deixar evidenciada os termos “gênero” e “orientação sexual”, tal documento, em suas competências sobre Direitos Humanos, deixa claro que o respeito e a tolerância são norteadores da educação brasileira, permitindo-se a inclusão desses temas dentro da luta pelas garantias da identidade de gênero.

3.2.6 Educação para as Relações Étnico-Raciais

Ao longo dos séculos da história brasileira, o preconceito perpetrado por boa parte da sociedade fomentou estratégias que mantiveram negros e indígenas à margem dos direitos devidos a todos os cidadãos. Ainda hoje, indivíduos e instituições continuam promovendo posturas racistas e propagando desigualdades. Por isso, tem sido necessário que movimentos sociais organizados reivindiquem políticas públicas com o intuito de corrigir disparidades, começando por garantir a todos os brasileiros igualdade de direito e de acesso à sua própria história e cultura.

A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial de toda a rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”(BRASIL, 2008b). Os Artigos 26, 26 A e 79 B da Lei 10.639/2003 asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. Essa alteração buscou propiciar a efetivação de projetos e ações curriculares para combater práticas de racismo e xenofobia nos espaços escolares, com a orientação trazidas por essas Leis na organização curricular, promovendo o conhecimento e o intercâmbio cultural da história e da cultura de dois povos formadores da população brasileira (BRASIL, 2003).

Além disso, a Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, deixa claro que a educação para as relações étnico-raciais deve contemplar as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação histórica da sociedade brasileira, notadamente as matrizes indígena, africana e europeia (BRASIL, 2012).

O espaço escolar é fértil para o desenvolvimento de práticas sociais as mais variadas, inclusive para o desenvolvimento de práticas nocivas como o racismo. Diante disto, o Ifes assume o desafio de desenvolver ações que atuem no fortalecimento de identidades e na constituição de espaços de formação humana, fundamentados nas normativas pertinentes à educação para as relações étnico-raciais, para combater toda e qualquer forma de invisibilidade racial, racismo, discriminação e preconceito, demarcando um processo educacional atento ao caráter político que as diferenças culturais assumem no cotidiano escolar e no processo histórico da própria sociedade.

3.2.7 Educação para a Sustentabilidade

Ao se incluir a Educação Ambiental (EA) no planejamento institucional, deve-se ter especial atenção para não reduzir esse campo, tão complexo e sensível, a uma vertente biologicista, unilateralmente considerada. Isso, pelo fato que, dessa forma, acaba-se por não enfrentar as questões de fundo que estão no epicentro da EA, tais como: a relação dialética sociedade-natureza, as desigualdades, a injustiça e a exclusão social ou o consumismo desenfreado.

A importância da escola no processo de formação da cidadania socioambiental recai no fato de que essa instituição não se constitui como o único, mas como um *locus* privilegiado do território para a consolidação da democracia como valor em que a participação é o paradigma dessa prática social. Nesse contexto, a defesa da qualidade ambiental é valor inseparável da dimensão da cidadania, com destaque para vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais, que por sua vez, estabelecem a organização e a participação da coletividade.

É nessa confluência complexa que a EA crítica, emancipatória e transformadora poderá ser geradora/indutora de uma cidadania socioambiental. Desse modo, a EA constitui-se como eixo estratégico e articulador entre a democratização dos conhecimentos científicos historicamente produzidos e democratização das relações de poder postas no âmbito da gestão do espaço público como direito.

3.3. Ensino

3.3.1 Concepções e Princípios

Os princípios adotados pelo ensino fundamentam-se nas concepções político-pedagógicas institucionais apresentadas neste documento e norteiam-se na lei de criação dos Institutos Federais que destaca nosso papel de instituição de educação profissional e tecnológica e pressupõe um conjunto de objetivos e características que nos identifica como instituição peculiar, não apenas pela oferta, mas pela referência que devemos ser às demais instituições educativas e instituições sociais.

Nesse sentido, o ensino no Instituto Federal do Espírito Santo, observará os seguintes parâmetros de atuação e gestão:

- A oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- O desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- Atuar promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino.

3.3.2 Políticas

As principais políticas definidas para o desenvolvimento do Ensino na instituição são:

- Consolidação de políticas de ensino que promovam a identidade institucional por meio de um processo de construção coletiva, considerando as diversas áreas do conhecimento e as especificidades de cada campus, bem como a diversidade de ofertas próprias da rede federal;
- Efetivação de processos de ensino pautados pelo direito à aprendizagem integral de todos os sujeitos;
- Articulação dos processos pedagógicos de ensino, pesquisa e extensão, consolidando a indissociabilidade entre eles;
- Implementação de práticas curriculares e pedagógicas pautadas pela integração da formação básica e profissional, nos conhecimentos gerais e específicos, articulando teoria e prática mediadas pelo trabalho, ciência, tecnologia, cultura e sustentabilidade, para superar a fragmentação dos conhecimentos e construir processos emancipatórios;

- Implementação de políticas sistêmicas de formação continuada e em serviço para os profissionais da educação, voltadas para o aprimoramento profissional e, conseqüentemente, para a melhoria dos serviços prestados e da qualidade social da educação;
- Criação e implementação da política de educação especial na perspectiva inclusiva, garantindo o pleno direito das pessoas com necessidades específicas de realizar seu percurso formativo em todos os níveis e modalidades;
- Institucionalização da Educação de Jovens e Adultos;
- Institucionalização de Políticas de Permanência e Êxito dos estudantes;
- Implementação e fortalecimento da Política de Educação para as relações étnico-raciais;
- Criação e implementação da Política de Educação Ambiental;
- Implementação de ações com vistas à promoção da equidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento do sexismo, do machismo, da trans-homofobia, dos discursos de ódio e da violência.

3.3.3 Diretrizes

Com base nas concepções institucionais de educação, na legislação vigente, nos princípios e políticas acima apresentados, destacamos as seguintes diretrizes:

- Garantir que os Projetos Políticos Pedagógicos (PPCs) estejam alinhados com as concepções e orientações contidas no PDI, com a legislação brasileira e com as demais normativas institucionais;
- Garantir a implantação de cursos em todos os níveis e modalidades de ensino, obedecendo à legislação vigente, observando a demanda regional, os recursos institucionais disponíveis e assegurando os percentuais definidos na Lei de criação dos Institutos;
- Buscar a melhoria contínua da qualidade dos cursos ofertados, por meio de avaliação institucional e política de egressos;
- Ampliar a divulgação dos cursos ofertados e expandir o acesso às informações científicas, tecnológicas, artísticas e culturais;
- Incentivar a implantação de ambientes virtuais nos variados níveis e modalidades de ensino e fomentar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas aulas de cursos presenciais;
- Flexibilizar a oferta de disciplinas optativas e eletivas de maneira a atender vários cursos, inclusive fazendo uso das TICs e da Educação a Distância (EaD);

- Fortalecer o trabalho em rede, estimulando o intercâmbio de conhecimentos e práticas entre os campi do Ifes e demais Institutos Federais;
- Criar e implementar uma política de educação para a sustentabilidade ou educação ambiental;
- Efetivar a integração curricular nos PPCs dos cursos ofertados;
- Garantir condições de permanência e sucesso, respeitando as necessidades específicas e as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais e como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais, bem como os princípios de sustentabilidade;
- Aprimorar e diversificar os métodos de avaliação da aprendizagem e da qualidade do ensino;
- Estimular a promoção de práticas educacionais que valorizem o protagonismo estudantil, o empreendedorismo e a inovação;
- Incentivar a produção de materiais didático-pedagógicos alternativos e experimentais, considerando a diversidade dos estudantes e dos componentes curriculares;
- Promover a flexibilização curricular, visando o atendimento a diferentes necessidades dos discentes;
- Incentivar a cultura de desenho universal e a criação de repositórios institucionais dos materiais e documentos produzidos;
- Estimular a participação discente em atividades de pesquisa, de extensão e práticas integradas à formação profissional;
- Criar mecanismos que assegurem o acompanhamento pedagógico de todos os níveis e modalidades de ensino;
- Aprimorar e diversificar os métodos de avaliação da aprendizagem e da qualidade do ensino;
- Incentivar o desenvolvimento de conteúdos por meio de projetos interdisciplinares, encontros tecnológicos, visitas técnicas e ou culturais envolvendo as diversas áreas do conhecimento, a pesquisa e a interação com a comunidade;
- Promover práticas educacionais voltadas para as diversidades socioculturais, de identidade, de gênero, de etnia, de raça, de sexualidade e de necessidades específicas;
- Promover práticas inclusivas e adequações curriculares que atendam às necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial;
- Promover políticas de formação dos servidores (docentes e técnico-administrativos) nas diversas áreas, obrigatoriamente, em Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação de Jovens e Adultos, Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação a Distância, Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, entre outros;

- Capacitar os servidores para uso e aplicação das tecnologias assistivas e acessibilidade;
- Desenvolver formação continuada para gestores de processos educacionais;
- Desenvolver formação de lideranças para o exercício da representatividade;
- Fortalecer ações de inclusão, permanência e sucesso, promovendo uma educação fundamentada na atenção à diversidade;
- Promover a adaptação de materiais didático-pedagógicos visando a acessibilidade para atendimento aos discentes com necessidades educacionais específicas;
- Ampliar a promoção da equidade no acesso aos cursos do Ifes, por meio de atendimento diferenciado, no âmbito do processo seletivo, para os candidatos com necessidades específicas;
- Consolidar ações inclusivas no instituto garantindo a elaboração, a implementação e o acompanhamento de documentos norteadores;
- Fortalecer os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napnes) nos campi, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Garantir estrutura física adequada ao funcionamento das ações administrativas e assistivas dos Napnes, assim como equipe mínima para Atendimento Educacional Especializado, aquisição dos equipamentos necessários para o desenvolvimento do trabalho e sala de recursos multifuncionais;
- Criar a Política Institucional de Educação de Jovens e Adultos;
- Garantir a atuação contínua do Comitê Permanente de Educação de Jovens e Adultos do Ifes como órgão consultivo, propositivo e de acompanhamento da oferta da EJA;
- Garantir a ampliação das matrículas, a permanência e o êxito do público-alvo da EJA;
- Garantir a construção, implementação e fortalecimento do currículo integrado à educação profissional, prevendo projetos pedagógicos de cursos que respeitem as especificidades da EJA, desenvolvendo metodologias integradoras, observando a Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos;
- Assegurar, nos projetos pedagógicos de cursos técnicos integrados da EJA, a pesquisa e extensão como princípios pedagógicos alinhados ao perfil de formação do curso;
- Garantir o protagonismo dos estudantes da EJA nos processos pedagógicos e nos espaços decisórios da instituição;
- Implementar e monitorar o Plano Estratégico de Ações de Permanência e Êxito dos estudantes;
- Fomentar ações de mobilidade acadêmica discente;

- Promover práticas curriculares e pedagógicas que valorizem a história e a cultura afro-brasileira, africana e indígena, bem como a história e a cultura de cada região e localidade;
- Estruturar os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis), com recursos materiais/logísticos e humanos;
- Contratar professores/as especialistas nas temáticas educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e indígena;
- Criar componente curricular obrigatório de educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e indígena para os cursos de graduação e pós-graduação;
- Garantir o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no âmbito de todo o currículo dos cursos técnicos de nível médio;
- Aprimorar os processos de ações afirmativas para a garantia do acesso;
- Estimular estudos, pesquisas, projetos de extensão e inovações tecnológicas a partir do desenvolvimento de programas e projetos, em diversas áreas do conhecimento, com ênfase nas relações étnico-raciais;
- Elaborar e implementar os PPCs, utilizando metodologia participativa, como documento orientador da EA, no âmbito das unidades da Instituição;
- Conceber a EA e a Sustentabilidade Socioambiental, em uma vertente crítica e emancipatória, aos planejamentos de Ensino das disciplinas do ensino médio, ensino técnico e tecnológico, bacharelados e licenciaturas, bem como nos cursos de pós-graduação (especialização, *lato e stricto sensu*);
- Estabelecer plano de metas para garantir a EA no espaço institucional, visando especialmente sua presença na formação continuada de docentes e trabalhadores técnicos, nos currículos dos cursos oferecidos e nas ações didático-pedagógicas desenvolvidas nas unidades da Instituição;
- Instituir mecanismos que garantam o diálogo entre Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, possibilitando planejamento integrado para adoção da EA como elemento articulador das ações institucionais;
- Criar/destinar espaço institucional, para ancorar as ações sustentáveis através da EA e dos demais temas transversais segundo legislação vigente;
- Promover o desenvolvimento de projeto institucional permanente de EA, por parte de cada unidade de ensino da Instituição, a partir da vocação e arranjos produtivos locais/regionais;

- Criar grupo de trabalho com representantes das unidades de ensino e da comunidade local, responsável pelo estabelecimento da política de EA e pelo monitoramento da adoção das ações preconizadas;
- Regular o uso do nome social em documentos institucionais;
- Articular parcerias com órgãos, entidades e com núcleos de estudos sobre Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual, para promover discussões coletivas acerca do tema;
- Incentivar a criação de grupos de estudo, discussão e mobilização sobre temas como o feminismo, a luta contra o machismo e o sexismo, o patriarcalismo, a violência familiar e doméstica e o feminicídio;
- Garantir, no âmbito dos PPCs, ações de combate a quaisquer formas de discriminação e violência em função da orientação sexual, gênero e sexualidade;
- Valorizar práticas educacionais que promovam a mudança e transformação social no âmbito da garantia da dignidade humana, respeitando todas as crenças religiosas, assim como as não crenças;
- Assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa da região onde o campus está inserido, sem praticar qualquer forma de proselitismo;
- Estimular a promoção de práticas educacionais que contribuam para a superação das desigualdades de acesso aos bens materiais e imateriais, das discriminações praticadas sobre as diversidades socioculturais, de identidade, de gênero, de etnia, de raça, de orientação sexual, de deficiências, de religião, dentre outras e, de modo geral, as opressões vinculadas ao controle do poder por minorias sociais (Parecer CNE n. 08/2012).

3.4 Pesquisa

3.4.1 Concepção e Princípios

A Pesquisa consiste em um trabalho criativo empregado de forma sistemática, com o objetivo de aumentar o volume de conhecimentos, abrangendo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desses conhecimentos para novas aplicações (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2015).

No Ifes, a pesquisa deve ser vista como uma ação natural nas práticas cotidianas de gestores, docentes, servidores administrativos e discentes. Entre tais práticas, destaca-se a inserção no processo educativo emancipatório em todos os níveis de ensino, seja básico ou superior, seja como princípio educativo ou científico e tecnológico.

Enquanto princípio indissociável do ensino e da extensão, a pesquisa visa a geração e a ampliação do conhecimento, e busca a criação e a produção científica ou tecnológica. A integração da pesquisa com a extensão e com o ensino cria as condições necessárias para a atualização, a difusão e a aplicação dos conhecimentos e saberes, contribuindo para o desenvolvimento de um produto, a melhoria de um processo e o avanço do conhecimento técnico e científico, especialmente aqueles que são aplicados diretamente ao desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o Ifes busca cumprir seu papel de Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão, articulando a produção do conhecimento acadêmico com a difusão científica, tecnológica e cultural; aplicando as pesquisas no desenvolvimento científico e tecnológico, estendendo seus benefícios e aproximando-se da sociedade em busca de se consolidar como uma instituição de excelência no desenvolvimento técnico-científico.

O inciso VIII, do artigo 6º da Lei 11.892, dispõe que a finalidade dos Institutos Federais é “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”. Da mesma forma, de acordo com o inciso III, do Art. 7º – objetivos dos Institutos Federais, “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade” (BRASIL, 2008).

O termo Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) abrange três atividades: a pesquisa básica, a pesquisa aplicada e o desenvolvimento experimental. A pesquisa básica consiste em trabalhos experimentais ou teóricos desenvolvidos com a finalidade de adquirir novos conhecimentos sobre os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis, sem considerar uma aplicação ou um uso em particular. A pesquisa aplicada consiste igualmente em trabalhos originais empreendidos com o objetivo de adquirir novos conhecimentos. No entanto, ela é principalmente direcionada a um objetivo prático determinado. Trata-se de considerar os conhecimentos existentes e aprofundá-los com a finalidade de resolver problemas específicos, sendo muitas vezes empreendida em virtude do desenvolvimento de um projeto para explorar um resultado promissor obtido no âmbito de um programa de pesquisa básica. O desenvolvimento experimental consiste em trabalhos sistemáticos com base em conhecimentos existentes obtidos por pesquisa ou experiência prática, para lançar novos materiais, produtos, procedimentos, sistemas ou serviços, ou melhorar os já existentes (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2015).

Alinhado com a finalidade do instituto de formação e qualificação dos cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, bem como a ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional e no fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a política de pesquisa no instituto deve ser conduzida e orientada buscando construir um sistema promissor capaz de interagir e contribuir com a sociedade e para o seu crescimento.

O papel da pesquisa na inovação não deve ser visto como uma fonte de ideias inventivas que precede a inovação, mas como uma forma de solução de problemas a ser utilizada em qualquer ponto. Quando problemas surgem no processo de inovação, como infalivelmente ocorrerá, lança-se mão da base de

conhecimentos naquele momento particular – que se compõe de resultados de pesquisas anteriores e experiências práticas e técnicas. O sistema de pesquisa assume as dificuldades que não puderam ser resolvidas com a base de conhecimentos disponíveis, ampliando-a, assim, com sucesso.

O fortalecimento da pesquisa no Ifes depende de políticas e programas, com procedimentos institucionais claros e atualizados segundo a legislação vigente. O estado vem investindo de forma crescente no apoio à pesquisa, por meio de suas agências de fomentos. As oportunidades para os institutos federais se ampliam de forma contundente na direção de programas específicos de apoio para a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica, além de ações ligadas à formação de professores para a educação básica.

No âmbito externo, o Plano Nacional de Pós-graduação (2011-2020) produzido pela Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (Capes), apresenta metas de combate às assimetrias das áreas de conhecimento, e visa a interiorização do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), incentivando a expansão de programas multi, inter e transdisciplinares e buscando novas modalidades de interação entre o meio acadêmico e a sociedade (BRASIL, 2010). No mesmo caminho, o marco legal da ciência, tecnologias e inovação, Lei nº 13.243/2016, regulamentado pelo Decreto nº 9.283/2018, cria um ambiente mais favorável à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação nas universidades e institutos públicos, e nas empresas (BRASIL, 2016 e 2018). Para tanto, busca a promoção das atividades científicas e tecnológicas para o desenvolvimento econômico e social, a promoção da cooperação e a interação entre entidades públicas e privadas, o estímulo a inovação nas instituições de ciência e tecnologia, bem como, nas empresas, por meio da simplificação de procedimentos de gestão de projetos sem, contudo, perder os critérios de controle da avaliação dos resultados da pesquisa.

No âmbito interno, considerando a necessidade de estruturar ações relacionadas ao apoio e ao fomento das atividades de pesquisa do Ifes, a Resolução do Conselho Superior n. 2/2016, de 14 de março de 2016, regulamentou os programas de apoio à pesquisa e à Pós-Graduação no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal do Espírito Santo (2016). Os programas têm por objetivo induzir novas ações e garantir a manutenção de atividades regulares de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, por intermédio de apoio e fomento.

Os programas de apoio à iniciação científica e tecnológica são fundamentais, pois têm por finalidade desenvolver o pensamento científico e a iniciação à pesquisa, bem como estimular os estudantes ao desenvolvimento e à transferência de novas tecnologias e inovação. Contribuem, desta forma, para uma formação integrada do cidadão, formando recursos humanos para atuar em PD&I, além de qualificar estudantes para programas de pós-graduação. Destaca-se também a necessidade de apoiar as atividades desenvolvidas pela Pós-Graduação, preponderantemente, as desenvolvidas pelos programas *stricto sensu* por serem geradoras de ações, intervenções e inovações capazes de modificar a realidade dos arranjos produtivos locais.

Toda ação de apoio e fomento à pesquisa é fundamental e relevante para consolidar a cultura da pesquisa em uma instituição de educação, em especial aos institutos federais que possuem história e excelência no ensino

profissionalizante de nível médio. Assim, induzir a criação de grupos de pesquisa orientados às demandas do setor produtivo regional, apoiar grupos de pesquisa em consolidação ou já consolidados no Ifes, incentivar novos pesquisadores na composição de seus primeiros projetos, promover a inserção internacional de pesquisadores, apoiar a divulgação científica e o depósito de patentes, apoiar os programas *stricto sensu* e promover políticas para a ampliação de pesquisadores de produtividade, são formas de superar a lacuna hoje detectada no Ifes. Esse apoio deve utilizar recursos internos e externos, os quais são inúmeros, crescendo ano a ano as oportunidades de sua captação.

3.4.2 Políticas

Tornar o Ifes uma referência em Pesquisa e Pós-Graduação pressupõe que sejam estabelecidas orientações de caráter estratégico para consolidar a atividade de pesquisa como um dos valores do Instituto. Com esse intuito, apresentam-se, então, algumas linhas principais de atuação para a consolidação, como:

- O incentivo à Iniciação Científica, ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação;
- o fortalecimento dos Grupos de Pesquisa;
- a ampliação da oferta de cursos e Programas de Pós-Graduação;
- a curricularização das atividades de pesquisa e da pós-graduação;
- a consolidação dos programas *stricto sensu* existentes;
- a ampliação do número de pesquisadores de produtividade;
- a criação de planejamento estratégico para a Pesquisa e a Pós-Graduação;
- o desenvolvimento de política de comunicação para fins de divulgação externa das atividades e produtos científicos produzidos pela instituição; e
- o aprimoramento de mecanismos formais de gestão da pesquisa.

É preciso incentivar os pesquisadores a se organizarem em um grupo de pesquisa, de tal maneira que produzam conhecimentos e saberes em conjunto, buscando a unicidade da instituição e, conseqüentemente, o oferecimento de cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação (*stricto e lato sensu*), como desdobramento natural de grupos de pesquisa fortes e atuantes no mundo tecnológico.

A Pós-Graduação, por sua vez, merece destaque especial por ser um dos principais elementos de incentivo à pesquisa. Nesse sentido, torna-se importante a inserção da pesquisa na sociedade, especialmente, por meio de programas que estabeleçam o vínculo e a aproximação com o setor produtivo e a sociedade civil organizada, para fins de transformar a realidade local. Considerando que os produtos e inovações desenvolvidos na Pós-Graduação são fontes motoras de transformação social, torna-se importante a

interiorização do curso para que os benefícios das inovações tecnológicas possam chegar aos cidadãos de todas as regiões do Estado.

Para fortalecer a pesquisa, destacam-se, então, as seguintes políticas:

- Incentivar a Iniciação Científica, formando recursos humanos qualificados e estimulando o desenvolvimento do pensar científico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa;
- Fomentar e fortalecer os grupos e núcleos de pesquisa do Ifes visando o estabelecimento dos elos entre pesquisadores, alunos, publicações, pós-graduação e inovação;
- Fomentar e apoiar a criação de novos cursos de Pós-Graduação (*stricto e lato sensu*), com ênfase aos mestrados e doutorados articulados com os eixos tecnológicos de cada campus, buscando sempre a verticalização sustentada do Ifes e atendendo às vocações regionais, à sociedade e ao setor produtivo;
- Fomentar o aumento do número de pesquisadores de produtividade para fins do estímulo ao desenvolvimento da Pesquisa e da Pós-Graduação nos campi do Ifes, assim como, para a captação de recursos externos de fomento para estruturação do parque tecnológico institucional;
- Consolidar o caráter formal inerente à atividade de Pesquisa, buscando o desenvolvimento e o aprimoramento dos mecanismos institucionais de gestão da pesquisa para atender às especificidades de cada campus e o equilíbrio com o ensino e a extensão;
- Consolidar a integração da Pesquisa com a Extensão e o Ensino, valorizando projetos que envolvam os diversos níveis e modalidades de oferta de vagas, buscando o aprimoramento da formação do egresso e a articulação da produção do conhecimento com as demandas sociais e tecnológicas locais e regionais; e
- Estimular o trabalho cooperativo entre os pesquisadores do Ifes para fins de desenvolvimento de pesquisas em áreas correlatas, buscando a ampliação de ações multicampi para o aperfeiçoamento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

3.4.3 Diretrizes

Para realizar o plano de consolidação da Pesquisa no Ifes, um conjunto de recomendações e instruções vinculadas nas políticas é apresentado a seguir:

- Desenvolver programas de fomento à pesquisa no âmbito do Ifes com a participação de docentes, discentes e técnico-administrativos;
- Incentivar as atividades de pesquisa, em caráter voluntário, de todos os servidores e discentes do Ifes;

- Promover a articulação entre grupos de pesquisa e programas de Pós-Graduação com atividades de extensão, visando a transformação da pesquisa em inovação e transferência de tecnologia para o desenvolvimento local e regional;
- Apoiar a criação e a certificação de laboratórios e espaços dedicados à pesquisa, garantindo a infraestrutura necessária para o fortalecimento dos grupos de pesquisa e programas de Pós-Graduação, bem como a capacidade de atendimento às demandas sociais produtivas;
- Criar mecanismos de capacitação e integração dos pesquisadores;
- Incentivar e apoiar a captação de recursos externos para pesquisa;
- Fortalecer o Programa de Incentivo à publicação e divulgação dos resultados científicos e tecnológicos;
- Incentivar a participação e organização de eventos científicos e tecnológicos;
- Incentivar e fomentar a divulgação científica;
- Ampliar as atividades de cooperação científica e tecnológica entre grupos de pesquisa e em caráter intercampi e interinstitucional;
- Promover a capacitação, de forma estratégica, planejada e direcionada, para as atividades inerentes à atividade dos servidores em programas de Pós-Graduação, principalmente em nível de doutorado, para melhorar as competências técnico-científicas e criar novos núcleos de excelência, com foco na verticalização sustentada e na articulação e integração entre os vários níveis;
- Melhorar, continuamente, a qualidade dos cursos de Pós-Graduação oferecidos;
- Criar mecanismos para fomentar o aumento do número de pesquisadores de produtividade no Ifes;
- Revisar as resoluções e regulamentos que tratam da estrutura organizacional e do funcionamento dos cursos de Pós-Graduação;
- Realizar intercâmbios nacionais e internacionais com professores e alunos, com o objetivo de ampliar a Pós-Graduação para além-muros do Ifes;
- Desenvolver plano de internacionalização da Pós-Graduação articulado às exigências da Capes, para fins da melhoria da avaliação quadrienal dos programas *stricto sensu*;
- Estimular a interiorização da Pós-Graduação *stricto sensu*;
- Fomentar e apoiar a capacitação de servidores em áreas estratégicas, alinhadas com as diretrizes nacionais e vocações regionais, visando a criação de novos cursos e programas de Pós-Graduação e ao fortalecimento da pesquisa no Ifes;

- Buscar mecanismos que garantam agilidade e fluidez aos programas de apoio à pesquisa existentes no Ifes, sem renunciar ao rigor do controle dos processos neles gerados;
- Criar e atualizar procedimentos institucionais para desenvolver a pesquisa no âmbito do Ifes;
- Incentivar a representação do Ifes em órgãos de fomento externos;
- Aprimorar o processo de gestão de projetos de pesquisa;
- Consolidar a integração da Pesquisa e da Extensão no campo da Inovação Tecnológica e da Propriedade Intelectual, em ações conjuntas com a Agifes – Agência de Inovação do Ifes;
- Disseminar a cultura da Pesquisa Aplicada e Cooperativa com entidades da sociedade que demandem soluções tecnológicas;
- Ampliar a oferta interna de editais de pesquisa, extensão e inovação;
- Fomentar ações empreendedoras integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Buscar o aumento de número de depósitos e licenciamentos de patentes de forma articulada com a Agifes; e
- Acompanhar o desempenho dos programas *stricto sensu* estimulando a melhoria da avaliação quadrienal junto à Capes.

3.5. Extensão

3.5.1 Concepções e Princípios

Os processos formativos abrangidos na definição de Educação, conforme o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei nº 9394/96) –, desenvolvem-se de diversas formas e em diversos ambientes, extrapolando os limites das instituições de ensino e pesquisa, compreendendo também a vida familiar, o trabalho, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as manifestações culturais e artísticas. De forma coerente com esta definição inicial, em seu Art. 3º, a LDB também determina que o ensino deve ser ministrado com base nos seguintes princípios: da valorização da experiência extraescolar, da vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais e da garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. Estes princípios perpassam todos os níveis e modalidades detalhados na LDB, sendo assim aplicados também à Educação Profissional e Tecnológica (Título V, Capítulo III) quanto à Educação Superior (Título V, Capítulo IV), categorias em que se enquadram a quase totalidade das ofertas educacionais realizadas pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, que inclui todos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e possuem relação direta com a definição e os princípios da Extensão (BRASIL, 1996).

Além da LDB, são referências fundamentais nesta seção dedicada à Extensão no Ifes: a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as diretrizes para a Extensão, bem como o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Marco Legal de CT&I).

Segundo definição proposta nas diretrizes estabelecidas pelo CNE, a Extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Elencam-se, a seguir, os princípios relativos às ações de Extensão no Ifes:

- **Interação Dialógica** – Este princípio orienta o desenvolvimento de relações entre o Ifes e outros setores da sociedade, que devem ser fundamentadas pelo diálogo e pela troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social. A ação tradicional de estender à sociedade o saber acumulado na Academia só se completa enquanto interação dialógica quando são também incluídos e valorizados os conhecimentos construídos em outros setores da sociedade, por exemplo: no exercício das profissões; nos desenvolvimentos de tecnologias, produtos e serviços realizados fora dos ambientes acadêmicos; nos conhecimentos tradicionais que permeiam a cultura popular e a vivência comunitária, entre outras formas de saberes e conhecimentos presentes em outros setores da sociedade, sobretudo os setores não acadêmicos.
- **Formação cidadã dos estudantes** – marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular. Para imprimir qualidade à formação do estudante e promover o protagonismo estudantil, as ações extensionistas devem explicitar quatro elementos essenciais: (i) a designação do orientador; (ii) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos, que deve explicitar as formas de participação estudantil, ressaltando o seu protagonismo; (iii) a metodologia de avaliação da participação estudantil; (iv) a integração das atividades de extensão aos currículos institucionais. Todos esses elementos dependem de um diálogo franco e permanente dos órgãos destinados à gestão da Extensão com as coordenadorias, colegiados de cursos e núcleos docentes estruturantes, bem como em sua efetiva participação na proposição, acompanhamento e avaliação de ações e atividades de Extensão.
- **Indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão** – O que se supõe neste princípio é que as ações de extensão se associam intrinsecamente com o processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). Na relação Extensão-Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação cidadã, aliando a sua efetiva contribuição às transformações sociais, almejadas nas ações e atividades de Extensão, com a construção de conhecimentos, a partir de abordagens teórico-práticas que incluem vivências e interações diretas com outros setores da sociedade. Na relação Extensão-Pesquisa, visando a produção de

conhecimento, é imprescindível considerar o método científico como um norteador fundamental das ações e atividades de Extensão, mas que deve estar associado a metodologias participativas que priorizam o diálogo dos atores acadêmicos com outros setores da sociedade, tanto na concepção e elaboração das propostas de ações e atividades, quanto em sua execução e avaliação. Também se propõe a participação sistemática de estudantes de pós-graduação em ações extensionistas, o que estimula uma forte integração Pesquisa-Extensão, apontando para a ampliação da produção técnico-científica contextualizada na troca de conhecimentos com outros setores da sociedade e nos impactos sociais da aplicação de conhecimentos mutuamente construídos.

- Impacto e Transformação social – Este princípio firma a Extensão como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e mediadora do desenvolvimento social, econômico e cultural. Este princípio se pauta nas seguintes características: (i) priorização de questões sobre as quais atuar, baseada em diagnósticos e mapeamentos dos territórios em que estão inseridas as diversas unidades acadêmicas institucionais, com ênfase na caracterização da complexidade e diversidade das realidades sociais, econômicas e culturais; (ii) abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação do território sobre os quais incidem, priorizando a atuação em rede e a participação institucional na formulação, execução e avaliação de políticas públicas; (iii) efetividade na solução do problema, estabelecida por meio da avaliação de resultados das ações de Extensão junto aos outros setores da sociedade, participantes e impactados, sendo que tal avaliação deve ser campo de integração permanente com a Pesquisa, objetivando a consistência metodológica, a confiabilidade das análises e pertinência das conclusões.

Com relação às atividades de Inovação no Ifes, adota-se como referência a Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016 e o Decreto nº 9.283, de 7 de Fevereiro de 2018, que fundamentam o novo Marco Legal de CT&I, que estabelece “medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”(BRASIL, 2016 e 2018). O Marco Legal do CT&I, por meio de alteração na Lei de Inovação, Lei no 10.973, de 2 de Dezembro de 2004, estabelece nova definição de Inovação, a saber: “introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho”(BRASIL, 2004). Sendo assim, está explicitamente definido nesta base legal que a Inovação é uma ação (introdução de novidade ou aperfeiçoamento) que promove a transformação de um ambiente produtivo e social. Considerando a diversidade e complexidade dos ambientes produtivos e sociais externos à instituição, temos:

- O desafio da integração com tais ambientes para que neles se efetivem os impactos e transformações sociais e produtivas que denotam a Inovação;

- as oportunidades de formação profissional específica e de destacada inserção no mundo do trabalho para os estudantes e egressos, derivadas do desenvolvimento de novos produtos, processos, serviços e modelos de negócio que venham a impactar ambientes sociais e produtivos de forma significativa, sobretudo por meio da criação e desenvolvimento de empreendimentos inovadores, do desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e abertas e de melhorias em qualidade e desempenho nas políticas públicas;
- a crescente disponibilidade de conhecimento técnico-científico, que oportuniza o incremento de sua aplicação em tecnologias para transformação dos diversos ambientes sociais e produtivos, a partir dos que existem nos territórios em que estão implantadas as unidades acadêmicas institucionais;

Tais aspectos evidenciam a coerência entre os supracitados princípios da Extensão e as ações de Inovação voltadas para os ambientes produtivos externos. Ao ser considerada também a necessidade de Inovação no próprio ambiente institucional, em suas atividades educacionais e de gestão, fica estabelecido o caráter transversal da Inovação com relação ao Ensino, à Extensão, à Pesquisa e ao Desenvolvimento Institucional.

Segundo o Manual de Oslo (ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 2005), as atividades de inovação são definidas como “etapas científicas, tecnológicas, organizacionais, financeiras e comerciais que conduzem, ou visam a conduzir, à implementação de inovações”. Dentre estas etapas, incluem-se: a pesquisa básica dirigida para um assunto relacionado à inovação; a pesquisa aplicada para aprimoramento de produtos, processos e métodos por meio do aporte de conhecimento existente, produzindo novas aplicações; o desenvolvimento experimental, em que se comprova a viabilidade técnica ou funcional de produtos, processos e métodos por meio de prototipagem, projetos de demonstração e pilotos, entre outras, como testes com cabeças de série e lotes pioneiros, voltadas para a industrialização e/ou utilização em escala compatível com o mercado ou com a utilização efetiva, bem como a própria inserção de produtos inovadores no mercado em organizações, enquanto processo ou método inovador. Tal definição de atividades de inovação abrange a definição de Extensão Tecnológica como “atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado”, dada pelo Marco Legal de CT&I, que realiza-se na prática em projetos de extensão. Uma característica essencial desses projetos de extensão é atuação colaborativa com organizações externas à instituição para a obtenção de resultados em desenvolvimento tecnológico e Inovação. Essa atuação colaborativa permite que o conhecimento e as tecnologias derivados sejam resultados compartilhados, tornando a sua transferência algo inerente ao seu processo de desenvolvimento enquanto parte da interação dialógica proposta pela Extensão.

Dessa forma, a integração de Pesquisa Aplicada e Extensão Tecnológica com vistas à Inovação, que enfatiza a integração com os ambientes produtivos e sociais externos marcada pela relação dialógica com as organizações e grupos sociais envolvidos, se estabelece como modelo alternativo ao processo tradicional de pesquisa e desenvolvimento restrito aos ambientes institucionais, que contempla apenas em sua fase final as iniciativas de transferência de conhecimento e tecnologia, mediante chamadas públicas e contratações,

voltadas principalmente para cessão e licenciamento de ativos de propriedade intelectual desenvolvidos internamente e já registrados pela instituição.

3.5.2 Políticas

As principais políticas definidas para o desenvolvimento da Extensão na Instituição são:

- A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
- O Ifes não pode se imaginar proprietário de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam aqueles expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- O Ifes deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil;
- A ação cidadã do Ifes não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes de suas ações educacionais. Sendo assim, a difusão científica, tecnológica, cultural e/ou artística por meio da organização e da participação institucional em eventos, bem como da produção, publicação e/ou veiculação de trabalhos resultantes da produção técnico-científica, cultural e/ou artística do Ifes, é imprescindível em ações educacionais que compreendem atividades de Extensão;
- A prestação de serviços deve ser motivada pelo interesse acadêmico do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, devendo contribuir com o desenvolvimento social, econômico e/ou cultural, por meio da produção e disseminação de conhecimentos e/ou da formação profissional e cidadã;
- A atuação junto às redes públicas de educação básica deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação por meio de contribuições técnico-científicas e da colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania;
- A gestão da propriedade intelectual, dos serviços tecnológicos e da incubação de empreendimentos com foco no desenvolvimento de inovações (de produto, de processo, organizacionais e de *marketing*), bem como as ações educacionais no âmbito da disseminação e consolidação da Cultura de Inovação serão operacionalizadas por meio de programas e projetos institucionais de Extensão, em consonância com a Política de Inovação do Ifes e apoiadas pela Agência de Inovação do Ifes;
- As ações educacionais relacionadas com o empreendedorismo, com o associativismo e com o cooperativismo que apoiam a criação e a consolidação de empreendimentos estudantis (como

empresas juniores, empresas simuladas e laboratórios de empreendedorismo) e de núcleos de incubação de empreendimentos tecnológicos industriais, sociais e da economia criativa, em parceria com outros órgãos públicos e com entidades privadas, devem proporcionar a disseminação da cultura empreendedora com foco no desenvolvimento socioeconômico local e regional, privilegiando o protagonismo estudantil;

- Os cursos de Extensão devem ser abertos à comunidade e/ou demandados por entidades públicas ou privadas e devem priorizar: (i) a inclusão social e cidadã aliada à geração de emprego e renda; (ii) a qualificação profissional básica e técnica de trabalhadores; (iii) o ingresso no Ifes de jovens e adultos trabalhadores e de integrantes de grupos sociais em situação de vulnerabilidade; (iv) a formação continuada de egressos, com vistas à sua progressão no mundo do trabalho.
- Os currículos dos cursos regulares do Ifes devem conter atividades de Extensão, oportunizando a participação de estudantes em projetos e programas de Extensão, propostos e orientados pelos respectivos corpos docente e técnico-administrativo;
- A prospecção de oportunidades de estágios e visitas técnicas; a organização de visitas gerenciais, com foco na prospecção de parcerias para desenvolvimento de programas e projetos e de demandas por formação continuada; e o acompanhamento dos itinerários profissionais dos egressos da instituição promovem a interação de suas áreas educacionais com o mundo do trabalho e proporcionam uma formação mais ampla de servidores e estudantes, ao aproximar o universo acadêmico da realidade profissional, além de proporcionar formas de avaliação dos impactos socioeconômicos das ações educacionais do Ifes;
- Os processos seletivos internos para financiamento de projetos e programas de extensão com recursos orçamentários do Ifes serão conduzidos de forma a capacitar os servidores do Ifes para a captação de recursos destinados ao financiamento de ações de Extensão, com vistas à elaboração de propostas competitivas para processos seletivos promovidos por agências oficiais de fomento e/ou que sejam apoiadas por entidades privadas ou órgãos públicos, estimulando o financiamento externo com a concessão de contrapartidas institucionais e outras formas de apoio específicas.

3.5.3 Diretrizes

As diretrizes dispostas para o desenvolvimento deste processo são:

- Exercitar o papel transformador da Extensão na relação do Ifes com todos os outros setores da sociedade, no sentido da mudança social e da superação das desigualdades, por meio da relação autônoma e crítico-propositiva com as políticas públicas em programas estruturantes em rede, capazes de gerar impacto social;
- Estimular o protagonismo estudantil, garantindo o impacto da Extensão na formação do estudante ao longo de toda a sua trajetória na Instituição de Educação, superando a tradição de limitar a oferta de

ações extensionistas ao estágio curricular de fim de curso e ações isoladas de prestação de serviços sem compromisso com a transformação social;

- Priorizar a produção de conhecimentos sistematizados, voltados para a emancipação dos atores nela envolvidos e da sociedade como um todo, incorporando ao leque de Indicadores de Avaliação da Extensão aqueles referidos às dimensões acadêmica e qualitativa e aos impactos sociais da Extensão;
- Desenvolver parcerias e participar das governanças de observatórios e núcleos locais, regionais e estaduais que promovam a indução de arranjos produtivos, sociais e culturais, bem como contribuir para a indução destes arranjos, a partir dos ativos de competências institucionais;
- Contribuir para o desenvolvimento da sociedade constituindo um vínculo que estabeleça troca de saberes, conhecimentos e experiências para a constante avaliação e revitalização da pesquisa e do ensino;
- Contribuir para o desenvolvimento e a difusão da ciência, da tecnologia e da inovação, nas suas dimensões industrial, social e cultural, produzidas na interação com a sociedade;
- Promover a cultura do empreendedorismo e da inovação, estabelecendo perspectivas de atuação profissional em empreendimentos voltados para a inovação proposta a partir de ações extensionistas;
- Buscar interação sistematizada da Rede Federal de EPCT com a comunidade, por meio da participação dos servidores nas ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil;
- Integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, seus interesses e necessidades, estabelecendo mecanismos que inter-relacionem o saber acadêmico e o saber popular;
- Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social, ambiental e política, formando profissionais-cidadãos;
- Participar criticamente de projetos que objetivem o desenvolvimento regional sustentável, em todas as suas dimensões;
- Articular políticas públicas que oportunizem o acesso à educação profissional estabelecendo mecanismos de inclusão;
- Acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de desenvolvimento integrado do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Elaborar, de forma participativa, materiais que orientem a prática extensionista institucional, contribuindo para a ambientação dos servidores e estudantes e para a integração entre extensionistas do Ifes, estimulando a atuação em redes temáticas;

- Estimular a captação de recursos e o compartilhamento de infraestrutura e de recursos humanos para a execução de projetos e programas de extensão.

3.6 Educação a Distância

3.6.1 Concepção e Princípios

A Educação a Distância (EaD) é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica no processo de ensino-aprendizagem ocorre com a utilização de tecnologias educacionais, com equipe multidisciplinar qualificada, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros. As atividades educativas são desenvolvidas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017). Nessa concepção de EaD, as tecnologias educacionais podem ser entendidas como a incorporação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) ao processo de ensino-aprendizagem.

Destaca-se, então, a necessidade de reflexões e ações que abarquem as potencialidades técnicas e pedagógicas das tecnologias educacionais, criando um ambiente educativo que ultrapasse o conservadorismo da educação bancária, criticada por Paulo Freire, e contribua para a formação de cidadãos mais críticos e atentos às diversas demandas que a sociedade contemporânea apresenta. Nesse contexto, deve haver espaço para a interdisciplinaridade, com a adoção de metodologias investigativas, abertas e colaborativas, em que o professor assuma o papel de mediador da aprendizagem, com o apoio das tecnologias.

Atualmente, uma estratégia em evidência é a Educação Híbrida, que consiste na utilização das tecnologias educacionais para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça parte presencialmente e parte a distância, permitindo a docentes e alunos um conjunto de possibilidades de trabalho. Esse modelo possibilita, ao professor, o planejamento de aulas mais dinâmicas, com enfoque em atividades, discussões e trabalhos em grupo, e, aos alunos, o estudo dos conteúdos por meio da tecnologia.

Esse tipo de estratégia permite que a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância aconteça a partir da criação de ambientes mais estimulantes, investigativos e menos expositivos, nos quais os estudantes são ativos e desenvolvem autonomia no processo de construção do próprio conhecimento. A mediação docente mantém-se imprescindível nesse caminho, com embasamento na legislação vigente sobre as possibilidades do uso da EaD em cursos presenciais.

Outra tendência, envolvendo as tecnologias educacionais, é a busca pela autoformação, sem mediação de um tutor ou professor. Esse tipo de curso online, aberto para qualquer cidadão interessado, é conhecido pela sigla inglesa MOOC (*Massive Online Open Courses*). Certamente, tal formação não se aplica diretamente aos níveis médio e superior, sendo direcionada para demandas específicas, bem delimitadas e nas quais seja possível um projeto educacional que prescindia da mediação. Nessa perspectiva, as pessoas procuram os

cursos MOOC de acordo com necessidades específicas de aprendizagem rápida, especialmente para resolver problemas em suas áreas de atuação profissional.

No Ifes, o órgão gestor das políticas e diretrizes de EaD e uso das tecnologias educacionais é o Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor). Criado em 2014, por meio da Portaria 1.602, de 11 de agosto de 2014, o Cefor tem como uma de suas principais metas a institucionalização da EaD, promovendo a oferta de cursos sem fomento externo e consolidando, ainda mais, essa modalidade de ensino no Instituto e o uso de tecnologias na educação, inclusive na educação presencial (INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2014).

3.6.2 Políticas

- Promoção do desenvolvimento de experiências inovadoras de ensino, pesquisa e extensão que aproveitem o potencial oferecido pelas tecnologias educacionais voltadas para a EaD, rompendo com a predominância do ensino expositivo;
- Estabelecimento de estratégias organizacionais para institucionalização da EaD;
- Fortalecimento da identidade institucional da EaD;
- Regulação, no âmbito institucional, das ações de EaD e o uso de tecnologias educacionais;
- Elaboração e disseminação de modelos para ações de EaD e uso de tecnologias educacionais;
- Promoção da implantação de Polos EaD.

3.6.3 Diretrizes

- Desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão que enfoquem e disseminem as tecnologias educacionais na modalidade a distância;
- Promover formação em relação à utilização das tecnologias educacionais, possibilitando que os servidores do Instituto se apropriem dos conhecimentos necessários para que possam refletir sobre a própria prática;
- Impulsionar a pesquisa sobre tendências metodológicas da EaD e do uso de tecnologias educacionais;
- Incentivar a oferta à distância de componentes curriculares em cursos presenciais, conforme legislação vigente;
- Promover a discussão sobre diretrizes pedagógicas e de gestão da EaD;

- Criar um ambiente institucional em que a EaD esteja intrinsecamente integrada ao processo de ensino-aprendizagem;
- Consolidar a organização física e tecnológica do Cefor, estabelecendo espaço próprio;
- Apoiar o estabelecimento dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) em todos os campi do Ifes, garantindo uma referência local aos servidores que ministram cursos EaD ou fazem uso das tecnologias educacionais;
- Promover ações de EaD em rede, articulando o Cefor e os campi do Ifes, bem como outras instituições;
- Articular, por meio das tecnologias educacionais, as modalidades presencial e a distância;
- Discutir parâmetros de carga horária, para que os servidores tenham condições adequadas de atender às ações de EaD e de uso de tecnologias educacionais;
- Elaborar e/ou revisar as normativas institucionais no que concerne aos aspectos da EaD e do uso de tecnologias educacionais;
- Discutir e delinear estratégias de mediação para os cursos a distância no Ifes, considerando as múltiplas possibilidades de interação;
- Incentivar a implementação do processo híbrido de ensino-aprendizagem;
- Definir diretrizes para a implantação de cursos MOOC;
- Difundir a utilização de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem da EaD e no uso de tecnologias educacionais;
- Avaliar a distribuição geográfica e os aspectos regionais para implantação dos polos;
- Verificar a demanda por cursos, especialmente junto à população de ensino médio;
- Averiguar a relação entre matriculados e evadidos, no caso de municípios que já possuam polo ou sejam limítrofes a outro que possua, para a implantação de novos polos.
- Identificar a contribuição dos potenciais cursos para o desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos em legislação vigente;
- Caracterizar a estruturação física, administrativa e pedagógica dos campi do Instituto para que funcionem como polos de apoio presencial.

3.7 Produção Animal e Vegetal

3.7.1 Concepções e Princípios

As atividades de produção animal e vegetal desenvolvidas no Ifes constituem um processo educativo, social, cultural, científico e tecnológico que se articula ao ensino, à extensão e à pesquisa de forma indissociável, tendo como perspectiva a formação de um homem capaz de agir e pensar de forma autônoma e contribuir para o desenvolvimento sustentável do contexto onde se encontra inserido.

Para isso são requeridos currículos estruturados sob a ótica da indissociabilidade entre teoria e prática e metodologia de ensino que privilegie a integração dos conhecimentos, em uma perspectiva interdisciplinar. O que se propõe, portanto, é romper com um modelo educacional no qual a produção se transforma, na maioria das vezes, na questão mais importante, influenciando e até direcionando os demais aspectos constitutivos da prática educativa. A intenção é que os campi com vocação produtora animal, vegetal ou agroindustrial lancem no mundo do trabalho “agentes de produção” com uma formação integral que lhes permita uma visão mais crítica dos sistemas de produção e da própria técnica.

É importante, também, compreender que a produção é uma atividade inerente à educação agrícola. Desse modo, sua evolução com o uso de técnicas e tecnologias que aprimorem as práticas tradicionalmente adotadas é primordial. Uma vez que o meio rural é o principal gerador de trabalho e de divisas do país, bem como do estado do Espírito Santo e da maioria de seus municípios, este também deve ser pensado como um espaço para desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias. A existência de atividades de produção no Ifes propicia ao educando a vivência real de situações-problema, colocando-o em uma busca reflexiva de soluções e inovações para o desenvolvimento de novos processos/técnicas de produção e de aumento da produtividade. O meio rural também é o cenário apropriado para o desenvolvimento de atividades não agrícolas, tais como o processamento agroindustrial, o agroturismo e a manufatura artesanal, que possuem relevância socioeconômica e cultural, especialmente para a agricultura de base familiar.

Dessa forma, o Ifes deve estabelecer-se na sociedade, também, como uma instituição de referência no tocante à produção, em todas as suas perspectivas: ambientais, econômicas e sociais.

Ambientais no sentido de se desenvolverem processos/técnicas de produção voltados para o desenvolvimento sustentável e integrado. Nesse sentido, as pesquisas desenvolvidas no Instituto possuem caráter aplicado, voltadas à elucidação dos problemas ambientais inerentes às atividades agrícolas, pecuárias, agroindustriais ou outras afins. Com relação ao viés econômico, as áreas de produção dos campi devem servir de laboratórios vivos para investigações científicas voltadas ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, gerando novos processos/produtos e agregando valor aos produtos da região. Levando em consideração que o Espírito Santo é um Estado cuja economia possui forte ligação com as atividades focadas na produção animal, vegetal e agroindustrial, as áreas de produção devem atuar como unidades demonstrativas para o desenvolvimento de trabalhos de extensão junto a produtores e empresários, mostrando alternativas para a manutenção e a melhoria da qualidade de vida.

3.7.2 Políticas e Diretrizes

- Atuar como agente de pesquisa, extensão e inovação em ações alinhadas aos arranjos produtivos locais, fomentando a ação empreendedora e proporcionando possibilidades de constante aprimoramento tecnológico para exploração dos nichos de mercado;
- Sensibilizar a comunidade acadêmica, a saber: alunos, professores, técnicos administrativos, colaboradores e administração superior da instituição, quanto ao papel dos campi com vocação agrícola no desenvolvimento social e ambiental da região;
- Fomentar a pesquisa técnico-científica aplicada visando o desenvolvimento científico e a inovação na área produtiva;
- Utilizar a área de produção da instituição como campo de aplicação, validação e disseminação dos conhecimentos, informações e tecnologias geradas pelas investigações originárias da pesquisa técnico-científica;
- Desenvolver e ampliar a área produtiva com projetos pautados nas diferentes concepções de exploração agrícola, com vistas ao atendimento à prática educacional, à pesquisa e à extensão;
- Conceber as atividades agrícolas e agroindustriais como um espaço que permita a produção de múltiplos saberes e fazeres que ultrapassem os desenvolvidos pelos conteúdos para fomentar a diversificação de atividades, a agregação de valor aos produtos e ao turismo rural, com foco na sustentabilidade econômica e ambiental;
- Oportunizar aos estudantes o convívio com as experiências cooperativistas e associativistas adotados na organização e fortalecimento dos processos de produção e geração de renda dos empreendimentos agrícolas e agroindustriais.

3.8 Assuntos Estudantis

3.8.1 Concepções e Princípios

O entendimento do Ifes acerca do que sejam “Assuntos Estudantis” parte do reconhecimento institucional da diversidade e complexidade humana, indissociáveis do potencial cognitivo que cada sujeito multifacetado traz consigo. Desta forma, sua proposta político-pedagógica procura compreender e acolher, nos percursos formativos traçados como atividade-fim da instituição, as múltiplas facetas, os múltiplos contextos, as múltiplas determinações e, assim, as múltiplas subjetividades que compõem o espaço-tempo educativo.

Para tanto, são desenvolvidos programas, projetos e ações que contemplam uma abordagem ampla das questões que compõem e atravessam os processos educativos, com foco na formação integral dos estudantes e às questões de interesse da comunidade discente do Ifes, no âmbito das temáticas: Assistência Estudantil,

Inclusão, Diversidade, Direitos Humanos, e a interface entre Educação e Saúde. Neste sentido, o Ifes compromete-se com uma atuação articulada entre ensino, pesquisa e extensão, num percurso permanentemente dialogado entre os campi e a reitoria, sempre em prol do acesso, da permanência, da aprendizagem e do êxito estudantil.

Considerando a diversidade e complexidade das temáticas de atuação e das demandas apresentadas pela instituição, pelo movimento estudantil, pelas famílias, pelos movimentos sociais organizados e pela própria sociedade, assim como pelos avanços nas normativas institucionais e nacionais no âmbito das políticas de assistência estudantil, de educação inclusiva, de educação para as relações étnico-raciais, da educação de jovens e adultos e de diversidade e gênero, torna-se fundamental o fortalecimento das ações desenvolvidas até então e a consolidação de uma atuação exclusivamente voltada aos assuntos relacionados à comunidade estudantil.

O Ifes, portanto, na condução dos Assuntos Estudantis, tem a missão de coordenar, desenvolver e acompanhar programas, projetos e ações de educação, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, com foco na formação integral dos estudantes, de maneira humanizada e com apoio multiprofissional. Objetiva-se, assim, o desenvolvimento de uma trajetória acadêmica que alie aprendizagem, autonomia, liberdade, bem-estar biopsicossocial e reconhecimento da diversidade humana como fator enriquecedor dos processos socioeducativos e, com isso, a garantia do direito de TODOS à Educação.

3.8.2 Políticas

- Criação e implementação da Diretoria de Assuntos Estudantis, com o objetivo de desenvolver e acompanhar programas, projetos e ações que contemplem uma abordagem ampla das questões que compõem e atravessam a educação, com foco na formação integral dos estudantes;
- Articulação, junto ao Ensino, para criação e implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, garantindo o pleno direito das pessoas com necessidades específicas de realizar seu percurso formativo em todos os níveis e modalidades;
- Atuação, junto ao Ensino, para implementação, monitoramento e avaliação das ações relacionadas às políticas estudantis e de ensino que contribuam para o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos discentes, bem como para o seu desenvolvimento integral;
- Implementação, em conjunto com os campi, da Política de Assistência Estudantil;
- Elaboração e realização de programas e projetos relacionados à temática da Saúde Mental dos Estudantes;
- Desenvolvimento de ações de fortalecimento da Política de Educação para as relações étnico-raciais;

- Efetivação, em interface com as demais instâncias institucionais, de ações com vistas à promoção da equidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento do sexismo, do machismo, da trans-homofobia, dos discursos de ódio e da violência;
- Implementação das ações de Alimentação e Nutrição na Assistência Estudantil e suas interfaces com as políticas públicas de Alimentação e Nutrição e de Assistência Estudantil.

3.8.3 Diretrizes

- Articular ações de fortalecimento das políticas públicas na interface educação e assuntos de saúde, inclusão, diversidade, gênero, relações étnico-raciais, indígenas, ações afirmativas e assistência estudantil;
- Orientar e supervisionar a implementação de ações de Educação Especial na perspectiva inclusiva, compreendendo o ingresso, os processos de atendimento e acompanhamento, bem como os de conclusão e certificação do estudante público-alvo da Educação Especial;
- Promover a valorização da identidade étnico-racial e desenvolver ações que contribuam para a inclusão da população negra e da comunidade indígena, buscando a eliminação de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação;
- Fomentar ações em defesa da igualdade de gênero e da diversidade sexual, assim como de combate à homofobia, buscando a eliminação de todos os tipos de barreiras e formas de discriminação;
- Assessorar a elaboração e implementação de políticas, programas e projetos voltados aos estudantes, nas áreas de educação em saúde, cidadania, combate à violência e à discriminação de quaisquer tipos;
- Incentivar a alimentação adequada e saudável para a comunidade escolar com o intuito de favorecer um ambiente de promoção da saúde e estímulo da prática do comportamento saudável;
- Monitorar e avaliar, em conjunto com o Ensino, a implementação das políticas de Ações Afirmativas no Ifes;
- Promover encontros e reuniões para capacitação, planejamento e avaliação das políticas e ações relacionadas aos assuntos estudantis.

3.9 Gestão

3.9.1 Concepção e Princípios

A Lei N.º 9.394 de 1996 estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, apresentando a gestão democrática como princípio do ensino público, sendo que os sistemas de ensino definirão as normas de tal gestão (BRASIL, 1996). No exercício da construção da autonomia institucional, o Ifes busca a participação das comunidades escolar e local, bem como a transparência de suas ações, respeitando a diversidade, o pluralismo e os valores éticos, tendo a qualidade do ensino como ponto central de qualquer proposta para a instituição.

Configurando-se como Instituto pertencente à Rede Federal, com estrutura pluricurricular e multicampi, o Ifes estabelece mecanismos de gestão participativa, ao garantir a construção coletiva dos documentos e regulamentos, por meio de representatividade de cada unidade administrativa, no fortalecimento de seu caráter sistêmico.

Para garantir uma gestão pautada pela democracia, pela inclusão e pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as ações do Ifes se nortearão com base nos seguintes princípios:

- Atuação de forma integrada e em rede para fortalecer o caráter sistêmico da instituição;
- Zelo pela identidade do Ifes como instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino;
- Cumprimento das leis e das normas que regem a educação e a instituição;
- Promoção, sempre que necessário, da revisão e das atualizações dos documentos institucionais;
- Garantia do cumprimento dos direitos e deveres de todos os integrantes da comunidade acadêmica;
- Formação integral dos sujeitos em seus diferentes contextos, valorando as dimensões ética, estética, política, científica e tecnológica como eixo norteador dos processos de gestão;
- Respeito à pluralidade de ideias e à diversidade humana;
- Promoção de políticas inclusivas, que possibilitem o acesso, a permanência e o êxito da diversidade dos sujeitos que compõem a sociedade;
- Garantir a comunicação efetiva do Ifes com seus públicos, salientando que todos os segmentos tenham acesso à informação de forma igualitária.

3.9.2 Políticas e Diretrizes

O Instituto deverá realizar a proposição de políticas e diretrizes de gestão com foco em ações educacionais de ensino, pesquisa e extensão, sendo as principais dimensões as que seguem:

- Inclusão – As políticas inclusivas devem centrar-se nos eixos da organização sociopolítica necessária para viabilizá-la e dos direitos individuais do público a que se destina;
- Educação – A gestão da instituição deve ser essencialmente voltada para o atendimento de seus públicos estratégicos, proporcionando-lhes educação formal de qualidade, bem como à comunidade, disponibilizando oportunidades educacionais, culturais, artísticas e de extensão. A continuidade e expansão da adoção de um modelo de gestão democrático e diferenciado abrem o caminho para a inovação gerencial;
- Tecnologia da Informação, Segurança e Comunicação – Estabelecimento da relação permanente e sistemática entre a instituição e seus públicos estratégicos, definindo valores, objetivos, diretrizes, normas e estruturas, com a finalidade de subsidiar ações de ensino, pesquisa e extensão, e eliminar ou reduzir riscos e vulnerabilidades, aos quais as informações estão expostas, principalmente no que diz respeito a pesquisas e inovações tecnológicas que exigem sigilo;
- Internacionalização – Desenvolvimento e implantação de programas que possibilitem o fortalecimento da internacionalização do Ifes com redes acadêmicas, ampliando as oportunidades de mobilidade acadêmica, divulgação e produção científica e tecnológica;
- Responsabilidade Socioambiental – A política de responsabilidade socioambiental do Ifes deve ser permeada por um conjunto de práticas, ações e iniciativas capazes de tornar efetivo o princípio da função socioambiental, mediante a adoção, implementação e gestão de atividades sociais e ambientais em benefício da comunidade, proporcionando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o desenvolvimento do ser humano e da cultura da sustentabilidade. Essa política deve ser compreendida como uma responsabilidade legal e um compromisso social da Instituição com a comunidade em que a mesma está inserida;
- Infraestrutura – Gestão dos recursos materiais, físicos e tecnológicos do Ifes, tendo como foco a otimização, a efetividade e a modernização dos processos de atendimento aos usuários, nas áreas do ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Gestão de Pessoas – A política de gestão de pessoas deverá contemplar: o estabelecimento de um cenário organizacional que possibilite a realização profissional do servidor, em todas as etapas da vida funcional, buscando o equilíbrio de objetivos entre a pessoa, a equipe e a instituição; o desenvolvimento de processo de formação continuada para os servidores, considerando os respectivos estágios de ambientação na instituição, a formação de gestores e as finalidades institucionais; e a realização de processos de ingresso e de dimensionamento de servidores alinhados às políticas, critérios institucionais e à promoção da avaliação contínua dos servidores;
- Gestão da Informação e do Conhecimento – Promoção da utilização de fundamentos teórico-práticos da gestão do conhecimento, de forma a estimular a identificação, o armazenamento, o

compartilhamento, a externalização, a combinação, a internalização, a criação e a aplicação de informações e conhecimentos estratégicos relevantes para a gestão institucional;

- Governança Corporativa – Estabelecimento de diretrizes e critérios institucionais baseados nos princípios da equidade, da solidariedade, da transparência e da participação, para subsidiar o processo de gestão estratégica, possibilitando a integração do ciclo de avaliação, planejamento, programação e execução orçamentária, e acompanhamento;
- Avaliação – Promoção da avaliação sistemática dos processos, tanto no âmbito pedagógico quanto no administrativo. A avaliação institucional consiste em obter dados quantitativos e qualitativos para efetuar análises que permitam a tomada de decisões acerca do desenvolvimento da instituição. Essa avaliação deve ser abrangente e aberta a toda comunidade acadêmica. Essa prática de avaliação servirá para orientar a gestão, garantindo a democracia e a transparência.

3.10 Avaliação

3.10.1 Concepção e Princípios

O vocábulo “avaliação” possui, no âmbito do Ifes, sentido amplo, para além de seus significados conceituais e instituídos como mecanismos e instrumentos reguladores da qualidade do processo educativo. Tendo em vista a tríade – educação/trabalho/sociedade –, a avaliação, aqui, é entendida como estímulo a ações direcionadas ao aperfeiçoamento pessoal e coletivo, visando a consolidação da identidade institucional e dos sujeitos que a compõe, pois, por meio da ação-reflexão-ação, vivenciada cooperativamente por toda a comunidade institucional, é que se edifica o processo contínuo e progressivo da perene revisão e (re)construção das práticas institucionais, didático-pedagógicas e documentais. É nessa busca por manifestações exitosas que o Ifes objetiva uma educação de qualidade que seja acessível a todos os sujeitos.

3.10.2 Avaliação do Processo de Ensino-aprendizagem

As intenções educativas e as concepções de educação e de conhecimento assumidas pelo Ifes são pontos fundamentais para o aprimoramento da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem. Isso se estabelece pelo motivo de, em um movimento de partilha, em um ir e vir do ensino para aprendizagem e desta para aquele, o ensinar entrelaça-se ao aprender, traduzindo-se na criação de diversas possibilidades de (re)construção do conhecimento.

Concomitantemente ao deslocamento entre ensino e aprendizagem, a avaliação move-se, comprometendo-se – na perspectiva da possibilidade de aprender, de (re)construir os conhecimentos e de indicar caminhos para a ação docente – com o desenvolvimento e a formação do educando, a fim de que este progrida intelectual, social, cultural, política e profissionalmente.

A avaliação, nesse sentido, é diagnóstica, contínua, formativa e integrada, colaborando para a promoção do desenvolvimento integral do educando. Para tanto, há que se ter clara a importância do estabelecimento de diálogos profícuos, primordialmente, entre discentes, docentes e equipe pedagógica no intuito de, juntos, buscarem meios para o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades vinculadas no fazer laboral do professor como mediador do amplo processo de ensino-aprendizagem.

Nesse contexto, a avaliação possibilita acompanhar a apropriação dos conhecimentos pelo educando e compreender com maior clareza o que se ensina, convertendo-se em uma ferramenta pedagógica para o aprimoramento da qualidade do ensino e da aprendizagem. Os resultados do processo avaliativo, em que os aspectos qualitativos devem sobressair aos quantitativos, dessa forma, fundamentam o replanejamento das ações, dos conteúdos, dos objetivos e de todas as relações que são tecidas no processo.

A compreensão dessas tessituras exige uma ação atenta aos conflitos, contradições, fragmentos e múltiplas vozes que se escondem e se revelam no cotidiano da sala de aula, a qual se constitui como tempo e espaço de imprevisibilidades. Nesse tempo e espaço múltiplo e heterogêneo, em que as relações se potencializam, abrem-se possibilidades para outras formas, outros processos e outros resultados do ensinar e do aprender. Assim, a avaliação considera a diversidade, o movimento e a complexidade de todo o processo educativo.

3.10.3 Avaliação Institucional

Ao tratar a temática da avaliação institucional, o Ifes insere-se na relação entre qualidade e melhoria dos serviços desenvolvidos e dos prestados para a qualidade educativa. Para esse fim, cada campus desenvolve, por meio da adesão coletiva, em colaboração com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a avaliação institucional.

Trata-se de processo sistemático que conduz à discussão, ao debate, à socialização, à compreensão e ao conhecimento global do Ifes, em se tratando de suas potencialidades e vulnerabilidades. Com base nos resultados surgem ações para a melhoria da qualidade do que existe e é ofertado na/pela Instituição, objetivando soluções, aprimoramentos e novas estratégias para o alcance do que se encontra estabelecido na missão, no planejamento e na função social do Ifes.

Estabelecida pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é o órgão colegiado formado por membros de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, que tem por atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, a sistematização e a prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A Lei estabelece, ainda, como diretriz, que a CPA terá atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

Para colaborar na condução da Autoavaliação Institucional em cada Campus do Ifes, foram criadas as Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs), que desenvolvem as atividades junto à CPA. As CSAs têm a finalidade de implementar e acompanhar as atividades inerentes ao processo de autoavaliação do seu respectivo Campus.

A Avaliação Institucional proposta pela CPA/Ifes, adota uma metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões, as opiniões de toda a comunidade acadêmica, favorecendo a convergência dos canais de comunicação em torno dos objetivos comuns, bem como a busca compartilhada de soluções para os problemas apresentados.

Na perspectiva de atender às necessidades de regulação do Estado e institucionalizar uma prática sistemática de avaliação, a CPA realiza, periodicamente, a Autoavaliação Institucional (global e dos aspectos didático-pedagógicos), de acordo com o Sinaes, articulando regulação e avaliação educativa, de forma a possibilitar a participação dos segmentos da comunidade interna – alunos, docentes e técnicos-administrativos – e da comunidade externa – pesquisa junto aos egressos.

Por compreender que a melhor forma de se autoavaliar é através de uma avaliação participativa e global, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) decidiu envolver na sua análise todos os níveis e modalidades de ensino do Ifes e não somente a Educação Superior. Assim, a autoavaliação no Ifes contempla todos os cursos de graduação e pós-graduação, assim como os cursos de nível médio e técnicos, divididos nas seguintes modalidades: articulada (integrado e concomitante), subsequente e Proeja – Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos.

3.10.4 Avaliação da Implementação do PPI

O PPI do Ifes, como todo projeto que defende os princípios de uma gestão democrática, foi construído de forma coletiva, com a participação de diversos segmentos da comunidade educativa. O PPI é um texto no qual se estabelecem concepções, princípios, políticas e diretrizes, que consideram a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao buscar a consolidação deste documento como instrumento de referência no fortalecimento das relações que configuram a identidade da instituição, torna-se indispensável uma constante avaliação de seu conteúdo. Para que tal perspectiva se concretize, deve-se constituir uma Comissão Permanente Institucional responsável pelo acompanhamento da implementação e pelas ações de avaliação do PPI, garantindo uma participação coletiva.

A referida comissão deve ser formada levando em conta:

- A representatividade da comissão responsável pela elaboração deste documento;
- A diversidade de realidade dos campi, considerando as características das regiões onde estão implantados;

- A diversidade de oferta de níveis e modalidades de ensino;
- A representatividade da comunidade educativa (docentes, discentes e técnico-administrativos);
- A representatividade dos diversos setores e áreas de atuação (gestão, ensino, extensão, pesquisa e administrativo).

A comissão terá como tarefas:

- Acompanhar a implementação das diretrizes propostas neste documento, promovendo ações de divulgação por meio de seminários, visitas aos campi, formação de grupos de trabalho, entre outros;
- Avaliar, de forma continuada, o PPI, possibilitando a participação da comunidade no processo;
- Trabalhar, de forma participativa e colaborativa, na revisão do documento;
- Implementar outras ações relacionadas com reestruturação, aplicação, avaliação e formação concernentes ao PPI;
- Propor metodologia de trabalho para a próxima comissão responsável pela revisão do PPI, ao final de 4 anos.

4. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

4.1 Organização Acadêmica

A organização acadêmica do Ifes é apresentada em um documento que regula toda a atividade acadêmica do Instituto, desde a inscrição nos processos seletivos até a emissão de certificados e diplomas: o Regulamento da Organização Didática – ROD. Fundamentado nas leis e demais normas do sistema federal de ensino, o ROD considera as características do Ifes, bem como as atuais normas e os avanços que o Instituto vem incorporando aos seus processos educativos. O processo de elaboração do atual ROD foi mais um exercício da gestão participativa do Ifes, com consulta à comunidade, apreciação pelo CEPE e aprovação pelo Conselho Superior.

Nesta seção, são apresentados dados relativos a modalidade/nível dos cursos, número de vagas, turno de funcionamento, quantitativo de turmas em funcionamento e vigência dos cursos. No Ifes, a criação, alteração e extinção dos cursos/vagas são deliberações do Conselho Superior, com o assessoramento do CEPE e prévia apreciação do CGC ofertante.

Também será apresentado o cronograma de abertura de novos cursos e programas, na modalidade presencial e à distância, bem como as Ações de Extensão e/ou cursos de Aperfeiçoamento ou FIC. As propostas apresentadas para abertura de novas vagas nortearão a instituição em suas decisões acerca da oferta, da admissão de professores e da ampliação de espaço físico. As informações referentes a este cronograma poderão sofrer atualizações anuais nos ciclos de revisão do PDI.

São premissas para implantação de novas vagas:

1. Conforme o *caput* do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008 (BRASIL, 2008), no desenvolvimento da sua ação acadêmica, em cada exercício, o Ifes garanta:
 - a. o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio;
 - b. o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
2. De acordo com o parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, os percentuais acima referidos observem o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação expedida pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2008);
3. Conforme previsto pelo parágrafo 2º do artigo 8º da Lei nº 11.892/2008, a oferta da formação em nível superior possa ser ajustada, quando justificada por demandas sociais, sem prejuízo do índice apresentado no item 1a, ou seja, por exclusão, com redução do índice apresentado no item 1b (BRASIL, 2008);
4. Assim como disposto pelo parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 5.840/2006, no mínimo 10% (dez por cento) do total das vagas de ingresso da instituição sejam disponibilizadas para cursos do PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2006b);

5. Conforme as metas 11.11 e 12.3 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014), a relação aluno-professor seja gradualmente elevada para, respectivamente, 20 nos cursos técnicos de nível médio e 18 nos cursos presenciais de graduação, ajustando-se o disposto na meta 3 do Termo de Acordo de Metas e Compromissos, que prevê a relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor, considerados os cursos técnicos, superiores e FIC, em relação ao quadro de professores ativos na Instituição.

As tabelas a seguir apresentam os cursos que o Ifes oferta atualmente.

4.1.1 Oferta Atual de Cursos e Programas de Pós-Graduação

Tabela 1: Oferta atual de cursos e programas

Campus de Alegre									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Agropecuária	Integrado				10	10	120	Em funcionamento
	Agroindústria	Integrado				3	3	36	Em funcionamento
	Informática	Integrado				1	1	36	Em funcionamento
Graduação	Engenharia de Aquicultura	Bacharelado				5	5	40	Em funcionamento
	Ciências Biológicas	Bacharelado			1		1	40	Em funcionamento
	Cafeicultura	Tecnologia	3				3	40	Em funcionamento
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia			3		3	40	Em funcionamento
	Ciências Biológicas	Licenciatura			5		5	40	Em funcionamento
Pós-Graduação	Agroecologia	Lato Sensu				1	1	30	Em funcionamento
	Agroecologia	Stricto Sensu				1	1	30	Em funcionamento
	Café	Lato Sensu	1					40	Início a partir de 2019/2
Total Geral do Campus							33	452	

Campus Aracruz									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Mecânica	Integrado	4				4	40	Em funcionamento
	Mecânica	Concomitante		4			4	40	Em funcionamento
	Química	Integrado	9				9	40	Em funcionamento
Graduação	Química	Licenciatura			1		1	40	Em funcionamento
	Engenharia Mecânica	Bacharelado				1	1	40	Em funcionamento
	Química Industrial	Bacharelado				1	1	40	Em funcionamento
Total Geral do Campus							20	240	

Campus Barra de São Francisco									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Administração	Concomitante			4		4	40	Em funcionamento
Graduação	Administração	Bacharelado			2		2	40	Em funcionamento
FIC	Inclusão digital na melhor idade - módulo I	FIC			1		1	40	Em funcionamento

Campus Barra de São Francisco									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
	Normas de formatação ABNT, TCC e artigo acadêmico	FIC			1		1	42	Em funcionamento
	Língua Portuguesa com Foco no Enem	FIC			1		1	20	Em funcionamento
	Jovem Aprendiz 2019/1	FIC			1		1	27	Em funcionamento
	Curso FIC Power Point 2007	FIC			1		1	40	Em funcionamento
Total Geral do Campus							11	249	

Campus Cachoeiro de Itapemirim									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Eletromecânica	Integrado	4				4	40	Em funcionamento
	Informática	Integrado	4				4	40	Em funcionamento
	Eletromecânica	Concomitante				4	4	36	Em funcionamento
	Informática	Concomitante				4	4	36	Em funcionamento
	Mineração	Concomitante				4	4	36	Em funcionamento
Graduação	Engenharia de Minas	Bacharelado				8	8	32	Em funcionamento
	Sistemas de Informação	Bacharelado				4	4	40	Em funcionamento
	Engenharia Mecânica	Bacharelado				6	6	32	Em funcionamento
	Licenciatura em Matemática	Licenciatura			5		5	40	Em funcionamento
	Licenciatura em Informática - Ead	Licenciatura					13	50	Em funcionamento
Pós-Graduação	Ensino de Ciências Naturais enf. em Física e Química	Lato Sensu			2		2	15	Início em 2019/1 a 2020/2
	Tecnologias de Produção de Rochas Ornamentais	Lato Sensu			1		1	20	Início em 2018/2 a 2020/1
Total Geral do Campus							59	417	

Campus Cariacica									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Manutenção de Sistemas Metroferroviários	Integrado				3	3	36	Em funcionamento
	Portos	Integrado				4	4	36	Em funcionamento
	Administração	Integrado				7	7	36	Em funcionamento
	Portos	Concomitante				3	3	40	Em funcionamento
	Logística	Concomitante				6	6	40	Em funcionamento
Graduação	Engenharia de Produção	Bacharelado				1	1	40	Em funcionamento
	Física	Bacharelado			1		1	40	Em funcionamento
	Física	Licenciatura		1			1	40	Em funcionamento

Campus Cariacica									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Pós-Graduação	Ensino de Física	Stricto Sensu				1	1	10	Em funcionamento
Total Geral do Campus							27	318	

Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Multimeios Didáticos – Ead	Subsequente			X		2	40	Em funcionamento
Pós-Graduação	Tecnologias Educacionais – Ead	Lato Sensu					-	80	Em funcionamento
	Prática Pedagógica para Professores – Ead	Lato Sensu					-	66	Em funcionamento
	Mestrado Profissional em Educ. em Ciências e Matemática	Stricto Sensu	2				2	25	Em funcionamento
	Aperfeiçoamento em Formação Docente para a EAD	Lato Sensu					-	160	Em funcionamento
Total Geral do Campus							4	436	

Campus Centro-Serrano									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Administração	Integrado				7	7	40	Em funcionamento
	Agricultura	Integrado				1	1	40	Em funcionamento
Graduação	Administração	Bacharelado				1	1	40	Em funcionamento
Total Geral do Campus							9	120	

Campus Colatina									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Administração	Integrado	5				5	36	Em funcionamento
	Meio Ambiente	Integrado	2				2	36	Em funcionamento
	Informática para internet	Integrado	4				4	36	Em funcionamento
	Edificações	Integrado	5				5	36	Em funcionamento
	Manutenção e suporte em informática	Concomitante			2		2	36	Em funcionamento
	Edificações	Concomitante			2		2	36	Em funcionamento
Graduação	Saneamento Ambiental	Tecnologia					0	0	Término do curso em 2017
	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado				1	1	32	Em funcionamento
	Administração	Bacharelado			1		1	40	Em funcionamento

Campus Colatina									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
	Sistemas de Informação	Bacharelado				1	1	32	Em funcionamento
Pós-Graduação	Administração Pública	Lato Sensu			1		1	40	Em funcionamento
	Sustentabilidade no ambiente construído	Lato Sensu			1		1	32	Início em 2019/1 a 2020/2
	Educação Profissional e Tecnológica	Lato Sensu					5	30	Início em 2019/1 a 2020/2
	Educação Profissional e Tecnológica	Lato Sensu					3	30	Início em 2017/1
	Conectividade e tecnologias da informação	Lato Sensu			1		1	30	Início em 2018/1 a 2019/2
Total Geral do Campus							34	487	

Campus Guarapari									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Administração	Integrado	7				7	36	Em funcionamento
	Eletrotécnica	Integrado	4				4	32	Em funcionamento
	Mecânica	Integrado		4			4	36	Em funcionamento
	Administração	Concomitante			1		1	36	Em funcionamento
	Eletrotécnica	Concomitante			4		4	36	Em funcionamento
	Mecânica	Concomitante			1		1	36	Em funcionamento
Graduação	Administração	Bacharelado			3		3	40	Em funcionamento
	Engenharia Elétrica	Bacharelado			2		2	36	Em funcionamento
Pós-Graduação	Tecnologias Empresariais	Lato Sensu			1		1	45	Em funcionamento
Total Geral do Campus							27	333	

Campus Ibatiba									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Florestas	Integrado	6				6	70	Em funcionamento
	Meio Ambiente	Integrado		6			6	70	Em funcionamento
Graduação	Engenharia Ambiental	Bacharelado				3	3	40	Em funcionamento
Pós-Graduação	Educação ambiental e sustentabilidade	Lato Sensu			1		1	40	Em funcionamento
Total Geral do Campus							16	220	

Campus Itapina									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Agropecuária	Integrado				1	1	120	Em funcionamento

Campus Itapina									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Graduação	Zootecnia	Integrado				10	10	60	Em funcionamento
	Agropecuária	Integrado				2	2	40	Em funcionamento
	Agronomia	Bacharelado				2	2	40	Em funcionamento
	Pedagogia	Licenciatura			1		1	40	Em funcionamento
	Ciências Agrícolas	Licenciatura			2		2	40	Em funcionamento
Total Geral do Campus							18	300	

Campus Linhares									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Administração	Integrado	4	4			8	36	Em funcionamento
	Automação Industrial	Integrado	4	4			8	36	Em funcionamento
	Administração	Concomitante			4		4	36	Em funcionamento
Graduação	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado				1	1	36	Em funcionamento
Pós-Graduação	Gestão Empresarial	Lato Sensu			1		1	30	Em funcionamento
Total Geral do Campus							22	174	

Campus Montanha									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Administração	Integrado				6	6	40	Em funcionamento
	Agropecuária	Integrado				5	5	40	Em funcionamento
Graduação	Gestão Ambiental	Tecnologia			1		1	40	Em funcionamento
Total Geral do Campus							12	120	

Campus Nova Venécia									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Mineração	Integrado		7			7	77	Em funcionamento
	Edificações	Integrado		5			5	36	Em funcionamento
	Mineração	Concomitante			3		3	40	Em funcionamento
	Edificações	Concomitante			1		1	40	Em funcionamento
	Meio Ambiente	Concomitante			2		2	40	Em funcionamento
Graduação	Engenharia Civil	Bacharelado				1	1	40	Em funcionamento
	Geologia	Bacharelado				2	2	30	Em funcionamento

Campus Nova Venécia									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Pós-Graduação	Geografia	Licenciatura			4		4	40	Em funcionamento
	Gestão Ambiental	Lato Sensu			1		1	40	Em funcionamento
	Metodologias do esporte	Lato Sensu			1		1	40	Em funcionamento
Total Geral do Campus							27	418	

Campus Piúma									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Pesca	Integrado	4	4			8	36	Em funcionamento
	Aquicultura	Integrado	4	3			7	36	Em funcionamento
Graduação	Engenharia de Pesca	Bacharelado				6	6	40	Em funcionamento
	Complementação Pedagógica - Ead	Licenciatura					10	40	Em funcionamento
Pós-Graduação	Controle de qualidade e segurança de alimentos – Ead	Lato Sensu			1		1	40	Em funcionamento
Total Geral do Campus							32	192	

Campus Santa Teresa									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Agropecuária	Integrado				9	9	120	Em funcionamento
	Agroindústria – Projeja	Integrado			1		1	32	Em funcionamento
	Meio Ambiente	Integrado				3	3	40	Em funcionamento
Graduação	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Tecnologia			2		2	40	Em funcionamento
	Ciências Biológicas	Licenciatura			3		3	40	Em funcionamento
	Agronomia	Bacharelado				2	2	40	Em funcionamento
Pós-Graduação	Educação e contemporaneidade	Lato Sensu			1		1	40	Em funcionamento
	Educação e Gestão Ambiental	Lato Sensu			1		1	40	Em funcionamento
Total Geral do Campus							22	392	

Campus São Mateus									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Mecânica	Integrado	4				4	32	Em funcionamento
	Eletrotécnica	Integrado	4				4	32	Em funcionamento
	Mecânica	Concomitante			5		5	32	Em funcionamento
	Eletrotécnica	Concomitante			4		4	32	Em funcionamento

Campus São Mateus									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Graduação	Engenharia Mecânica	Bacharelado				1	1	40	Em funcionamento
	Engenharia Elétrica	Bacharelado				1	1	20	Início a partir de 2019/2
Pós-Graduação	Eficiência Energética Industrial	Lato Sensu				1	1	15	Início a partir de 2019/2
Total Geral do Campus							20	203	

Campus Serra									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Automação Industrial	Integrado		1			1	36	Em funcionamento
	Informática para internet	Integrado		3			3	36	Em funcionamento
	Mecatrônica	Integrado		2			2	36	Em funcionamento
	Automação Industrial	Concomitante			5		5	32	Em funcionamento
	Informática	Concomitante			4		4	40	Em funcionamento
	Manutenção e suporte em informática	Concomitante			3		3	32	Em funcionamento
Graduação	Sistemas de Informação	Bacharelado				5	5	40	Em funcionamento
	Engenharia de Controle e Automação	Bacharelado			3		3	22	Em funcionamento
Pós-Graduação	Ciência de dados com big data	Lato Sensu			1		1	25	Em funcionamento
	Mestrado Profissional em Eng. de Controle e Automação	Stricto Sensu				1	1	26	Em funcionamento
	Mestrado Profissional em Computação aplicada	Stricto Sensu				1	1	26	Em funcionamento
Total Geral do Campus							29	349	

Campus Venda Nova do Imigrante									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Administração	Integrado	5				5	72	Em funcionamento
	Agroindústria	Integrado	7				7	72	Em funcionamento
Graduação	Ciência e Tecnologia dos Alimentos	Bacharelado				3	3	40	Em funcionamento
	Administração	Bacharelado			2		2	40	Em funcionamento
	Licenciatura em Letras/ Português	Licenciatura			3		3	40	Em funcionamento
Pós-Graduação	Práticas e Processos Educativos	Lato Sensu			1		1	30	Em funcionamento
Total Geral do Campus							21	294	

Campus Viana									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Logística	Integrado				6	6	70	Em funcionamento
Graduação	Logística	Tecnologia			3		3	40	Em funcionamento
FIC	Auxiliar de Operações Logísticas	FIC				1	1	40	Início a partir de 2019/1
	Introdução à Astronomia e à Astronáutica	FIC				1	1	40	Início a partir de 2019/1
Total Geral do Campus							11	190	

Campus Vila Velha									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Biotecnologia	Integrado	4				4	80	Em funcionamento
	Química	Integrado	1				1	40	Em funcionamento
	Química	Concomitante			8		8	40	Em funcionamento
Graduação	Biomedicina	Bacharelado				1	1	40	Em funcionamento
	Química Industrial	Bacharelado				1	1	40	Em funcionamento
	Química	Licenciatura				2	2	40	Em funcionamento
	Pedagogia	Licenciatura				1	1	40	Em funcionamento
Pós-Graduação	Química	Stricto Sensu				1	1	20	Em funcionamento
	Educação e divulgação em ciências	Lato Sensu			1		1	30	Em funcionamento
	Saúde e meio ambiente na educação básica	Lato Sensu				1	1	30	Em funcionamento
Total Geral do Campus							21	400	

Campus Vitória									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
Técnico	Geoprocessamento	Subsequente			4		4	40	Em funcionamento
	Segurança do Trabalho	Subsequente			4		4	40	Em funcionamento
	Edificações	Subsequente	1				1	36	Em funcionamento
	Guia de Turismo	Integrado - Proeja			7		7	40	Em funcionamento
	Cadista para a Construção Civi	Integrado - Proeja			5		5	40	Em funcionamento
	Mecânica	Integrado	4				4	36	Em funcionamento
	Eletrotécnica	Integrado	4	5			9	32	Em funcionamento
	Estradas	Integrado		4			4	36	Em funcionamento
	Edificações	Integrado	6				6	36	Em funcionamento
	Metalurgia	Integrado					10	36	Em funcionamento

Campus Vitória									
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Nº de turmas e turnos de funcionamento				Total de turmas	Nº de vagas autorizadas	Situação Atual
			MAT	VESP	NOT	INT			
	Segurança do Trabalho	Integrado					1	40	Em funcionamento
	Meio Ambiente	Integrado	4				4	36	Em funcionamento
	Edificações	Concomitante			5		5	36	Em funcionamento
	Estradas	Concomitante			4		4	24	Em funcionamento
	Mecânica	Concomitante		4	4		8	40	Em funcionamento
	Eletrotécnica	Concomitante			4		4	32	Em funcionamento
	Metalurgia e Materiais	Concomitante		10			10	36	Em funcionamento
Graduação	Engenharia Metalúrgica	Bacharelado				3	3	32	Em funcionamento
	Engenharia Elétrica	Bacharelado				5	5	32	Em funcionamento
	Engenharia Sanitária e Ambiental	Bacharelado				2	2	32	Em funcionamento
	Engenharia Mecânica	Bacharelado				2	2	40	Em funcionamento
	Letras/Português	Licenciatura			3		3	40	Em funcionamento
	Letras/Português – Ead	Licenciatura					2	40	Em funcionamento
	Matemática	Licenciatura			2		2	40	Em funcionamento
Pós-Graduação	Mestrado Acadêmico em Eng. Metalúrgica e de Materiais	Stricto Sensu				1	1	16	Em funcionamento
	Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica	Stricto Sensu				1	1	24	Em funcionamento
	Mestrado Profissional em Tecnologias Sustentáveis	Stricto Sensu				1	1	20	Em funcionamento
	Mestrado Profissional em Letras	Stricto Sensu				1	1	20	Em funcionamento
	Mestrado Profissional em Ensino de Humanidades	Stricto Sensu				1	1	20	Em funcionamento
	Engenharia de Infraestrutura Urbana	Lato Sensu			1		1	20	Em funcionamento
	Engenharia Elétrica enf. Sistemas Inteligentes apl. Aut	Lato Sensu			1		1	20	Em funcionamento
	Eficiência Energética	Lato Sensu			1			36	Em funcionamento
Engenharia Metalúrgica com Ênfase em Siderurgia	Lato Sensu						35	Em funcionamento	
Total Geral do Campus						126	1083		

4.1.2 Cronograma de abertura de novos Cursos e Programas de Pós-Graduação

Tabela 2: Cronograma de abertura de novos cursos e programas

Campus Barra de São Francisco							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Técnico	Agricultura	Concomitante/ Subsequente	Diurno/ Vespertino	1	40	Semestral	2020/1
	Administração	Concomitante/ Subsequente	Noturno	1	40	Semestral	2020/1
	Administração	Integrado	Diurno/ Vespertino	1	40	Anual	2020/1
Graduação	Licenciatura em Ciências Agrárias	Licenciatura	Diurno	1	40	Anual	2022/1
Pós-Graduação	Gestão de Negócios Sustentáveis	Lato Sensu	Noturno/ Noturno	1	30	Anual	2021/1
	Agroecologia	Lato Sensu	Noturno/ Noturno	1	30	Anual	2021/1
	Pedagogia da Alternância/ Campo	Lato Sensu	Noturno/ Noturno	1	30	Anual	2021/1

Campus Cachoeiro de Itapemirim							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Técnico	Pós-Técnico Mineração (nome não definido)	Subsequente	Noturno	1	20	Semestral	2020/1
	Segurança Residencial Utilizando Open Source	Subsequente	Noturno	1	20	Semestral	2020/1
	Pós-Técnico Projetos Elétricos	Subsequente	Noturno	1	20	Semestral	2020/1
	Pós Técnico Mecânica de Refrigeração e Ar Condicionado	Subsequente	Noturno	1	20	Semestral	2020/1
	Mecânica	Integrado ou Subsequente	Diurno ou Noturno	1	40	Anual	2020/1
	Eletrotécnica	Integrado ou Subsequente	Diurno ou Noturno	1	40	Anual	2020/1
	Pós Técnico Manutenção Mecânica	Subsequente	Noturno	1	20	Semestral	2020/2
	Pós Técnico Energias Alternativas	Subsequente	Noturno	1	20	Semestral	2020/2
	Eletricista Instalador	Proeja ou FIC	Noturno	1	40	Anual	2021/1
	Inversor de Frequência	Proeja ou FIC	Noturno	1	40	Anual	2021/1
	Desenhista Industrial	Proeja ou FIC	Noturno	1	40	Anual	2021/2
	Tornearia/Solda/Calderaria	Proeja ou FIC	Noturno	1	40	Anual	2021/2
Graduação	Engenharia Elétrica	Bacharelado	Diurno	1	40	Anual	2022/1
Pós-Graduação	Ensino de Matemática	Lato Sensu	Diurno/ Noturno	1	30	Anual	2020/1
	Segurança do Trabalho	Lato Sensu	Diurno/ Noturno	1	30	Anual	2020/1
	Mestrado Profissional em Ensino da Educação Básica	Stricto Sensu	Diurno/ Noturno	1	40	Anual	2021
	Sistemas Mecânicos	Lato Sensu	Diurno/ Noturno	1	30	Anual	2021/1
	Desenvolvimento de Sistemas	Lato Sensu	Diurno/ Noturno	1	30	Anual	2021/1
	Redes	Lato Sensu	Diurno/ Noturno	1	30	Anual	2022/1
	Mestrado Profissional Informática (INTERCAMPI)	Stricto Sensu	Diurno/ Noturno	1	30	Anual	2022/1

Campus Cariacica							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
	Atendimento ao Cliente e Técnicas de Vendas	FIC	Noturno	1	30	Semestral	2020/2
	Administração Comercial	FIC	Noturno	1	30	Semestral	2020/2
	Finanças para Pequenas Empresas	FIC	Noturno	1	30	Semestral	2020/2
	Pós-Técnico em Manutenção Ferroviária	Subsequente	Noturno	1	36	Semestral	2021/1
	Eletricista Residencial	FIC	Noturno	1	30	Semestral	2021/1
Graduação	Tecnólogo em Logística	Tecnologia	Noturno	1	36	Semestral	2022/2
	Tecnólogo em Gestão Comercial	Tecnologia	Noturno	1	36	Semestral	2022/2
Pós-Graduação	Logística e Gestão do Transporte de Cargas	Lato Sensu	Noturno	1	36	Anual	2021/1
	Teorias e Práticas de Ensino	Lato Sensu	Noturno	1	40	Anual	2021/1

Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância - Cefor							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Técnico	Multimeios Didáticos	Subsequente	A distância	1	40	Semestral	2019/2
	Multimeios Didáticos	Subsequente	A distância	1	40	Semestral	2020/1
	Multimeios Didáticos	Subsequente	A distância	1	40	Semestral	2020/2
Graduação	Educação e Processos de Trabalho em Secretaria Escolar	Superior de Tecnologia	A distância	06	40	NA	Conforme liberação de fomento pela UAB
Pós-Graduação	Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores	Lato Sensu	A distância	10	40	Anual	2019/2
	Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores	Lato Sensu	A distância	10	40	Anual	2020/2
	Especialização em Informática na Educação	Lato Sensu	A distância	05	30	NA	Conforme liberação de fomento pela UAB
	Mestrado em Tecnologias Educacionais	Stricto Sensu	Semipresencial	-	-	Anual	Conforme aprovação de instâncias superiores

Campus Centro-Serrano							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Graduação	Engenharia Agrícola/ Agronomia	Bacharelado	Matutino/ Vespertino	1	40	Anual	2022/1
Pós-Graduação	Administração ou Formação de professores	Lato Sensu	Noturno	1	30	Anual	2020/1

Campus Colatina							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Técnico	Segurança do Trabalho	Concomitante	Noturno	1	32	Anual	2020/1
Pós-Graduação	Práticas Pedagógicas para professores	Lato Sensu	A distância	9	30	Única	2019/2
	Educação Profissional e Tecnológica	Lato Sensu	A distância	5	30	Única	2020/1
	Conectividade e Tecnologias da Informação	Lato Sensu	A distância	1	32	Única	2020/1
	Gestão Pública Municipal	Lato Sensu	A distância	5	50	Única	2020/2
	Ensino de Ciências da Natureza	Lato Sensu	Integral	1	32	Única	2020/2
	Administração Pública	Lato Sensu	A distância	1	40	Única	2021/1
	Sustentabilidade no Ambiente Construído	Lato Sensu	Integral	1	32	Única	2021/1
	Educação Profissional e Tecnológica	Lato Sensu	A distância	5	30	Única	2022/1
	Conectividade e Tecnologias da Informação	Lato Sensu	A distância	1	32	Única	2022/1
	A definir (Mestrado profissional)	Stricto Sensu	Integral	1	20	Anual	2022/1
Ensino de Ciências da Natureza	Lato Sensu	Integral	1	32	Única	2022/2	

Campus Guarapari							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Graduação	Não definido	Licenciatura	A distância	1	36	Não definido	2020
Pós-Graduação	Ensino e Interdisciplinaridade	Lato Sensu	Noturno	1	45	Única	2020/2

Campus Ibatiba							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Técnico	Agricultura	Integrado	Matutino e Vespertino	1	35	Semestral	2021
Graduação	Geografia	Licenciatura	Diurno	1	40	Semestral	2020
	Matemática	Matemática	Noturno	1	40	Semestral	2020
	Agronomia	Bacharelado	Noturno	1	40	Semestral	2020
Pós-Graduação	Ensino	Lato Sensu	Noturno	1	40	Semestral	2020
	Educação ambiental e sustentabilidade	Lato Sensu	Noturno	1	40	Semestral	2020
	Mestrado em Cafeicultura	Stricto Sensu	Noturno	1	20	Semestral	2020

Campus Itapina							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Técnico	Técnico em Geoprocessamento	Integrado	Diurno	1	30	Anual	2020/1
	Técnico em Agroindústria	Integrado	Diurno	1	30	Anual	2020/1
Graduação	Zootecnia	Bacharelado	Diurno	1	40	Anual	2020/1

Pós-Graduação	Especialização em Práticas Pedagógicas	Lato Sensu	Integral	1	40	Anual	2019/2
	Mestrado Profissional em Produção Agrícola Sustentável	Stricto Sensu	Integral	1	12	Anual	2020/1
	Especialização em Produção Agrícola Sustentável	Lato Sensu	Integral	1	25	Anual	2020/2
	Mestrado Profissional em Ensino	Stricto Sensu	Integral	1	12	Anual	2021/1

Campus Montanha							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Técnico	Contabilidade	Subsequente	Noturno	1	40	Anual	2021-2
	Administração	Subsequente	Noturno	1	40	Anual	2021-2
	Gestão Agropecuária	Subsequente	Noturno	1	40	Anual	2022-2
	Técnico em meio ambiente	Subsequente	Noturno	1	40	Anual	2023-1
Graduação	Engenharia agropecuária	Bacharelado	Integral	1	40	Anual	2023-1
Pós-Graduação	Gestão de Projetos na Agropecuária	Lato Sensu	Semipresencial	1	40	Anual	2021-1

Campus Piúma							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Pós-Graduação	Controle de Qualidade e Segurança de Alimentos	Lato Sensu	A distância	1	40	Única	2021/1
	Controle de Qualidade e Segurança de Alimentos	Lato Sensu	A distância	1	40	Única	2023/1

Campus Santa Teresa							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Técnico	Informática para Internet	Integrado	Integral	1	10	Anual	2020/1
Pós-Graduação	Práticas Pedagógicas	Aperfeiçoamento	A distância	1	40	Semestral	2020/1
	Gênero e Diversidade	Aperfeiçoamento	A distância	1	40	Semestral	2021/2

Campus Serra							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Técnico	Curso no Eixo Controle e Processos Industriais	Concomitante	Noturno	1	32	Semestral	2020/2
	Curso no Eixo Informação e Comunicação	Concomitante	Noturno	1	32	Semestral	2020/2
	Curso no Eixo Informação e Comunicação	Concomitante	Noturno	1	32	Semestral	2020/2

	Especialização Técnica no Eixo Informação e Comunicação	Subsequente	Noturno	1	22	Semestral	2020/2
	Especialização Técnica no Eixo Controle e Processos Industriais	Subsequente	Noturno	1	22	Semestral	2021/1
	Curso no Eixo Controle e Processos Industriais	Integrado	Diurno	1	36	Anual	2021/1

Campus Vitória							
Nível	Cursos	Modalidade de ensino	Turno de funcionamento	Nº turmas	Nº de vagas	Regime de matrícula	Ano previsto
Técnico	Geoprocessamento	Integrado	Vespertino	1	36	Anual	2020/1
	A definir (Metalurgia ou Segurança do Trabalho)	Integrado	Matutino	1	36	Anual	2020/1
Graduação	Engenharia Civil	Bacharelado	Integral	1	40	Semestral	2020/1
Pós-Graduação	Educação Física Escolar	Lato Sensu	Sábado	1	20	Semestral	2019/2
	Saneamento Ambiental	Lato Sensu	Noturno/ Sábado	1	20	Semestral	2020/1
	Doutorado a definir – Área interdisciplinar – Engenharia/Tecnologia/Gestão	Stricto Sensu	Diurno	1	20	Semestral	2021/1

4.1.3 Ações de Extensão e/ou Cursos de Aperfeiçoamento ou FIC

Tabela 3: Ações de Extensão e/ou Cursos de Aperfeiçoamento ou FIC

Campus	Cursos	Tipo de Oferta	Turno de Funcionamento	Nº turmas	Nº de Discentes por Turma	Modalidade	Ano previsto
Alegre	Libras básico	Única	Vespertino	1	50	Presencial	2019/2
	Competências empreendedoras	Única	Vespertino	1	50	EAD	2019/2
	Cooperativismo	Única	Vespertino	1	50	Alternância	2019/2
Barra de São Francisco	Sistemas Agroecológicos	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2020/1
	Artes Musicais	FIC	Diurno/Noturno	1	20	Presencial	2020/1
	Reforço em Ciências	FIC	Diurno/Vespertino	1	30	Presencial	2020/1
	Inglês para Comércio	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2020/1
	Capacitação em Agroecologia para produção de frutas	FIC	Vespertino/Noturno	1	20	Presencial	2020/1
	Letramento em Programação de Computadores	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	2020/1
	Competências Empreendedoras	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2020/1
	Inclusão Digital na Melhor Idade	FIC	Vespertino	1	30	Presencial	2020/2
	Capacitação em Agroindústria Familiar	FIC	Vespertino	1	30	Presencial	2020/2
	Controle Social da Administração Pública	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2020/2

Campus	Cursos	Tipo de Oferta	Turno de Funcionamento	Nº turmas	Nº de Discentes por Turma	Modalidade	Ano previsto
	Libras Básico I	FIC	Noturno	2	25	Presencial	2020/2
	Projetos e Manejo de sistemas de irrigação pressurizados	FIC	Vespertino/Noturno	1	25	Presencial	2020/2
	Artesanato Mineral	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2021
	Segurança do Trabalho para Mineração	FIC	Noturno	1	20	EaD	2022
Cachoeiro de Itapemirim	Artesanato Mineral	FIC	Noturno	1		Presencial	2019/2
	Segurança do Trabalho para Mineração	FIC	Noturno	1		EaD	2019/2
	Rochas Ornamentais	FIC	Noturno	1		Presencial	2020/1
Centro-Serrano	Formação docente	Aperfeiçoamento/ FIC	Noturno	1		Presencial	2019/2
	Ciências Agrárias	Extensão	Diurno e/ou Noturno	2		Presencial	2019/2
	Administração	Extensão	Noturno	2		Presencial	2019/2
Cefor	Formação de Tutores para a EaD	FIC	NA	2	40	EaD	2019/2
	Formação de Mediadores Pedagógicos em EaD	FIC	NA	2	24	EaD	2019/2
	Moodle para Educadores	FIC	NA	3	40	EaD	2019/2
	Adequações Curriculares para a Educação Especial	FIC	NA	2	40	EaD	2019/2
	Moodle de Lovelace: curso híbrido de pensamento computacional, programação e robótica	FIC	NA	5	30	Híbrido	2019/2
	MOOC Moodle para Educadores	FIC	NA	NA	NA	EaD	2019/2
	MOOC Google Drive - Colaboração na Prática	FIC	NA	NA	NA	EaD	2019/2
	MOOC de Lovelace - Pensamento Computacional	FIC	NA	NA	NA	EaD	2019/2
	MOOC de Lovelace - Programação	FIC	NA	NA	NA	EaD	2019/2
	Formação de Docente em EaD	Aperfeiçoamento	NA	3	40	EaD	2019/2
	Design Educacional	Aperfeiçoamento	NA	2	40	EaD	2019/2
	Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação	Aperfeiçoamento	NA	2	40	EaD	2019/2
	Moodle de Lovelace: curso híbrido de pensamento computacional, programação e robótica	FIC	NA	5	30	Híbrido	2020/1
	Moodle de Keller: formando professores em pensamento computacional e programação	FIC	NA	1	40	EaD	2020/1
	Libras Introdutório	FIC	NA	2	40	EaD	2020/1
	Libras Intermediário	FIC	NA	2	40	EaD	2020/1
	Formação de Tutores para a EaD	FIC	NA	3	40	EaD	2020/1
	Formação de Mediadores Pedagógicos em EaD	FIC	NA	2	40	EaD	2020/1
	Moodle para Educadores	FIC	NA	2	40	EaD	2020/1
	Adequações Curriculares para a Educação Especial	FIC	NA	2	40	EaD	2020/1
	Formação de Orientadores de TCF	FIC	NA	3	40	EaD	2020/1
	MOOC de Lovelace - Robótica	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	MOOC Redação Científica	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
MOOC Como criar um MOOC?	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1	
MOOC Programação Básica: Scratch	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1	

Campus	Cursos	Tipo de Oferta	Turno de Funcionamento	Nº turmas	Nº de Discentes por Turma	Modalidade	Ano previsto
	MOOC Scratch como Apoio ao Ensino de Matemática	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	MOOC Inclusão Sóciodigital com Smartphone	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	MOOC Softwares Educacionais de Matemática para o Ensino Médio	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	MOOC Criando Ambientes Virtuais com Unity 3D	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	MOOC Uso Educacional do Canva	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	MOOC Ferramenta para Gravação de Vídeos	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	MOOC Realidade Virtual como Apoio ao Ensino	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	MOOC Lesson Study (em português)	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	MOOC Lesson Study (em inglês)	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	MOOC Moodle para Alunos	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/1
	Formação de Docente em EaD	Aperfeiçoamento	NA	2	40	EaD	2020/1
	Design Educacional	Aperfeiçoamento	NA	2	40	EaD	2020/1
	Inclusão e Educação Especial	Aperfeiçoamento	NA	1	40	EaD	2020/1
	Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação	Aperfeiçoamento	NA	2	40	EaD	2020/1
	Libras Introdutório	FIC	NA	2	40	EaD	2020/2
	Libras Intermediário	FIC	NA	2	40	EaD	2020/2
	Libras para Licenciaturas	FIC	NA	07	30	EaD	2020/02
	Formação de Tutores para a EaD	FIC	NA	3	40	EaD	2020/2
	Formação de Mediadores Pedagógicos em EaD	FIC	NA	2	40	EaD	2020/2
	Adequações Curriculares para a Educação Especial	FIC	NA	2	40	EaD	2020/2
	Tecnologias Educacionais e Acessibilidade	FIC	NA	2	40	EaD	2020/2
	Formação de Orientadores de TCF	FIC	NA	02	40	EaD	2020/02
	MOOC Inglês	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/02
	MOOC Espanhol	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/02
	MOOC Metodologia de Pesquisa	FIC	NA	NA	NA	EaD	2020/02
	Formação de Docente em EaD	Aperfeiçoamento	NA	2	40	EaD	2020/2
	Design Educacional	Aperfeiçoamento	NA	2	40	EaD	2020/2
	Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação	Aperfeiçoamento	NA	2	40	EaD	2020/2
Colatina	Gestão Empresarial para Pequenos Negócios	FIC	Noturno	1	150	Presencial	(Em planejamento)
	Prática de Conjunto Instrumental	FIC	Noturno	1	50	Presencial	2019/1 a 2019/2
	Informática Básica Aplicada ao Mundo do Trabalho	FIC	Vespertino	1	15	Presencial	2019/1 a 2019/2
	Reforço de matemática para alunos do Lions	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2019/2
	Semeando o Verde	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2019/2
	Curso Noções Básicas de Informática (Neabi Digital)	FIC	Noturno	1	25	Presencial	2019/2
	Gestão Integrada de Recursos Hídricos	FIC	Diurno	1	40	Presencial	2019/2
	Pré-Enem Matemática	FIC	Vespertino	1	32	Presencial	2019/2
	Introdução à inovação – tendências tecnológicas e seus ecossistemas	FIC	Noturno	1	40	Presencial	2019/2

Campus	Cursos	Tipo de Oferta	Turno de Funcionamento	Nº turmas	Nº de Discentes por Turma	Modalidade	Ano previsto
	Formação de Professores – Pensamento Computacional	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2019/2
	Comunicação básica na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	FIC	Noturno	1	30	Presencial	2019/2
	Técnicas e Produção de Aulas Práticas no Ensino de Ciências	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2019/2
	Nea Intercampi	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2019/2 – Em planejamento
	Pré – Incubação	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2020/1
	EJA – Informática Modulo 1	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2020/1
	Nea Intercampi	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2020/1– Em planejamento
	Nea Intercampi	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2020/1– Em planejamento
	EJA – Informática Modulo 2	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2020/2
	Robótica	FIC	Noturno	1	26	Presencial	2020/2 – 2021/2 – 2022/2 – 2023/2
	Nea Intercampi	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2020/2– Em planejamento
	Nea Intercampi	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2020/2– Em planejamento
	Nea Intercampi	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2020/2– Em planejamento
	Nea Intercampi	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2020/2– Em planejamento
	Nea Intercampi	FIC	Noturno	1	A definir	Presencial	2020/2– Em planejamento
	Pré – Incubação	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2021/1
	Pré – Incubação	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2023/1
	Cursos de Formação (a definir, em parceria com a PMC)	FIC	Noturno	1	50	Presencial	Em planejamento
	Meninas da Robótica	FIC	Noturno	1	26	Presencial	Em planejamento
	Sociologia da Educação	FIC	Vespertino	1	20	Presencial	Em planejamento
Guarapari	Idiomas	Semestral	Diurno e Noturno	16	25	Presencial	2020
	Judô	Única	Diurno	2	25	Presencial	2020
	Futebol de Campo	Única	Diurno	2	25	Presencial	2020
	Ensino de Astronomia	Única	Noturno	1	50	Presencial	2020/1
	Preparatório Pré-Ifes Guarapari	Única	Diurno	2	40	Presencial	2020/2
Ibatiba	Formação Continuada para professores em Práticas Pedagógicas e Metodologias ativas	Curso de curta duração	Noturno	3	30	Presencial	2019-2020/2
	Introdução à Agroecologia	Curso de curta duração	Integral	1	50	Presencial	2020/2025

Campus	Cursos	Tipo de Oferta	Turno de Funcionamento	Nº turmas	Nº de Discentes por Turma	Modalidade	Ano previsto
	Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental	Curso de curta duração	A distância	1	60	EaD	2020/2025
	Formação continuada para professores “Construir novas práticas, somar novos saberes na educação especial”	Curso de curta duração	Noturno	1	30	Presencial	2020/2025
	Tópicos Básicos – Curso de verão Ifes Campus Ibatiba	Curso de curta duração	Diurno	2	60	Presencial	2020/2025
	Curso de Capacitação para Atendimento Educacional Especializado em Deficiência visual	Curso de curta duração	Noturno	1	20	Presencial	2020/2025
	Curso de Iniciação em Práticas de Gestão Escolar	Curso de curta duração	Noturno	1	30	Presencial	2020/2025
	Oficina de Capacitação em comunicação visual inclusiva: noções de libras	Curso de curta duração	Noturno	2	20	Presencial	2020/2025
	Programação Básica Arduíno	Curso de curta duração	Noturno	1	20	Presencial	2020/2025
Itapina	Pré-Incubação para Empreendedores – Residência	FIC / Atualização	Integral	1	12	Presencial	2020/2
	Metodologias de Ensino em Ciências Naturais – Física	FIC / Atualização	Noturno	2	40	Presencial	2020/1
	Metodologias de Ensino em Ciências Naturais – Química	FIC / Atualização	Noturno	2	40	Presencial	2020/1
	Curso Básico de Libras	FIC / Atualização	Vespertino	1	15	Presencial	2020/2
	Formação de Formadores de Moçambique no Brasil – Ciências Agrárias	FIC / Atualização	Integral	1	5	Presencial	2020/2
Piúma	9º Ano de Sucesso	Formação inicial	Vespertino e Noturno	3	6	Presencial	2019 a 2022/2
	Formação de Aquaviários: Pescador Profissional – POP – Nível 1	Formação Continuada Atualização	Integral	2	8	Presencial	2019/1 – 2019/2
	Formação de Aquaviários: Pescador Profissional – PEP	Formação Continuada Atualização	Integral	1	12	Presencial	2020/2
Santa Teresa	Processamento de Bebidas Alcoólicas	FIC	Diurno/Noturno	1	20	Presencial	2020/1
	Processamento de Embutidos e Defumados	FIC	Diurno/Noturno	1	20	Presencial	2020/2
	Processamento de Frutas e Hortaliças	FIC	Diurno/Noturno	1	20	Presencial	2021/1
	Processamento de Massas Alimentícias	FIC	Diurno/Noturno	1	20	Presencial	2020/2
	Processamento de Produtos Lácteos	FIC	Diurno/Noturno	1	20	Presencial	2023/1
	Auxiliar de Biblioteca	FIC	Diurno/Noturno	1	20	Presencial	2020/2
	Educação Patrimonial	FIC	Diurno/Noturno	1	20	Presencial	2020/1
	Máquinas e Implementos Agrícolas	FIC	Diurno/Noturno	1	20	Presencial	2020/2
	Iniciação e aprimoramento de modalidade esportiva: Voleibol	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2020/1
	Iniciação e aprimoramento de modalidade esportiva: Futsal	FIC	Vespertino	1	25	Presencial	2020/1
Vitória	Curso de Formação de Professores da Rede Municipal de Ensino	Aperfeiçoamento	Noturno	1	20	Presencial	2019/2
	Curso de Capacitação Empreendedora	FIC	Noturno	1	20	Presencial	2019/2

5. INFRAESTRUTURA

5.1 Infraestrutura

O Ifes conta atualmente com a sede de sua Reitoria (local provisório) e mais 21 *campi* distribuídos em 20 municípios do estado, além de outras unidades como o Polo de Inovação e um Centro de Referência (local provisório) atendendo ao projeto de interiorização do ensino profissional.

Possui atualmente uma área total aproximada de 14.566.877,18 m², dos quais 354.454,22 m² são de área construída, utilizada para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, desportos, lazer e cultura.

Em relação ao deslocamento logístico aos *campi*, de um modo geral, os mesmos são satisfatoriamente servidos por linhas regulares de transporte coletivo, ressaltando algumas dificuldades particulares. Já em relação ao acesso aos ambientes internos, principalmente para pessoas com necessidades educacionais especiais, o Ifes realiza um grande esforço para dotar seus prédios de equipamentos que permitam facilitar o livre acesso.

No que se refere à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, o Ifes vem realizando a adequação de suas instalações conforme um plano de implantação física, principalmente, nos *campi* mais antigos, buscando adequá-los a essa necessidade.

As áreas voltadas às instalações administrativas contemplam os setores destinados às coordenadorias de patrimônio, almoxarifado, compras e licitação, administração, desenvolvimento de pessoas, registro acadêmico, manutenção, gabinetes da direção, tecnologia da informação e gerência de ensino.

Os espaços administrativos cumprem com a finalidade de propiciar melhores instalações para que os servidores possam desenvolver suas atividades profissionais de modo seguro e agradável.

As salas destinadas aos diversos cursos nos 21 *campi* do Ifes possuem boa ventilação, boa acústica, boa iluminação, acessibilidade, conservação, comodidade, janelas amplas de alumínio, condicionadores de ar e pisos antiderrapantes.

Em geral, cada sala é composta por 40 carteiras universitárias, quadro branco, tela de projeção fixa, projetor multimídia (*data show*) e mesa do tipo escritório para a acomodação do professor.

O Ifes conta, em grande parte de seus *campi*, com auditórios voltados para sessões culturais, palestras, trabalhos acadêmicos, entre outras atividades que se destinem a reunir pessoas a fim de proferir ou ouvir as apresentações.

Todos os ambientes destinados a essas finalidades dispõem de equipamentos adequados ao número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

Os *campi* e unidades descentralizadas do Ifes contam com espaços destinados aos professores, sejam salas individualizadas ou salas compartilhadas.

Essas salas contam, em sua quase totalidade, com condicionadores de ar e mobiliário adequado para que os professores exerçam suas atividades docentes de forma confortável e ergonômica.

Os Campi do Ifes apresentam espaços destinados a apoiar o corpo discente no que se refere aos serviços de assistência social e psicológica à comunidade do campus.

Contam também com espaços destinados ao atendimento médico e de enfermagem a fim de prevenir pequenos incidentes ocasionais e promover campanhas de incentivo à saúde aos alunos de tempo parcial, integral e aos internados.

Os *campi* do Ifes oferecem espaços de trabalho adequados aos docentes em tempo integral, disponibilizando salas compartilhadas ou individualizadas para realização de seus trabalhos.

Esses espaços contemplam equipamentos de informática adequados com acesso à rede de dados, seja cabeada ou por meio de *Wi-Fi* (rede sem fio). Além dessa característica, os ambientes possuem boa dimensão, boa iluminação, ventilação e comodidade.

Além das características citadas anteriormente, aspectos como limpeza, iluminação, ventilação e segurança são constantemente monitoradas para que os professores possam exercer suas atividades de forma adequada.

Faz parte da cultura do Ifes apresentar suas instalações em excelente estado de limpeza e conservação. Da mesma maneira se apresentam as instalações sanitárias.

O Ifes apresenta em suas instalações (Reitoria e *campi*) estruturas de vestiário e sanitários para uso dos servidores e alunos, tendo, em sua grande maioria, sanitários adequados aos portadores de necessidades especiais.

A Reitoria e os *campi* do Ifes contam, em sua infraestrutura física, com setores destinados a manter a infraestrutura de comunicação de dados e telefonia funcionando de forma ininterrupta.

A Reitoria incentiva e promove ações o uso e implantação de tecnologias de informação inovadoras que primam pelo princípio da economicidade, haja vista a utilização de tecnologias de *VoIP (Voice over IP)*, vídeo e web conferência.

Cada *campus* disponibiliza os ambientes laboratoriais necessários ao atendimento técnico de cada eixo tecnológico oferecido em suas localidades, bem como laboratório de ciências básicas, física, química, biologia, entre outros.

Esses laboratórios se encontram em conformidade ao que preconiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC, além de observar as dimensões estabelecidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Em sua grande maioria, os *campi* do Ifes possuem em suas instalações: áreas de vivência, pátios cobertos, praças de alimentação e atividades de lazer para a comunidade interna.

No que se refere às práticas esportivas, a maior parte dos *campi* oferece áreas cobertas (ginásio poliesportivo e quadras cobertas) adequadas e áreas descobertas destinadas às práticas desportivas a céu aberto, como: quadras, piscina, campos de futebol e pista de atletismo.

5.1.1 Infraestrutura física e instalações atuais

Tabela 4: Infraestrutura Física

Campus/ Unidades	Total m² área do terreno	Total m² área construída	Total m² área administrativa	Total m² área pedagógica	Total m² área esportiva	Abastecimento de energia elétrica	Abastecimento de água	Esgoto Sanitário	Destinação de lixo	Velocidade de conexão	Conectividade
Alegre	3.339.600,00 m²	61.065,81 m²	576,93 m²	13.410,94 m²	6.920,06	Pública	Própria	Não	Prefeitura	100MB	Baixa
Aracruz	43.244,52 m²	7.818,53 m²	697,25 m²	35,28 m²	1.076,64 m²	Rede pública	Rede pública	Rede pública	Coleta periódica	100MB	Dedicado
Barra de São Francisco	545.000,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	0,00 m²	-		-	-	-	-
Cachoeiro de Itapemirim	100.000,00 m²	27.600,00 m²	477,00 m²	444,00 m²	-	Rede pública	Rede pública/poço artesiano	Fossa simples/não atende legislação e demanda	Coleta periódica/ implantando coleta seletiva	100MB	Dedicado
Cariacica	45.487,77 m²	14.590,83 m²	1.066,50 m²	4.085,90 m²	1.476,00 m²	SE em AT com 2 traços 500 MVA	Caixa Central com 60.000 L	Fossa	Coleta em Contêiner	100MB	Rede cabeada e Wireless
Cefor	1.205,25 m²	2.508,58 m²	551,89 m²	509,57 m²	0,00 m²	Rede Pública - Escelsa	Rede Pública - Cesan	Rede Pública - Cesan	Coleta Periódica (Diária)	1Gb	Rede Metrovix
Centro-Serrano	98.000,00 m²	2.340,00 m²	590,00 m²	590,00 m²	56,00 m²	Pública	Própria	Fossa	Coleta municipal	100M	Dedicado
Colatina	52.320,00 m²	11.884,00 m²	868,00 m²	3.157,00 m²	2.480,00 m²	Empresa de Luz e Força Santa Maria	Sanear	Rede pública	Coleta periódica	-	-
Guarapari	42.000,00 m²	3.300,00 m²	340,00 m²	40,00 m²	2060 m²	Rede pública	Rede pública	Rede pública	Coleta Periódica	4MB	Dedicado
Ibatiba	30.293,00 m²	12.806,71 m²	672,78 m²	3.805,23 m²	925,62 m²	EDP	CESAN	Rede Pública	Prefeitura	100MB	Rede cabeada e Wireless
Itapina	3.151.000,00 m²	46.077,90 m²	11.877,90 m²	34.200,00 m²	16.000,00 m²	01 (uma) Subestação cap. 11.200 Volts.	01 (uma) Estação de Tratamento de água com uma área de 550 M²	01 (uma) Estação de Tratamento de esgoto cap. De volume útil de litros de 52,78 M³	Coleta seletiva 03 vezes por semanal	100MB	Baixa
Linhares	48.195,00 m²	7.976,26 m²	1.132,04 m²	4.541,78 m²	1.704,58 m²	Rede pública	Poço artesiano	Fossa séptica	Coleta Periódica	100M	Dedicado (alta velocidade/banda larga)
Montanha	245.000,00 m²	4.549,73 m²	514,59 m²	1.645,92 m²	Em construção	Rede pública	Rede pública	Rede pública	Coleta periódica	100mb	Dedicado
Nova Venécia	56.605,8m²	11.172,30 m²	607,95 m²	2.849,22 m²	3.990,49 m²	Rede Pública	Rede Pública	Fossa	Coleta Periódica	4 MB	Dedicado
Piúma	19.959,73 m²	11.158,00 m²	653,00 m²	641,00 m²	1.176,00 m²	Escelsa/Rede Pública	Cesan/ Rede Pública	Rede Cesan/ Rede Pública	Coleta Periódica/ Reciclagem Rede Pública	4mbps	Outros/ via rádio
Santa Teresa	6.310.123,17 m²	25.251,06 m²	862,27 m²	3.953,28 m²	21.781,32 m²	Sim	Sim	Sim	Sim	4 MB	Mista
São Mateus	120.000,00 m²	13.208,00 m²	732,89 m²	1.609,63 m²	983,90 m²	Sim	Sim	Sim	Sim	100 Mb/s dedicado	Litorâneo: Link dedicado de 100 Mb/s (RNP);
Serra	150.000,00 m²	13.116,84 m²	2.834,73 m²	7.150,52 m²	-	Rede Pública	Rede Pública,	Rede Pública	Coleta Periódica	1Gb	Dedicado
Venda Nova	37.423,22	11.674,29	1.755,60	169,13 m²	2.314,85	Demanda	Cesan e Nascente	Sim	Coleta Municipal	RNP 100 Mbps;	Cabo e Wireless

Campus/ Unidades	Total m ² área do terreno	Total m ² área construída	Total m ² área administrativa	Total m ² área pedagógica	Total m ² área esportiva	Abastecimento de energia elétrica	Abastecimento de água	Esgoto Sanitário	Destinação de lixo	Velocidade de conexão	Conectividade
do Imigrante						contratual de 93 KW				Velox 10Mbps; Velox 5 Mbps; Velox 2 Mbps	
Viana	35.550,09 m ²	3.529,69 m ²	45,10 m ²	550,62 m ²	-	Rede Pública	Rede Pública	Rede Pública	Coleta Municipal	100 Mbps	Cabo e Wireless
Vila Velha	54.517,33 m ²	6.908,99 m ²	1.111,58 m ²	5.797,41 m ²	-	Rede pública	Rede pública	Rede pública	Coleta Periódica	20 MB	Dedicado e Voip
Vitória	41.352,30 m ²	55.916,70 m ²	11.808,74 m ²	44.107,96 m ²	9.883,56 m ²	Rede pública	Rede Pública	Rede Pública	Coleta Periódica	1 Giga	Dedicado Banda Larga

Tabela 5: Caracterização física geral

Campus/ Unidades	Salas de docentes	Salas de aula	Salas ambiente	Salas de videoconferências e teleconferências	Bibliotecas	Auditórios	Cantinas	Refeitórios	Alojamentos para servidores	Alojamentos para discentes	Unidades de assistência médico-odontológicas	Unidades de acompanhamento psicológico
Alegre	2	16	3	0	1	2	2	1	1	1	1	1
Aracruz	24	15	4	0	1	1	1	0	0	0	0	1
Barra de São Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cachoeiro de Itapemirim	4	14	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0
Cariacica	28	22	4	0	1	2	1	1	0	0	0	2
Cefor	5	4	0	1	1	2	1	0	0	0	0	0
Centro-Serrano	10	11	7	0	1	1	1	1	0	0	0	0
Colatina	4	16	25	2	1	1	1	1	0	0	1	1
Guarapari	18	14	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1
Ibatiba	12	16	2	0	1	1	1	1	0	0	0	0
Itapina	1	24	1	0	1	1	1	1	1	4	1	1
Linhares	13	17	0	0	1	0	1	2	0	0	0	1
Montanha	1	0	15	0	1	1	1	0	0	0	0	0
Nova Venécia	4	16	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1
Piúma	2	13	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1
Santa Teresa	2	19	6	1	1	1	1	1	60 leitos	253 leitos	1	1
São Mateus	3	8	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1
Serra	26	27	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1
Venda Nova do Imigrante	8	17	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1
Viana	1	6	1	0	1	1	1	1	0	0	0	0
Vila Velha	30	17	3	0	1	1	1	1	0	0	1	1
Vitória	53	49	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1

Tabela 6: Caracterização física esportiva

Campus/ Unidades	Quadra de esportes coberta	Ginásio Poliesportivo	Campo de Futebol	Pista de Atletismo	Sala de Musculação	Piscina
Alegre	1	1	1	1	1	0
Aracruz	0	0	0	0	0	0
Barra de São Francisco	0	0	0	0	0	0
Cachoeiro de Itapemirim	1	0	1	0	0	0
Cariacica	0	1	0	0	0	0
Cefor	0	0	0	0	0	0
Centro-Serrano	0	0	0	0	0	0
Colatina	3	1	1	1	0	0
Guarapari	0	0	1	1	0	0
Ibatiba	1	0	0	0	0	0
Itapina	1	1	1	0	0	0
Linhares	0	1	1	0	0	0
Montanha	0	0	0	0	0	0
Nova Venécia	1	0	1	1	1	0
Piúma	0	1	0	0	0	0
Santa Teresa	2	0	3	1	1	0
São Mateus	0	1	0	0	0	0
Serra	0	0	0	0	0	0
Venda Nova do Imigrante	0	1	0	0	0	0
Viana	0	0	0	0	0	0
Vila Velha	0	0	0	0	0	0
Vitória	2	1	1	1	1	1

5.2 Biblioteca

Ifes possui atualmente 22 (vinte e duas) bibliotecas distribuídas em todos os *campi* da instituição. As bibliotecas têm como missão facilitar o acesso e a difusão dos recursos informacionais e colaborar nos processos de produção do conhecimento, a fim de contribuir para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e à administração do Instituto Federal do Espírito Santo. Na tabela a seguir é apresentado o horário de funcionamento de cada biblioteca.

Tabela 7: Horário de funcionamento

Bibliotecas – Campus/ Unidades	Horário
Alegre	Seg. a Sex.: 7h às 21h
Aracruz	Seg. a Sex.: 8h às 21h
Barra de São Francisco	Seg. a Sex.: 13h às 22h
Cachoeiro de Itapemirim	Seg. a Sex.: 8h às 21h
Cariacica	Seg. a Sex.: 8h30 às 20h30
Cefor	Seg./Qua./Sex.: 9h às 18h - Ter./Qui.: 9h às 20h30
Centro Serrano	Seg./Ter./Qua.: 8 às 22h - Qui./Sex.: 8 às 18h30

Bibliotecas – Campus/ Unidades	Horário
Colatina	Seg. a Sex.: 7h30 às 20h50
Guarapari	Seg. a Sex.: 8h às 21h
Ibatiba	Seg. a Sex.: 8h às 21h
Itapina	Seg. a Sex.: 7h30 às 21h
Linhares	Seg. a Sex.: 7h às 21h
Montanha	Seg. a Sex.: 7:30 às 17h e 18h às 21h
Nova Venécia	Seg. a Sex.: 7h às 21h
Piúma	Seg. a Sex.: 7h às 18h
Santa Teresa	Seg. a Qui.: 8h às 21h - Sex.: 8h às 19h
São Mateus	Seg. a Sex.: 7h30 às 21h
Serra	Seg. a Sex.: 8h às 21h
Venda Nova do Imigrante	Seg. a Sex.: 8h às 21h
Viana	Seg. a Sex.: 8h às 21h
Vila Velha	Seg. a Sex.: 8h às 21h
Vitória	Seg. a Sex.: 7h30 às 21h30

5.2.1 Recursos Humanos

O quadro de pessoal das bibliotecas está descrito na tabela abaixo.

Tabela 8: Quadro de pessoal das bibliotecas do Ifes

Bibliotecas – Campus/ Unidades	Recursos Humanos
Alegre	1 Bibliotecário, 1 Auxiliar de Biblioteca, 2 Auxiliares em Agropecuária
Aracruz	2 Bibliotecários, 1 Auxiliar de Biblioteca e 1 Auxiliar em Administração
Barra de São Francisco	1 Bibliotecária e 1 Estagiária
Cachoeiro de Itapemirim	2 Bibliotecários, 1 Auxiliar de Biblioteca, 1 Auxiliar em Administração, 1 Servidor Anistiado e 1 Estagiária
Cariacica	3 Bibliotecárias, 1 Assistente em Administração
Cefor	1 Bibliotecária, 1 Estagiária e 1 Assistente de Laboratório
Centro Serrano	1 Bibliotecária, 1 Auxiliar de Biblioteca, 2 Estagiários
Colatina	2 Bibliotecários, 2 Auxiliares de Biblioteca, 1 Carpinteiro e 2 Estagiários
Guarapari	3 Bibliotecários e 2 Estagiários
Ibatiba	2 Bibliotecários e 1 Estagiário
Itapina	1 Bibliotecária, 1 Auxiliar de Biblioteca, 1 Cozinheiro, 1 Servidor Anistiado, 1 Administração, 1 Auxiliar de Enfermagem
Linhares	2 Bibliotecárias, 1 Auxiliar Administrativo, 1 Assistente em Administração, 1 Auxiliar de Biblioteca
Montanha	1 Bibliotecária, 1 Estagiária, 1 Assistente de Alunos
Nova Venécia	2 Bibliotecários e 1 Auxiliar Administrativo
Piúma	2 Bibliotecárias e 1 Estagiário
Santa Teresa	2 Bibliotecários, 1 Auxiliar de Biblioteca, 1 Auxiliar Administrativo, 1 Cozinheiro
São Mateus	2 Bibliotecárias, 2 Auxiliares em Administração, 1 Auxiliar de Biblioteca
Serra	2 Bibliotecárias, 1 Assistente em Administração, 1 Servidor Anistiado, 4 Estagiários
Venda Nova do Imigrante	2 Bibliotecárias, 1 Assistente em Administração e 1 Estagiário
Viana	1 Bibliotecária e 2 Estagiários
Vila Velha	3 Bibliotecárias e 1 Auxiliar de Biblioteca
Vitória	7 Bibliotecários; 4 Assistentes em Administração; 2 Recepcionistas; 1 Auxiliar

Bibliotecas – Campus/ Unidades	Recursos Humanos
	Administrativo; 1 Auxiliar de Biblioteca; 6 Estagiários

5.2.2 Espaço Físico

O espaço físico de cada biblioteca do Ifes está demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 9: Espaço físico das bibliotecas

Bibliotecas – Campus/ Unidades	Área Construída Total (m ²)
Alegre	Aproximadamente 520
Aracruz	491,85
Barra de São Francisco	80
Cachoeiro de Itapemirim	345
Cariacica	900
Cefor	43,39
Centro Serrano	454
Colatina	398
Guarapari	313,76
Ibatiba	123
Itapina	300
Linhares	320,48
Montanha	131,15
Nova Venécia	203,24
Piúma	344
Santa Teresa	511,19
São Mateus	119
Serra	332
Venda Nova do Imigrante	343
Viana	-
Vila Velha	300
Vitória	1.583

5.2.3 Acervo

As bibliotecas armazenam e disponibilizam qualificado material bibliográfico juntamente a outros meios de informação destinados a servir de suporte para o ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelecem as políticas, programas e objetivos do Ifes. Todo o acervo está informatizado, o que permite rápida e eficiente localização das obras. Adota-se o Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamum, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. O sistema contempla as principais funções de uma biblioteca, funcionando de forma integrada desde a aquisição ao empréstimo, tornando-se um *software* de gestão de bibliotecas. Oferece aos usuários vários serviços online, entre eles pesquisa do acervo, reservas e renovações de materiais. Atualmente o sistema está presente em 424 Instituições, o que representa aproximadamente 8000 bibliotecas em todo o Brasil.

Os processos de aquisição e atualização do acervo são norteados pela Política de Seleção e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do Ifes. Esta Política tem como objetivo traçar diretrizes para formação e desenvolvimento do acervo, apontando os métodos de trabalho apropriados para alcance dos objetivos nela descritos e fundamentar as decisões do profissional bibliotecário, o processo de seleção, aquisição, descarte, doação etc., garantindo o crescimento equilibrado, racional e contínuo do acervo, tendo em vista os objetivos institucionais e coletivos.

A atualização e a expansão do acervo se dão por incorporações de compra, permuta ou doações de obras advindas de editoras, instituições e dos próprios usuários.

Compõem o acervo das bibliotecas os seguintes materiais: livros, periódicos, normas técnicas, material audiovisual (CD/DVD, Fitas VHS), obras de referência (dicionários, enciclopédia geral e especializada entre outras), monografias, coleções especiais (obras raras, documentos da memória do Ifes etc.), multimeios e outros materiais.

Os acervos físico e virtual podem ser acessados no site do Ifes ([Minha Biblioteca](#), [Pergamum](#), [Biblioteca Virtual Pearson](#)) com login e senha institucionalizados e individualizados, dentro e fora da instituição.

Tabela 10: Acervo das bibliotecas do Ifes

Bibliotecas – Campus/ Unidades	Livros		Periódicos		Outros Materiais	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Alegre	2.866	8.687	27	751	61	67
Aracruz	3.346	8.931	13	121	222	222
Barra de São Francisco	812	1.558	0	0	100	120
Cachoeiro de Itapemirim	4.886	20.860	117	4.002	211	150
Cariacica	3.510	12.899	89	1.727	537	340
Cefor	504	1.399	0	0	0	0
Centro Serrano	1.266	2.070	15	187	5	6
Colatina	10.590	22.422	90	2.928	19	29
Guarapari	2.307	11.462	45	2.010	107	107
Ibatiba	2.855	6.545	69	1.326	547	1.073
Itapina	6.071	15.094	28	264	348	348
Linhares	3.645	9.822	75	1.745	120	121
Montanha	1.444	4.961	1	5	124	125
Nova Venécia	3.053	10.863	0	0	203	100
Piúma	2.184	6.636	42	448	26	155

Bibliotecas – Campus/ Unidades	Livros		Periódicos		Outros Materiais	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Santa Teresa	3.618	15.893	0	0	82	86
São Mateus	3.326	8.274	0	0	560	620
Serra	2.920	7.847	43	1.846	225	145
Venda Nova do Imigrante	3.502	12.618	68	1.625	385	438
Viana	422	2.435	0	0	0	0
Vila Velha	2.048	5.651	12	137	172	250
Vitória	16.047	37.727	376	15.155	2.177	2.471
Total	81.222	234.654	1.110	34.277	6.231	6.973

5.2.4 Bibliotecas digitais

O acervo virtual tem como suporte duas plataformas digitais, adquiridas através do Cefor: Biblioteca Virtual Pearson e Minha Biblioteca, que permitem o acesso 24 horas por dia e 7 dias por semana, de qualquer lugar com acesso à internet.

A Biblioteca Virtual Universitária (BVU) possui acervo digital de livros composto por milhares de títulos, que abordam mais de 40 áreas do conhecimento. Os usuários da BVU acessam mais de 4000 títulos de mais de 20 editoras parceiras. O acesso dos usuários a esta plataforma é livre.

A Minha Biblioteca oferece às instituições de ensino superior acesso digital, rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos com conteúdo técnico e científico de qualidade. Seu acesso é liberado apenas para professores, alunos dos cursos EaD e de Pós-graduação presenciais.

Em relação aos periódicos especializados, a biblioteca possui acesso ao Portal de Periódicos Capes que atualmente conta com um acervo de mais de 45 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. O acesso é gratuito e restrito aos usuários autorizados das instituições participantes. É disponibilizado de duas formas: nas dependências do Ifes (sem necessidade de senha e identificação de usuário, pois os IPs dos computadores já estão cadastrados) e acesso remoto (casa, etc.) por meio da CAFE, Comunidade Acadêmica Federada.

As bibliotecas oferecem também acesso às normas técnicas da ABNT via Web. A permissão para visualização da coleção ABNT é realizada através da internet, por todos os funcionários e alunos do Ifes em qualquer um de seus *campi* ou unidades, incluindo Reitoria e Cefor. O acesso é permitido através dos computadores da instituição que já estão com seus IPs cadastrados, podendo também ser feito através do Pergamum (tanto nas instalações do Ifes quanto fora delas).

5.2.5 Repositório Institucional (RI/Ifes)

O Repositório Institucional do Ifes (RI/Ifes) é regulamentado pelo Conselho Superior, por meio das Resoluções nº 22 e 23, de 07 de agosto de 2017.

O RI/Ifes está inserido no movimento mundial de acesso aberto a informação científica e é o portal de acesso às produções intelectuais da comunidade científica do Ifes, armazenadas em formato digital. Ele permite a busca e a recuperação para uso posterior tanto nacional quanto internacional pela rede mundial de computadores.

Tem a missão de armazenar, disseminar e dar visibilidade mundial a toda a produção científica e intelectual do Ifes. A adoção desse novo modelo de gestão para documentos eletrônicos possibilita uma maior visibilidade da Instituição e a valorização, preservação e divulgação da sua produção, contribuindo para sistematizar uma política de disseminação para o Ifes, bem como para disponibilizar a sociedade o resultado de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A partir da implantação do repositório institucional o Ifes tornou-se membro da Rede Sudeste de Repositórios Institucionais. Criada em 2017, a Rede Sudeste faz parte da Rede Nacional de Repositórios, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A rede tem como objetivo principal garantir o acesso de forma aberta, gratuita e pública, ao conhecimento produzido pelas instituições.

5.2.6 Serviços oferecidos

Os serviços disponibilizados pelas bibliotecas incluem:

- Empréstimo domiciliar automatizado para os alunos e para os servidores;
- Consulta ao catálogo, reserva e renovação on-line;
- Acesso a materiais digitais (monografias, teses e dissertações);
- Emissão de nada consta;
- Comutação bibliográfica (COMUT);
- Catalogação na publicação (ficha catalográfica);
- Empréstimo entre bibliotecas;
- Cabines de estudo individuais e em grupo;
- Computadores para digitação de trabalhos e acesso à Internet;

- Orientações quanto à normalização de trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- Treinamento para uso do Portal de Periódicos da Capes;
- Atendimento a público externo;
- Acesso a internet wireless;
- Capacitação de usuários para uso do sistema Pergamum;
- Consulta local;
- Atividades culturais, entre outros.

5.2.7 Perspectivas de gestão das bibliotecas

No decorrer dos últimos anos, as bibliotecas realizaram ações e alcançaram conquistas significativas para a instituição. Algumas dessas conquistas estão relacionadas à efetivação de assinatura de novos convênios, parcerias, atualização do acervo, novos produtos e serviços, melhorias tecnológicas, participação e realização de eventos e ações de infraestrutura.

Diante do que foi conquistado e do atual cenário em que se encontram as bibliotecas, pretende-se: aprimorar os serviços e produtos que são oferecidos para a comunidade acadêmica; criar serviços, prezando sempre pela qualidade e visando maior interação do usuário no ambiente das bibliotecas; investir em aquisições de materiais informacionais, em tecnologia da informação e readequações dos espaços físicos com intuito de ampliar a funcionalidade das bibliotecas.

Faz-se necessário estruturar e modernizar o espaço físico das bibliotecas, objetivando a ampliação da acessibilidade interna e externa, visando eliminar barreiras arquitetônicas e de disponibilidade de comunicação, além de capacitar os profissionais para atender as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, uma vez que esses usuários necessitam de atendimento diferenciado devido às suas limitações.

Outro ponto importante é proporcionar às bibliotecas suporte técnico e administrativo efetivo e constante, além de realizar eventos como fóruns, encontros e seminários, a fim de se criar oportunidade e espaço para reunir os profissionais atuantes no instituto e discutir assuntos, apontar problemas e prováveis soluções para as bibliotecas, consolidando, conforme meta constante deste PDI, as bibliotecas do Ifes.

5.3 Laboratórios

Com relação aos laboratórios, cada *campus* reflete a disponibilidade laboratorial necessária ao atendimento técnico de cada eixo tecnológico de atuação oferecido em cada localidade, atendendo à necessidade do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC,

além de observar às dimensões estabelecidas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Tabela 11: Laboratório por grandes áreas

Campus/ Unidades	Ciências exatas e da terra	Ciências biológicas	Engenharias	Ciências da saúde	Ciências agrárias	Ciências sociais aplicadas	Ciências humanas	Linguística, letras e artes	Multidisciplinar	Total
Alegre	2	4	7	0	2	0	0	0	1	16
Aracruz	18	2	5	0	0	0	0	1	0	26
Barra de São Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cachoeiro de Itapemirim	9	1	6	0	0	0	0	0	1	17
Cariacica	7	1	19	0	0	1	0	0	1	29
Cefor	2	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Centro-Serrano	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
Colatina	10	1	0	0	0	0	0	2	12	25
Guarapari	3	1	17	0	0	0	0	1	4	26
Ibatiba	8	1	1	0	0	0	0	0	0	10
Itapina	2	5	1	0	1	0	0	1	0	10
Linhares	1	1	11	0	0	0	0	0	3	16
Montanha	2	1	0	0	1	0	0	1	0	5
Nova Venécia	10	1	4	0	0	3	0	0	0	18
Piúma	2	4	2	0	6	0	0	0	2	16
Santa Teresa	7	4	0	0	5	0	0	0	0	16
São Mateus	0	0	15	0	0	0	0	0	3	18
Serra	11	1	10	0	0	0	0	1	0	23
Venda Nova do Imigrante	2	1	0	0	6	1	1	4	4	19
Viana	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Vila Velha	12	1	0	0	0	0	0	0	5	18
Vitória	9	2	60	0	0	0	2	5	11	89

5.3.1 Relação Equipamento/Aluno/Curso

Os laboratórios dos cursos visam a proporcionar atividades experimentais que aproximem a teoria estudada em sala de aula às vivências práticas relacionadas ao exercício profissional das habilidades desenvolvidas ao longo do curso. A relação equipamento/discente varia conforme a relação laboratório/disciplina/curso.

5.4 Incorporação de Avanços Tecnológicos

O alinhamento estratégico é definido como o processo de transformar a estratégia de negócio em estratégia de TIC. Visa garantir que os objetivos de negócio sejam alcançados e que os recursos investidos em TIC

produzam valor à Instituição. Essa integração habilita a área de Tecnologia da Informação em organizar seus processos, determinar os investimentos e recursos humanos em TIC, orientados sempre pelas estratégias organizacionais.

É fundamental o alinhamento de todos os planos, recursos e unidades organizacionais para que o planejamento estratégico da organização pública tenha êxito.

O Ifes não possui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação formalmente instituído. Além disso, estão em vias de elaboração e aprovação os documentos PDI e PEI para o ciclo 2019-2023. Ainda, como o índice de maturidade do Ifes na adoção e confecção desse tipo de documento (PETI) é baixo, optou-se pela elaboração de um PDTIC que contemplasse os itens estratégicos, conforme recomendação do Guia de PDTIC do SISP.

Dessa forma, conforme tabela abaixo foram definidos os seguintes objetivos e ações estratégicas de TIC:

Tabela 12: Objetivos e Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação

Objetivo Estratégico de TI	Ações Estratégicas de TI
1 – Promover o desenvolvimento da equipe de TI.	1.a – Mapear e monitorar banco de talentos e competências
	1.b – Elaborar o Plano de Capacitação Anual da TI
	1.c – Promover a capacitação dos Servidores de TI em consonância com o Plano de Capacitação Anual de TI
	1.d – Implantar a cultura de pesquisa aplicada à TI
2 – Garantir a estrutura funcional de TI.	2.a – Estabelecer indicadores que orientem a estruturação da TI
	2.b – Conscientizar os órgãos superiores da necessidade de adequação da área de TI conforme demanda local
	2.c – Dimensionar força de trabalho em contraponto ao resultado do iGovTI-TCU
3 – Garantir a infraestrutura de TI.	3.a – Manter a capacidade do datacenter adequada às demandas do Ifes
	3.b – Disponibilizar infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento de ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas segundo os padrões de TI Verde.
	3.c – Disponibilizar equipamentos de área de trabalho necessários para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas segundo os padrões de TI Verde.
	3.d – Disponibilizar software de área de trabalho necessários para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas.
4 – Aprimorar a Gestão de TI	4.a – Implantar estrutura de gerenciamento de projetos e serviços na TI
	4.b – Estruturar os processos de planejamento da Contratação e Gestão Orçamentária de TI
	4.c – Estruturar os processos de gestão de contratos de TI
	4.d – Acompanhar as ações e metas do Planejamento Estratégico de TI e Plano Diretor de Tecnologia da Informação
5 – Implantar a Gestão de Riscos de TI	5.a – Análise, levantamento e identificação dos Riscos Diretos e Indiretos na TI
	5.b – Implantar Plano de Continuidade de Negócio – definir procedimentos para mitigação dos riscos
	5.c – Elaborar e atualizar Normas complementares à Política de Segurança da Informação na área de TI
	5.d – Definir os indicadores de desempenho para a gestão de riscos
6 – Otimizar os fluxos de trabalho	6.a – Mapear os processos de trabalho da TI e disponibilizá-los
	6.b – Promover a melhoria contínua dos processos mapeados.

Objetivo Estratégico de TI	Ações Estratégicas de TI
	6.c – Identificar e formalizar processos de TIC já adotados e utilizados no âmbito dos Institutos Federais.
7 – Aprimorar a comunicação com o usuário	7.a – Incrementar nos processos de TI as ações de Comunicação ao Usuário
	7.b – Proporcionar transparência das ações de TI por meio de sítios web
	7.c – Prover ao usuário meios de avaliação do atendimento da TI
8 – Melhorar a qualidade dos produtos e serviços de TI	8.a – Institucionalizar a central de monitoramento e disponibilidade dos serviços de TI
	8.b – Implantar procedimentos de homologação e entrega das soluções de TI
	8.c – Institucionalizar e cumprir os acordos de nível de serviço no âmbito da TI
	8.d – Mapear as soluções existentes e descartar as obsoletas e concorrentes
9 – Prover soluções tecnológicas em TI para a Instituição	9.a – Adotar ferramentas consolidadas na rede
	9.b – Promover o levantamento anual das necessidades de soluções tecnológicas institucionais
	9.c – Aproximar a área acadêmica de TI com a área administrativa de TI visando o desenvolvimento de soluções tecnológicas
10 – Facilitar o acesso às informações	10.a – Prover soluções para a implantação de Painéis de Indicadores Organizacionais
	10.b – Prover meios para a adoção do plano de Dados Abertos do Ifes
	10.c – Implantar um meio de acesso para acompanhamento das ações de TI
11 – Melhorar a interação com os campi e outras instituições	11.a – Fortalecer as ações dos GTs definidos no FTI
	11.b – Estabelecer um calendário para realização de Workshop com o foco na apresentação de soluções de TI adotadas no Ifes e em outras instituições.
	11.c – Estabelecer uma agenda de visitas técnicas aos Campi e outras Instituições

Os objetivos e ações estratégicas citados acima estão alinhados aos objetivos estratégicos institucionais. São eles:

- Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores;
- Fortalecer a produção acadêmica aplicada;
- Incentivar a inovação nos processos de trabalho;
- Consolidar a governança do instituto;
- Otimizar e valorizar os recursos humanos;
- Promover a eficácia e eficiência acadêmica com inclusão;
- Consolidar a infraestrutura física dos campi;
- Promover o uso de TIC no processo de integração interna e externa
- Otimizar o uso de estruturas físicas;
- Priorizar orçamento para a execução da estratégia;
- Comunicar o valor do IFES para a sociedade;

- Incrementar a execução de recursos financeiros extra orçamentários;
- Promover a verticalização do ensino articulada com os arranjos produtivos do território;
- Incentivar práticas de inovação no ensino, pesquisa e extensão.

5.5 Diretrizes para expansão da infraestrutura física

O Plano de Investimentos para o período de vigência do PDI contempla a necessidade de obras de infraestrutura levantada pela CGPE baseado nos projetos: PDI anterior, Reitoria Itinerante e relato do Reitor. O levantamento foi atualizado/validado pelas Diretorias Administrativas dos Campi, Unidades Descentralizadas e pela Diretoria de Administração da Proad.

As necessidades de equipamentos foram assim divididas: a) os equipamentos de TI foram previstos conforme já tratado no item 5.4 no PDTI com seu detalhamento em anexo a este documento (Anexo I). b) os demais equipamentos são estimados por totalizador financeiro. A nova dinâmica imposta pelo Governo Federal pela previsão de compras, o PGC, encontra-se em implantação. Sua atualização será de ciclos anuais, com previsão para dois anos a partir do próximo exercício. Neste momento, é oferecido o totalizador por *campi* para 2020. A realidade orçamentária presente, amplamente divulgada, com contingenciamento e cortes de orçamento, está limitando a previsibilidade e o detalhamento da futura aquisição de equipamentos. Portanto, a consolidação da realidade orçamentária e do PGC terá que ter sua atualização juntada a este documento. Esta respeitará as instâncias internas de aprovação, e a atualização do e-MEC será procedida nas janelas já oportunizadas pelos calendários anuais.

Não se perdeu de vista a necessidade de equipamentos, capazes de dotar todos os *campi* e unidades descentralizadas com uma estrutura satisfatória e que seja capaz de contribuir de forma significativa para o cumprimento das metas estabelecidas no presente PDI.

No plano, estão previstas novas obras para a complementação e a modernização de espaços físicos e equipamentos, capazes de promover a criação de ambientes propícios para a execução das ações educacionais previstas no PDI.

5.5.1 Cronograma de expansão da infraestrutura para o período de vigência do PDI

Tabela 13: Plano de Investimento – 2019*-2023*

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Alegre	Registro de preços de usina fotovoltaica de 160 kWp	A atender	CGPE	0	800.000,00
Alegre	Montar sala de videoconferência para reuniões (diminuir deslocamentos para reuniões em Vitória)	Atendida	RI	0	16.000,00
Alegre	Término das obras em andamento (falta de recursos orçamentários)	Em Atendimento	RI	0	60.000,00
Alegre	Aquisição de ativos de infraestrutura de informática	A atender	PDI - 15/19	1	700.000,00
Alegre	Adequações de prevenção contra incêndio e pânico	A atender	PDI - 15/19	2	260.000,00
Alegre	Acessibilidade para o campus	A atender	RI	3	360.000,00
Alegre	Adequação da Pista de Atletismo	A atender	PDI - 15/19	4	680.000,00
Alegre	Aquisição de Carteiras e Ar-condicionado para salas de aula	A atender	PDI - 15/19	5	70.000,00
Alegre	Reforma e Adequação da Agroindústria de Vegetais (Emenda Parlamentar)	Em Atendimento	PDI - 15/19	6	540.000,00
Alegre	Reforma do Internato. Copa, lavanderia, banheiros e área de estudo	A atender	PDI - 15/19	7	322.000,00
Alegre	Ampliação/Adequação do Almoxarifado (EMENDA PARLAMENTAR)	Atendida	PDI - 15/19	8	216.075,99
Alegre	Adequação/Ampliação de 3 Áreas de vivência	A atender	PDI - 15/19	9	273.293,07
Alegre	Reforma dos quartos do Internato.	A atender	PDI - 15/19	10	67.000,00
Alegre	3º Módulo Informática	Atendida	PDI - 15/19	11	379.892,60
Alegre	Reforma e adequação do refeitório (Emenda Parlamentar)	Atendida	PDI - 15/19	12	811.251,50
Alegre	Reforma e adequação das salas e laboratórios para o Mestrado em Agroecologia	Atendida	PDI - 15/19	13	84.825,29
Alegre	Reforma das salas administrativas do prédio principal (2º pavimento)	A atender	PDI - 15/19	14	109.800,00
Alegre	Reforma de Laboratórios (suinocultura, caprinocultura, ovinocultura)	Atendida	PDI - 15/19	15	133.882,68
Alegre	Reforma e Adequação do Galpão de Máquinas	A atender	PDI - 15/19	16	189.000,00
Alegre	Reforma da cobertura do Auditório	A atender	PDI - 15/19	17	160.000,00
Alegre	Reforma dos tanques da aquicultura	A atender	PDI - 15/19	18	70.000,00
Alegre	Reforma do ginásio de esportes	A atender	PDI - 15/19	19	290.000,00
Alegre	Reforma e adequação do sistema de captação de água utilizada para fins de irrigação e aquicultura	A atender	PDI - 15/19	20	60.000,00
Alegre	Construção do Laboratório Didático de Hidráulica e Elétrica	A atender	PDI - 15/19	21	40.000,00
Alegre	Obra de reforma e adequação do Laboratório de Carcinicultura e Maricultura	A atender	PDI - 15/19	22	96.055,13

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Alegre	Divisão de tanques de aquicultura e adequação de seus sistemas de abastecimento e drenagem para uso didático e de pesquisa de cursos técnicos e superiores	A atender	PDI - 15/19	23	78.000,00
Alegre	Ampliação e adequação do Laboratório de Análises de Água para uso em pesquisa e extensão	A atender	PDI - 15/19	24	62.000,00
Alegre	Construção do laboratório de Pesquisa em Larvicultura de Peixes	A atender	PDI - 15/19	25	48.000,00
Alegre	Acessibilidade - Instalação de plataforma elevatória ou elevador	A atender	PDI - 15/19	26	74.000,00
Aracruz	Quadra Coberta, com fechamento lateral, palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	-	MR, CGPE, RI, PDI - 15/19	-	0,00
Aracruz	Quadra Poliesportiva	Atendida	MR, CGPE, RI, PDI - 15/19	-	680.000,00
Aracruz	Cobertura da quadra, com fechamento lateral, palco, vestiário, arquibancada para 600 pessoas e Usina fotovoltaica	A atender	MR, CGPE, RI, PDI - 15/19	2	1.500.000,00
Aracruz	Construção do bloco F	Em atendimento	IDG, MR, CGPE	1	3.750.000,00
Aracruz	Bloco de 12 ambientes para ensino, pesquisa e extensão para área da mecânica	-	PDI - 15/19	-	0,00
Aracruz	Construção de guarita com controle de acesso via catracas (pedestres) e cancela (veículos) e sistema de videomonitoramento externo e interno	A atender	RI	1	150.000,00
Aracruz	Reforma e ampliação da área da cantina, dos ambientes administrativos (bloco A e banheiros do bloco B) e cobertura da atual área utilizada para eventos (toldo)	-	RI	-	0,00
Aracruz	Reforma e ampliação da área da cantina	Atendida	RI	-	80.000,00
Aracruz	Reforma e ampliação dos ambientes administrativos (bloco A)	A atender	RI	1	100.000,00
Aracruz	Reforma e ampliação dos ambientes administrativos (Gabinete, ensino, cozinha e banheiros do bloco B)	A atender	RI	2	50.000,00
Aracruz	Cobertura da atual área utilizada para eventos (toldo)	Atendida	RI	-	30.000,00
Aracruz	Registro de preços de usina fotovoltaica de 70kWp (RDC integrado)	Atendida	CGPE	-	280.000,00
Aracruz	Construção da Subestação Elétrica	Atendida	PDI - 15/19	-	850.000,00
Aracruz	Bloco Administrativo-Pedagógico contemplando salas, laboratórios e biblioteca	-	PDI - 15/19	-	0,00
Aracruz	Reforma da biblioteca	Atendida	RI	-	120.000,00
Aracruz	Bloco administrativo pedagógico	A atender	Nova demanda	3	1.500.000,00
Aracruz	Construção de Rede Lógica de transmissão de dados com cabeamento estruturado e videomonitoramento	A atender	PDI - 15/19	3	1.200.000,00
Aracruz	Plataformas elevatórias	Atendida	PDI - 15/19	-	110.000,00
Aracruz	Cercamento do Campus Aracruz	Atendida	PDI - 15/19	-	350.000,00
Aracruz	Reservatório de água central com sistema de combate a incêndio para os blocos existentes e futuros, salvo para o bloco IV	-	PDI - 15/19	-	0,00

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Aracruz	Sistema de combate a incêndio para os blocos existentes	Em atendimento	PDI - 15/19	1	150.000,00
Aracruz	Reservatório de água do Bloco IV	-	PDI - 15/19	-	R\$0,00
Aracruz	Reservatório de água Bloco C	Atendida	PDI - 15/19	-	110.000,00
Aracruz	Urbanização	A atender	PDI - 15/19	2	200.000,00
Aracruz	Calçamento	A atender	PDI - 15/19	1	200.000,00
Aracruz	Campo Society	A atender	Nova demanda	2	40.000,00
Aracruz	Piscina	A atender	Nova demanda	3	70.000,00
Aracruz	Vestiários e ambientes esportivos Bloco F (adequação bloco F)	A atender	Nova demanda	3	120.000,00
Aracruz	Passarela coberta para acesso aos blocos	A atender	Nova demanda	2	150.000,00
Aracruz	Auditório - (adequação bloco F)	A atender	Nova demanda	3	120.000,00
Aracruz	Cercamento da área do estacionamento	A atender	Nova demanda	3	50.000,00
Aracruz	Depósito e ambiente para terceirizadas	A atender	Nova demanda	3	70.000,00
Barra de São Francisco	Implantação do campus: construção de dois blocos acadêmicos/administrativos, de subestação e guarita	Em atendimento	MR, CGPE, RI	1	10.700.000,00
Barra de São Francisco	Contratação de gerenciadora para acompanhamento da obra de implantação do campus	A atender	RI	1	0,00
Barra de São Francisco	Cercamento do campus	Atendida	CGPE	1	800.000,00
Barra de São Francisco	Avaliação dos materiais abandonados pela construtora da obra anterior	Atendida	CGPE	2	0,00
Barra de São Francisco	Implantação do campus: segunda etapa da obra	A atender	RI	5	4.000.000,00
Barra de São Francisco	Urbanização	A atender	PDI - 15/19	1	2.500.000,00
Barra de São Francisco	Bloco 1 - Biblioteca, salas de professores, coordenadorias, diretorias, administrativo, enfermaria, projetos de pesquisa e extensão, ...	A atender	PDI - 15/19	2	1.500.000,00
Barra de São Francisco	Bloco 22 salas - PARA EXPANSÃO DO CAMPUS	A atender	PDI - 15/19	3	0,00
Barra de São Francisco	Bloco 22 salas - BLOCO DIDÁTICO PRÉ-MOLDADO	A atender	PDI - 15/19	4	0,00
Barra de São Francisco	Bloco Terceiros (cantina, refeitório, almoxarifado, terceiros, garagem)	A atender	PDI - 15/19	3	2.500.000,00
Barra de São Francisco	Quadra Coberta, com fechamento lateral, palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	A atender	PDI - 15/19	6	4.000.000,00

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Barra de São Francisco	Auditório / Centro de Convenções	A atender	PDI - 15/19	7	4.000.000,00
Barra de São Francisco	Fotovoltaica de 70Kwp	A atender	PDI - 15/19	2	400.000,00
Barra de São Francisco	Construção de guarita com controle de acesso via catracas (pedestres) e cancela (veículos) e sistema de videomonitoramento externo e interno	A atender	RI	4	500.000,00
Barra de São Francisco	Poço artesiano (qtde 2)	A atender	RI	1	60.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Construção de um novo bloco de salas e laboratórios (bloco 0)	Em atendimento	IDG, MR, RI	0	600.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Expansão da biblioteca	Em atendimento	CGPE, RI, PDI - 15/19	12	500.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Instalação de plataforma elevatória ou elevador	Em atendimento	CGPE, RI	0	80.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Registro de preços de usina fotovoltaica de 72kWp (RDC IFSul de Minas)	A atender	CGPE	-	500.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Criação do restaurante universitário	A atender	RI	0	-
Cachoeiro de Itapemirim	Adequação dos laboratórios (espaço físico e equipamentos de acordo com o PPC)	A atender	RI	0	-
Cachoeiro de Itapemirim	Construção de espaço (galpão) para desenvolver projeto	A atender	RI	0	-
Cachoeiro de Itapemirim	Manutenção, reforma e ampliação do sistema de prevenção de incêndio e pânico	Atendida	PDI - 15/19	1	200.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Projetos, manutenção, reforma e ampliação do Bloco da área de mineração	Em atendimento	PDI - 15/19	2	-
Cachoeiro de Itapemirim	Bloco 22 salas (com a construção do bloco 0, o bloco de 22 salas fica para outro momento, outras prioridades a serem atendidas)	Ver descrição	PDI - 15/19	3	0,00
Cachoeiro de Itapemirim	Quadra Coberta, com alambrado, iluminação, vestiários, sala de organização e materiais, espaço p/ futuras instalações de salas (musculação, dança, judô, ...) e arquibancada para 600 pessoas	Atendida	PDI - 15/19	4	1.147.577,00
Cachoeiro de Itapemirim	Construção de uma subestação de energia – Reforma e manutenção do sistema existente	A atender	PDI - 15/19	5	-
Cachoeiro de Itapemirim	Auditório / Centro de Convenções	A atender	PDI - 15/19	6	-
Cachoeiro de Itapemirim	Obras de acessibilidade e instalação de elevador p/deficientes físicos	Em atendimento	PDI - 15/19	7	-

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Cachoeiro de Itapemirim	Bloco Terceiros (cantina, refeitório, almoxarifado, terceiros, garagem)	A atender	PDI - 15/19	8	-
Cachoeiro de Itapemirim	Construção de fossas sépticas	A atender	PDI - 15/19	9	-
Cachoeiro de Itapemirim	Manutenção, reforma e projeto de ampliação da cantina	Atendida	PDI - 15/19	10	75.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Manutenção, reforma e ampliação do almoxarifado e patrimônio	Atendido	PDI - 15/19	11	-
Cachoeiro de Itapemirim	Sistema de captação de águas de chuvas	A atender	PDI - 15/19	13	-
Cachoeiro de Itapemirim	Reforma e manutenção dos telhados dos blocos e da edificação central do campus	Atendido	PDI - 15/19	14	378.277,00
Cachoeiro de Itapemirim	Reforma, manutenção e ampliação de instalações hidro sanitárias do campus	Atendido	PDI - 15/19	15	23.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Construção de estrutura física de polo de ensino à distância. (após reavaliação, entendemos que, no momento, não existe essa necessidade)	Ver descrição	PDI - 15/19	16	\$0,00
Cachoeiro de Itapemirim	Reforma, manutenção e ampliação do campo de futebol society – Pista de atletismo/mini	A atender	PDI - 15/19	17	-
Cachoeiro de Itapemirim	Identidade visual do campus (fachada de entrada) e projeto de paisagístico (identificação dos blocos e pintura de numeração feitos, visto que eram as necessidades mais urgentes)	Ver descrição	PDI - 15/19	18	20.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Videomonitoramento Instalação de sistema de vigilância eletrônica completo baseado em videomonitoramento (câmeras, cabeamento, servidores, sala de controle,...)	A atender	Nova demanda		300.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Sistema de ventilação nas salas de aula, como forma de redução de gastos com uso de ar-condicionado	A atender	Nova demanda		26.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Ampliação do refeitório dos alunos	Atendido	Demanda dos alunos		65.473,69
Cachoeiro de Itapemirim	Serviços de engenharia e manutenção (calçadas, calçamento, pintura)	A atender	Nova demanda		300.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Cercamento do Campus para sua devida segurança	A atender	Nova demanda		268.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	Reforma e readequação dos blocos 02, 03 e 09 do Campus	Atendido	Demanda coord.		79.594,45
Cachoeiro de Itapemirim	Trilha ecológica na área verde do Campus	A atender	Nova demanda		
Cachoeiro de Itapemirim	Estacionamento coberto	A atender	Nova demanda		

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Cachoeiro de Itapemirim	Quiosques/área livre do Campus	A atender	Nova demanda		
Cariacica	Bloco C - Espigão Obras de aproveitamento de estrutura de concreto armado existente no campus, com o seu fechamento e adequação dos espaços internos para implantação de salas de aula, laboratórios, salas de professores, miniauditório, ambientes administrativos de apoio, acessos, climatização, etc. Projeto em análise na PMC para aprovação. 1ª Fase - envelopamento, lajes, elevadores e escada externa (R\$4.065.743,02). 2ª Fase - 4 primeiros andares e coluna água+esgoto e barramento blindado até último andar e quadros gerais de proteção e controle e cabeamento tronco de rede de dados (R\$4.223.081,00) 3ª Fase - 2 andares maiores completos (R\$2.070.386,00) 4ª Fase - último andar completo (R\$1.035.011,00)	A atender	IDG, PDI - 15/19	1	11.400.000,00
Cariacica	Registro de preços de usina fotovoltaica de 70kWp (RDC integrado)	A atender	CGPE	-	940.000,00
Cariacica	Finalização da obra do bloco C (já existe projeto), para atender as demandas existentes do ensino, pesquisa, extensão e administração e seu devido aparelhamento (atualmente demanda-se de 11 laboratórios, 12 salas de aula/ambiente e salas de professores)	A atender	RI	0	300.000,00
Cariacica	Pórtico e cabine de medição Construção de pórtico de entrada com sistema de acesso (vias, cancelas e barreiras) e vigilância para controle de entrada/saída de veículos e de pessoas e construção de cabine de medição em AT para fornecimento de ramais de energia em AT no interior do campus dentro da normatização que regulamenta o fornecimento de energia elétrica. A cabine de medição e pórtico estão integrados.	A atender	PDI - 15/19	2	2.300.000,00
Cariacica	Anexo Ferrovias Construção de galpão (com 2 laboratórios, 1 sala de aula, 1 fosso e banheiros) e trecho de via permanente (linha escola).	A atender	PDI - 15/19	5	0,00
Cariacica	Videomonitoramento Instalação de sistema de vigilância eletrônica completo baseado em videomonitoramento (câmeras, cabeamento, servidores, sala de controle,...)	A atender	PDI - 15/19	3	300.000,00
Cariacica	Oficina, Garagem e Depósito Construção de oficina de manutenção do campus, depósito e garagem de veículos oficiais.	A atender	PDI - 15/19	4	800.000,00
Cefor	Solicitação de nova sede para o CEFOR (aquisição)	A atender	DPLA	1	10.000.000,00
Cefor	Solicitação de nova sede para o CEFOR (aluguel – 5 anos)	A atender	DPLA	1	2.730.000,00
Cefor	Construir e equipar laboratórios de ensino de ciências, matemática e informática	A atender	RI	3	300.000,00
Cefor	Construção/ativação de cantina	A atender	RI	2	Infelizmente não temos expertise nesse tipo de orçamento
Centro-Serrano	Cercamento do terreno	Atendida	MR	-	125.000,00
Centro-Serrano	Construção de ginásio poliesportivo e vestiário	A atender	MR, RI, PDI - 15/19	1	2.000.000,00
Centro-Serrano	Implantação de laboratórios básicos: química, biologia, física etc.	A atender	RI	5	500.000,00
Centro-Serrano	Urbanização mínima do campus: calçamento, guarita, iluminação, drenagem e paisagismo	Em atendimento	RI	4	1.500.000,00

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Centro-Serrano	Bloco para o Curso de Agricultura	A atender	DG	3	3.000.000,00
Centro-Serrano	Conclusão do prédio acadêmico, administrativo, biblioteca e auditório.	Atendida	PDI - 15/19	-	3.744.000,00
Centro-Serrano	Construção de poço artesiano.	A atender	PDI - 15/19	6	30.000,00
Centro-Serrano	Instalação da rede de dados (cabearmento estruturado)	A atender	PDI - 15/19	2	400.000,00
Centro-Serrano	Estruturação do Curso de agricultura (casa de vegetação e laboratórios)	A atender	DG	0	240.000,00
Centro-Serrano	Estruturação do Auditório do Campus	A atender	DG	7	400.000,00
Colatina	Construção de prédio multisalas	A atender	MR	13	2.000.000,00
Colatina	Usina fotovoltaica para atender os Campi Colatina, Santa Teresa e Itapina	Em atendimento	CGPE	6	2.800.000,00
Colatina	Construção e implantação do restaurante universitário	A atender	RI	14	150.000,00
Colatina	Análise, intervenção, ampliação e modernização do sistema elétrico do Campus	A atender	RI	3	1.500.000,00
Colatina	Ampliação do espaço físico e atualização do acervo da biblioteca	A atender	RI	10	20.000,00
Colatina	Ampliação e Reforma do Bloco 7	Em atendimento	PDI - 15/19	2	1.686.000,00
Colatina	Ampliação da entrada do campus com construção de nova guarita	A atender	PDI - 15/19	8	200.000,00
Colatina	Construção de 02 (dois) banheiros destinados para acessibilidade de cadeirantes, conforme NBR 9.050, que especifica a acessibilidade em prédios, mobiliário, equipamentos urbanos e espaços.	A atender	PDI - 15/19	9	700.000,00
Colatina	Construção de um foyer com aproximadamente 100 metros quadrados em área contígua ao auditório do campus	Cancelada	PDI - 15/19	-	-
Colatina	Ampliação do estacionamento de veículos	Atendida	PDI - 15/19	-	-
Colatina	Adequar as atuais instalações do Campus à Legislação que trata de pânico e incêndio	Em atendimento	PDI - 15/19	1	561.000,00
Colatina	Construção de novos banheiros	A atender	CEM	5	200.000,00
Colatina	Reforma dos telhados	A atender	CEM	4	800.000,00
Colatina	Reforma do laboratório de materiais de construção civil	A atender	CEM	11	20.000,00
Colatina	Reforma dos vestiários	A atender	CEM	12	50.000,00
Colatina	Instalação de plataforma elevatória	A atender	CEM	7	60.000,00
Guarapari	Cercamento do campus	Em atendimento	MR, CGPE, RI		400.000,00
Guarapari	Construção de ginásio	A atender	MR, RI, PDI - 15/19	2	800.000,00
Guarapari	Registro de preços de usina fotovoltaica de 70kWp (RDC integrado)	A atender	CGPE	1	432.000,00
Guarapari	Construção de refeitório (Bloco com apoio a terceirizados cantina, garagem, almoxarifado)	A atender	RI, PDI - 15/19	3	1.000.000,00
Guarapari	Construção do bloco que contemple administrativo, biblioteca e auditório	A atender	RI, PDI - 15/19	1	4.000.000,00
Guarapari	Construção do Bloco de Laboratórios	Atendido	PDI - 15/19		8.881.802,48

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Guarapari	Master plan		PDI - 15/19	2	?
Guarapari	Área Poliesportiva	Em atendimento	PDI - 15/19		1.000.000,00
Guarapari	Terraplanagem / Aterro da área baixa do campus	Atendido	PDI - 15/19		250.000,00
Guarapari	Segurança, urbanismo e paisagismo dos dois primeiros blocos	Atendido	PDI - 15/19		941.214,71
Ibatiba	Construção de bloco de auditório e biblioteca no terreno anexado (doador pela prefeitura)	A atender	IDG,MR, RI, PDI - 15/19	0	2.500.000,00
Ibatiba	Construção da cantina, do segundo pavimento e da quadra	Concluído	CGPE	Concluído	?
Ibatiba	Registro de preços de usina fotovoltaica de 70kWp (RDC integrado)	A atender	CGPE	1	500.000,00
Ibatiba	Adequação da subestação elétrica para alimentação da climatização	A atender	MR, IDG	2	580.000,00
Ibatiba	Troca da cobertura de um bloco educacional	Concluído	CGPE	Concluído	?
Ibatiba	Construção de um alojamento para os alunos em regime de internato e alunos da pós-graduação ficarem em dias de evento e aulas aos finais de semana	A atender	RI	10	700.000,00
Ibatiba	Construção de laboratórios (previstos no PPC da engenharia e outros), salas de aula, salas de planejamento, almoxarifado de reagentes (sugere-se que sejam construídos na área anexa)	A atender	RI	3	2.000.000,00
Ibatiba	Construção do Bloco Acadêmico II	A atender	PDI - 15/19	4	3.000.000,00
Ibatiba	Construção de Edificações Diversas e Urbanização	A atender	PDI - 15/19	6	500.000,00
Ibatiba	Aquisição da área rural		PDI - 15/19	Descontinuado	?
Ibatiba	Sistema de Vídeo Monitoramento	Parcialmente concluído	PDI - 15/19	Parcialmente concluído	25.000,00
Ibatiba	Construção da cantina e refeitório	Concluído	PDI - 15/19	Concluído	?
Ibatiba	Construção da Cobertura do Bloco Acadêmico I	A atender	PDI - 15/19	8	200.000,00
Ibatiba	Cobertura da quadra com mureta e alambrado	Concluído	PDI - 15/19	Concluído	?
Ibatiba	Estação de pesquisas treinamento e educação ambiental	A atender	PDI - 15/19	7	610.000,00
Ibatiba	Ampliação do Almoxarifado	A atender	PDI - 15/19	10	100.000,00
Ibatiba	Cobertura do Pátio Acadêmico e das Passarelas de acesso.	A atender	PDI - 15/19	11	150.000,00
Ibatiba	Estação de tratamento de efluentes residuais	A atender	PDI - 15/19	9	300.000,00
Ibatiba	Ginásio Poliesportivo, com palco, vestiário e arquibancada para 600 pessoas	A atender	PDI - 15/19	12	2.500.000,00
Ibatiba	Acessibilidade do Campus (elevatória para bloco C e D e outros)	A atender	Incluído pelo campus	5	500.000,00
Ibatiba	Aquisição de mobiliários e equipamentos de informática	A atender	Incluído pelo campus	13	2.000.000,00
Itapina	Construção de nova guarita	A atender	CGPE, PDI - 15/19	3	300.000,00

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Itapina	Registro de preços de usina fotovoltaica de 70kWp (RDC integrado)	A atender	CGPE	5	250.000,00
Itapina	Execução do projeto de instalação de energia fotovoltaica	Em atendimento	RI	4	?
Itapina	Construção do auditório com centro de vivência para eventos e EAD (já existe o projeto)	A atender	RI, PDI - 15/19	2	3.600.000,00
Itapina	Construção de complexo pedagógico com 30 salas para atendimento ao ensino, pesquisa e extensão (já existe projeto)	A atender	RI	1	8.000.000,00
Itapina	Construção da fábrica de ração (já existe projeto)	A atender	RI, PDI - 15/19	14	1.200.000,00
Itapina	Calçamento e reflorestamento do estacionamento do campus	A atender	PDI - 15/19	11	150.000,00
Itapina	Construção de prédio setor de TI	Atendida	PDI - 15/19	13	640.000,00
Itapina	Reforma do setor de agroindústria	A atender	PDI - 15/19	6	350.000,00
Itapina	Reforma e ampliação da Biblioteca	A atender	PDI - 15/19	4	300.000,00
Itapina	Reforma e Ampliação do Refeitório	Atendida	PDI - 15/19	13	300.000,00
Itapina	Reforma e Adaptação de 03 (três) Alojamentos Internos e 02 (dois) Semi-internos	A atender	PDI - 15/19	7	200.000,00
Itapina	Construção de um Centro Esportivo Contendo (Piscina semiolímpica, Sala de Musculação, Pista de Atletismo e Quadra de Vôlei de Areia)	A atender	PDI - 15/19	10	1.500.000,00
Itapina	Reforma do Alamedado e Estrutura de uma Quadra Coberta e Reformar o Piso e Fazer a Cobertura de uma Quadra Descoberta.	Em atendimento	PDI - 15/19	8	600.000,00
Itapina	Reforma e Ampliação do Setor de Almoxarifado	A atender	PDI - 15/19	9	150.000,00
Itapina	Serviço de instalação de alambrado com tela quadrangular e tubos galvanizados sobre meio fio de concreto e iluminação das margens direita e esquerda que divisa da BR 259 do Campus.	A atender	PDI - 15/19	12	200.000,00
Linhares	Recuperação e Reforma da Cobertura da Quadra	Atendida	-	-	-
Linhares	Reforma do Bloco Educacional	Atendida	-	-	-
Linhares	Adequações reforma nas instalações existentes	Atendida	-	-	-
Linhares	Reforma civil e elétrica da quadra (após a recuperação da cobertura)	A atender	CGPE, PDI - 15/19	1	710.000,00
Linhares	Contratação de projeto e execução de obra de acessibilidade	A atender	RI	1	600.000,00
Linhares	Contratação de atualização de projeto SPDA e combate a incêndio e pânico, e sua execução	A atender		1	80.000,00
Linhares	Construção do refeitório para alunos	A atender	RI	1	90.000,00
Linhares	Contratação de projeto e execução de adequação das instalações elétricas do Bloco A	A atender		1	70.000,00
Linhares	Contratação de projeto e execução de usina fotovoltaica	A atender		1	300.000,00
Linhares	Adequação da rede elétrica do campus (substituição por cabos protegidos)	A atender	CGPE	2	71.595,93
Linhares	Construção de auditório – 350 lugares	A atender	RI	2	1.200.000,00
Linhares	Contratação e execução de projeto de urbanismo próximo ao Ginásio Poliesportivo	A atender		2	70.000,00

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Linhares	Projeto e execução de cabeamento estruturado	A atender		3	200.000,00
Linhares	Reforma e cobertura de guarita para passagem de alunos	A atender		3	50.000,00
Linhares	Toldos para cobertura de estacionamento	A atender		4	50.000,00
Linhares	Cobertura para passagem de pedestres entre os prédios	A atender		4	150.000,00
Montanha	1ª Etapa do Ginásio Poliesportivo	Em atendimento	IDG	1	1.350.000,00
Montanha	Bloco Administrativo contemplando Biblioteca/Sala dos Professores/Diretorias/enfermaria/Napne Etc.. (Projeto já foi executado e preço atualizado em maio 2019)	A atender	IDG	2	7.455.599,22
Montanha	Usina Fotovoltaica a ser construída no Campus Montanha	A atender	IDG	3	350.000,00
Montanha	Construção de fazenda experimental 2ª Etapa	A atender	IDG	4	500.000,00
Montanha	Bloco Auditório / Centro de Convenções (Projeto já foi executado)	A atender	IDG	5	1.715.938,43
Montanha	Bloco Refeitório/Almoxarifado (Projeto já foi executado)	A atender	IDG	6	2.609.008,62
Montanha	2ª Etapa do Ginásio Poliesportivo	A atender	IDG	7	1.480.253,50
Nova Venécia	1. Registro de preços de usina fotovoltaica de 70kWp para 16 campi do Ifes (RDC integrado)	A atender	CGPE	4	R\$580.000,00
Nova Venécia	2. Construção de um novo bloco acadêmico (adequação do bloco padrão de Vila Velha)	A atender	RI	1	5.400.000,00
Nova Venécia	3. Expansão da área física da biblioteca e aquisição de mais computadores (Depende da conclusão do item 2)	A atender	RI, PDI - 15/19	10	150.000,00
Nova Venécia	4. Construção de refeitório institucional (Restaurante para 300 refeições/dia (áreas de preparo, limpeza, refeitório e depósitos))	A atender	RI, PDI - 15/19	2	1.250.000,00
Nova Venécia	5. Execução do projeto de readequação e ampliação dos espaços físicos (projeto já finalizado)	A atender	RI		?
Nova Venécia	6. Obra de infraestrutura da rede de esgoto	A atender	RI	6	400.000,00
Nova Venécia	7. Adequação da estrutura atual para sustentabilidade	A atender	PDI - 15/19	11	250.000,00
Nova Venécia	8. Laboratório de química (2 salas, almoxarifados, depósitos) padrão Setec. Contemplado dentro do item 2	A atender	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	9. Laboratório de física (2 salas, almoxarifados, depósitos) padrão Setec. Contemplado dentro do item 2	A atender	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	10. Sala para Núcleo de Arte e Cultura.	A atender	PDI - 15/19	8	150.000,00
Nova Venécia	11. Laboratório de línguas.(Depende da conclusão do item 2)	A atender	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	12. Laboratório de Humanidades (sala de discussão/leitura, acervo, sala responsável)	A atender	PDI - 15/19	9	150.000,00
Nova Venécia	13. Miniauditório (aproximadamente 90 a 100 pessoas)	A atender	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	14. Salas de aula (12 salas para 45 alunos e incluindo circulação).Contemplado no item 2	A atender	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	15. Salas de reuniões (2 salas).(Depende da conclusão do item 2)	A atender	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	16. Salas de professores (35 salas para 2 professores). Contemplado no item 2	A atender	PDI - 15/19		-

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Nova Venécia	17. Ampliação do protocolo para suportar arquivo do campus	Atendido	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	18. Ampliação da cantina. Contemplado no item 4	A atender	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	19. Laboratório de geologia sedimentar. (Depende da conclusão do item 2)	A atender	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	20. Laboratório de geofísica. (Depende da conclusão do item 2)	A atender	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	21. Laboratório de laminação.(Depende da conclusão do item 2)	A atender	PDI - 15/19		-
Nova Venécia	22. Ampliação da sala de TI	A atender	PDI - 15/19	7	180.000,00
Nova Venécia	23. Adequação da estrutura atual para a acessibilidade	A atender	PDI - 15/19	5	650.000,00
Nova Venécia	24. Prédio Administrativo – 2 pavimentos.	A atender	PDI - 15/19	3	2.500.000,00
Piúma	Recuperação e Reforma da Cobertura da Quadra	Atendida	MR, CGPE, PDI - 15/19	-	348.982,54
Piúma	Construção de nova subestação elétrica para instalação futura de equipamentos de climatização	Atendida	MR, CGPE, RI	-	757.835,74
Piúma	Expansão do campus (bloco novo ou 3º pavimento do bloco de ensino) (salas de aula, administrativo, laboratórios, galpão de almoxarifado)	A atender	IDG, RI, PDI - 15/19	4	5.000.000,00
Piúma	Construção dos laboratórios de pesca e reforma do barco	A atender	IDG, RI, PDI - 15/19	8	250.000,00
Piúma	Reforma civil e elétrica da quadra (após a recuperação da cobertura)	Em atendimento	IDG, CGPE, PDI - 15/19	0	500.000,00
Piúma	Execução da climatização do campus (após a construção da subestação)	A atender	MR, CGPE, RI, PDI - 15/19	1	2.000.000,00
Piúma	Reforma das unidades didáticas e laboratórios	A atender	IDG, CGPE, PDI - 15/19	5	600.000,00
Piúma	Adequação da drenagem do campus	A Atender	IDG, CGPE, PDI - 15/19	2	150.000,00
Piúma	Registro de preços de usina fotovoltaica de 70kWp (RDC integrado)	Em atendimento	CGPE	0	282.871,24
Piúma	Construção da piscina do campus (aulas práticas e prática de esportes)	A atender	RI	11	1.200.000,00
Piúma	Projeto de eficiência energética e aproveitamento de água	A atender	RI	10	300.000,00
Piúma	NEEA	A atender	PDI - 15/19	9	350.000,00
Piúma	Almoxarifado, portaria e bloco "engrenagem"	A atender	PDI - 15/19	6	1.500.000,00
Piúma	Adequações para aprovação no corpo de bombeiros	A atender		3	150.000,00
Piúma	Refeitório	A atender		7	1.000.000,00
São Mateus	Recuperação estrutural do prédio principal	Em atendimento	MR, CGPE, PDI - 15/19, PGC	1	3.349.300,21
São Mateus	Contratação de gerenciadora para acompanhamento da obra de recuperação do prédio principal	A atender	CGPE	-	-

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
São Mateus	Registro de preços de usina fotovoltaica de 70kWp (RDC integrado)	A atender	CGPE	18	230.000,00
São Mateus	RDC de usina solar fotovoltaica	Em atendimento	CGPE	-	1.162.000,00
São Mateus	Obras civis e elétricas do prédio principal (após a recuperação das estruturas)	A atender	CGPE, PDI - 15/19, PGC	2	9.200.000,00
São Mateus	Biblioteca (estrutura completa com cabines de estudo e miniauditório)	A atender	RI, PGC	7	2.550.000,00
São Mateus	Execução de cobertura para a quadra existente, cobertura, vestiários e arquibancadas	A atender	RI, PGC	6	1.050.000,00
São Mateus	Construção de restaurante / refeitório	A atender	RI, PGC	9	230.000,00
São Mateus	Estrutura dos passeios: cobertura, iluminação e acessibilidade (atenção a acessibilidade na quadra)	A atender	RI, PGC	5	800.000,00
São Mateus	Construção dos blocos II do anexo II	A atender	RI, PGC	3	4.015.000,00
São Mateus	Anexo II (Construção dos demais Blocos – Prédio da Engenharia Elétrica e Pós-Graduação; Centro de Empreendedorismo, Inovação, Desenvolvimento Científico e Tecnológico)	A atender	PDI - 15/19	4	6.022.500,00
São Mateus	Reforma da Cantina	Atendida	PDI - 15/19	-	-
São Mateus	Reforma do Anexo I	Atendida	PDI - 15/19	-	-
São Mateus	Depósito de Bens	A atender	PDI - 15/19	13	500.000,00
São Mateus	Manutenção e Recuperação do telhado do Galpão da Oficina Mecânica	A atender	PDI - 15/19, PGC	10	250.000,00
São Mateus	Cercamento do Campus	A atender	PDI - 15/19	14	200.000,00
São Mateus	Complexo Esportivo	A atender	PDI - 15/19, PGC	8	500.000,00
São Mateus	Prédio da Engenharia Elétrica e Pós-Graduação	Redirecionado	PDI - 15/19	-	-
São Mateus	Centro de Vivência e Reurbanização do Campus	A atender	PDI - 15/19	15	1.500.000,00
São Mateus	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação e Nova Biblioteca	Redirecionado	PDI - 15/19	-	-
São Mateus	Centro Educacional Tecnológico (Centro de Empreendedorismo, Inovação, Desenvolvimento Científico e Tecnológico)	Redirecionado	PDI - 15/19	-	-
São Mateus	Incubadora (Ampliação do Espaço Existente)	A atender	PDI - 15/19	16	100.000,00
São Mateus	Laboratório de Energias Renováveis	Atendida	PDI - 15/19	-	Contêiner E-tec
São Mateus	Cabine de Medição	Atendida	PDI - 15/19	-	-
São Mateus	Pista do Baja	A atender	PDI - 15/19	11	300.000,00
São Mateus	Adequação da Infraestrutura para os Modelos Sustentáveis	Atendido Parcialmente	PDI - 15/19	-	-
São Mateus	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário e Adequação da Drenagem Pluvial	A atender	PDI - 15/19	17	1.000.000,00
São Mateus	Obras e reformas para prevenção e combate de incêndio e pânico	A atender	PGC	12	1.250.000,00
Santa Teresa	Adequação da rede elétrica do campus (levantamento do remanescente e adequação dos projetos)		MR, CGPE, RI, PDI - 15/19	1	381.067,17

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Santa Teresa	Registro de preços de usina fotovoltaica de 800kWp (RDC integrado)		CGPE, RI	2	283.000,00
Santa Teresa	Modernização dos equipamentos da TI			3	500.000,00
Santa Teresa	Melhorar a infraestrutura de água do campus (criar poços e tratar a água) e o tratamento de efluentes (esgoto), que atenda os setores de campo		RI	4	285.000,00
Santa Teresa	Prédio de Ciências Naturais (gabinetes para professores, salas de aula e miniauditório)		PDI - 15/19	5	7.095.413,86
Santa Teresa	Reforma e adequação das salas de aula e instalações do campo (exemplo caprinocultura e suinocultura)		RI, PDI - 15/19	6	200.000,00
Santa Teresa	Edificação para uso de grêmio estudantil e Diretórios acadêmicos		PDI - 15/19	7	225.416,32
Santa Teresa	Pavimentação e urbanização das vias do campus			8	2.584.947,36
Santa Teresa	Reforma da Bovinocultura		PDI - 15/19	9	3.953.517,92
Santa Teresa	Caixa de água	Concluída	PDI - 15/19	-	-
Serra	Usina fotovoltaica (aquisição no formato R\$/kWp)	Atendida	DG	Concluída	490.000,00
Serra	Aplicação do Sistema de Esgotamento Sanitário e Adequação da Drenagem Pluvial	Atendida	DG	Concluída	111.000,00
Serra	Construção de Ginásio Poliesportivo	Atendida	PDI - 15/19	Em construção	3.650.000,00
Serra	Término da infraestrutura do Bloco 9	A atender	RI, PDI - 15/19	1	1.000.000,00
Serra	Construção de guarita com controle de acesso via catracas.	A atender	RI, PDI - 15/19	2	350.000,00
Serra	Alimentador Elétrico Principal do Bloco 09	Atendida	PDI - 15/19	3	250.000,00
Serra	Atualização da Sub-estação Elétrica	A atender	PDI - 15/19	4	150.000,00
Serra	Reforma e manutenção do Campus Serra: telhados, restaurante, castelo d'água, pintura, ar-condicionado, etc.	A atender	RI	5	1.000.000,00
Serra	Ampliação do Refeitório dos Alunos	A atender	RI	6	70.000,00
Serra	Organização dos espaços do campus com aproveitamento da estrutura existente para a criação de salas de aula e salas de estudo e criação de espaço para lazer e descanso (expandir a área verde)	A atender	RI	7	300.000,00
Serra	Campo de Futebol Society	A atender	PDI - 15/19	8	150.000,00
Serra	Reurbanização e Adequação do Campus Serra	A atender	PDI - 15/19	9	500.000,00
Serra	Ampliação e Reforma do Bloco 08 (Incubadora)	A atender	Novo PDI	10	800.000,00
Serra	Construção do Auditório/Teatro	A atender	PDI - 15/19	11	5.000.000,00
Serra	Infraestrutura do Polo de Inovação Tecnológica	A atender	Novo PDI	12	1.000.000,00
Serra	Construção do Centro de Vivência	A atender	PDI - 15/19	13	1.000.000,00
Venda Nova do Imigrante	Usina fotovoltaica	A atender	CGPE	4	400.000,00
Venda Nova do	Ampliação da biblioteca	Em andamento	RI, PDI - 15/19	6	250.000,00

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Imigrante					
Venda Nova do Imigrante	Centro de Convivência Estudantil	Em andamento	RI, PDI - 15/19	1	418.189,43
Venda Nova do Imigrante	Refeitório	A atender	PDI - 15/19	7	1.200.000,00
Venda Nova do Imigrante	Adequação de Ambientes administrativos	Atendida	PDI - 15/19	-	333.335,34
Venda Nova do Imigrante	Terceiro Andar do Bloco I	Em andamento	PDI - 15/19	3	2.820.755,04
Venda Nova do Imigrante	Ampliação do campus e criação de área de prática esportiva	A atender	PDI - 15/19	5	12.000.000,00
Venda Nova do Imigrante	Adequação no Corpo de Bombeiros	Em andamento	DG	2	150.000,00
Viana	MasterPlan de reestruturação geral (foco salas)	A atender	MR	-	?
Viana	Avaliação da posse do terreno	A atender	MR	1	?
Viana	Construção de ginásio coberto	A atender	RI	13	3.000.000,00
Viana	Construir e equipar os laboratórios de química, física, matemática, informática, Logística e biologia	Atendida parcialmente	RI	0	2.000.000,00
Viana	Reforma do refeitório de alunos	Atendida parcialmente	RI	-	130.000,00
Viana	Ampliar o número de banheiros (Reforma de banheiros Serviços de reforma de banheiros de alunos (M/F) no segundo andar e na área lateral anexa, e no anexo ao pátio interno.)	Em execução	RI, PDI - 15/19	-	50.000,00
Viana	Construção de salas de professores com capacidade de até 03 professores	Em execução	RI	-	600.000,00
Viana	Infraestrutura de segurança para o campus (Videomonitoramento Instalação de sistema de vigilância eletrônica baseado em videomonitoramento (câmeras, cabeamento, servidores, sala de controle,...) E Guarita Construção de guarita de vigilância)	A atender	RI, PDI - 15/19	3	30.000,00
Viana	Urbanização de entrada do prédio do campus Serviços de urbanização de área de entrada (pátio externo de entrada) do campus	A atender	PDI - 15/19	18	750.000,00
Viana	Projeto de Subestação de energia elétrica Serviços de elaboração de projeto de ponto de entrega de energia elétrica em AT com subestação para atendimento ao campus	Atendida parcialmente	PDI - 15/19	-	?
Viana	Instalação de subestação de energia elétrica Serviços de instalação de ponto de entrega de energia elétrica em AT e subestação de energia elétrica para o campus.	A atender	PDI - 15/19	-	?
Viana	Cabeamento estruturado Serviços de instalação de cabeamento estruturado no segundo andar e na área lateral anexa do prédio principal do campus, notadamente nas áreas que estarão sendo constituídas (incorporadas) como parte do campus	A atender	PDI - 15/19	-	?
Viana	Necessidade de reforma/substituição de telhado no segundo andar do prédio principal do campus	A atender	PDI - 15/19	4	?

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
	como medida para garantir a segurança de usuários e de patrimônio público.				
Viana	Tratamento de piso Serviços de correção, aplicação de resina e de cera nos pisos do segundo andar e na área lateral anexa.	Em execução	PDI - 15/19	-	?
Viana	Projeto de rede de energia elétrica Serviços de elaboração de projeto de rede de distribuição de energia para o segundo andar do prédio, anexos ao pátio interno e da área lateral anexa (a serem incorporadas) ao campus até o início de 2016)	A atender	PDI - 15/19	5	17.000,00
Viana	Reforma na rede elétrica interna Serviços de reforma em toda a rede de distribuição elétrica do segundo andar do prédio, dos anexos ao pátio interno e da área lateral anexa (a serem incorporadas ao campus até o início de 2016).	A atender	PDI - 15/19	6	30.000,00
Viana	Projeto de cabeamento estruturado Serviços de elaboração de projeto de cabeamento estruturado para o segundo andar e área lateral anexa do prédio principal do campus.	A atender	PDI - 15/19	7	17.000,00
Viana	Cabeamento estruturado Serviços de instalação de cabeamento estruturado no segundo andar e na área lateral anexa do prédio principal do campus, notadamente nas áreas que estarão sendo constituídas (incorporadas) como parte do campus	A atender	PDI - 15/19	8	30.000,00
Viana	Instalação de aparelhos de ar condicionado Serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado nas áreas que estarão sendo incorporadas como constituintes do campus	A atender	PDI - 15/19	9	17.000,00
Viana	Auditório para 100 lugares, mobiliado (cadeiras, tablado, púlpito, mesas, projetor e tela de projeção, etc).	A atender	PDI - 15/19		150.000,00
Viana	Projeto de acessibilidade e sinalização de toda a área do campus	A atender	DG	10	50.000,00
Viana	Execução do projeto de acessibilidade e sinalização de toda a área do campus	A atender	DG	11	200.000,00
Viana	Projeto de galpão para depósito, área de vivência de funcionários terceirizados e garagem para veículos oficiais	A atender	DG	14	30.000,00
Viana	Execução de projeto de galpão para depósito, área de vivência com banheiros para funcionários terceirizados e garagem para veículos oficiais	A atender	DG	15	80.000,00
Viana	Projeto de combate a incêndio	Em execução	DG	-	-
Viana	Execução do projeto de combate a incêndio	A atender	DG	2	300.000,00
Viana	Projeto de paisagismo e urbanização de toda a área do campus	A atender	DG	16	30.000,00
Viana	Execução de projeto de paisagismo e urbanização de toda a área do campus	A atender	DG	17	200.000,00
Viana	Melhorias na iluminação externa com aumento no número de postes de energia	A atender	DG	12	27.000,00
Vila Velha	Construção de Ginásio Poliesportivo (já existe projeto)		RI, PDI - 15/19	1	900.000,00
Vila Velha	Implantação de rede estruturada e Segurança Eletrônica no Bloco Acadêmico B e do Prédio ADM II		PDI - 15/19	2	1.200.000,00
Vila Velha	Conclusão do projeto de gases dos novos laboratórios dos Blocos Acadêmicos A e B		Campus	3	860.000,00
Vila Velha	Registro de preços de usina fotovoltaica		CGPE	4	300.000,00
Vila Velha	Conclusão da drenagem da segunda parte do campus (já existe projeto)		RI	5	1.500.000,00

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Vila Velha	Climatização do Bloco Acadêmico B		PDI - 15/19	6	400.000,00
Vila Velha	Aquisição de equipamentos para os laboratórios do Bloco Acadêmico B		CAMPUS	7	2.000.000,00
Vila Velha	Reforma do Bloco Acadêmico A (ênfase no telhado)		CGPE, RI, PDI - 15/19	8	300.000,00
Vila Velha	Reforma dos muros do Campus		CGPE, RI, PDI - 15/19	9	100.000,00
Vila Velha	Reforma da Fachada do Primeiro Bloco Acadêmico A e do Bloco ADM I (revestimento com pastilha e instalação de brises metálicos)		PDI - 15/19	10	250.000,00
Vila Velha	Melhorar e ampliar o acesso ao campus (desapropriação e construção da entrada do campus)		PDI - 15/19	11	?
Vila Velha	Adequação elétrica do Bloco Acadêmico A		RI, PDI - 15/19	12	100.000,00
Vila Velha	Almoxarifado Químico		PDI - 15/19	13	200.000,00
Vila Velha	Construção de um auditório com no mínimo 350 lugares		PDI - 15/19	14	2.000.000,00
Vitória	Reforma da cobertura da mecânica	Em andamento	MR	2	300.000,00
Vitória	Registro de preços de usina fotovoltaica de 70kWp (RDC integrado)	A atender	CGPE	21	1.600.000,00
Vitória	Implantar videomonitoramento	Em andamento	RI	8	150.000,00
Vitória	Reforma do Bloco da Metalurgia e telhado da mecânica Melhorar acessibilidade do campus (ex: dificuldade do cadeirante em utilizar o local onde ficam os micro-ondas na arquibancada)	Em andamento	MR, RI, PDI - 15/19	7	65.500,00
Vitória	Atendimento as pessoas com necessidades específicas (contratação de pessoal, infraestrutura, equipamentos, comunicação e aproveitamento de profissionais de outros campi) - ACESSIBILIDADE	A atender	RI	11	1.000.000,00
Vitória	Bloco M – Eletrotécnica (complementação)	Concluída	PDI - 15/19	-	4.200.000,00
Vitória	Reforma da Subestação	A atender	PDI - 15/19	5	1.200.000,00
Vitória	Projeto Completo da Obra nº 6 – Bloco I	A atender	PDI - 15/19	13	1.000.000,00
Vitória	Verticalização das Oficinas – Bloco I	A atender	PDI - 15/19	14	15.000.000,00
Vitória	Reforma da Arquibancada/Depósito	A atender	PDI - 15/19	15	630.000,00
Vitória	Reforma do Muro	A atender	PDI - 15/19	4	330.000,00
Vitória	Fechamento e Reforma das Quadras Esportivas	Concluída	PDI - 15/19	-	202.027,00
Vitória	Reforma do Telhado	A atender	PDI - 15/19	9	5.000.000,00
Vitória	Urbanização e ampliação do número de vagas para estacionamento	A atender	PDI - 15/19	12	90.000,00
Vitória	Aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado nas salas de aula	A atender	PDI - 15/19	6	150.000,00
Vitória	Reforma do castelo d'água	A atender	PDI - 15/19	3	180.000,00
Vitória	Ampliação da Bloco K	A atender	PDI - 15/19	16	1.500.000,00

Infraestruturas Previstas					
Campus/ Unidades	Descrição	Status	Fontes*	Prioridade	Valor total estimado (R\$)
Vitória	Ampliação da Bloco I e T	A atender	PDI - 15/19	17	600.000,00
Vitória	Tratamento acústico Bloco J e K	A atender	PDI - 15/19	19	500.000,00
Vitória	Reforma Bloco S	A atender	PDI - 15/19	20	200.000,00
Vitória	Reforma da rede de esgoto e drenagem do campus	A atender	PDI - 15/19	10	500.000,00
Vitória	Adequação do espaço e construção de abrigo para armazenamento de resíduos sólidos	A atender	PDI - 15/19	18	110.000,00
Vitória	Reforma do Bloco L (projeto e obra)- Metalurgia	A atender	PDI - 15/19	1	4.400.000,00

* **CGPE** – Coordenadoria Geral de Projetos e Obras de Engenharia. **RI** – Reitoria Itinerante. **PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional. **MR** – Memória do Reitor. **IDG** – Indicação do Diretor-Geral. **DPLA** – Diretoria de Planejamento. **DG** - Diretor-Geral

5.5.1 Relatório Geral dos valores registrados no Sistema PGC

Tabela 14: Planejamento para 2020 – Reitoria e Campi

Uasg	Campus/ Unidade	Valores R\$
158425	Alegre	12.767.683,00
158419	Aracruz	7.340.597,26
158886	Barra de São Francisco	17.390.508,45
158418	Cachoeiro de Itapemirim	12.948.366,10
158421	Cariacica	0,00
158885	Centro-Serrano	7.616.018,61
158272	Colatina	7.619.555,62
158883	Guarapari	16.173.634,18
158428	Ibatiba	6.521.331,34
158424	Itapina	18.667.095,53
158420	Linhares	7.919.953,07
158884	Montanha	7.892.871,81
158422	Nova Venécia	17.868.611,92
158892	Piúma	10.112.720,83
158426	Santa Teresa	18.183.543,61
158423	São Mateus	30.781.591,49
158417	Serra	28.544.720,56
158429	Venda Nova do Imigrante	11.602.959,81
158427	Vila Velha	14.352.078,56
158416	Vitória	23.945.246,31
158151	Reitoria/Viana	54.933.381,12
Total Geral registrado		333.182.469,18

6. GESTÃO INSTITUCIONAL E DE PESSOAS

6.1. Organização Administrativa

O Ifes é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Conforme estabelece a Lei nº 11.892/2008, tem sede e foro em Vitória com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (BRASIL, 2008). É organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada por campus e reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A estrutura institucional encontra-se regulamentada pelo Estatuto e pelo Regimento Geral da Instituição em anexo. O Estatuto do Ifes foi aprovado pela Resolução nº 11/2009-CS, de 01 de dezembro de 2009 e alterado pela Resolução nº 62/2010-CS, de 10 de novembro de 2010. Já o Regimento Geral, integrado ao Estatuto e à legislação federal, foi aprovado pela Resolução nº 64/2010-CS, de 22 de novembro de 2010 e alterado pela Resolução nº 01/2017-CS, de 20 de fevereiro de 2017, constituindo-se ambos os documentos no conjunto de normas que disciplinam a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e acadêmicas deste Instituto Federal.

Complementam e normatizam, ainda, as disposições estatutárias e regimentais os Regimentos Internos dos Campi, Polo de Inovação, Campus Avançado, Centro de Referência e da Reitoria, além dos Regimentos dos quatro principais órgãos colegiados do Ifes: o Conselho Superior (CS), o Colégio de Dirigentes (CD), o Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (CEPE), Conselho de Gestão do Campus (CGC), o Conselho de Gestão do polo de Inovação (CGP), o Conselho de Gestão do campus Avançado (CGA) e o Conselho de Gestão do Centro de Referência (CGF).

6.1.1 Estrutura Organizacional Atual

A administração geral do Ifes é feita por seus órgãos colegiados deliberativos e por seus órgãos executivos, nos níveis da administração geral e da administração de cada campi, Polo de Inovação, Campus Avançado e de Centro de Referência, em que se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada um dos níveis.

Para administrar seu quadro de pessoal e sua infraestrutura física, o Instituto Federal do Espírito Santo (2009) conta atualmente com as seguintes estruturas administrativas:

Os órgãos superiores da Administração compreendem:

I. Órgãos Colegiados:

1. Conselho Superior;
2. Colégio de Dirigentes;
3. Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão;
4. Conselho de Gestão do campus, de Polo de Inovação, de Campus Avançado e de Centro de Referência.

II. Órgãos Executivos:

1. Reitoria;
- 1.1 Gabinete;
- 1.1.1 Assessorias;
- 1.2 Pró-reitoras;
- 1.2.1 Diretorias Sistêmicas;
2. Diretorias-Gerais dos campi e dos Polos de Inovação.
3. Diretoria dos campi avançados e dos Centros de Referência.

III. Órgãos de Assessoramento:

1. Conselho Comunitário;
2. Ouvidoria;
3. Comissão de Ética;
4. Fóruns.

§ 1º A Procuradoria Jurídica do Ifes é um órgão descentralizado da Procuradoria-Geral Federal no Estado do Espírito Santo, nos termos da legislação vigente.

IV. Órgãos de Controle:

1. Auditoria Interna;
2. Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Todos os órgãos colegiados são montados com representação de todos os segmentos da comunidade acadêmica a partir de eleições.

O Conselho Superior (CS), órgão máximo, consultivo, normativo e deliberativo nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, tem sua composição, competências, organização e funcionamento definidos e regulamentados no Estatuto do Ifes, no Regimento Geral e em Regimento próprio.

O Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (CEPE) é um órgão colegiado normativo e de assessoramento no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão e tem sua composição, competências e funcionamento definidos e regulados no Regimento Geral e em Regimento próprio.

O Colégio de Dirigentes (CD), de caráter consultivo, é órgão de apoio da Reitoria, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi e dos polos de inovação, pelos Diretores dos campi avançados e dos centros de referência que integram o Ifes, com sua competência e atribuições dispostas no Estatuto do Ifes, no Regimento Geral e em Regimento próprio.

O Conselho de Gestão do Campus (CGC), o Conselho de Gestão do polo de Inovação (CGP), o Conselho de Gestão do campus Avançado (CGA), o Conselho de Gestão do Centro de Referência (CGF) presididos pelo Diretor-Geral e Diretor, são órgãos consultivos da administração local e tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento da gestão e do processo educativo, além de zelar pela correta execução das políticas do Ifes em cada unidade educacional.

O Conselho Comunitário objetiva subsidiar o Instituto com informações da comunidade relativas a assuntos administrativos, de Ensino, de Pesquisa e de Extensão e avaliar as metas de atuação de sua política.

A Ouvidoria é o órgão de assessoramento do Reitor responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações da comunidade interna e externa.

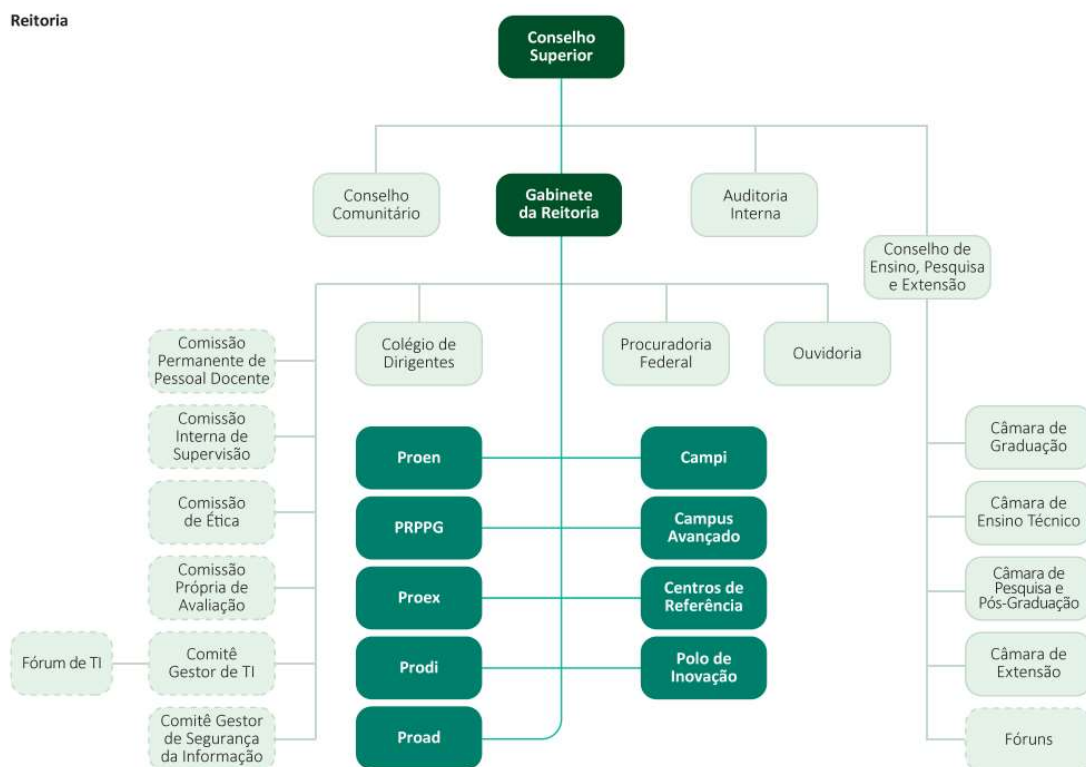
Os Fóruns são órgãos de assessoramento de caráter especializado e consultivo, tendo como principal objetivo propor diretrizes e políticas na sua área de atuação. Os Fóruns têm natureza horizontalizada, com representação das unidades administrativas do Ifes.

A organização e o funcionamento das unidades organizacionais que compõem a Reitoria, os Campi, Polos de Inovação, Campi Avançados e dos Centros de Referência do Ifes, bem como as características e competências destes órgãos estão definidas no Estatuto, Regimento Geral, Regimento Interno e demais Regulamentos do Ifes.

6.1.2 Organograma da Reitoria e dos Campi

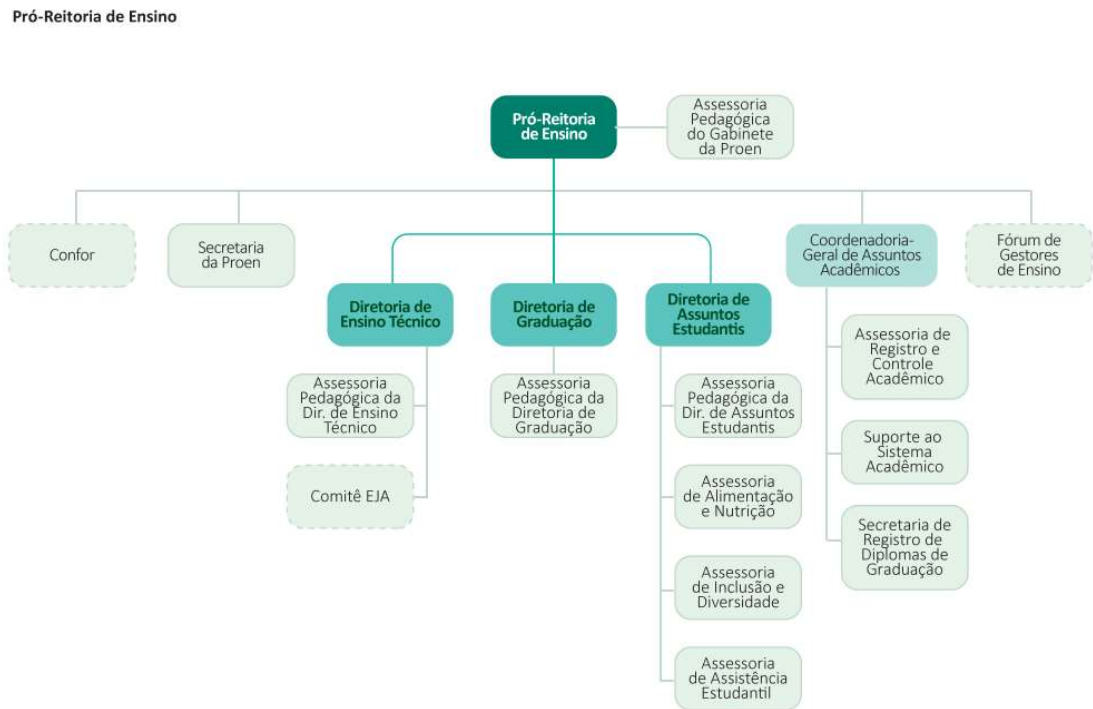
6.1.2.1 Organograma da Reitoria

Figura 8: Organograma da Reitoria



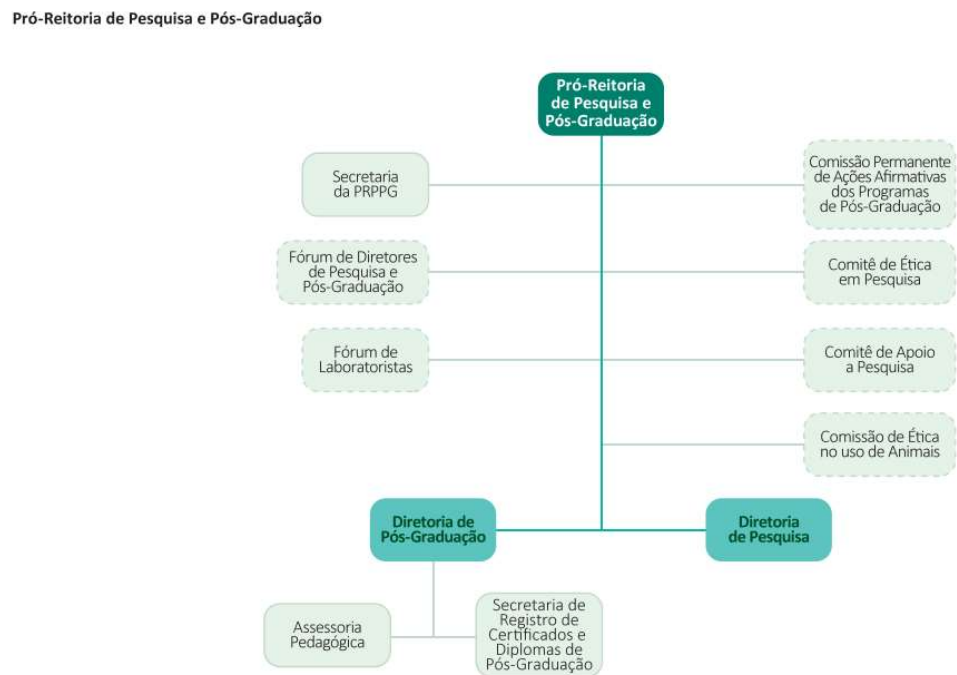
6.1.2.2 Organograma da Pró-Reitoria de Ensino

Figura 9: Organograma da PROEN



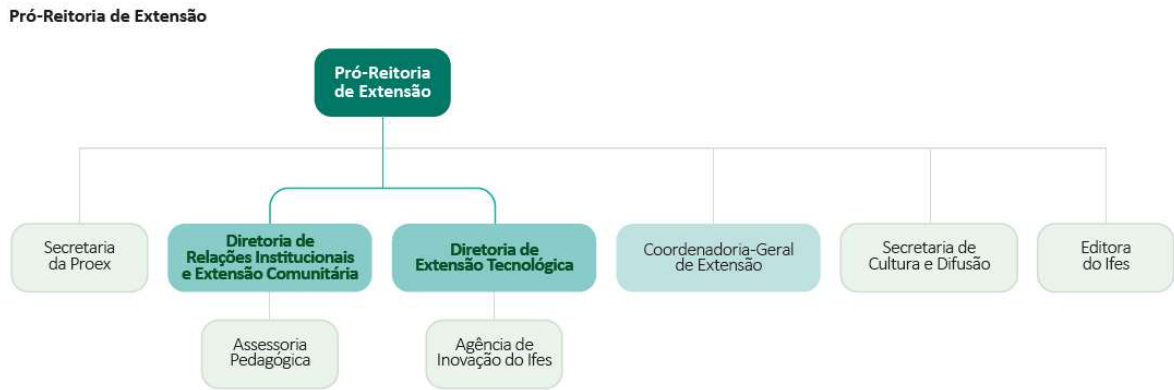
6.1.2.3 Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Figura 10: Organograma da PRPPG



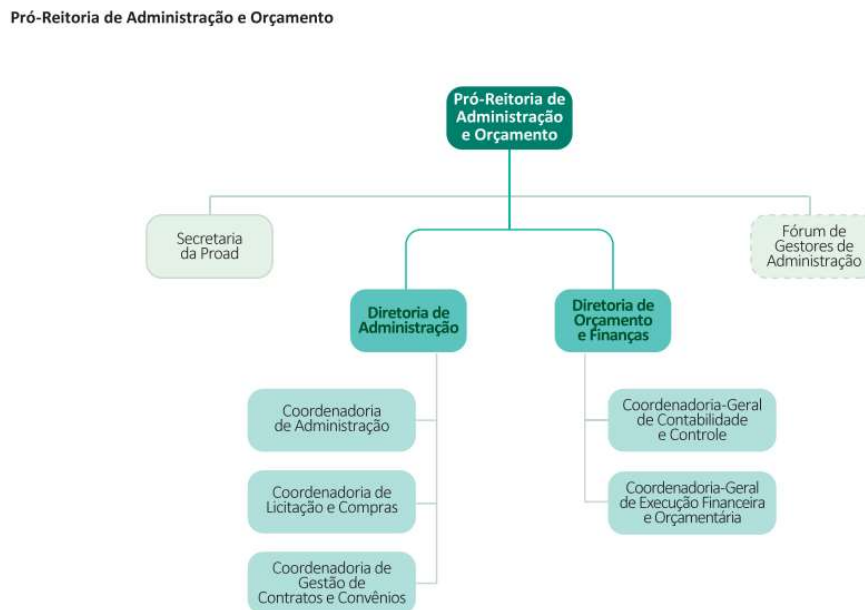
6.1.2.4 Organograma da Pró-Reitoria de Extensão

Figura 11: Organograma da PROEX



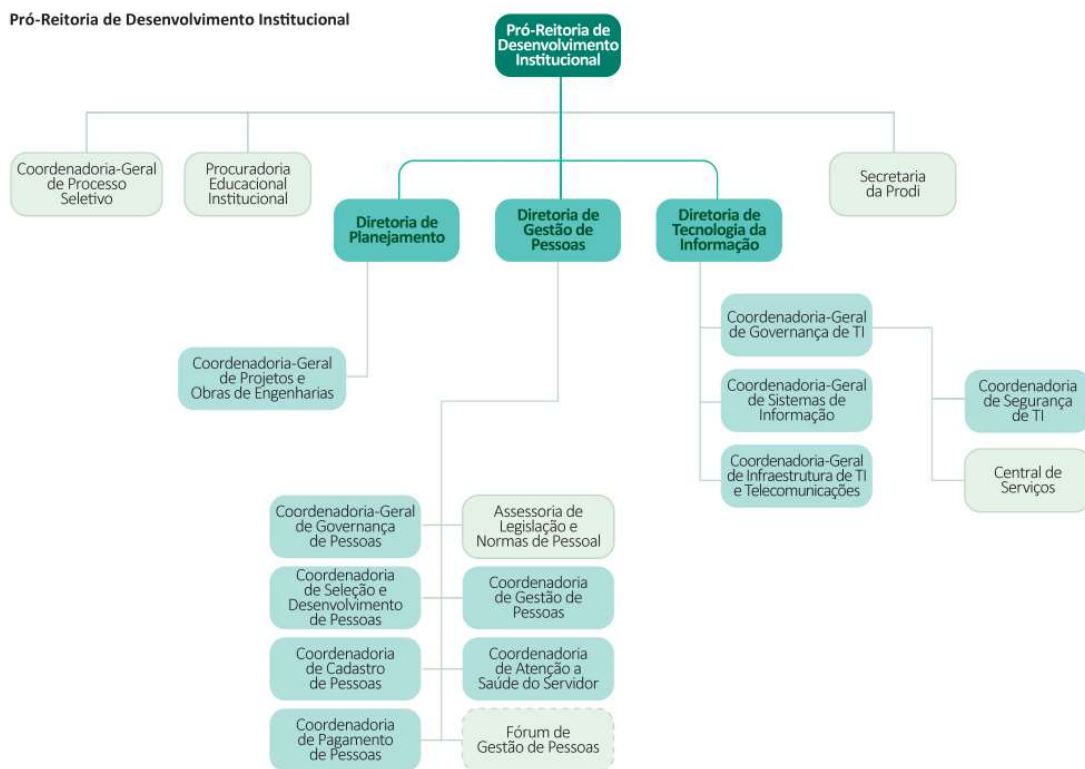
6.1.2.5 Organograma da Pró-Reitoria de Administração e Orçamento

Figura 12: Organograma da PROAD



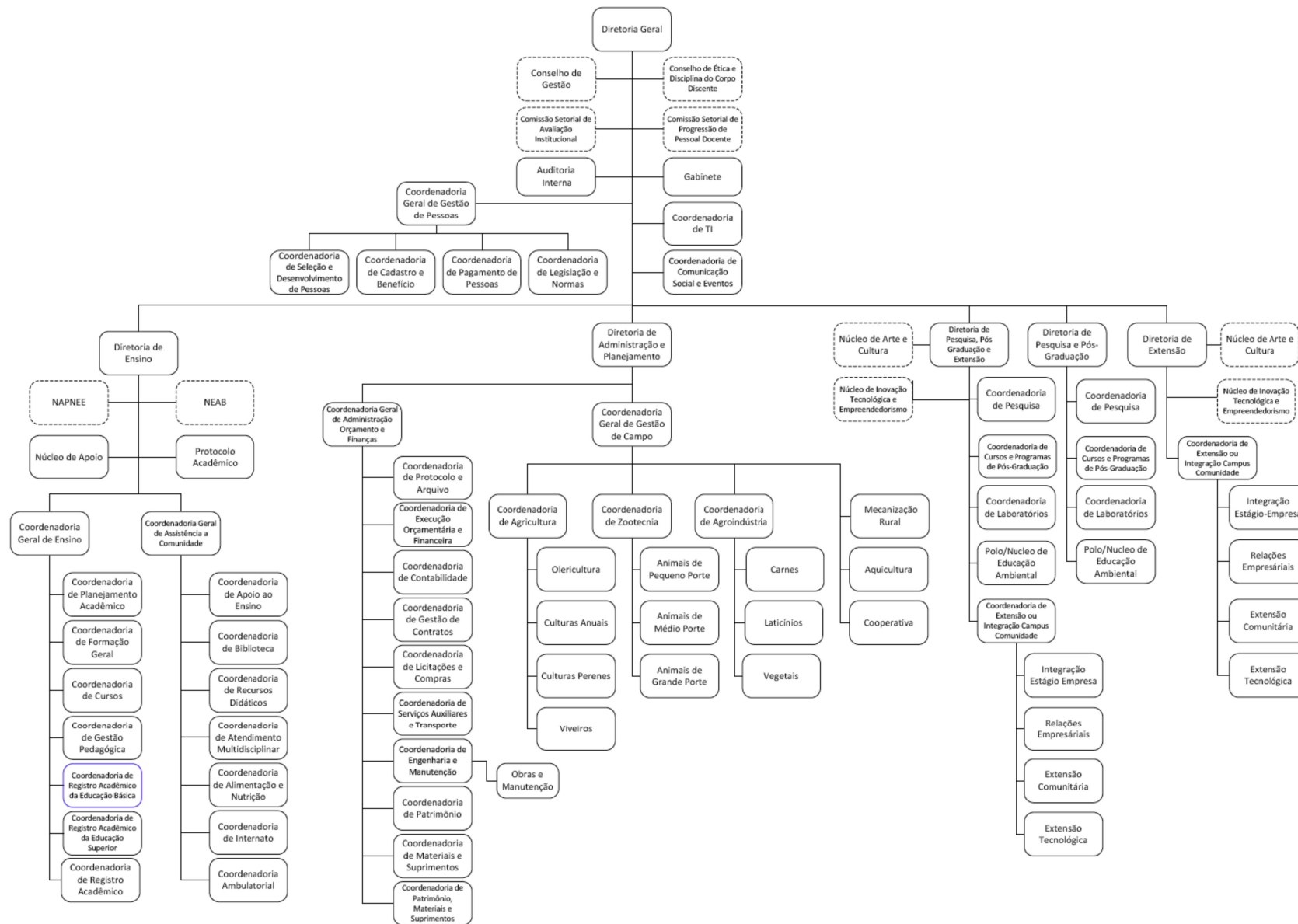
6.1.2.6 Organograma da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Figura 13: Organograma da PRODI



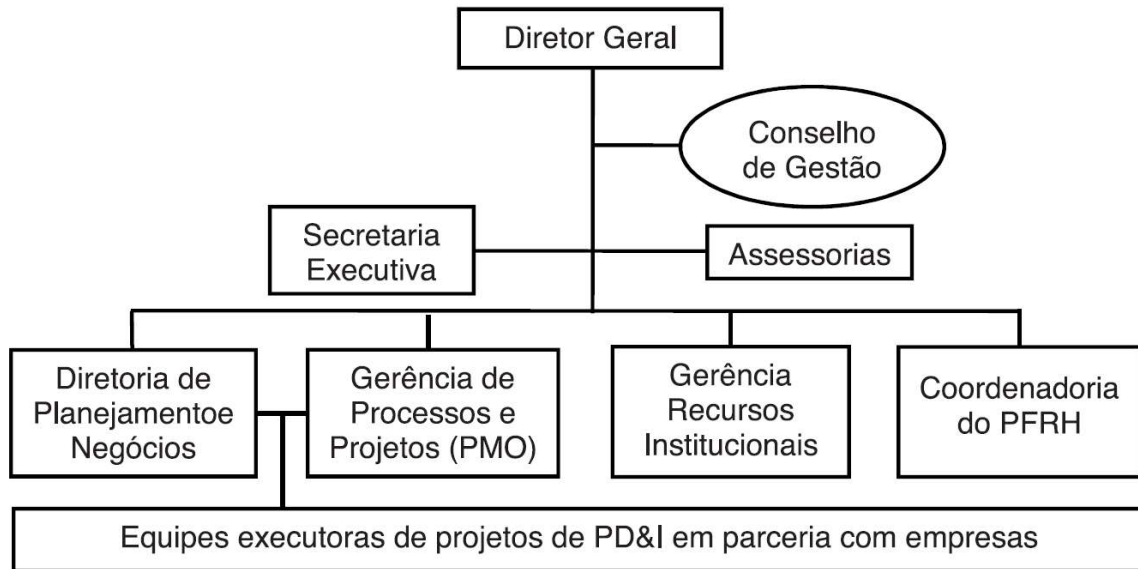
6.1.2.7 Organograma Geral dos Campi e Campus Avançado

Figura 14: Organograma Geral dos Campi



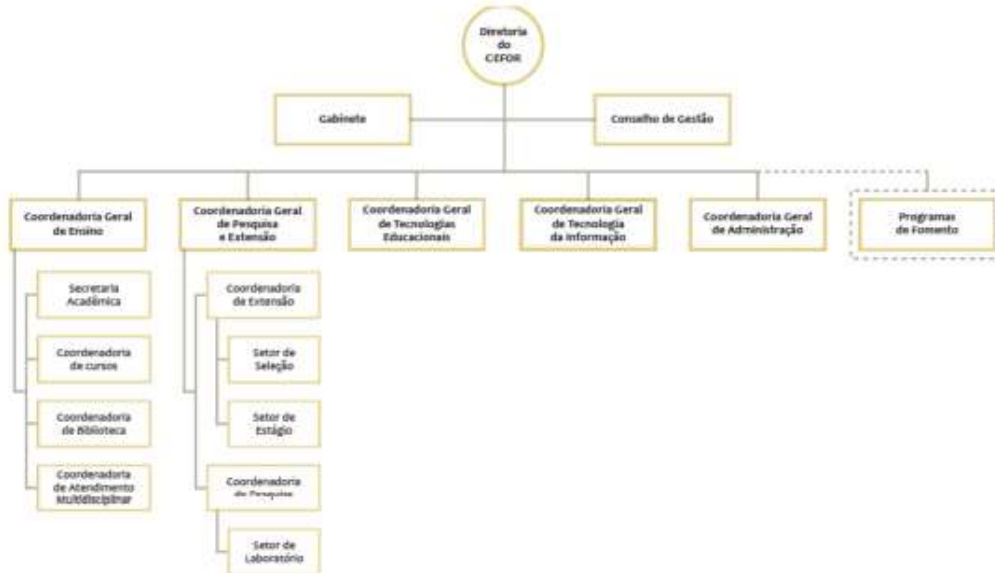
6.1.2.8 Organograma do Pólo de Inovação

Figura 15: Organograma do Polo de Inovação



6.1.2.9 Organograma do Cefor

Figura 16: Organograma do Cefor



6.2 Organização e Gestão de Pessoal

A Carta de Brasília da Gestão Pública, assinada em maio de 2008 pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e o presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração, Paulo César Medeiros, registra as principais preocupações e diretrizes que devem orientar as estratégias e as ações em prol da construção de um pacto para melhorar a gestão pública. Nela, um dos tópicos que merece destaque é a gestão de pessoas, por ser este um elemento estruturador da gestão.

Na política de Gestão de desenvolvimento de pessoal do Ifes, pretendem-se criar condições para o crescimento pessoal e profissional, proporcionando oportunidade de conhecimento, desenvolvimento de habilidades e de competências, por meio de compromisso com a instituição e com a sociedade. Busca-se, através das estratégias definidas para os próximos 05 (cinco) anos, propiciar um ambiente harmônico, humanístico nas relações de trabalho e convívio social.

6.2.1 Requisitos de titulação, regime de trabalho e critérios de seleção, contratação e substituição

Os requisitos de titulação para ingresso nos cargos efetivos Técnico-administrativos em Educação são definidos de acordo com o que rege a Lei 11.091/2005 – PCCTAE, sendo a carga horária de 40 horas, 30 horas, 25 horas ou 20 horas semanais, dependendo da necessidade da instituição e das leis específicas de carreira que assim o exigem. Para ingresso no cargo, é necessário ser aprovado em concurso público de provas e ter a titulação mínima definida pela legislação (BRASIL, 2005).

Os requisitos de titulação para ingresso, os perfis e áreas de atuação para o cargo de docente são definidos de acordo com as necessidades específicas da instituição. Os regimes de trabalho são de 20h semanais ou 40h semanais com dedicação exclusiva, sendo possível, desde que devidamente justificado e em caso de excepcionalidade, a admissão de docente em regime de 40h semanais, conforme rege a Lei 12.772/2012. Para ingresso no cargo é necessário ser aprovado em concurso público de provas e títulos e ter a titulação mínima exigida no edital (BRASIL, 2012b).

A legislação permite a substituição do docente através da contratação de professor substituto nos termos da Lei 8.745/93 e suas alterações (BRASIL, 1993). A contratação de substitutos é limitada a 20% do total de docentes efetivos prevista no Banco de Professor Equivalente.

6.2.2 Política de desenvolvimento de pessoas e plano de carreira

O plano de carreira dos servidores Técnico-administrativos em Educação está previsto na Lei nº 11.091/2005 e na Lei nº 12.772/2012, já o dos servidores docentes está previsto na Lei nº 12.772/2012. Complementando tais leis, o Decreto nº 5.707/2006 pressupõe que a capacitação permanente do servidor é ponto estratégico e que cabe à Administração Pública incentivar, assistir e apoiar o servidor a capacitar-se, bem como aproveitar as habilidades e competências de seus servidores na realização de eventos de capacitação no âmbito da própria instituição (BRASIL, 2006c).

Tal decreto instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), porém, apenas 10 anos após sua publicação o Ifes iniciou a construção da sua Política de Capacitação de Servidores, mas existiam documentos institucionais que garantiam a importância da capacitação, além de terem sido feitas diversas ações de capacitação. No período de 2008 a 2018, as ações de capacitação desenvolvidas pelo Ifes demonstram uma tentativa de adequação da instituição à PNDP, com destaque para a oferta de Cursos in company, curso preparatório para os servidores realizarem o Teste Anpad, entre outros.

O exponencial crescimento do IFES ao interior do Espírito Santo certamente trouxe inúmeros benefícios à sociedade capixaba, porém deve-se ressaltar que a implantação de uma Política de Capacitação de Servidores institucional, onde seria necessário consolidar as metas e os objetivos da instituição em um único documento para posteriormente ser construído um Plano Anual de Capacitação que seja de todo Ifes, não é uma tarefa fácil, em razão do próprio aumento da heterogeneidade.

Tendo resolver esta questão, o Ifes, por meio da Portaria nº 1.977, de 13/07/2016, criou a Comissão responsável pela elaboração da Política de Capacitação dos servidores do Ifes, com representantes de diversos setores e Pró-reitorias, sendo que, em maioria, estavam servidores da Área de Gestão de Pessoas do Ifes. No dia 13 de março de 2017, tal grupo divulgou aos servidores a Proposta de Política de Capacitação de Servidores do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), para que a mesma passasse por consulta pública antes de ser submetida ao Conselho Superior da instituição. Após tal consulta, o texto final foi encaminhado para apreciação do Conselho Superior no dia 04 de agosto de 2017. O documento foi aprovado no Conselho Superior por meio de uma Reunião Extraordinária no dia 22 de outubro de 2018 e a divulgação do texto final aconteceu no dia 17 de dezembro de 2018 (INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2018).

Ao observar o conteúdo dessa política, pode se constatar que a mesma pressupõe que a capacitação permanente do servidor é ponto estratégico e que cabe à Administração Pública incentivar, assistir e apoiar o servidor a capacitar-se, bem como aproveitar as habilidades e competências de seus servidores na realização de eventos de capacitação no âmbito da própria instituição. Cabe ressaltar que, no texto da Política de Capacitação de Servidores do Ifes está o Programa de Capacitação, que reúne normas e procedimentos para concessão dos eventos de capacitação no âmbito do Ifes, respeitadas as especificidades de cada carreira ou cargo. Também constam as diretrizes para elaboração do Plano Anual de Capacitação, que estabelecerá os eventos de capacitação a serem implementados em determinado período, de forma a otimizar os recursos logísticos e financeiros despendidos pelo Ifes.

Conforme reza o texto da Política de Capacitação, para fins de desenvolvimento dessa política serão priorizados eventos de capacitação vinculados às linhas abaixo, obedecendo aos princípios da transparência e isonomia, bem como atender aos preceitos éticos da Administração Pública, de forma tal que se promova (INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, 2018):

- Desenvolvimento institucional: ações de aperfeiçoamento que instrumentalizem e atualizem os métodos de trabalho e de atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo servidor.

- **Qualificação institucional:** capacitação baseada em ação de educação formal, que tem por objetivo aumentar o grau de qualificação dos servidores em sua área de atuação no Ifes, bem como apoiar o servidor na complementação de seus estudos de educação formal.
- **Iniciação ao serviço público:** eventos de capacitação que forneçam informações básicas ao servidor ingressante nas carreiras do magistério e do técnico-administrativo e, promova sua integração no serviço público e na Instituição.
- **Gestão:** ações voltadas à preparação dos servidores para o desempenho das atividades de gestão, que poderão se constituir em pré-requisitos para o exercício de funções de chefia, coordenação, assessoramento e direção.
- **Valores institucionais:** ações voltadas para disseminar e promover os princípios e crenças estabelecidos no PEI do Ifes que servem de guia para os comportamentos, atitudes e decisões dos servidores.

A implementação da Política de Capacitação de Servidores será de responsabilidade de todos órgãos e unidades integrantes da estrutura organizacional do Ifes, cabendo a Diretoria de Gestão de Pessoas – DRGP, em articulação com as Coordenadorias Gerais de Gestão de Pessoas dos campi, as competências de promover e articular o planejamento, execução e avaliação do Plano Anual de Capacitação. A ideia de criar um Plano Anual de Capacitação visa consolidar as demandas de capacitação no âmbito do Ifes, o primeiro Plano Anual de capacitação do Ifes está sendo elaborado no ano de 2019, para ser implementado em 2020.

6.2.3 Atenção à saúde do servidor

A Coordenadoria de Atenção à Saúde do Servidor (CAS), conta com uma equipe multiprofissional nas seguintes áreas técnicas: enfermagem, engenharia de segurança do trabalho, medicina, nutrição, psicologia e serviço social. Atualmente, é a única coordenadoria que trata sobre a saúde dos servidores do Instituto, desenvolvendo atividades que contemplam três principais eixos: perícia, vigilância e promoção à saúde. Destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas por esta coordenadoria, bem como algumas projeções para o ano de 2023:

6.2.3.1 Atendimentos individuais em saúde

A Coordenadoria realiza atendimentos individuais com os servidores do Instituto, dentro de cada área técnica da equipe multiprofissional de saúde. Vale ressaltar que a CAS vem trabalhando para executar atividades que abarquem a coletividade e contemplem um grupo maior de servidores. Desta forma, os atendimentos individuais são flexibilizados para possibilitar maior dedicação da equipe multiprofissional nas ações de repercussão coletiva.

6.2.3.2 Perícias médicas

São realizados pela equipe médica as perícias singulares, que contemplam os afastamentos para tratamentos da própria saúde e/ou licenças para acompanhamento de familiar. Os técnicos de enfermagem da Coordenadoria realizam o suporte à perícia, com agendamentos, orientações, bem como lançamento dos atestados de curta duração (até 05 dias) através do sistema SIASS.

Destacamos ainda que existe um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Saúde de Vitória, em que o mesmo realiza perícias por Junta Médica Oficial em Saúde dos servidores do IFES. Desta forma, alguns processos e situações específicas são encaminhados ao referido órgão.

6.2.3.3 Vigilância dos ambientes e processos de trabalho

Os profissionais de engenharia de segurança do trabalho e medicina do trabalho vêm realizando perícias ambientais e avaliação dos processos de trabalho como forma de analisar as solicitações de concessão de insalubridade/periculosidade pleiteada pelos servidores.

Devido ao grande número de processos dessa natureza, que estão pendentes de análise e a dificuldade de avanços dos trabalhos, formou-se uma Comissão estratégica de apoio, cujo propósito final será a construção de um relatório com sugestões a serem implementadas pela referida equipe de vigilância, a fim de solucionar com maior agilidade as demandas acumuladas e as que surgirem futuramente.

Além disso, entende-se também ser necessária a elaboração do PCMSO e do PPRA em todo os campi do IFES. Para tal, é preciso estruturar um termo de referência para contratação de empresa, a qual será responsável por elaborar ambos os instrumentos de trabalho. Tais documentos, dentre outras finalidades, também contribuirão para o estudo sobre a melhoria das condições de trabalho no Instituto.

Em paralelo, destacamos a importância de dar continuidade às atividades educativas de prevenção de acidentes no trabalho, bem como de incentivar o uso de EPI's pelos servidores.

6.2.3.4 Programa de acolhimento ao servidor com excesso de peso, diabetes, hipertensão arterial e dislipidemia

Tal programa propõem a aprendizagem sobre a saúde e a prática do autocuidado nos servidores diagnosticados com obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis. Além disso, também objetiva reduzir as complicações decorrentes dessas enfermidades por meio de orientações feitas em atendimento individualizado pela equipe multiprofissional da CAS, em especial pela enfermeira e nutricionista desta coordenadoria.

6.2.3.5 Programa de acolhimento psicossocial aos candidatos no admissional

Tal programa tem o objetivo de acolher e conhecer melhor os candidatos, abordando aspectos de saúde, família, vida social e profissional através da atuação da assistente social e psicóloga da CAS. Os candidatos também são informados quanto ao funcionamento do serviço de saúde da Instituição, dos projetos e programas de saúde em andamento, bem como dos afastamentos relativos à saúde e outros benefícios concedidos.

6.2.3.6 Elaboração da Minuta da PASS-IFES

Em 2017 foi retomada a proposta de elaborar uma Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho dos Servidores do IFES (PASS-IFES). Sendo assim, formou-se uma nova comissão composta por técnicos administrativos em educação e docentes para que as contribuições na estruturação da minuta tivessem maior representatividade das categorias.

Tal política tem por objetivo a promoção da saúde, a melhoria da qualidade de vida no trabalho, a prevenção de acidentes e danos à saúde advindos e relacionados ao ambiente de trabalho.

A minuta está pré-estruturada e existe a proposta de um Encontro para que os demais servidores possam participar efetivamente e assim construirmos de forma coletiva essa Política.

6.2.3.7 Elaboração de calendário de promoção à saúde

Para estruturar melhor as atividades da CAS todo ano é elaborado um calendário de promoção à saúde. Tal proposta objetiva organizar ações em saúde com a participação de toda a equipe da CASS, abordando temas pertinentes à realidade dos nossos servidores, às demandas observadas em atendimentos individuais e ao levantamento dos dados epidemiológicos dos nossos servidores.

6.2.3.8 Exames periódicos

Os exames periódicos fazem parte das atividades de promoção à saúde e devem ser realizados todos os anos, conforme preconiza o artigo 206-A da Lei nº 8.112/1990, o Decreto nº 6.858/2009 e a Portaria Normativa/SRH nº 4/2009. Os dados dos exames são fundamentais para subsidiar o planejamento das ações e demais atividades de prevenção de agravos e promoção à saúde (BRASIL, 1990 e 2009).

6.2.3.9 Outras Demandas

- Visitas Institucionais: Proposta de visita a todos os campi a fim de divulgar o trabalho da Coordenadoria bem como conhecer a realidade dos campi e dos servidores.
- Estruturar junto a ACS um espaço para divulgação de forma eletrônica, de dicas de saúde.

6.2.4 Manual do Servidor

Com a finalidade de divulgação e orientação dos servidores quanto aos assuntos pertinentes a área de Gestão de Pessoas, no ano de 2018 houve a implantação do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração, validação, divulgação e atualização do Manual do Servidor do Ifes com assuntos referentes a área de gestão de pessoas, através da Portaria Gabinete do Reitor nº 1062, de 18 de maio de 2018.

No período correspondente a maio de 2018 até junho de 2019, foram publicados no site do Ifes o Manual do Servidor com 25 assuntos referentes a área de Gestão de Pessoas. Dentre eles são: Aceleração da Promoção, Alteração de conta bancária, Assistência à saúde suplementar, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Natalidade, Auxílio Pré-Escolar, Colaboração técnica (Servidor do Ifes para outro Órgão), Colaboração técnica (Servidor de outro Órgão para o Ifes), Contratação de estagiário, Estágio probatório técnico-administrativo em educação, Exercícios anteriores, Férias, Horário especial de estudante, Incentivo à qualificação, Inscrição em eventos de capacitação, Licença à gestante/adotante, Licença para capacitação, Licença para tratamento da própria saúde, Licença para tratamento de saúde de pessoa da família/dependente, Licença-paternidade, Progressão por mérito profissional, Progressão por capacitação profissional, Retribuição por titulação, Substituição de chefia, Vacância de cargo efetivo por posse em cargo inacumulável.

Informa-se que até o ano de 2023, a projeção é que sejam publicados no Manual do Servidor mais 55 assuntos referentes a área de Pessoal.

6.2.5 Composição da força de trabalho

O plano de expansão do quadro de pessoal depende da expansão da matriz orçamentária do banco de professores equivalentes e do quadro de referência dos Técnico-administrativos em Educação, bem como da liberação de códigos de vaga para contratação de servidores.

Tabela 15: Dados atuais e previsão de expansão de vagas para servidores

Campus/ Unidades	Técnicos Administrativos em Educação												
	Titulação								Regime de Trabalho (em horas semanais)				
	FI	FC	EMC	G	E	M	D	Total	20	25	30	40	Total
Alegre	2	2	20	12	47	23	5	111	3	0	1	106	110
Aracruz	0	0	2	8	25	8	0	43	0	0	1	42	43
Barra de São Francisco	0	0	1	4	10	3	0	18	0	0	0	18	18
Centro-Serrano	0	0	3	5	13	4	0	25	0	0	1	24	25
Cachoeiro	0	0	2	6	35	12	2	57	0	0	3	54	57
Cariacica	0	0	6	5	26	11	2	50	1	0	1	47	49
Colatina	0	3	2	10	37	10	4	66	0	0	0	66	66
Guarapari	0	0	7	3	21	8	1	40	1	0	1	38	40
Ibatiba	0	0	2	6	24	6	0	38	0	0	2	36	38
Itapina	1	2	9	13	51	18	3	97	1	0	1	95	97
Linhares	0	0	6	3	27	7	0	43	0	0	0	43	43

Técnicos Administrativos em Educação													
Campus/ Unidades	Titulação								Regime de Trabalho (em horas semanais)				
	FI	FC	EMC	G	E	M	D	Total	20	25	30	40	Total
Montanha	0	0	4	15	6	4	1	30	0	0	0	30	30
Nova Venécia	0	0	3	2	31	10	0	46	0	0	0	46	46
Piúma	0	0	5	10	21	6	0	42	0	0	0	42	42
Reitoria	0	0	19	33	80	49	0	181	5	5	9	162	181
São Mateus	0	0	6	13	23	11	0	53	0	0	0	53	53
Santa Teresa	1	2	29	36	19	10	1	98	0	0	0	98	98
Serra	0	0	7	10	33	14	1	65	1	0	3	61	65
Venda Nova do Imigrante	0	0	5	4	22	14	0	45	0	0	0	45	45
Vila Velha	0	0	4	4	24	13	1	46	0	0	3	42	45
Viana	0	0	1	2	7	1	0	11	0	0	0	11	11
Vitória	1	1	25	22	77	38	6	170	1	0	4	163	168

Legenda: FC – Fundamental Completo. EMC – Ensino Médio Completo. G – Graduação. A – Aperfeiçoamento. E – Especialização. M – Mestrado. D – Doutorado.

O critério utilizado para projeção da expansão do quadro técnico-administrativo do Ifes foi estabelecido através da Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 246, de 11 de maio de 2016 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016). Abaixo planilhas exemplificando o panorama do ano de 2019 para o quadro técnico-administrativo do Ifes:

Tabela 16: Expansão do quadro técnico

Nível	Vagas ocupadas em 2019	Limite estabelecido pela Portaria Normativa nº 246/2016
TAE Nível C	282	212
TAE Nível D	605	664
TAE Nível E	330	527

Para a projeção de vagas dos próximos 05 anos, foi realizada a média do número de vagas desocupadas, respeitado o limite da referida Portaria.

Tabela 17: Limites estabelecidos pela Portaria Normativa nº 246/2016

Nível	Vagas ocupadas em 2019	Limite estabelecido pela Portaria Normativa nº 246/2016
TAE Nível C	282	212
TAE Nível D	605	664
TAE Nível E	330	527

Projeções de Expansão de Vagas até o ano de 2023, a partir do número de vagas ocupadas, respeitado o limite da Portaria Normativa nº 246/2016.

Tabela 18: Projeções de expansão de Vagas até 2023

Nível	2019	2020	2021	2022	2023
TAE Nível C	0	0	0	0	0
TAE Nível D	12	12	12	12	12
TAE Nível E	40	40	40	40	40

Observa-se que o número de vagas autorizados para os cargos da Classe C está superior ao limite estabelecido pela Portaria Normativa nº 246/2016. Isso possivelmente implicará na redução e liberação de novos cargos para esta classe, até que haja adequação do dimensionamento na instituição. Convém ressaltar, no entanto, que nesta classe há diversos cargos extintos, o que legalmente já impossibilita a reposição imediata.

Tabela 19: Quadro de docentes por Campus

Campus/ Unidades	Docentes									
	Titulação						Regime de Trabalho (em horas semanais)			
	G	A	E	M	D	Total	20	40	De	Total
Alegre	1	0	3	28	40	72	0	2	70	72
Aracruz	1	0	7	39	19	66	0	2	64	66
Barra de São Francisco	0	0	1	12	2	15	0	0	15	15
Centro-Serrano	0	0	1	17	7	25	0	0	25	25
Cachoeiro	0	0	10	54	19	83	0	3	80	83
Cariacica	0	0	10	52	27	89	1	3	85	89
Colatina	1	0	4	53	14	72	0	2	70	72
Guarapari	0	0	5	44	9	58	0	0	58	58
Ibatiba	0	0	5	19	17	41	0	0	41	41
Itapina	0	0	2	28	44	74	0	0	74	74
Linhares	0	0	8	42	5	55	1	1	53	55
Montanha	0	0	4	15	10	29	0	0	29	29
Nova Venécia	1	0	9	34	10	54	0	0	54	54
Piúma	0	0	3	22	18	43	0	0	43	43
Reitoria	0	0	1	9	16	26	0	0	26	26
São Mateus	3	0	7	46	8	64	0	2	62	64
Santa Teresa	0	0	8	30	30	68	0	1	67	68
Serra	1	1	3	47	44	96	1	3	92	96
V. Nova	0	0	3	29	24	56	0	0	56	56
V. Velha	1	0	0	22	38	61	0	1	60	61
Viana	0	0	4	11	6	21	0	1	20	21
Vitória	8	0	23	135	128	294	9	6	279	294

Legenda: FC – Fundamental Completo. EMC – Ensino Médio Completo. G – Graduação. A – Aperfeiçoamento. E – Especialização. M – Mestrado.

O critério utilizado para projeção da expansão do quadro de professores efetivos do Ifes foi estabelecido também através da Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 246, de 11 de maio de 2016

(MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016). Sendo assim, para a projeção de vagas dos próximos 05 anos, foi realizada a média do número de vagas desocupadas, respeitado o limite da referida Portaria.

Tabela 20: Limite de vagas docentes estabelecido pela Portaria Normativa nº 246/2016

Cargo	Vagas ocupadas em 2019	Limite estabelecido pela Portaria Normativa nº246/2016
Professor EBTT	1463	1710

Projeções de Expansão de Vagas até o ano de 2023, a partir do número de vagas ocupadas, respeitado o limite da Portaria Normativa nº 246/2016.

Tabela 21: Projeções de expansão de vagas docentes até 2023

Cargo	2019	2020	2021	2022	2023
Professor EBTT	50	50	50	50	50

6.2.5.1 Projeções de Aposentadoria

Nos quadros a seguir, levou-se em consideração as informações prestadas pelos campi no levantamento realizado no período compreendido entre dezembro de 2018 a abril de 2019, o qual mostrou o quantitativo de aposentadorias até o ano de 2020. Além disso, foi levado em consideração o quantitativo de abono de permanência recebido pelos servidores no Siae.

A partir do ano de 2020, foram realizadas projeções de 5% de aposentadoria dos professores efetivos, tendo em vista o aumento no número de aposentadorias nos anos de 2019 e 2020.

Para os servidores técnicos administrativos, em todos os níveis, haverá um aumento de aposentadorias entre os anos de 2019 a 2020, porém para o Nível C, entre os anos de 2020 a 2021 haverá a queda em 44,45% no número de aposentadoria para este nível, sendo mantido este número para os anos de 2022 e 2023. Já para o Nível D, haverá um aumento de aproximadamente 11,12% no número de servidores aposentados, entre os anos de 2020 a 2021, sendo este número mantido para o ano de 2022 e para o ano de 2023, haverá um aumento de 12,5% no número de aposentados. E para os servidores do nível E, o número de servidores aposentados será mantido a partir do ano de 2020.

Tabela 22: Projeções de aposentadoria Professores Efetivos

Cargo	2019	2020	2021	2022	2023
Professor EBTT	60	79	83	87	92

Tabela 23: Projeções de aposentadoria Técnicos Administrativos

Nível	2019	2020	2021	2022	2023
TAE Nível C	20	27	15	15	16
TAE Nível D	20	36	40	40	45
TAE Nível E	10	16	16	16	16

6.2.6. Projeções de Folha de Pagamento

A elaboração desta projeção se deu a partir da análise de dos dados de despesas que ocorreram em cada ano, levando em consideração as alterações remuneratórias concedidas pela Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012. Para cada exercício foi considerado um percentual de 4% de acréscimo para as progressões. A projeção contém dados remuneratórios condensados de ativos, aposentados e pensionistas.

Informa-se que foi realizado uma análise entre os exercícios 2013 a 2018 e primeiros meses de 2019, para obtenção de base para os cálculos futuros. Assim, para projetar o exercício 2019, utilizou-se como referência o ano de 2018, quando ocorreu apenas uma alteração remuneratória ocasionada por alteração de tabela (Lei nº 12.772 de 28 de dezembro de 2012.). A partir daí, consideramos um acréscimo de 4% ao ano, de modo a englobar toda a variação das progressões.

O Recolhimento Patronal foi obtido multiplicando o recolhimento PSS por dois (para obter 22%). O resultado apresenta uma margem de erro, uma vez que a contribuição de CDT é variável. No entanto, esta margem de erro é pequena e absorvida pela variação geral.

Tabela 24: Despesas correntes Ifes Sistema – Previsão SIAPE

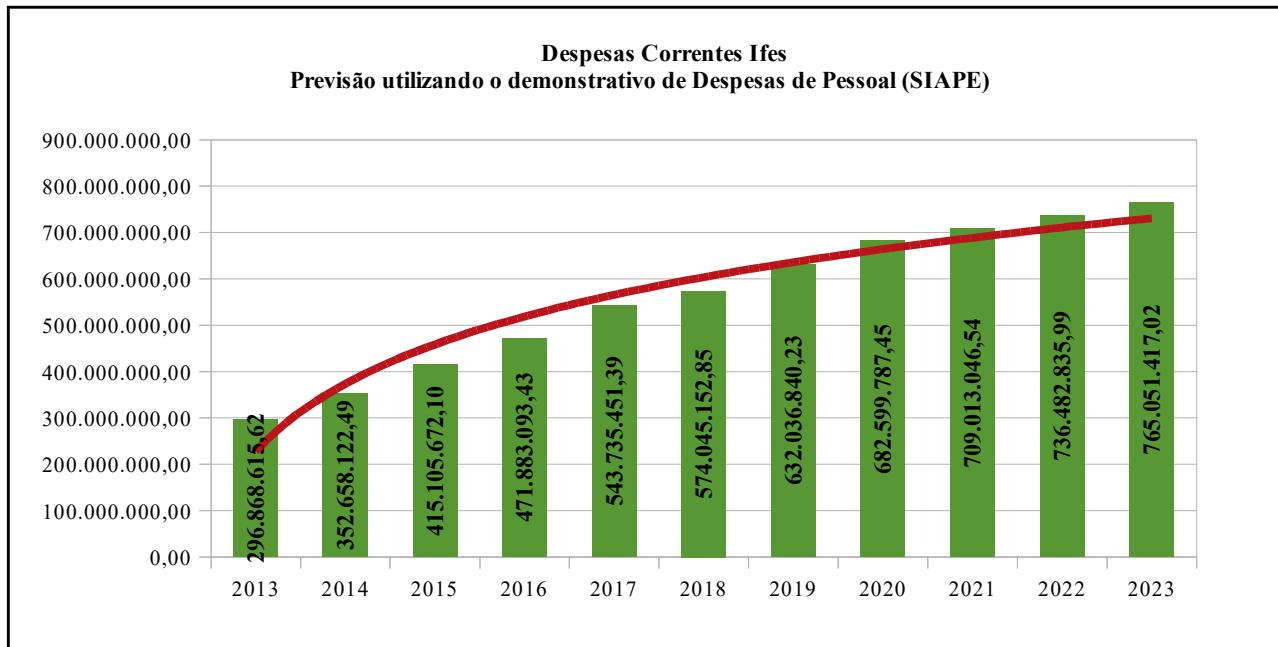
Despesas Correntes Ifes Sistema Previsão utilizando o Demonstrativo de Despesas de Pessoal (SIAPE)					
Exercícios	Tipo de Despesas 3.3000 – Despesas Correntes (ativos, Aposentados e Pensionistas)	Recolhimento Patronal *	Total Despesas (corrente + Patronal)	Tabelas	Aumento (%)
2013	258.586.039,50	38.282.576,12	296.868.615,62	-	-
2014	306.299.723,41	46.358.399,08	352.658.122,49	2TAE – 1DOCENTE + PROGRES.	18%
2015	360.242.295,12	54.863.376,98	415.105.672,10	2TAE – 1DOCENTE + PROGRES.	18%
2016	410.340.791,03	61.542.302,40	471.883.093,43	1TAE – 1DOCENTE + PROGRES.	14%
2017	472.737.663,25	70.997.788,14	543.735.451,39	1TAE – 2DOCENTE + PROGRES.	15%
2018	509.720.372,65	64.324.780,20	574.045.152,85	1DOCENTE + PROGRES.	8%
2019	549.597.252,38	82.439.587,86	632.036.840,23	1DOCENTE + PROGRES.	8%
2020	593.565.032,57	89.034.754,88	682.599.787,45	PROGRESSÕES	8%
2021	616.533.083,95	92.479.962,59	709.013.046,54	PROGRESSÕES	4%
2022	640.419.857,38	96.062.978,61	736.482.835,99	PROGRESSÕES	4%

2023	665.262.101,75	99.789.315,26	765.051.417,02	PROGRESSÕES	4%
------	----------------	---------------	----------------	-------------	----

Observação: Não foram consideradas as despesas que ocorrem via SIAFI, bem como o recolhimento patronal destes.

* O recolhimento Patronal foi obtido por projeção.

Tabela 25: Gráfico de previsão de despesas de pessoal utilizando SIAPE



7. GESTÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA

7.1 Capacidade e sustentabilidade financeiro-orçamentária

A gestão econômico-financeira consiste em estabelecer e supervisionar a implementação de políticas e diretrizes voltadas à economicidade e à eficácia administrativa no âmbito da Reitoria e dos campi; fiscalizar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto; e atuar no planejamento estratégico e operacional da Instituição, com vistas a subsidiar a definição das prioridades administrativas da Reitoria e dos Campi. Cabe à Pró-Reitoria de Administração e Orçamento (PROAD), disponibilizar os tetos orçamentários anuais para a Reitoria, campi e demais unidades administrativas, distribuindo-os de modo a atender as ações e políticas educacionais e administrativas de cada unidade.

O Ifes é uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação e, como tal, sua sustentabilidade financeira é viabilizada, majoritariamente, com recursos repassados pelo Tesouro Nacional. Desta forma, os recursos necessários para arcar com as despesas de custeio, investimentos, pessoal ativo, inativos e pensionistas são consignados anualmente no orçamento da Instituição, o que permite visualizar de forma clara os limites da gestão financeira.

Além dos recursos da União, o Ifes conta com recursos diretamente arrecadados e com outros obtidos por meio de convênios firmados com a iniciativa privada.

Os recursos diretamente arrecadados são gerados mediante a comercialização da produção excedente, dos projetos decorrentes do processo ensino-aprendizagem, bem como da prestação de serviços e outras formas de captação. Os convênios firmados subsidiam as ações de expansão e melhoria da educação tecnológica.

O Orçamento de Custeio e Capital – OCC –, exceto benefícios, convênios e emendas, oriundo do Tesouro Nacional é enviado para cada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) do MEC, com base numa matriz parametrizada.

A totalidade dos recursos orçamentários e financeiros, exceto de pessoal e benefícios, deverão ser submetidos aos procedimentos e normas da gestão pública, em respeito à legislação vigente.

Na Tabela abaixo estão discriminadas as naturezas dos recursos previstos pela Instituição, no período de 2019 a 2024, utilizados em Custeio Assistência e Investimentos.

O Item **Custeio**, excetuando a folha de pessoal, é aquele que tem maior valor no orçamento da Instituição e refere-se às despesas com diárias, passagens, materiais de consumo, serviços de pessoa física e jurídica, como luz, telefone, limpeza e conservação, entre outras.

Os Investimentos ou Capital envolvem a aquisição de equipamentos e materiais permanentes e a execução de obras para manutenção e ampliação da infraestrutura física.

Entre os Recursos Próprios, têm-se parte do custeio e capital da Instituição e o pagamento obrigatório do PASEP.

Os Convênios referem-se às dotações feitas ou concedidas pela União, Estados, Municípios ou por quaisquer Entidades Públicas ou Privadas. Nos recursos referentes aos convênios do Ifes estão inseridos os oriundos da

SETEC/MEC, repassados através da publicação de Portarias e Emendas Parlamentares, além de outros Ministérios, que são alocados tanto para suplementação do orçamento como para investimentos em instalações e aquisição de equipamentos.

7.2 A Matriz CONIF

A parcela do orçamento da União referente às despesas de custeio (manutenção, materiais de consumo e serviços) e capital (investimento, equipamentos permanentes e obras), prevista na LOA para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – e projetos correlatos – é dividida entre os Institutos Federais pela SPO/MEC, com base em uma matriz parametrizada, denominada Matriz CONIF.

Essa matriz é um modelo matemático, elaborado através de discussão conjunta entre o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), por meio do seu Fórum de Planejamento e Administração (FORPLAN), e a SETEC/MEC.

A metodologia que vem sendo utilizada para distribuição dos recursos destinados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia nos últimos exercícios considera, para efeito de composição e cálculos, uma estrutura e alguns parâmetros. A estrutura da Matriz é composta por blocos: pré-expansão, expansão, reitoria, ensino a distância, assistência estudantil e pesquisa aplicada. Os parâmetros utilizados são os dados extraídos do Plataforma Nilo Peçanha (PNP) referentes ao ano anterior à programação orçamentária, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), as categorias dos campi (implantado ou em implantação, agrícola ou não etc.) e os tipos e pesos dos cursos.

Dessa forma, as principais variáveis que impactam no valor destinado a cada instituição são a quantidade de alunos matriculados e os pesos distintos para os vários cursos ofertados. Esses pesos são definidos considerando-se o custo de implantação e manutenção de um curso na Rede Federal. As matrículas são equalizadas pela carga horária anualizada de cada curso e seu período de oferta ao longo de um semestre. Assim, é possível fazer comparações entre matrículas equalizadas de toda a rede federal.

Após estes ajustes e discussões entre o CONIF e a SETEC/MEC, a Instituição tem seu orçamento previsto e posteriormente aprovado pelo Congresso Nacional na LOA. A metodologia utilizada visa à participação de todos os gestores e executores das ações da Instituição, para garantir a manutenção e o crescimento das suas atividades, instrumentalizando o contínuo caminho para um orçamento participativo, e, sobretudo, buscando maior eficiência na gestão da despesa pública.

A projeção orçamentária para a manutenção das unidades do Instituto, considerando suas necessidades pode ser observada na tabela 26.

Os recursos distribuídos na Matriz Conif são previstos, na LOA, como créditos orçamentários vinculados às principais ações orçamentárias referentes ao funcionamento da educação profissional, à capacitação de servidores e à assistência estudantil.

Além disso, a seção da LOA destinada a cada Instituto Federal ainda traz créditos orçamentários referentes à folha de pagamento dos servidores e a outras ações específicas, para as quais não é possível estabelecer uma estimativa.

Tabela 26: Previsão Orçamentária – Taxa de Juros e Evolução das Matrículas

Previsão Orçamentária – Ifes					
Previsão Orçamentária – Taxa De Juros + Evolução Das Matrículas					
Ano	Custeio	Assistência	Investimento	Matrículas	Inflação + Matrículas
2019	65.183.207	16.925.521	3.660.000	35.664	-
2020	73.761.317	19.152.919	4.141.656	38.931	113,16%
2021	82.605.298	21.449.355	4.638.241	42.198	111,99%
2022	91.504.367	23.760.093	5.137.918	45.466	110,77%
2023	100.828.662	26.181.247	5.661.472	48.733	110,19%
2024	110.609.043	28.720.828	6.210.635	52.000	109,70%

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

Todo processo de planejamento cristaliza-se em um pilar: apontar como serão as estratégias gerenciais, os caminhos, os passos e as escolhas que direcionam uma organização para um futuro desejado, demonstrando, assim, as diversas formas de atuação e os produtos desenvolvidos pelo Instituto Federal que não, necessariamente, eram mostradas ou monitoradas. Isso corrobora com a primeira frase da apresentação do Reitor, que abre esse documento: o Ifes é maior do que parece.

Neste íterim, os primeiros indicadores de **Volume de Atendimento no Ensino, na Pesquisa e Extensão** somados no primeiro indicador: **Volume de Atendimentos no Ifes** serão capazes de comunicar com efetividade o desempenho desta organização.

Encontrar as maneiras adequadas de contabilizar toda a gama de atuação permitirá ao Ifes planejar com mais assertividades diferentes trilhas de atuação que consigam sinergicamente integrarem-se na direção dos resultados amplamente projetados neste planejamento.

O amadurecimento gerencial do Instituto Federal no processo de Planejamento Estratégico e na atualização do PDI possibilitou a formação dos indicadores que levam o Instituto a colocar um holofote na questão da eficiência acadêmica. Este processo demonstra em diversos aspectos o foco que a gestão do IFES adotará no interstício deste ciclo, especialmente na a redução da evasão, o principal fator que afeta a citada eficiência acadêmica.

A redução da evasão não é apenas um fenômeno isolado de diminuição de reprovações, já que esta tem diversas causas e requer abordagens específicas nas diferentes circunstâncias e momentos vividos durante o ano letivo do Instituto Federal do Espírito Santo. Sendo este um problema com elevado grau de complexidade, deverá ser tratado, tática e operacionalmente, pelas Pró-reitorias, pelos *Campi* e por todos os setores diretamente ligados ao processo de ensino, com estratégias combinadas, sinérgicas e complexas na sua elaboração, mas simples na sua implementação, para que se tenham os resultados positivos para esta dimensão.

Como dito, a redução da evasão impacta diretamente na eficiência acadêmica, mas traz reflexos intensos e desejáveis no número de alunos totais do Instituto Federal, no RAP, na formação da matriz orçamentária, bem como em outros indicadores aos quais o processo de planejamento estratégico e toda a governança do IFES quer ver aprimorado e edificado.

Ainda, percorrendo os elementos edificadores da trilha deste PDI, não se pode deixar de citar a ampliação das ações para evolução do processo de governança. É uma outra forte demonstração de amadurecimento

gerencial e consolidação escolher indicadores de governança como indicadores estratégicos. O Ifes fez propostas agressivas de aprimoramento e evolução do seu processo de governança. Não se conseguirá no longo prazo uma nota elevada no levantamento de qualidade da governança feita pelo Tribunal de Contas da União se essa não for construída de forma gradativa, monitorada e sustentável.

De maneira conclusiva, não se pode deixar de ressaltar que a proposta de todo o conjunto de documentos agrupados no PDI leva em consideração o arcabouço dos documentos institucionais atuais. Esta estratégia trará ganhos significativos de uniformização, incluindo a atualização dos processos de planejamento institucional, constituindo-se em inovação gerencial.

Quanto aos aspectos da proposta de novas ofertas da organização acadêmica deve-se fazer uma ressalva: O momento, ao menos em tese, não é para buscar ampliação da oferta com novos cursos. A situação dos códigos de vagas que estão presentes na Portaria MEC Nº 246, de 15/04/2016 e que ainda não foram descentralizados não tem perspectivas de serem distribuídos. Soma-se a isso o amplamente divulgado contingenciamento orçamentário, o custeio e o investimento da instituição que estão em patamares baixíssimos. Isso cria nos gestores das unidades uma expectativa negativa em relação ao compromisso de criação de novos cursos.

Uma eventual melhoria na situação orçamentária a partir do próximo exercício, possibilitará atualizações no PDI no sentido de fazer constar novas demandas, novas ofertas e novos cursos, além dos já apontados.

Assim sendo, propõe-se que, para que ocorra um processo dinâmico no planejamento, adequado ao cenário presente, são necessários o redimensionamento e a atualização das propostas de oferta de novos cursos para um novo ciclo de atualização, algo que é coerente, justificável e recomendável, retratando a realidade do Ifes. O maior legado que será construído nesse novo ciclo do PDI é a efetiva utilização das janelas de atualização do documento.

Quanto a forma de apresentação do PDI além de priorizar um texto esteticamente coeso deu-se relevância aos seguintes aspectos: a construção de indicadores maduros, alicerçados nos ciclos de planejamento anteriores e nas normas vigentes e a participação democrática no processo de construção através dos colegiados, representantes eleitos, equipes diretivas e ampla consulta pública.

Com esse processo democrático e metodologicamente amparado inicia-se um amplo esforço para implementação e monitoramentos efetivos de cada ação necessária, com vistas a edificar a cultura cíclica de planejamento. Para isso é necessário o envolvimento de todos, sem exceção. Integrar definitivamente o Planejamento Estratégico ao PDI é o pano de fundo deste trabalho iniciado que agora atravessa a fronteira da

renovação e da criação para o espectro da aplicação. “Mãos à obra, pois realmente o Ifes é maior do que parece!”

9. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18112cons.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Lei nº 8.745**, de 09 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8745cons.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos II**. Decreto nº 4.229 de 13 de maio de 2002. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.

_____. **Lei 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Lei nº 10.973**, de 02 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.973.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: DF, 2004b.

_____. **Lei nº 11.091**, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: SEDH-MEC-MJ-UNESCO, 2006.

_____. **Decreto nº 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Decreto nº 5.707**, de 23 de fevereiro de 2006. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2006c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). **Caderno de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, DF, 2007.

_____. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial de toda a rede de ensino, a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO; SECRETARIA DE RECURSO HUMANOS. **Portaria Normativa nº 04**, de 15 de setembro de 2009. Estabelece orientações para aplicação do Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009, que dispõe sobre os exames médicos periódicos dos servidores dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://legis.sigepe.planejamento.gov.br/legis/detalhar/6976>>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Plano Nacional de Pós-Graduação – PNGP 2011-2020**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução nº 2**, de 30 de Janeiro 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&Itemid=30192>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Lei 12.772**, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre a Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; sobre a remuneração das Carreiras e Planos Especiais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação; altera as Leis nºs 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 11.784, de 22 de setembro de 2008, 11.091, de 12 de janeiro de 2005, 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 12.702, de 7 de agosto de 2012, e 8.168, de 16 de janeiro de 1991; revoga o art. 4º da Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112772.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Lei 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Lei nº 13.243**, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Decreto nº 9.235**, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO; UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** Educação é a Base. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Decreto nº 9.238**, de 07 de fevereiro de 2018. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9238.htm>. Acesso em: 30 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO; MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Programa Brasil sem Homofobia:** programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Estatuto do Ifes.** Vitória, ES, 2009. Disponível em: <<https://www.ifes.edu.br/documentos-institucionais/5929-estatuto-do-ifes>>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Regimento Geral do Ifes.** Vitória, ES, 2010. Disponível em: <<https://www.ifes.edu.br/documentos-institucionais/6791-regimento-geral-do-ifes>>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Portaria nº 1.602**, de 11 de agosto de 2014. Vitória, ES, 2014. Disponível em: <<https://gedoc.ifes.edu.br/visualizarDocumento/?d=L3Zhci9zb2xyL3NoYXJIL2JvbGV0aW0vUmVpdG9yaWEvR1IvMjAxNC9OIDA4L3BvcnRhcmllIG7CuiAxNjAyIC0gMjAxNCAtIENyaWHDp8OjbyBkbyBDZW50cm8gZGUgUmVmZXLDqm5jaWEgZW0gRm9ybWHDp8OjbyBlIGVtIEVkdWNhw6fDo28gYSBEaXN0w6JuY2lhLnBkZg==&inline>>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 2**, de 14 de março de 2016. Regulamenta os programas de apoio à pesquisa e à pós-graduação no âmbito do Ifes. Vitória, ES, 2016. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2016/Resolu%C3%A7%C3%B5es_2016/Res_CS_2_2016_-_Regulamenta_programas_de_apoio_a_pesquisa_e_a_posgraduacao_e_revoga_resolucao_cs_36_2010.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 4**, de 17 de dezembro de 2018. Aprova a Política de Capacitação dos Servidores do Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2018. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/images/stories/-publicacoes/conselhos-comissoes/conselho-superior/2018/politica_capitacao_V6.3.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O direito adquirido e o direito administrativo**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Campinas, SP, n. 10, p. 75-85, jan./mar. 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; CONSELHO PLENO. **Parecer nº 08**, de 06 de março de 2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11185-pcp006-12-pdf&category_slug=julho-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Portaria nº 246**, de 15 de abril de 2016. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=38501-portaria-de-modelos-de-cargos-e-funcoes-pdf&category_slug=abril-2016&Itemid=30192>. Acesso em: 30 set. 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Manual de Oslo**: Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Paris: OCDE, 2005. Disponível em: <<https://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.

_____. **Frascati Manual 2015**: Guidelines for Collecting and reporting data on research and experimental development. Paris: OCDE, 2015, p. 29 e 44. Disponível em: <<https://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/indicadores/detalhe/Manuais/Manual-Frascati-2015.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.

ANEXO A: Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI



Plano Diretor de Tecnologia da informação e Comunicação

**Vitória
2019**

Instituto Federal do Espírito Santo

Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação

Equipe de Elaboração do PDTIC - 2019-2020

Anderson Rozeno Bozzetti Batista - Representante do CGTI – Coordenador;
Johnathan Dezan Vago - Representante do Fórum de TI - Coordenador Substituto;
Artur Monteiro da Costa - Representante do Fórum de TI;
Daniel Carmo Terin - Representante do Fórum de TI;
Emerson Atilio Birchler - Representante do Fórum de DAP;
João Marcos Mareto Calado - Representante do Fórum de TI;
Leonardo Rizzo Scarpini Dos Santos - Representante do Fórum de TI;
Lezi Jose Ferreira - Representante do Fórum de DAP;
Lodovico Ortlieb Faria - Representante do CGTI;
Luciano de Oliveira Toledo - Representante do CGTI;
Marcelo Bastos Roen - Representante do Fórum de TI.

Responsáveis pela Aprovação do PDTIC

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

Jadir José Pela - Reitor - Presidente do CGTI
Johnathan Dezan Vago - Diretor de Tecnologia da Informação - Secretário do CGTI
Luciano de Oliveira Toledo - Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional - Membro CGTI
André Romero da Silva - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação - Membro CGTI
Adriana Piontkovsky Barcellos - Pró-Reitora de Ensino - Membro CGTI
Renato Tannure Rotta De Almeida - Pró-Reitor de Extensão - Membro CGTI
Lezi Jose Ferreira - Pró-Reitor de Administração e Orçamento - Membro CGTI
Leandro Bitti Santa Anna - Diretor Geral do Campus Aracruz - Membro CGTI
Maria Valdete Santos Tannure - Diretora Geral do Campus de Alegre - Membro CGTI
Jose Alexandre De Souza Gadioli - Diretor Geral do Campus Barra de São Francisco - Membro CGTI
Edson Maciel Peixoto - Diretor Geral do Campus Cachoeiro de Itapemirim - Membro CGTI
Lodovico Ortlieb Faria - Diretor Geral do Campus Cariacica - Membro CGTI
Mariella Berger Andrade - Diretora do Cefor - Membro CGTI
Wagner Poltroniere Entringer - Diretor Geral do Campus Centro-Serrano - Membro CGTI
Octavio Cavalari Junior - Diretor Geral do Campus Colatina - Membro CGTI
Gibson Dall Orto Muniz Da Silva - Diretor Geral do Campus Guarapari - Membro CGTI
Eglon Rhuan Salazar Guimaraes - Diretor Geral do Campus Ibatiba - Membro CGTI

Fabio Lyrio Santos - Diretor Geral do Campus Itapina - Membro CGTI
Sandra Mara Mendes Da Silva Bassani - Diretora Geral do Campus Linhares -
Membro CGTI
Andre Dos Santos Sampaio - Diretor Geral do Campus Montanha - Membro CGTI
Anderson Rozeno Bozzetti Batista - Diretor Geral do Campus Nova Venécia -
Membro CGTI
Marcelo Fanttini Polese - Diretor Geral do Campus Piúma - Membro CGTI
Walkyria Barcelos Sperandio - Diretora Geral do Campus Santa Teresa - Membro
CGTI
Aloisio Carnielli - Diretor Geral do Campus Venda Nova do Imigrante - Membro CGTI
Aloisio Ramos Da Paixao - Diretor Geral do Campus São Mateus - Membro CGTI
Jose Geraldo Das Neves Orlandi - Diretor Geral do Campus Serra - Membro CGTI
Regiane Teodoro Do Amaral - Diretora Geral do Campus Avançado de Viana -
Membro CGTI
Diemerson Saquetto - Diretor Geral do Campus Vila Velha - Membro CGTI
Hudson Luiz Cogo - Diretor Geral do Campus Vitória - Membro CGTI

**Vitória
2019**

Histórico de Versões

DATA	VERSÃO	DESCRIÇÃO	AUTOR
28/06/2019	1.0	Documento Encaminhado ao CGTI pela Equipe de Elaboração do PDTIC	Equipe de Elaboração do PDTIC
14/08/2019	1.1	Estruturação do documento visando a aderência ao disposto no Guia do SISP e Separação do Orçamento previsto para o Sistema de Biblioteca.	Johnathan Dezan Vago

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. VISÃO GERAL	6
2.1 Objetivos	7
2.2 Justificativa	7
2.3 Organização da Unidade de TIC	8
2.4 Análise SWOT da TIC Organizacional	12
2.5 Alinhamento Estratégico de TIC	13
2.5 Critérios de priorização das necessidades	17
2.5 Fatores Motivacionais	18
2.6 Premissas e Restrições	18
3. EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDTIC - EqEPDTIC	19
3.1 Responsabilidades da EqEPDTIC	19
3.1.1 Responsabilidades do Coordenador da EqEPDTIC	20
3.1.2 Responsabilidades dos demais membros da EqEPDTIC	20
4. PARTES INTERESSADAS	20
5. METODOLOGIA APLICADA	21
7. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	23
8. CRONOGRAMA	25
9. Previsão Orçamentária	27
10. Plano de Ações e Metas	27
11. Plano de Gestão de Riscos	27
Conclusão	29

1. INTRODUÇÃO

Este documento contém as informações sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes.

Baseado nas orientações dispostas no Guia de PDTIC do SISP, versão 2.0, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP, do ano de 2016, trata-se de um documento que contém as informações sobre o processo “3.8 Consolidar a Minuta do PDTIC”.

Esse documento foi gerado a partir do disposto no Plano de Trabalho de Elaboração do PDTIC. No PT-PDTIC, são definidas as premissas e a organização das atividades a serem desempenhadas durante a elaboração do plano, pela EqEPDTIC, a qual foi designada através da portaria nº 2347, de 25 de outubro de 2018, disponível no link <http://gedoc.cefetes.br/documento/3A90B1D5C788C37179E3DE1696EC5B51?inline>.

Também são definidas neste documento, as orientações recomendadas pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, uma visão geral a respeito dos objetivos, período de validade e abrangência do PDTI, a justificativa, o contexto da Tecnologia da Informação no Ifes, os fatores motivacionais, as premissas e restrições, as pessoas que integram a EqEPDTIC, as partes interessadas, a metodologia aplicada, os documentos de referência, os princípios e diretrizes, os critérios de priorização das necessidades de TIC e o cronograma do PDTI 2019-2020.

2. VISÃO GERAL

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ifes será um documento único que contemplará o diagnóstico, as necessidades e os resultados alcançados no PDTIC do período anterior que foi nos anos de 2017-2018.

O período de validade do PDTIC será de janeiro de 2019 a dezembro de 2020. Nesse tempo, durante os meses de outubro a novembro de 2019 e julho e agosto de 2020, o plano irá passar pelo processo de avaliação e acompanhamento, sendo feita a análise de necessidade de revisão.

Este plano contemplará todas as unidades organizacionais do ifes, como os campi, campus Avançado, Cefor e Polo de Inovação, além da comunidade acadêmica de

uma forma geral, pois são consumidores dos serviços de TIC oferecidos pela organização;

2.1 Objetivos

O PDTIC tem por objetivos fazer o diagnóstico da área de tecnologia do Ifes, bem como realizar o planejamento e gerir os recursos e processos necessários em TIC para que a estratégia organizacional se cumpra, alinhando as soluções de TIC às metas do negócio e às necessidades da instituição, proporcionando evolução do Ifes, e dando apoio operacional durante o período de vigência.

Em termos de artefatos tangíveis, o PDTIC objetiva principalmente:

- Apresentar a estratégia de TIC da instituição para o período de 2019-2020;
- Sintetizar os resultados do PDTI Transitório 2017-2018 da instituição;
- Diagnosticar as necessidades de TIC da instituição;
- Identificar as principais fontes de risco na área de TIC e gerí-las através de plano de gestão de riscos;
- Disponibilizar o portfólio de projetos de TIC aprovados e priorizados da instituição;
- Acompanhar, avaliar e revisar periodicamente o progresso das ações e metas institucionais estabelecidas para TIC.

2.2 Justificativa

Para alcançar esses resultados satisfatoriamente é necessário alinhar as ações do setor de TIC com estratégias organizacionais. Neste cenário o PDTIC é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão que permite nortear e acompanhar a atuação da área de TIC, definindo as estratégias e o plano de ação para implementá-las.

Outro motivo para construção do PDTIC é a obrigatoriedade deste documento, para realização de contratações de bens e serviços de TIC pelos órgão participantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, conforme descrito parágrafo 2º do artigo 6º da Instrução Normativa 01/2019 da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

A expectativa é que o PDTIC proporcione experiência para o alcance do primor no planejamento e gestão dos recursos e serviços de TIC, e que contribua para a evolução da gestão e governança dos processos institucionais.

2.3 Organização da Unidade de TIC

a) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

Resolução 67/2011 e anexo

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2011/RES_CS_67_2011_Comit%C3%AA%20Gestor%20Tecnologia%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2015/resolucoes/Anexo%20I%20-%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%2067%202011.pdf

O CGTI é responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos institucionais e definir a prioridade dos projetos de Tecnologia da Informação.

b) Fórum de Tecnologia da Informação

(Resolução 68/2011 e anexo)

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2011/RES_CS_68_2011_F%C3%B3rum%20Tecnologia%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf
https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2015/resolucoes/Anexo%20I%20-%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%2068%202011.pdf

Compete ao FTI assessorar o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) em questões técnicas relacionadas com Tecnologia da Informação.

c) Comitê Gestor de Segurança da Informação

(Resolução 46/2016)

https://www.ifes.edu.br/images/stories/Res_CS_46_2016_-_Aprova_regimento_interno_do_Comite_Gestor_da_Politica_da_Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf

Compete ao CGSI assessorar o Conselho Superior, verificar junto às unidades a consecução das diretrizes da Política de Segurança da Informação (PSI) no Ifes, bem como na avaliação e análise de assuntos relativos aos objetivos estabelecidos na PSI.

d) Diretoria de Tecnologia da Informação

(Resolução 64/2010 e anexos

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2010/64-reg_geral/Res_CS_64_2010_Regimento%20Geral%20do%20ifes.pdf,

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2010/64-reg_geral/RG%201.pdf,

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2010/64-reg_geral/RG%202.pdf,

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2010/64-reg_geral/RG%203.pdf,

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2010/64-reg_geral/RG%204.pdf,

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2010/64-reg_geral/RG%205.pdf,

https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/Institucional/conselho_superior/2010/64-reg_geral/RG%206.pdf);

A Diretoria de Tecnologia da Informação – DRTI é a unidade responsável por gerir toda a área de TIC no Ifes. Sendo uma das diretorias sistêmicas, não possui relação de hierarquia com as coordenadorias de tecnologia da informação dos campi. É subordinada direta da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e é composta por 4 (quatro) coordenadorias gerais e um comitê de governança, conforme abaixo:

- Coordenadoria Geral de Infraestrutura e Telecomunicações - CGIT;
- Coordenadoria Geral de Sistemas de Informação - CGSI;
- Coordenadoria Geral de Suporte e Serviços - CGSS;
- Coordenadoria Geral de Segurança de Tecnologia da Informação - CGST;
- Comitê de Governança de Tecnologia da Informação - CGT.

As atribuições da DRTI estão definidas no Regimento Geral do Ifes, na seção que trata da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, artigo 51. Dentre as atribuições da DRTI, destaca-se: Projetar e manter, em conjunto com as coordenadorias correlatas e a Reitoria, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

As atribuições de cada uma de suas coordenadorias e do CGT estão definidas no Regimento Interno da Reitoria, seção VIII, artigos 33 (CGT), 34 (CGST), 35 (CGSS), 36 (CGIT), 37 (CGSI).

As Coordenadorias subordinadas à DRTI (Regimento Interno da Reitoria https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/Regimento_interno_reitoria_revisado.pdf) tem como atribuição, dentre outras, “Atuar no planejamento, coordenação, supervisão, execução e controle de políticas relativas à Infraestrutura e Telecomunicações, Sistemas de Informação, Suporte e Serviços, Segurança e Governança na área de Tecnologia da Informação”.

e) Coordenadorias de Tecnologia da Informação dos Campi do Ifes

(Art. 21 do Regimento Interno dos Campi https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/regimento-interno-campi-ifes-2016.pdf).

Em cada campus do Ifes há uma Coordenadoria de Tecnologia da Informação, sendo ela diretamente subordinadas à Diretoria Geral. Dentre as atribuições, destaca-se: “Planejar, coordenar e executar políticas e ações na área de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, em consonância com as diretrizes, normas e políticas da Reitoria e da Direção-geral do campus”.

2.3.1 Quadro de Servidores de Tecnologia da Informação

O quantitativo de 22 (vinte e duas) pessoas está distribuído tanto na própria DRTI, como nas suas Coordenadorias Gerais subordinadas, sendo que não há um Setor/Coordenadoria responsável pela Governança de Tecnologia da Informação. As ações de Governança de TIC são acompanhadas, atualmente, pelo Comitê de Governança de TIC que é composto pelos Coordenadores Gerais e pelo Diretor de TIC.

Na tabela abaixo é possível verificar a distribuição da força de trabalho, bem como os cargos dos servidores localizados na diretoria e coordenadorias subordinadas.

Setor	Analista de TI	Técnico de TI	Téc. de Lab. de Informática	Administrativo	Total
DRTI	1	1	---	---	2
CGIT	3	2	---	---	5
CGSI	5	1	---	---	6
CGSS	1	2	2	1	6
CGST	---	2	---	---	2
CGT	---	---	---	---	0
TOTAL	10	8	2	1	21

Tabela 1 - Servidores Lotados na Diretoria de Tecnologia da Informação

Já a tabela abaixo é possível verificar a distribuição da força de trabalho, bem como os cargos dos servidores localizados em cada CTI do Ifes:

Campus	Analista de TI / Tecnólogo	Técnico de TI	Téc. de Lab. de Informática	Assistente em Administração	Total
Alegre	1	---	---	1	2
Aracruz	1	2	---	---	3
Barra de São Francisco	1	---	---	---	1
Cachoeiro de Itapemirim	1	1	---	1	3
Cariacica	1	3	---	---	4
Cefor	3	2	---	---	5
Centro-Serrano	---	---	1	---	1
Colatina	---	1	1	2	4
Guarapari	---	---	1	---	1
Ibatiba	---	2	---	---	2
Itapina	1	1	---	---	2
Linhares	1	2	---	---	3
Montanha	1	---	---	---	1
Nova Venécia	1	1	---	---	2
Piúma	---	2	---	---	2

Reitoria*	---	2	---	---	2
Santa Teresa	---	2	---	1	3
São Mateus	2	2	---	---	4
Serra	1	3	---	---	4
Venda Nova do Imigrante	---	2	---	---	2
Viana	1	1	---	---	2
Vila Velha	2	---	1	---	3
Vitória	5	---	1	1	7
TOTAL	23	29	5	6	63

Tabela 2 - Servidores da área de TI do Ifes

* A reitoria está contabilizando apenas os servidores lotados na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e Pró-Reitoria de Extensão. Os servidores lotados na DRTI estão na tabela anterior.

A tabela acima visa somente demonstrar como está distribuída atualmente a força de trabalho de TIC nos campi. Para fazer alguma ponderação sobre a qualidade da distribuição desta força de trabalho, seria necessário saber quantidade de alunos, servidores, salas administrativas, salas de aula, laboratórios e quantidade de equipamentos, porém não é objetivo deste documento levantar tal análise. O objetivo desta seção é apenas descrever a força de trabalho da TIC.

2.4 Análise SWOT da TIC Organizacional

Ambiente Interno		Ambiente Externo	
Pontos Fortes		Oportunidades	
1. Comitê Gestor de TIC constituído 2. Fórum de TIC constituído 3. Alta demanda por soluções de TIC 4. Ações que visam aumentar a maturidade de Governança de TIC		1. Parceria com a RNP (capacitações/serviços) 2. Parcerias com outras Instituições 3. Aplicação das Instruções Normativas ME/ SGD IN 01/2019 e ME/ SGD IN 02/2019 para contratação de Soluções de TIC	
Pontos Fracos		Ameaças	
1. Parque tecnológico desatualizado 2. Falta de inserção da TI na tomada de decisão em projetos estruturantes 3. Falta de Padronização de Soluções de		1. Alto número de modificações na legislação 2. Instabilidade Política 3. Falta de recursos para Investimento	

TIC 4. Falta de Políticas e Normativas para os serviços de TI	4. Inexistência de Orçamento anual exclusivo para TIC 5. Não Reconhecimento da TIC como área estratégica.
--	--

Tabela 3 - Análise SWOT

2.5 Alinhamento Estratégico de TIC

O alinhamento estratégico é definido como o processo de transformar a estratégia de negócio em estratégia de TIC. Visa garantir que os objetivos de negócio sejam alcançados e que os recursos investidos em TIC produzam valor à Instituição. Essa integração habilita a área de Tecnologia da Informação organizar seus processos, determinar os investimentos e recursos humanos em TIC, orientados sempre pelas estratégias organizacionais.

É fundamental o alinhamento de todos os planos, recursos e unidades organizacionais para que o planejamento estratégico da organização pública tenha êxito.

O Ifes não possui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação formalmente instituído. Além disso, estão em vias de elaboração e aprovação os documentos PDI e PEI para o ciclo 2019-2023. Ainda, como o índice de maturidade do Ifes na adoção e confecção desse tipo de documento (PETI) é baixo, optou-se pela elaboração de um PDTIC que contemplasse os itens estratégicos, conforme recomendação do Guia de PDTIC do SISP.

Dessa forma, conforme tabela abaixo foram definidos os seguintes objetivos e ações estratégicas de TIC:

OBJETIVO ESTRATÉGICO DE TI	AÇÕES ESTRATÉGICAS DE TI
1. Promover o desenvolvimento da equipe de TI.	1.a Mapear e monitorar banco de talentos e competências
	1.b Elaborar o Plano de Capacitação Anual da TI
	1.c Promover a capacitação dos Servidores de TI em consonância com o Plano de Capacitação Anual de TI
	1.d Implantar a cultura de pesquisa aplicada à TI

2. Garantir a estrutura funcional de TI.	2.a Estabelecer indicadores que orientem a estruturação da TI
	2.b Conscientizar os órgãos superiores da necessidade de adequação da área de TI conforme demanda local
	2.c Dimensionar força de trabalho em contraponto ao resultado do iGovTI-TCU
3. Garantir a infraestrutura de TI.	3.a Manter a capacidade do datacenter adequada às demandas do Ifes
	3.b Disponibilizar infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento de ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas segundo os padrões de TI Verde.
	3.c Disponibilizar equipamentos de área de trabalho necessários para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas segundo os padrões de TI Verde.
	3.d Disponibilizar software de área de trabalho necessários para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão e atividades administrativas.
4. Aprimorar a Gestão de TI	4.a Implantar estrutura de gerenciamento de projetos e serviços na TI
	4.b Estruturar os processos de planejamento da Contratação e Gestão Orçamentária de TI
	4.c Estruturar os processos de gestão de contratos de TI
	4.d Acompanhar as ações e metas do Planejamento Estratégico de TI e Plano Diretor de Tecnologia da Informação
5. Implantar a Gestão de Riscos de TI	5.a Análise, levantamento e identificação dos Riscos Diretos e Indiretos na TI
	5.b Implantar Plano de Continuidade de Negócio – definir procedimentos para mitigação dos riscos

	5.c Elaborar e atualizar Normas complementares à Política de Segurança da Informação na área de TI
	5.d Definir os indicadores de desempenho para a gestão de riscos
6. Otimizar os fluxos de trabalho	6.a Mapear os processos de trabalho da TI e disponibilizá-los
	6.b Promover a melhoria contínua dos processos mapeados.
	6.c Identificar e formalizar processos de TIC já adotados e utilizados no âmbito dos Institutos Federais.
7. Aprimorar a comunicação com o usuário	7.a Incrementar nos processos de TI as ações de Comunicação ao Usuário
	7.b Proporcionar transparência das ações de TI por meio de sítios web
	7.c Prover ao usuário meios de avaliação do atendimento da TI
8. Melhorar a qualidade dos produtos e serviços de TI	8.a Institucionalizar a central de monitoramento e disponibilidade dos serviços de TI
	8.b Implantar procedimentos de homologação e entrega das soluções de TI
	8.c Institucionalizar e cumprir os acordos de nível de serviço no âmbito da TI
	8.d Mapear as soluções existentes e descartar as obsoletas e concorrentes
9. Prover soluções tecnológicas em TI para a Instituição	9.a Adotar ferramentas consolidadas na rede
	9.b Promover o levantamento anual das necessidades de soluções tecnológicas institucionais
	9.c Aproximar a área acadêmica de TI com a área administrativa de TI visando o desenvolvimento de

	soluções tecnológicas
10. Facilitar o acesso às informações	10.a Prover soluções para a implantação de Painéis de Indicadores Organizacionais
	10.b Prover meios para a adoção do Plano de Dados Abertos do Ifes
	10.c Implantar um meio de acesso para acompanhamento das ações de TI
11. Melhorar a interação com os campi e outras instituições	11.a Fortalecer as ações dos GTs definidos no FTI
	11.b Estabelecer um calendário para realização de Workshop com o foco na apresentação de soluções de TI adotadas no Ifes e em outras instituições.
	11.c Estabelecer uma agenda de visitas técnicas aos Campi e outras Instituições

Tabela 4 - Objetivos e Ações Estratégicas de Tecnologia da Informação

Os objetivos e ações estratégicas citados acima estão alinhados aos objetivos estratégicos institucionais. São eles:

- Promover capacitação e qualificação estratégicas continuadas de servidores;
- Fortalecer a produção acadêmica aplicada;
- Incentivar a inovação nos processos de trabalho;
- Consolidar a governança do instituto;
- Otimizar e valorizar os recursos humanos;
- Promover a eficácia e eficiência acadêmica com inclusão;
- Consolidar a infraestrutura física dos campi;
- Promover o uso de TIC no processo de integração interna e externa
- Otimizar o uso de estruturas físicas;
- Priorizar orçamento para a execução da estratégia;
- Comunicar o valor do IFES para a sociedade;
- Incrementar a execução de recursos financeiros extra orçamentários;
- Promover a verticalização do ensino articulada com os arranjos produtivos do território;
- Incentivar práticas de inovação no ensino, pesquisa e extensão.

2.5 Critérios de priorização das necessidades

Diversas necessidades e suas naturezas foram identificadas no Processo. Visando priorização de necessidades, utilizou-se a Matriz GUT (Gravidade, Tendência e Urgência) para que o Comitê Gestor de TIC tome suas decisões baseados em um indicador padronizado:

- **Gravidade:** Impacto na Organização caso o Problema não seja solucionado. Os seguintes níveis de Gravidade são levados em conta;
 - Nível 1: sem gravidade;
 - Nível 2: pouco grave;
 - Nível 3: grave;
 - Nível 4: muito grave;
 - Nível 5: extremamente grave;
- **Urgência:** É o tempo para que determinado problema seja solucionado;
 - Nível 1: pode esperar;
 - Nível 2: pouco urgente;
 - Nível 3: urgente;
 - Nível 4: muito urgente;
 - Nível 5: extremamente urgente;
- **Tendência:** É a evolução do problema até que ele seja solucionado;
 - Nível 1: não irá mudar;
 - Nível 2: irá piorar a longo prazo;
 - Nível 3: irá piorar a médio prazo;
 - Nível 4: irá piorar a curto prazo;
 - Nível 5: irá piorar rapidamente;

Ao término da análise GUT de cada necessidade foram multiplicados os resultados de cada necessidade (Gravidade X Urgência X Tendência). Assim obtém-se, via ordenação de ordem decrescente, a fila de Necessidades Prioritárias.

2.5 Fatores Motivacionais

O PDTIC representa um instrumento de gestão para a execução das ações de TIC da organização, possibilitando justificar os recursos aplicados em TIC, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão.

Além de ser definido como um princípio fundamental da Administração Pública Federal, no Decreto-Lei nº200/1967, em seu art. 6º, o planejamento é uma obrigação legal de acordo com o artigo 174 da Constituição Federal. Há que se mencionar também a exigência do planejamento para as contratações de TIC de acordo com a Instrução Normativa 01/2019 da SGD/ME.

Através da elaboração do PDTI 2019-2020 do Ifes, tem-se como fatores motivacionais:

- Identificação das necessidades de TI da instituição;
- Alinhamento das necessidades de TI aos princípios, diretrizes e estratégias governamentais e institucionais;
- Planejamento das ações de TI institucionais para médio e longo prazos;
- Aprimoramento da gestão dos recursos de TI da instituição;
- Aplicação das boas práticas de Governança de TI na instituição;
- Atendimento às leis, normas e orientações governamentais correspondentes à área de TI pela instituição.

2.6 Premissas e Restrições

Algumas das premissas e restrições relacionadas à elaboração do PDTIC 2019-2020 foram definidas através da portaria nº 2347, de 25 de outubro de 2018 do Reitor do Ifes. São elas:

- O início do projeto de elaboração do novo PDTIC, para o período de 2019 a 2020, é a partir de 25/10/2018;
- A EqEPDTI foi designada, inicialmente, com 11 integrantes, sendo 01 coordenador, e outros 10 membros;
- As responsabilidades da EqEPDTI estão definidas na portaria de designação;
- A elaboração do PDTIC 2019-2020 será acompanhada e aprovada pelo Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação – CGTI;

Além das premissas acima, há o fato de que a qualidade do planejamento e priorização das necessidades e andamento da elaboração do PDTIC 2019-2020 é limitado ao nível de maturidade institucional, aderência e pronta resposta dos setores envolvidos e da Administração Geral.

3. EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDTIC - EqEPDTIC

O Reitor, autoridade máxima do Ifes, através do Gabinete da Reitoria, publicou a portaria nº 2347, de 25 de outubro de 2018. O referido instrumento de formalização dispõe sobre a autorização da elaboração deste Plano de Trabalho e constituição de Equipe de Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - EqEPDTIC para o período de 2019 a 2020.

No artigo 2º da referida portaria, foram designados 11 servidores para constituírem a EqEPDTIC responsável pelo PDTIC. Segue abaixo a lista com os nomes e função de cada servidor da equipe:

- I. Anderson Rozeno Bozzetti Batista - Representante do CGTI – Coordenador
- II. Johnathan Dezan Vago - Representante do Fórum de TI - Coordenador substituto
- III. Artur Monteiro da Costa - Representante do Fórum de TI
- IV. Daniel Carmo Terin - Representante do Fórum de TI
- V. Emerson Atílio Birchler - Representante do Fórum de DAP
- VI. João Marcos Mareto Calado - Representante do Fórum de TI
- VII. Leonardo Rizzo Scarpini dos Santos - Representante do Fórum de TI
- VIII. Lezi José Ferreira - Representante do Fórum de DAP
- IX. Lodovico Ortlieb Faria - Representante do CGTI
- X. Luciano de Oliveira Toledo - Representante do CGTI
- XI. Marcelo Bastos Roen - Representante do Fórum de TI

3.1 Responsabilidades da EqEPDTIC

Os artigos 4º e 5º da referida portaria, versam sobre as responsabilidades do coordenador e dos demais membros da EqEPDTIC. Conforme art. 6º, a equipe deverá ainda, apresentar o Plano de Trabalho do PDTIC para que seja apreciado e aprovado pelo Comitê Gestor de TIC.

3.1.1 Responsabilidades do Coordenador da EqEPDTIC

Conforme disposto no art. 4º, cabe ao Coordenador da EqEPDTIC as responsabilidades de:

- I. Gerenciar as atividades do projeto de acordo com o Guia de Elaboração de PDTIC do SISP;
- II. Atuar como facilitador na formulação do Plano de Trabalho;
- III. Representar a Equipe nas reuniões do Comitê Gestor de TI;
- IV. Disseminar as informações do projeto ao Comitê Gestor de TI;
- V. Zelar pela integridade e confidencialidade das informações coletadas e geradas no projeto.

3.1.2 Responsabilidades dos demais membros da EqEPDTIC

Conforme disposto no art. 5º, cabe aos demais membros da EqEPDTIC as responsabilidades de:

- I. Formular o plano de trabalho;
- II. Executar as atividades do plano de trabalho sob sua responsabilidade;
- III. Zelar pela integridade e confidencialidade das informações coletadas e geradas no projeto.

4. PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas no PDTIC 2019-2020, direta ou indiretamente, como provedores de informação, ou tomadores de decisão, são:

- Equipe de Elaboração do PDTIC - EqEPDTIC;
- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação;
- Os *campi*, *campus* Avançado, Cefor e Polo de Inovação, bem como cada um dos setores que porventura tenham necessidades relacionadas à TIC;
- A comunidade acadêmica de uma forma geral, pois são consumidores dos serviços de TIC oferecidos pela organização;

5. METODOLOGIA APLICADA

A metodologia adotada para a elaboração do PDTIC é composta pelo Modelo de Referência e pelo Guia de PDTIC do SISP versão 2.0, apoiada pela Estratégia de Governança Digital (EGD) 2016-2019. Dessa forma, será assegurada que os principais conteúdos sejam tratados no planejamento de TIC da Instituição. O Ifes utilizará esses modelos, adaptando-os às necessidades e ao nível de maturidade de governança da Instituição. Com base na atual EGD, o plano do Ifes visa estabelecer indicadores e suas respectivas metas, de forma a mensurar objetivamente os resultados alcançados pela Instituição. A metodologia será dividida em três (4) etapas, onde estarão contidos os processos e as atividades inerentes à elaboração do PDTIC.

As fases são: Preparação, Diagnóstico, Planejamento e Conclusão.

Preparação	<ul style="list-style-type: none">• Definir abrangência e período do PDTIC;• Definir a Equipe de Elaboração do PDTIC;• Descrever a metodologia de elaboração;• Consolidar documentos de referência;• Identificar estratégias da organização;• Identificar princípios e diretrizes;• Elaborar o Plano de Trabalho do PDTIC;• Aprovar o Plano de Trabalho do PDTIC.
Diagnóstico	<ul style="list-style-type: none">• Analisar os resultados do PDTI anterior;• Realizar o alinhamento e a Definição Estratégica de TIC;• Levantar as Necessidades de Tecnologia da Informação;• Consolidar as necessidades de TIC.
Planejamento	<ul style="list-style-type: none">• Definir e atualizar critérios de priorização de necessidades;• Priorizar necessidades inventariadas;• Definir metas e ações;• Planejamento da execução das ações;
Conclusão	<ul style="list-style-type: none">• Consolidar a Minuta do PDTIC;

	<ul style="list-style-type: none"> • Submissão para aprovação do PDTIC; • Publicar o PDTIC.
--	---

Tabela 5 - Fases e Detalhamento de Elaboração

Preparação:

Na primeira fase, serão realizadas as atividades de definição da metodologia de elaboração do PDTI, identificação dos documentos de referência e definição dos princípios e diretrizes, as quais compõem parte da minuta do PDTIC e a proposta de Plano de Trabalho. Portanto, essa fase reúne aspectos decisórios, de caráter superior, aprovação de documentos e atividades diretamente voltadas à elaboração do Plano de Trabalho, o qual orientará a condução da elaboração do PDTIC.

Diagnóstico:

A etapa de diagnóstico, caracteriza-se por buscar compreender a situação atual da TIC na organização para, em consonância com esse quadro, identificar as necessidades (problemas ou oportunidades) que se espera resolver/explorar.

Planejamento:

Essa etapa caracteriza-se por planejar o atendimento das necessidades, estabelecendo os planos e as ações adequados para o alcance dos objetivos esperados.

Conclusão:

Esta etapa compreende as atividades de consolidar a minuta do PDTIC, submeter a minuta para aprovação e posterior publicação do PDTIC em local acessível na internet.

Para efeitos de conhecimento, no Guia de PDTIC do SISP, as atividades da etapa de conclusão estão internas à etapa de Planejamento.

6. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Conforme orientado pelo Guia de PDTIC, os documentos de referência são utilizados para que exista o alinhamento entre as ações de TIC do órgão às ações do SISP e também às diretrizes de governo e do próprio órgão, mantendo-se as conformidades legislativas e regulamentares.

A lista de documentos encontra-se abaixo:

ID	Documento	Origem
1	Guia de Elaboração do PDTI do SISP	SISP
2	Instrução Normativa 04 - 2014	SLTI
3	Estratégia de Governança Digital 2016-2019	SETIC
4	PPA, Plano Plurianual	Governo Federal
5	LDO, Lei de Diretrizes Orçamentárias	Governo Federal
6	LOA, Lei Orçamentária Anual	Governo Federal
7	Modelos e Padrões de Governo Eletrônico e-Ping, e-Mag, e-PWG	Governo Federal
8	Recomendações para TI da Controladoria Geral da União	Governo Federal
9	PEI, Plano Estratégico Institucional	IFES
10	PDI, Plano de Desenvolvimento institucional	IFES
11	Regimento Geral do Ifes	IFES
12	Regimento Interno da Reitoria	IFES
13	Regimento Interno dos Campi	IFES
14	PDTIC Transitório 2017 - 2018	IFES

Tabela 6 - Documentos de Referência

Os documentos de referência constantes nesta seção serão utilizados para nortear os princípios e diretrizes do PDTIC. Cabe ressaltar ainda, que esta não é uma lista imutável, mas que pode ser revista conforme andamento dos trabalhos, de forma a manter-se sempre atualizada.

7. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Na etapa de elaboração do PDTIC 2019-2020, foram definidos os documentos de referência e a partir destes, foram identificados e observados os princípios e diretrizes institucionais que nortearão as decisões no decorrer do processo de elaboração do PDTIC 2019-2020, conforme elencado abaixo.

ID	Princípio
P1	Atendimento às leis e normas vigentes aplicáveis
P2	Conformidade com os objetivos governamentais e institucionais
P3	TI como setor estratégico na instituição
P4	Planejamento Orçamentário de TIC
P5	Gestão, disponibilidade e continuidade da infraestrutura e recursos de TIC
P6	Boas práticas de Governança de TIC
P7	Boas práticas de Segurança de TIC
P8	Qualificação da Equipe de TIC

Tabela 7 - Princípios

ID	Diretrizes	Relacionado
1	Consolidar os processos de aquisição e contratação de TI a luz da IN01/2019 SGD/ME	P1, P4
2	Seguir o planejamento aprovado no PDTIC 2019-2020	P2
3	Consolidar o modelo de governança de TIC alinhado à estratégia organizacional.	P3 e P6
4	Disponibilizar infraestrutura de TIC compatível com as necessidades institucionais	P5
5	Promover a gestão por processos nos setores de TIC	P6
6	Planejar, coordenar e gerir os sistemas e serviços de TIC da instituição	P6
7	Alinhar as ações e soluções de TIC às normativas de Segurança da Informação	P7
8	Facilitar a publicação de informações como dados abertos	P2, P6 e P7
9	Prover ferramentas de TIC para suportar os gestores na tomada de decisão e em suas atividades.	P3 e P5
10	Atender, por meio de recursos de TIC, as demandas de	P3

	ensino, pesquisa e extensão.	
11	Adotar e executar os planos de capacitação e de desenvolvimento da equipe de TIC	P8

Tabela 8 - Diretrizes

8. CRONOGRAMA

A identificação, a descrição, as data de início e de término, o responsável e os status de andamento dos subprocessos de cada etapa da elaboração do PDTIC 2019-2020 podem ser observados nas tabelas abaixo.

1ª Fase - Preparação				
Subprocesso	Início	Término	Responsável	Situação
Definir a abrangência e o período do PDTIC	22/10/2018	22/10/2018	Comitê Gestor de TI	Concluído
Definir a Equipe de elaboração do PDTIC	22/10/2018	22/10/2018	Comitê Gestor de TI	Concluído
Descrever a metodologia de elaboração	23/10/2018	23/10/2018	EqEPDTIC	Concluído
Consolidar documentos de referência	23/10/2018	23/10/2018	EqEPDTIC	Concluído
Identificar estratégias da organização	24/10/2018	25/10/2018	EqEPDTIC	Concluído
Identificar Princípios e diretrizes	25/10/2018	26/10/2018	EqEPDTIC	Concluído
Elaborar o Plano de Trabalho do PDTIC - PD-PDTIC	29/10/2018	30/10/2018	EqEPDTIC	Concluído
Aprovar o PT-PDTIC	30/10/2018	30/10/2018	Comitê Gestor de TI	Concluído
2ª Fase - Diagnóstico				
Subprocesso	Início	Término	Responsável	Situação

Resultados e Análise do PDTI Anterior	31/10/2018	15/11/2018	EqEPDTIC	Concluído
Alinhamento e Definição Estratégica de TI	15/11/2018	30/11/2018	EqEPDTIC	Concluído
Levantamento de Necessidades de Tecnologia da Informação	30/11/2018	22/04/2018	EqEPDTIC / Comissão Local	Concluído
Consolidar as necessidades de TI	22/04/2018	02/05/2019	EqEPDTIC	Concluído
3ª Fase - Planejamento				
Subprocesso	Início	Término	Responsável	Situação
Definir / Atualizar critérios de priorização	02/05/2019	07/05/2019	EqEPDTIC / Comitê Gestor de TI	Concluído
Priorizar as necessidades inventariadas	08/05/2019	15/05/2019	EqEPDTIC / Comitê Gestor de TI	Concluído
Definir metas e ações	16/05/2019	23/05/2019	EqEPDTIC / Comitê Gestor de TI	Concluído
Planejar execução das ações	24/05/2019	31/05/2019	EqEPDTIC / Comitê Gestor de TI	Concluído
4ª Fase - Conclusão				
Subprocesso	Início	Término	Responsável	Situação
Consolidar a Minuta do PDTIC	02/05/2019	03/06/2019	EqEPDTIC	Concluído
Aprovar o PDTIC	04/06/2019	04/06/2019	Comitê Gestor de TI	Concluído
Publicar o PDTIC	04/06/2019	04/06/2019	EqEPDTIC	Concluído

Tabela 9 - Cronograma

9. Previsão Orçamentária

A previsão orçamentária foi obtida após levantamento em cada unidade do Ifes. Foi solicitado aos campi que providenciasse o levantamento de cada item, sendo disponibilizado os valores estimados para cada item. Os valores obtidos, são provenientes de processos licitatórios originados do Ifes ou que o Ifes é participante. Houve, casos no entanto, que os valores estimados foram obtidos a partir de pesquisa de mercado, mas sem processo aberto no Ifes.

Os itens levantados com seus respectivos quantitativos e valores serão objeto de atualização a partir do momento que o CGTI solicitar a equipe de acompanhamento do PDTIC.

O plano orçamentário previsto para os anos de 2019-2020 é apresentado no anexo I.

10. Plano de Ações e Metas

O Plano de Ações e Metas tem como objetivo estimar a contribuição de cada ação que compõe uma meta para o atingimento da mesma em termos percentuais, bem como identificar os projetos necessários à consecução das ações definidas no Plano de Metas e Ações.

A partir dele, será possível também estimar a contribuição de cada projeto que compõe uma ação para o seu atingimento em termos percentuais, estabelecendo as datas de início e de conclusão de cada projeto. Sendo uma ação que demanda orçamento, esse deve estar descrito. É importante ressaltar que os projetos podem ser agrupados para melhor visualização e gestão.

O plano de ação e metas, seguindo as informações já citadas, é apresentado no anexo II.

11. Plano de Gestão de Riscos

O Plano de Gestão de Riscos do Plano de Ações e Metas do PDTIC 2019/2020, foi desenvolvido de forma a expor os conceitos, as normas que dão embasamento, as atividades para mitigação, a proposta de composição do comitê de risco com perfil dos membros e a forma como os riscos identificados durante a elaboração do PDTIC serão tratados/mitigados, visando atender o Guia do PDTIC do SISP.

Temos então, as seguintes definições:

- Ameaça: é todo e qualquer evento (ocorrência) que explora vulnerabilidades (erros humanos, falhas de hardware e software, ações da natureza, vandalismo e etc);
- Vulnerabilidade: é qualquer fraqueza que possa ser explorada para que a ameaça se torne concreta. Fragilidade;
- Risco: Combinação da probabilidade de um evento indesejado ocorrer (chance da ameaça se concretizar) e de suas consequências para a organização;
- Impacto: Mudança adversa no nível obtido dos objetivos de negócios. Conhecido também como Consequência;
- Probabilidade: chance de algo acontecer;
- Controle: é a medida que modifica o risco (salvaguarda ou contramedida). Pode ser um plano de prevenção (antes do risco ocorrer), contingência (quando o risco concretiza-se e torna-se um acontecimento), políticas, procedimentos, estruturas organizacionais;
- Contexto externo: ambiente externo no qual a organização busca atingir seus objetivos;
- Contexto Interno: ambiente interno no qual a organização busca atingir seus objetivos;

As definições expostas e a gestão dos riscos possuem como embasamento as normas ABNT NBR ISO GUIA 73:2009 e as normativas da ABNT NBR ISO 31000.

O Processo de Gestão dos Riscos possuem as seguintes atividades:

- Definição do contexto: Dentro do processo, a definição do contexto é responsável pela definição do ambiente, escopo, critérios de avaliação, entre outras definições. Esta etapa é essencial para a equipe que realiza a gestão de risco conhecer todas as informações sobre a organização;
- Análise/Avaliação de riscos: A próxima iteração é de análise e avaliação de risco, que permitirá a identificação dos riscos e a determinação das ações necessárias para reduzir o risco a um nível aceitável;
- Tratamento do risco: A partir dos resultados obtidos na análise e avaliação do risco são definidos os controles necessários para o tratamento do risco;

- Aceitação do risco: Assegura os riscos aceitos pela organização, ou seja, os riscos que por algum motivo não serão tratados ou serão tratados parcialmente. São os chamados riscos residuais, cujo enquadramento nesta categoria deverá ser justificado;
- Comunicação do risco: Nesta etapa é feita a comunicação do risco e da forma como será tratado, para todas as áreas operacionais e seus gestores;
- Monitoramento e análise crítica: São as atividades de acompanhamento dos resultados, implementação dos controles e de análise crítica para a melhoria contínua do processo de gestão de riscos;

Para que o processo de gestão tenha efetividade é necessário o envolvimento das diversas áreas da instituição. Isso permitirá a identificação das ameaças e vulnerabilidades em todo o ambiente organizacional envolvido na ação. Sendo assim, os perfis requeridos são:

- Técnico: contribui no atendimento das demandas das diversas áreas técnicas da organização, incluindo as áreas de hardware, software, sistemas operacionais, infraestrutura e aplicações web, entre outras;
- Negócios: auxilia a equipe no entendimento preciso dos negócios da organização e seus múltiplos processos, além de ter importância no cálculo dos impactos;
- Legislação: perfil voltado ao entendimento dos aspectos legais e normativos com os quais a organização analisada necessita se alinhar;
- Processos: permite a compreensão dos processos e através de sua análise identifica possíveis ameaças e vulnerabilidades, contribuindo com a elaboração de planos de gestão e tratamento de riscos.

A Gestão de Riscos se dará, portanto, utilizando uma estrutura baseada no modelo do Guia do PDTIC SISP, e está apresentado no Anexo III.

Conclusão

O Ifes, por meio do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e as áreas de Tecnologia da Informação, tem direcionado esforços no sentido de aperfeiçoar a governança e a gestão de tecnologia da informação e comunicação.

Este instrumento tem por objetivo não apenas transparecer os investimentos em TIC previstos, mas formalizar projetos que levem à oferta de serviços digitais à comunidade acadêmica e à comunidade externa, de forma a alinhar-se à EGD do SISP.

Ao final da execução deste Plano, espera-se que a tecnologia da informação e comunicação seja vista pelas demais áreas do Instituto como estratégica para apoiar suas políticas e para prover as plataformas mais adequadas à implementação e manutenção de serviços na forma digital. Dessa forma, este Plano visa a contribuir para a estratégia do próprio Instituto em gerar valor para a comunidade acadêmica e externa, a partir do cumprimento de sua missão institucional.

Anexo I - Plano Orçamentário Consolidado

PDTI - 2019-2020

ID	NECESSIDADE	2019	2020	2019-2020
1.1	UNIFORMIZAR AS ESTRUTURAS DE DATACENTER	R\$ 14.528.690,00	R\$ 9.287.410,00	R\$ 23.816.100,00
1.2	ADEQUAR A INFRAESTRUTURA DE REDE	R\$ 12.222.517,91	R\$ 4.512.336,52	R\$ 16.734.854,43
1.3	ATUALIZAR, ESTRUTURAR E EQUIPAR OS AMBIENTES ADMINISTRATIVOS	R\$ 12.138.655,51	R\$ 7.919.241,00	R\$ 20.057.896,51
1.4	IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO OUTSOURCING	R\$ 1.552.824,00	R\$ 1.454.016,00	R\$ 3.006.840,00
1.5	AMPLIAR E ATUALIZAR O PARQUE COMPUTACIONAL NOS LABORATÓRIOS DE ENSINO	R\$ 15.541.811,20	R\$ 7.173.153,00	R\$ 22.714.964,20
3.4	MANUTENÇÃO E MIGRAÇÃO DO SISTEMA ACADÊMICO LEGADO	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 800.000,00
3.5	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACESSO ÀS NORMAS DA ABNT	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 60.000,00
3.6	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PESQUISA DE CURRÍCULOS E PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA NA PLATAFORMA LATTES	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 150.000,00
3.7	MANUTENÇÃO DO SUPORTE E ATUALIZAÇÃO AO SISTEMA DE BIBLIOTECA	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 40.000,00
3.8	IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS MÓDULOS QUE COMPÕE O SIG	R\$ 604.511,86	R\$ 216.854,81	R\$ 821.366,67
3.9	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE BIBLIOTECA DIGITAL	R\$ 560.000,00	R\$ 560.000,00	R\$ 1.120.000,00
5.2	PROPORCIONAR AO QUADRO DE PESSOAL DE TI DO IFES ACESSO À FERRAMENTA DE CAPACITAÇÃO ONLINE	R\$ 83.700,00	R\$ 9.000,00	R\$ 92.700,00
5.3	CAPACITAR A EQUIPE EM FERRAMENTAS, SISTEMAS E SOLUÇÕES DE TI EM USO NO IFES	R\$ 456.750,00	R\$ 383.250,00	R\$ 840.000,00
	VALOR TOTAL	R\$ 58.214.460,48	R\$ 32.040.261,33	R\$ 90.254.721,81

Anexo I - Plano Orçamentário - N 1.1

UNIFORMIZAR AS ESTRUTURAS DE DATACENTER

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ	R\$ 197.650,00	R\$ 169.200,00	R\$ 366.850,00
CAMPUS VIANA	R\$ 353.910,00	R\$ 90.400,00	R\$ 444.310,00
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO	R\$ 811.655,00	R\$ 795.075,00	R\$ 1.606.730,00
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	R\$ 192.850,00	R\$ 409.750,00	R\$ 602.600,00
CAMPUS CARIACICA	R\$ 422.600,00	R\$ 345.900,00	R\$ 768.500,00
CAMPUS CENTRO SERRANO	R\$ 621.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 634.000,00
CAMPUS COLATINA	R\$ 312.050,00	R\$ 55.000,00	R\$ 367.050,00
CAMPUS DE ALEGRE	R\$ 548.100,00	R\$ 1.370.250,00	R\$ 1.918.350,00
CAMPUS GUARAPARI	R\$ 951.500,00	R\$ 34.800,00	R\$ 986.300,00
CAMPUS IBATIBA	R\$ 721.950,00	R\$ 21.200,00	R\$ 743.150,00
CAMPUS ITAPINA	R\$ 227.200,00	R\$ 812.600,00	R\$ 1.039.800,00
CAMPUS LINHARES	R\$ 516.500,00	R\$ 1.113.400,00	R\$ 1.629.900,00
CAMPUS MONTANHA	R\$ 118.000,00	R\$ 6.600,00	R\$ 124.600,00
CAMPUS NOVA VENÉCIA	R\$ 407.900,00	R\$ 205.500,00	R\$ 613.400,00
CAMPUS PIÚMA	R\$ 384.700,00	R\$ 246.400,00	R\$ 631.100,00
CAMPUS SANTA TERESA	R\$ 184.700,00	R\$ 177.400,00	R\$ 362.100,00
CAMPUS SÃO MATEUS	R\$ 677.950,00	R\$ 315.800,00	R\$ 993.750,00
CAMPUS SERRA	R\$ 1.198.050,00	R\$ -	R\$ 1.198.050,00
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE	R\$ 552.100,00	R\$ 85.200,00	R\$ 637.300,00
CAMPUS VILA VELHA	R\$ 1.102.615,00	R\$ 779.600,00	R\$ 1.882.215,00
CAMPUS VITÓRIA	R\$ 605.000,00	R\$ 171.585,00	R\$ 776.585,00
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	R\$ 680.050,00	R\$ 598.750,00	R\$ 1.278.800,00
REITORIA	R\$ 2.740.660,00	R\$ 1.470.000,00	R\$ 4.210.660,00
SubTotal	R\$ 14.528.690,00	R\$ 9.287.410,00	R\$ 23.816.100,00

Anexo I - Plano Orçamentário - N 1.2

ADEQUAR A INFRAESTRUTURA DE REDE

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ	R\$ 377.657,17	R\$ 264.589,83	R\$ 642.247,00
CAMPUS VIANA	R\$ 69.000,00	R\$ 236.500,00	R\$ 305.500,00
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO	R\$ 380.180,69	R\$ 234.100,00	R\$ 614.280,69
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	R\$ 1.427.050,65	R\$ 80.000,00	R\$ 1.507.050,65
CAMPUS CARIACICA	R\$ 435.100,00	R\$ -	R\$ 435.100,00
CAMPUS CENTRO SERRANO	R\$ 1.092.030,78	R\$ 192.675,00	R\$ 1.284.705,78
CAMPUS COLATINA	R\$ 267.400,00	R\$ 27.000,00	R\$ 294.400,00
CAMPUS DE ALEGRE	R\$ 234.460,79	R\$ 294.234,69	R\$ 528.695,48
CAMPUS GUARAPARI	R\$ 158.800,00	R\$ 148.010,00	R\$ 306.810,00
CAMPUS IBATIBA	R\$ 655.624,74	R\$ 113.100,00	R\$ 768.724,74
CAMPUS ITAPINA	R\$ 580.593,61	R\$ 424.003,50	R\$ 1.004.597,11
CAMPUS LINHARES	R\$ 199.050,00	R\$ 193.200,00	R\$ 392.250,00
CAMPUS MONTANHA	R\$ 14.000,00	R\$ 67.275,00	R\$ 81.275,00
CAMPUS NOVA VENÉCIA	R\$ 59.500,00	R\$ 191.000,00	R\$ 250.500,00
CAMPUS PIÚMA	R\$ 124.494,30	R\$ -	R\$ 124.494,30
CAMPUS SANTA TERESA	R\$ 29.070,00	R\$ 56.070,00	R\$ 85.140,00
CAMPUS SÃO MATEUS	R\$ 164.308,99	R\$ 217.178,50	R\$ 381.487,49
CAMPUS SERRA	R\$ 2.122.250,12	R\$ -	R\$ 2.122.250,12
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE	R\$ 464.463,86	R\$ 11.000,00	R\$ 475.463,86
CAMPUS VILA VELHA	R\$ 943.338,48	R\$ 645.900,00	R\$ 1.589.238,48
CAMPUS VITÓRIA	R\$ 715.000,00	R\$ 771.000,00	R\$ 1.486.000,00
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	R\$ 231.055,33	R\$ 155.500,00	R\$ 386.555,33
REITORIA	R\$ 1.478.088,40	R\$ 190.000,00	R\$ 1.668.088,40
SubTotal	R\$ 12.222.517,91	R\$ 4.512.336,52	R\$ 16.734.854,43

Anexo I - Plano Orçamentário - N 1.3

ATUALIZAR, ESTRUTURAR E EQUIPAR OS AMBIENTES ADMINISTRATIVOS

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ	R\$ 439.854,15	R\$ 49.000,00	R\$ 488.854,15
CAMPUS VIANA	R\$ 323.010,32	R\$ 218.499,32	R\$ 541.509,64
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO	R\$ 607.833,45	R\$ 371.939,00	R\$ 979.772,45
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	R\$ 156.047,64	R\$ 1.105.935,32	R\$ 1.261.982,96
CAMPUS CARIACICA	R\$ 368.039,60	R\$ 331.800,00	R\$ 699.839,60
CAMPUS CENTRO SERRANO	R\$ 249.487,00	R\$ 85.168,64	R\$ 334.655,64
CAMPUS COLATINA	R\$ 382.808,30	R\$ 43.200,00	R\$ 426.008,30
CAMPUS DE ALEGRE	R\$ 522.708,30	R\$ 794.050,00	R\$ 1.316.758,30
CAMPUS GUARAPARI	R\$ 678.841,15	R\$ 402.627,82	R\$ 1.081.468,97
CAMPUS IBATIBA	R\$ 457.528,30	R\$ 123.000,00	R\$ 580.528,30
CAMPUS ITAPINA	R\$ 1.308.808,60	R\$ 1.095.873,00	R\$ 2.404.681,60
CAMPUS LINHARES	R\$ 734.137,00	R\$ 182.100,00	R\$ 916.237,00
CAMPUS MONTANHA	R\$ 20.827,50	R\$ 447.796,50	R\$ 468.624,00
CAMPUS NOVA VENÉCIA	R\$ 415.308,45	R\$ 551.556,45	R\$ 966.864,90
CAMPUS PIÚMA	R\$ 1.166.905,66	R\$ 34.546,32	R\$ 1.201.451,98
CAMPUS SANTA TERESA	R\$ 292.801,99	R\$ 216.717,33	R\$ 509.519,32
CAMPUS SÃO MATEUS	R\$ 424.137,50	R\$ 14.327,50	R\$ 438.465,00
CAMPUS SERRA	R\$ 904.275,00	R\$ 151.510,00	R\$ 1.055.785,00
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE	R\$ 670.692,48	R\$ 83.105,00	R\$ 753.797,48
CAMPUS VILA VELHA	R\$ 126.844,15	R\$ 483.088,30	R\$ 609.932,45
CAMPUS VITÓRIA	R\$ 394.660,00	R\$ 325.907,50	R\$ 720.567,50
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	R\$ 256.892,00	R\$ 230.372,00	R\$ 487.264,00
REITORIA	R\$ 1.236.206,97	R\$ 577.121,00	R\$ 1.813.327,97
SubTotal	R\$ 12.138.655,51	R\$ 7.919.241,00	R\$ 20.057.896,51

Anexo I - Plano Orçamentário - N 1.4

IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO OUTSOURCING

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ	R\$ 99.108,00	R\$ -	R\$ 99.108,00
CAMPUS VIANA	R\$ -	R\$ 47.432,00	R\$ 47.432,00
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO	R\$ 56.164,00	R\$ 56.164,00	R\$ 112.328,00
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	R\$ 79.896,00	R\$ 79.896,00	R\$ 159.792,00
CAMPUS CARIACICA	R\$ 147.920,00	R\$ 147.920,00	R\$ 295.840,00
CAMPUS CENTRO SERRANO	R\$ 39.524,00	R\$ 32.716,00	R\$ 72.240,00
CAMPUS COLATINA	R\$ 90.032,00	R\$ 68.432,00	R\$ 158.464,00
CAMPUS DE ALEGRE	R\$ 39.340,00	R\$ 55.956,00	R\$ 95.296,00
CAMPUS GUARAPARI	R\$ 86.004,00	R\$ 86.004,00	R\$ 172.008,00
CAMPUS IBATIBA	R\$ 56.248,00	R\$ 29.432,00	R\$ 85.680,00
CAMPUS ITAPINA	R\$ -	R\$ 23.000,00	R\$ 23.000,00
CAMPUS LINHARES	R\$ 80.340,00	R\$ 80.340,00	R\$ 160.680,00
CAMPUS MONTANHA	R\$ 30.540,00	R\$ 30.540,00	R\$ 61.080,00
CAMPUS NOVA VENÉCIA	R\$ 8.400,00	R\$ 65.808,00	R\$ 74.208,00
CAMPUS PIÚMA	R\$ 96.232,00	R\$ -	R\$ 96.232,00
CAMPUS SANTA TERESA	R\$ 29.108,00	R\$ 13.408,00	R\$ 42.516,00
CAMPUS SÃO MATEUS	R\$ 6.600,00	R\$ 62.272,00	R\$ 68.872,00
CAMPUS SERRA	R\$ 33.520,00	R\$ 33.520,00	R\$ 67.040,00
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE	R\$ 73.296,00	R\$ 69.480,00	R\$ 142.776,00
CAMPUS VILA VELHA	R\$ 18.324,00	R\$ 40.016,00	R\$ 58.340,00
CAMPUS VITÓRIA	R\$ 266.900,00	R\$ 266.900,00	R\$ 533.800,00
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	R\$ 50.548,00	R\$ -	R\$ 50.548,00
REITORIA	R\$ 164.780,00	R\$ 164.780,00	R\$ 329.560,00
Total	R\$ 1.552.824,00	R\$ 1.454.016,00	R\$ 3.006.840,00

Anexo I - Plano Orçamentário - N 1.5

AMPLIAR E ATUALIZAR O PARQUE COMPUTACIONAL NOS LABORATÓRIOS DE ENSINO

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ	R\$ 454.375,00	R\$ 158.000,00	R\$ 612.375,00
CAMPUS VIANA	R\$ 57.500,00	R\$ 85.000,00	R\$ 142.500,00
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO	R\$ 151.885,00	R\$ -	R\$ 151.885,00
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	R\$ 1.868.879,20	R\$ 797.610,00	R\$ 2.666.489,20
CAMPUS CARIACICA	R\$ 1.100.500,00	R\$ -	R\$ 1.100.500,00
CAMPUS CENTRO SERRANO	R\$ 299.958,00	R\$ 106.125,00	R\$ 406.083,00
CAMPUS COLATINA	R\$ 728.700,00	R\$ 238.250,00	R\$ 966.950,00
CAMPUS DE ALEGRE	R\$ 519.506,00	R\$ 984.000,00	R\$ 1.503.506,00
CAMPUS GUARAPARI	R\$ 972.477,60	R\$ -	R\$ 972.477,60
CAMPUS IBATIBA	R\$ 11.000,00	R\$ -	R\$ 11.000,00
CAMPUS ITAPINA	R\$ 279.175,00	R\$ 205.675,00	R\$ 484.850,00
CAMPUS LINHARES	R\$ 1.131.492,88	R\$ 490.505,00	R\$ 1.621.997,88
CAMPUS MONTANHA	R\$ 45.000,00	R\$ -	R\$ 45.000,00
CAMPUS NOVA VENÉCIA	R\$ 554.724,00	R\$ 308.726,00	R\$ 863.450,00
CAMPUS PIÚMA	R\$ 290.075,00	R\$ 148.575,00	R\$ 438.650,00
CAMPUS SANTA TERESA	R\$ 202.125,00	R\$ 313.525,00	R\$ 515.650,00
CAMPUS SÃO MATEUS	R\$ 879.817,28	R\$ 531.155,00	R\$ 1.410.972,28
CAMPUS SERRA	R\$ 2.444.815,24	R\$ 779.100,00	R\$ 3.223.915,24
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE	R\$ 412.625,00	R\$ 427.933,00	R\$ 840.558,00
CAMPUS VILA VELHA	R\$ 419.020,00	R\$ 423.820,00	R\$ 842.840,00
CAMPUS VITÓRIA	R\$ 1.856.040,00	R\$ 682.413,00	R\$ 2.538.453,00
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	R\$ 412.121,00	R\$ 42.741,00	R\$ 454.862,00
REITORIA	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 900.000,00
Total	R\$ 15.541.811,20	R\$ 7.173.153,00	R\$ 22.714.964,20

Anexo I - Plano Orçamentário - N 3.4

MANUTENÇÃO E MIGRAÇÃO DO SISTEMA ACADÊMICO LEGADO

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ			
CAMPUS VIANA			
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO			
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM			
CAMPUS CARIACICA			
CAMPUS CENTRO SERRANO			
CAMPUS COLATINA			
CAMPUS DE ALEGRE			
CAMPUS GUARAPARI			
CAMPUS IBATIBA			
CAMPUS ITAPINA			
CAMPUS LINHARES	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 800.000,00
CAMPUS MONTANHA			
CAMPUS NOVA VENÉCIA			
CAMPUS PIÚMA			
CAMPUS SANTA TERESA			
CAMPUS SÃO MATEUS			
CAMPUS SERRA			
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE			
CAMPUS VILA VELHA			
CAMPUS VITÓRIA			
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA			
REITORIA			
Total	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 800.000,00

Anexo I - Plano Orçamentário - N 3.5

MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ACESSO ÀS NORMAS DA ABNT

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ			
CAMPUS VIANA			
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO			
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM			
CAMPUS CARIACICA			
CAMPUS CENTRO SERRANO			
CAMPUS COLATINA			
CAMPUS DE ALEGRE			
CAMPUS GUARAPARI			
CAMPUS IBATIBA			
CAMPUS ITAPINA			
CAMPUS LINHARES	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 60.000,00
CAMPUS MONTANHA			
CAMPUS NOVA VENÉCIA			
CAMPUS PIÚMA			
CAMPUS SANTA TERESA			
CAMPUS SÃO MATEUS			
CAMPUS SERRA			
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE			
CAMPUS VILA VELHA			
CAMPUS VITÓRIA			
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA			
REITORIA			
Total	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 60.000,00

Anexo I - Plano Orçamentário - N 3.6

MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PESQUISA DE CURRÍCULOS E PRODUÇÃO ACADÊMICO-CIENTÍFICA NA PLATAFORMA LATTES

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ			
CAMPUS VIANA			
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO			
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM			
CAMPUS CARIACICA			
CAMPUS CENTRO SERRANO			
CAMPUS COLATINA			
CAMPUS DE ALEGRE			
CAMPUS GUARAPARI			
CAMPUS IBATIBA			
CAMPUS ITAPINA			
CAMPUS LINHARES	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 150.000,00
CAMPUS MONTANHA			
CAMPUS NOVA VENÉCIA			
CAMPUS PIÚMA			
CAMPUS SANTA TERESA			
CAMPUS SÃO MATEUS			
CAMPUS SERRA			
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE			
CAMPUS VILA VELHA			
CAMPUS VITÓRIA			
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA			
REITORIA			
Total	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 150.000,00

Anexo I - Plano Orçamentário - N 3.7

MANUTENÇÃO DO SUPORTE E ATUALIZAÇÃO AO SISTEMA DE BIBLIOTECA

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ			
CAMPUS VIANA			
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO			
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM			
CAMPUS CARIACICA			
CAMPUS CENTRO SERRANO			
CAMPUS COLATINA			
CAMPUS DE ALEGRE			
CAMPUS GUARAPARI			
CAMPUS IBATIBA			
CAMPUS ITAPINA			
CAMPUS LINHARES	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 40.000,00
CAMPUS MONTANHA			
CAMPUS NOVA VENÉCIA			
CAMPUS PIÚMA			
CAMPUS SANTA TERESA			
CAMPUS SÃO MATEUS			
CAMPUS SERRA			
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE			
CAMPUS VILA VELHA			
CAMPUS VITÓRIA			
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA			
REITORIA			
Total	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 40.000,00

Anexo I - Plano Orçamentário - N 3.8

IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS MÓDULOS QUE COMPÕE O SIG

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ			
CAMPUS VIANA			
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO			
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM			
CAMPUS CARIACICA			
CAMPUS CENTRO SERRANO			
CAMPUS COLATINA			
CAMPUS DE ALEGRE			
CAMPUS GUARAPARI			
CAMPUS IBATIBA			
CAMPUS ITAPINA			
CAMPUS LINHARES	R\$ 604.511,86	R\$ 216.854,81	R\$ 821.366,67
CAMPUS MONTANHA			
CAMPUS NOVA VENÉCIA			
CAMPUS PIÚMA			
CAMPUS SANTA TERESA			
CAMPUS SÃO MATEUS			
CAMPUS SERRA			
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE			
CAMPUS VILA VELHA			
CAMPUS VITÓRIA			
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA			
REITORIA			
Total	R\$ 604.511,86	R\$ 216.854,81	R\$ 821.366,67

Anexo I - Plano Orçamentário - N 3.9

MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE BIBLIOTECA DIGITAL

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ			
CAMPUS VIANA			
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO			
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM			
CAMPUS CARIACICA			
CAMPUS CENTRO SERRANO			
CAMPUS COLATINA			
CAMPUS DE ALEGRE			
CAMPUS GUARAPARI			
CAMPUS IBATIBA			
CAMPUS ITAPINA			
CAMPUS LINHARES	R\$ 560.000,00	R\$ 560.000,00	R\$ 1.120.000,00
CAMPUS MONTANHA			
CAMPUS NOVA VENÉCIA			
CAMPUS PIÚMA			
CAMPUS SANTA TERESA			
CAMPUS SÃO MATEUS			
CAMPUS SERRA			
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE			
CAMPUS VILA VELHA			
CAMPUS VITÓRIA			
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA REITORIA			
Total	R\$ 560.000,00	R\$ 560.000,00	R\$ 1.120.000,00

Anexo I - Plano Orçamentário - N 5.2

PROPORCIONAR AO QUADRO DE PESSOAL DE TI DO IFES ACESSO À FERRAMENTA DE CAPACITAÇÃO ONLINE

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS VIANA	R\$ 1.800,00	R\$ -	R\$ 1.800,00
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO	R\$ 900,00	R\$ -	R\$ 900,00
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS CARIACICA	R\$ 3.600,00	R\$ -	R\$ 3.600,00
CAMPUS CENTRO SERRANO	R\$ 900,00	R\$ -	R\$ 900,00
CAMPUS COLATINA	R\$ 4.500,00	R\$ -	R\$ 4.500,00
CAMPUS DE ALEGRE	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS GUARAPARI	R\$ 900,00	R\$ -	R\$ 900,00
CAMPUS IBATIBA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS ITAPINA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS LINHARES	R\$ 3.600,00	R\$ -	R\$ 3.600,00
CAMPUS MONTANHA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS NOVA VENÉCIA	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00	R\$ 9.000,00
CAMPUS PIÚMA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS SANTA TERESA	R\$ -	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
CAMPUS SÃO MATEUS	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS SERRA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE	R\$ 9.000,00	R\$ -	R\$ 9.000,00
CAMPUS VILA VELHA	R\$ 1.800,00	R\$ -	R\$ 1.800,00
CAMPUS VITÓRIA	R\$ 1.800,00	R\$ -	R\$ 1.800,00
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
REITORIA	R\$ 50.400,00	R\$ -	R\$ 50.400,00
SubTotal	R\$ 83.700,00	R\$ 9.000,00	R\$ 92.700,00

Anexo I - Plano Orçamentário - N 5.3

CAPACITAR A EQUIPE EM FERRAMENTAS, SISTEMAS E SOLUÇÕES DE TI EM USO NO IFES

CAMPUS	2019	2020	TOTAL
CAMPUS ARACRUZ	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS VIANA	R\$ -	R\$ 56.000,00	R\$ 56.000,00
CAMPUS BARRA DE SÃO FRANCISCO	R\$ 10.500,00	R\$ 17.500,00	R\$ 28.000,00
CAMPUS CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS CARIACICA	R\$ 59.500,00	R\$ -	R\$ 59.500,00
CAMPUS CENTRO SERRANO	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 28.000,00
CAMPUS COLATINA	R\$ 24.500,00	R\$ 21.000,00	R\$ 45.500,00
CAMPUS DE ALEGRE	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS GUARAPARI	R\$ 8.750,00	R\$ 8.750,00	R\$ 17.500,00
CAMPUS IBATIBA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS ITAPINA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS LINHARES	R\$ 35.000,00	R\$ 45.500,00	R\$ 80.500,00
CAMPUS MONTANHA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS NOVA VENÉCIA	R\$ 10.500,00	R\$ -	R\$ 10.500,00
CAMPUS PIÚMA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
CAMPUS SANTA TERESA	R\$ 10.500,00	R\$ 10.500,00	R\$ 21.000,00
CAMPUS SÃO MATEUS	R\$ 49.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 84.000,00
CAMPUS SERRA	R\$ 52.500,00	R\$ 52.500,00	R\$ 105.000,00
CAMPUS VENDA NOVA DO IMIGRANTE	R\$ 28.000,00	R\$ -	R\$ 28.000,00
CAMPUS VILA VELHA	R\$ -	R\$ 24.500,00	R\$ 24.500,00
CAMPUS VITÓRIA	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 28.000,00
CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	R\$ -	R\$ -	R\$ -
REITORIA	R\$ 140.000,00	R\$ 84.000,00	R\$ 224.000,00
Total	R\$ 456.750,00	R\$ 383.250,00	R\$ 840.000,00

Anexo II - Necessidades - Consolidação Metas e Ações

NECESSIDADES ASSOCIADAS AS METAS E AÇÕES				
PROJETO	ID - NECESSIDADE	DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	ID - META	ID - AÇÃO
Adequar a estrutura de TI	1.1	Uniformizar as Estruturas de Datacenter	1,2,3,4,5,6	1, 2, 3
	1.2	Adequar Infraestrutura de Rede Interna e Externa	7, 8, 9	1, 2, 3
	1.3	Atualizar, estruturar e equipar os ambientes administrativos	10,11,12,13	1, 2, 3
	1.4	Contratação, ampliação e manutenção de Serviços via outsourcing.	10,11,13,14	1, 2, 3
	1.5	Ampliar e atualizar o parque computacional nos Laboratórios de Ensino e Salas de Aula	10,12,13,15	1, 2, 3
Governança e Transparência	2.1	Implementar políticas e normativas de TI no Ifes	16	4,5,6
	2.2	Criar o site da Tecnologia da Informação	18	10,11,12
	2.3	Central de Monitoramento de Serviços e Sistemas de TI	19	13,14
	2.4	Plano de Comunicação Anual das Ações de TI	20	15,16,17
	2.5	Implantação da Central de Serviços de TI	21	18,19
	2.6	Definição de Agenda das Ações de Acompanhamento dos Encaminhamentos do PDTI	22	20,21,22
	2.7	Implantação e acompanhamento da Política de Gestão de Riscos de TI	23	23,24,25
	2.8	Mapeamento de Processos de TI	24	26,27,28

Anexo II - Necessidades - Consolidação Metas e Ações

Adotar, Manter e Integrar Sistemas de Informação Acadêmica e Administrativa.	3.1	Implantar solução de gestão dos processos seletivos do Ifes	25	29,30,31
	3.2	Implantar solução de gestão, controle e publicação das Atividades Docentes	26	32,33,34
	3.3	Implantar solução de apoio ao desenvolvimento do PDTI do Ifes	27	35
	3.4	Manutenção e Migração do Sistema Acadêmico Legado	28	36,37
	3.5	Manutenção do Serviço de Acesso às normas da ABNT	29	38
	3.6	Manutenção do Serviço de Pesquisa de Currículos e Produção Acadêmico-Científica na Plataforma Lattes	30	39
	3.7	Manutenção do Suporte e Atualização ao Sistema de Biblioteca	31	40
	3.8	Implantação, Manutenção e Atualização dos Módulos que compõe o SIG	32	41,42,43
	3.9	Manutenção do Serviço de Biblioteca Digital	33	44
	3.10	Manutenção e Atualização do Serviço de Auto Avaliação Institucional	34	45
	3.11	Implantação, Manutenção e Atualização de Painel de Indicadores Organizacionais	17	7,8,9
	3.12	Implantação de Solução de Gestão de Conteúdos de Dados Abertos	35	46,47
	3.13	Manutenção e Atualização do serviço de periódicos	36	48
	3.14	Manutenção e Atualização do serviço de eventos, conferências e congressos	37	49,5
	3.15	Manutenção e Atualização de solução para gerenciamento de projetos	38	51

Anexo II - Necessidades - Consolidação Metas e Ações

TI Profissional e Integrada	4.1	Implementar Gestão de Processo de Desenvolvimento de Software	39	52,53,54
	4.2	Documentação do Ambiente de TI do Ifes	40	55,56,57
	4.3	Integração da Equipe da DRTI com as CTIs dos Campi	41	58,59
	4.4	Plano de Conscientização e Divulgação dos Trabalhos de TI Desenvolvidos no Ifes	42	59, 61
	4.5	Levantamento e Atualização do Corpo Técnico e Gestor de TI	43	62,63
Capacitação do quadro de servidores.	5.1	Plano de Capacitação Anual	43	62,63
	5.2	Proporcionar ao Quadro de Pessoal de TI do Ifes Acesso à Ferramenta de Capacitação Online	43	62,63
	5.3	Capacitar a equipe em ferramentas, sistemas, soluções e boas práticas da área de TI em uso no Ifes	43	62,63
Pesquisa aplicada à TI	6.1	Gerar artigos, publicações e patentes por meio de soluções desenvolvidas na TI do Ifes	44	59, 65
	6.2	Nuvem Acadêmica na Fábrica de Ideias	45	66,67
	6.3	Rede Metrovix 40gbps	46	1 ,2, 3, 68

Anexo II - Metas PDTIC - 2019-2020

PLANO DE METAS					
ID	DESCRIÇÃO DA META	INDICADOR	Unidade	VALOR	
				2019	2020
1	Equipar e Manter os ambientes com necessidade de fornecimento de energia elétrica contínuo	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos (por ano)	%	100	100
2	Fornecer estrutura para Datacenter	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos (por ano)	%	100	100
3	Hospedar os serviços de TI do Ifes e dos Campi e Reitoria	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos (por ano)	%	100	100
		Quantidade de Campi com seus serviços no Datacenter Institucional	UN	11	11
4	Licenciar o ambiente de Datacenter Institucional	Porcentagem dos Equipamentos Licenciados (por ano)	%	100	100
		Porcentagem das Máquinas Virtuais Licenciadas (por ano)	%	100	100
5	Equipar os ambientes com equipamentos de Segurança e Monitoramento	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos (por ano)	%	100	100
6	Licenciar e Adquirir os equipamentos de Segurança de Redes	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos (por ano)	%	100	100

Anexo II - Metas PDTIC - 2019-2020

7	Projetar, certificar e expandir o acesso a Rede de Dados Cabeada	Porcentagem de Projetos solicitados executados (por ano)	%	100	100
		Porcentagem de Rede Certificada	%	40	60
		Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
8	Prover estrutura de Redundância de Acesso	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
9	Projetar, certificar e expandir o acesso a Rede de Dados Wireless	Porcentagem de Rede Certificada	%	100	100
		Porcentagem dos campi requisitantes atendidos	%	100	100
10	Fornecer acesso para Videoconferência, Conferência e Webconferência	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos (por ano)	%	100	100
11	Fornecer equipamentos para o ambiente administrativo	Porcentagem dos computadores adquiridos em relação ao solicitado (por ano)	%	100	100
		Porcentagem dos notebooks adquiridos em relação ao solicitado (por ano)	%	100	100
		Porcentagem de campi com outsourcing implantado	%	100	100
		Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100

Anexo II - Metas PDTIC - 2019-2020

12	Fornecer equipamentos para o ambiente de ensino	Porcentagem dos computadores adquiridos em relação ao solicitado (por ano)	%	100	100
		Porcentagem dos notebooks adquiridos em relação ao solicitado (por ano)	%	100	100
		Porcentagem de campi com outsourcing implantado	%	100	100
		Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
13	Adquirir material e suprimentos para os equipamentos de TI	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
14	Aquisição de Licenças para o Ambiente Administrativo	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
15	Aquisição de Licenças para o Ambiente de Ensino	Porcentagem de licenças adquiridas em relação ao solicitado (por ano)	%	100	100
		Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
16	Implementar políticas e normativas de TI no Ifes	Quantidade de Políticas de TI Publicadas	UN	5	5
		Quantidade de Normativas de TI Publicadas	UN	5	5

Anexo II - Metas PDTIC - 2019-2020

17	Implantação de painel de indicadores organizacionais	Porcentagem de indicadores inseridos	%	50	100
18	Criar o Site de Tecnologia da Informação	Porcentagem de Colegiados e Coordendorias com informação publicada e atualizada	%	100	100
19	Criar a Central de Monitoramento	Porcentagem dos serviços monitorados	%	60	100
		Porcentagem de sistemas monitorados	%	60	100
20	Criar Plano de Comunicação	Quantidade de Ações Publicada por Ano	UN	4	10
21	Criar a Central de Serviços de TI	Porcentagem dos Campi Inseridos na Central de Serviço	%	100	100
		Porcentagem de chamados não solucionados após a ANS Máxima	%	50	10
22	Acompanhar os Encaminhamentos do PDTIC	Quantidade de ações de acompanhamento	UN	4	4
23	Agir na Mitigação de Riscos	Quantidade de Riscos de TI Identificados	UN	10	10
		Quantidade de Ações de Mitigação de Riscos	UN	10	10
24	Mapeamento de Processos de TI	Quantidade de Processos Mapeados e Publicados	UN	20	40
		Quantidade de Processos Atualizados	UN	10	60

Anexo II - Metas PDTIC - 2019-2020

25	Implantar Sistema de Processo Seletivo	Porcentagem de Processos seletivos realizados na ferramenta	%	50	100
		Porcentagem de campi utilizando a ferramenta	%	100	100
26	Implantar Sistema de Acompanhamento das atividades Docentes	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
27	Implantar Sistema para o PDTIC	Índice de aderência ao Modelo SISP	Índice SISP		
28	Descontinuar o Sistema Acadêmico Legado	Porcentagem de Cursos Iniciados no SIGAA	%	50	100
		Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
29	Manter acesso às normas ABNT	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
30	Manter meios de pesquisa de currículos e produções científicas na plataforma Lattes	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
31	Manter o Sistema de Biblioteca	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100

Anexo II - Metas PDTIC - 2019-2020

32	Disponibilizar para Uso os módulos do SIG	Percentual de disponibilização de módulos para uso	%	50	100
		Percentual de módulos em uso (levantamento/ declaração Sipac+SIGRH)	%	35	70
		Número de requisições geradas nos sistemas (SIGAA; Sipac; SIGRH)	UN	A Ser Monitorado	A ser monitorado
		Acréscimo de Armazenamento de Dados	GB	A Ser Monitorado	A Ser Monitorado
		Percentual de Processos Eletrônicos em Relação ao Total – Sipac	%	100	100
		Percentual de cursos cadastrados – SIGAA	%	10	50
33	Disponibilizar acesso à Biblioteca Digital	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
34	Disponibilizar e Manter o Sistema de Auto Avaliação Institucional	Porcentagem das Solicitações de Atualização Atendidas	%	100	100
35	Implantar o ambiente para a adoção do Plano de Dados Abertos	Porcentagem de disponibilização dos dados possíveis	%	100	100
36	Manter e Atualizar Serviço de Periódicos	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100

Anexo II - Metas PDTIC - 2019-2020

37	Estabelecer ferramenta para Gestão de Eventos	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
38	Estabelecer ferramenta para Gestão de Projetos	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	100	100
39	Adotar, Mapear e Divulgar o método de Gestão de Software	Porcentagem de Sistemas no Modelo Definido	%	100	100
40	Documentar o Ambiente de TI do Ifes	Porcentagem das infraestrutura de redes mapeadas	%	50	100
		Porcentagem de serviços documentados	%	50	100
		Porcentagem das unidades com ambiente mapeados	%	50	100
41	Integrar as equipes de TI - DRTI e CTIs	Quantidade de Equipes Institucionais estabelecidas	UN	4	10
		Porcentagem de Serviços com gestão/administração compartilhadas	%	25	70
42	Agir para a valorização dos trabalhos desenvolvidos pela TI	Quantidade de ações de conscientização	UN	4	10
		Quantidade de campanhas de divulgação das soluções implementadas	UN	4	4

Anexo II - Metas PDTIC - 2019-2020

43	Identificar e Capacitar o Corpo Técnico e Gestor de TI	Porcentagem de perfis mapeados	%	100	100
		Porcentagem das capacitações contratadas que foram concluídas	%	100	100
		Porcentagem das capacitações planejadas executadas	%	100	100
		Porcentagem das capacitações contratadas que foram concluídas no ambiente online	%	100	100
44	Integrar a TI à área de Pesquisa Aplicada	Quantidade de Artigos Publicados	UN	2	2
		Quantidade de Patentes obtidas	UN	1	1
		Quantidade de publicações realizadas	UN	1	1
45	Implantar e disponibilizar ambiente de nuvem para a área acadêmica	Porcentagem das unidades requisitantes atendidos	%	20	100
46	Atualizar a conexão de acesso à metrovix	Porcentagem das unidades participantes atendidos	%	50	100

PLANO DE AÇÕES								
ID	DESCRIÇÃO	ÁREA(S) OU RESPONSÁVEL(IS)	PRAZOS		RECURSOS PARA EXECUÇÃO DA AÇÃO			
			INÍCIO	FIM	RECURSOS HUMANOS (POR UNIDADE)		RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	
					QTD	COMPETÊNCIAS	INVESTIMENTO	CUSTEIO
1	Definir Equipe da Contratação	Setor de Tecnologia da Informação, Setor Administrativo, Requisitante, Gabinete do Gestor da unidade	01/2019	12/2019	2	Conhecimento técnico, conhecimento administrativo,	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
2	Realizar Aquisição	Equipe de Planejamento da Contratação, Setor Financeiro	01/2019	12/2020	3	Conhecimento técnico, conhecimento administrativo,	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC
3	Instalar e Disponibilizar Equipamento/Serviço	Setor Requisitante	A PARTIR DO RECEBIMENTO DO ITEM/SERVIÇO	30 DIAS APÓS O RECEBIMENTO	2	Conhecimento técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
4	Realizar o levantamento de quais políticas e normativas de TI devem ser implantadas no Ifes	Comitê de Governança de TIC	12/2019	03/2020	3	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
5	Criar as normativas e políticas anteriormente levantadas alinhadas às melhores práticas de governança (COBIT, ITIL, ISO, ABNT e etc)	Comitê de Governança de TIC	01/2020	07/2020	3	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
6	Submeter as normativas a apreciação dos órgãos consultivos e deliberativos presentes no IFES	Comitê de Governança de TIC	07/2020	12/2020	3	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
7	Realizar o levantamento dos indicadores organizacionais a serem acompanhados	Comitê de Governança de TIC	12/2019	03/2020	4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
8	Implementar o processo de mensuração de cada indicador organizacional anteriormente obtido	Comitê de Governança de TIC em parceria com cada área afim impactada pelo indicador	01/2020	07/2020	4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
9	Criar o Sistema que mostrará todos os indicadores anteriormente obtidos	CGSI	07/2020	12/2020	2	Conhecimento técnico, Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
10	Implementar rotina de atualização dos dados das coordenadorias e colegiados	DRTI e Coordenadorias	07/2019	08/2019	1	Conhecimento técnico, Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
11	Inserir os documentos obrigatórios no site da área de TI do Ifes	Comitê de Governança de TIC	07/2019	12/2019	1	Conhecimento técnico, Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
12	Inserir as atas das reuniões no Site de TI	Secretariado dos Colegiados	01/2019	12/2020	1	Conhecimento técnico, Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
13	Implementar e manter o serviço de monitoramento nos serviços institucionais	CGIT	01/2019	12/2020	2	Conhecimento Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
14	Implementar o serviço de monitoramento nos serviços dos campi	CGIT // CTI	01/2019	12/2019	2	Conhecimento Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
15	Mapear os meios de comunicação e os usuários atingidos	DRTI // Comitê de Governança de TI // CGSS	01/2019	08/2019	1	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
16	Definir calendário de divulgação de campanhas de educação e conscientização	DRTI // Comitê de Governança de TI // CGSS	01/2019	08/2019	1	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
17	Divulgar ações em andamento no site da área de TIC	DRTI // Comitê de Governança de TI // CGSS	01/2019	12/2020	1	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
18	Definir os perfis e atribuições das equipes Institucionais	Comitê de Governança de TI // CGSS	01/2019	12/2020	2	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
19	Migrar os sistemas de chamados para a central de serviços Institucional	Comitê de Governança de TI // CGSS // CTI Locais	01/2019	12/2019	3	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
20	Elaborar relatório de Acompanhamento (anual)	Equipe de Elaboração do Relatório de Acompanhamento do PDTIC	08/2019	08/2020	2	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
21	Atualizar o PDTIC	Equipe de Atualização do PDTIC	06/2020	07/2020	10	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
22	Acompanhar a execução das ações	Comitê de Governança de TIC // Comissão Especial de Acompanhamento (FTI // CGTI)	01/2019	12/2020	2	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
23	Identificar os riscos de TI	Comitê de Governança de TI // CGSS	01/2019	12/2020	4	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
24	Realizar reuniões com as áreas de negócio diretamente envolvidas/atingidas pelo risco	DRTI // Comitê de Governança de TI // CGSS	08/2019	12/2020	2	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
25	Elaborar/Atualizar políticas e normas dos serviços com risco identificado para mitigação	DRTI // Comitê de Governança de TI // CGSS	01/2019	12/2020	Indefinido	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Anexo II - Ações PDTIC - 2019-2020

26	Definir os processos a serem mapeados	DRTI // Comitê de Governança de TI	01/2019	08/2019	Indefinido	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
27	Mapear os processos definidos	Área de Tecnologia da Informação (DRTI e CTIs)	01/2019	12/2020	Indefinido	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
28	Publicar e Divulgar os processos mapeados para a comunidade acadêmica e administrativa	Comitê de Governança de TI	01/2019	12/2020	1	Conhecimento Administrativo e Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
29	Pesquisar soluções que atendam a demanda das áreas de gestão de pessoas e de ensino.	Integrante Técnico da Contratação	01/2019	08/2019	Indefinido	Conhecimento do Negócio // Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
30	Definir quais os sistemas a serem utilizados pela instituição	Equipe da Contratação	08/2019	09/2019	2	Conhecimento do Negócio // Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
31	Implantar sistema definido	DRTI e suas Coordenadorias	09/2019	10/2019	2	Conhecimento Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
32	Pesquisar soluções que atendam a demanda das áreas de ensino.	Integrante Técnico da Contratação	01/2019	08/2019	Indefinido	Conhecimento do Negócio // Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
33	Definir qual sistema será utilizado pela instituição	Equipe da Contratação	08/2019	09/2019	2	Conhecimento do Negócio // Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
34	Implantar sistema definido	DRTI e suas Coordenadorias	09/2019	10/2019	2	Conhecimento Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
35	Desenvolver solução interna que atenda as necessidades do Ifes	CGSI	05/2019	08/2019	2	Conhecimento do Negócio // Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
36	Renovar contrato do sistema acadêmico institucional	Equipe da Contratação	05/2019	06/2019	4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC
37	Promover ações para que o SIGAA seja utilizado	Proen // Equipe de Gestão do SIG	01/2019	12/2020	Indefinido	Conhecimento da área de Negócio // Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
38	Proceder com a renovação contratual do serviço de acessos às Normas da ABNT e MERCOSUL	Equipe da Contratação	Anual	Anual	4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC
39	Proceder com a renovação contratual do serviço de pesquisa de currículos e produções na plataforma lattes	Equipe da Contratação	Anual	Anual	4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC
40	Proceder com a renovação contratual do serviço manutenção e atualização do Sistema de Biblioteca	Equipe da Contratação	Anual	Anual	4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC
41	Proceder com a atualização dos termos de recebimento dos módulos do SIG disponíveis para uso.	Equipe de Gestão do SIG	01/2019	12/2020	2	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
42	Realizar agendas de reuniões mensais com a UFRN e a área de negócio referente ao módulo a ser implantado	Equipe de Gestão do SIG	01/2019	05/2020	2	Conhecimento de Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
43	Implantar rotina/configuração de monitoramento do ambiente do SIG segundo proposto pela comissão técnica	CGIT	01/2019	12/2019	2	Conhecimento Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
44	Proceder com a renovação contratual do serviço de biblioteca digital.	Equipe da Contratação	Anual	Anual	4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC
45	Proceder com a atualização do Sistema de Auto Avaliação Institucional	CGSI	Anual	Anual	2	Conhecimento do Negócio // Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
46	Proceder com a implantação de sistemas e/ou rotinas de consultas aos sistemas utilizados pelo Ifes visando a disponibilização dos dados nos moldes estabelecidos no Plano de Dados Abertos (PDA)	CGSI	01/2019	12/2019	Indefinido	Conhecimento do Negócio // Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
47	Disponibilizar portal para acesso aos Dados Abertos	CGSI	12/2019	12/2020	2	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
48	Atualizar o ambiente de hospedagem/disponibilização dos periódicos gerados pela comunidade acadêmica do Ifes	CGSI // PRPPG	Anual	Anual	Indefinido	Conhecimento do Negócio // Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
49	Implantar o sistema de gestão de eventos do Ifes	CGSI // ACS	01/2019	07/2019	2	Conhecimento Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
50	Divulgar e normatizar o ambiente de gestão de eventos do Ifes.	DRTI	07/2019	08/2019	2	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
51	Implantar o sistema de gestão de projetos do Ifes	DRTI // DPLA	07/2019	08/2019	2	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
52	Definir o método de gestão de software	CGSI	01/2019	12/2019	3	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
53	Mapear o processo de gestão de software	CGSI	01/2019	12/2019	3	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
54	Divulgar o método de gestão de software	CGSI // DRTI	01/2019	12/2019	1	Conhecimento Administrativo e Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
55	Identificar os serviços/sistemas/ambiente de TI do Ifes	FTI	01/2019	12/2020	Indefinido	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
56	Documentar os serviços/sistemas/ambiente de TI do Ifes oficiais e de uso comum (por todas unidades do Ifes)	FTI	01/2019	12/2020	Indefinido	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
57	Publicar os dados pertinentes a esse ambiente	DRTI	01/2019	12/2020	1	Conhecimento Administrativo e Técnico	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
58	Estabelecer equipes Institucionais entre as CTIs e DRTI para serviços de TI em uso por todas as unidades do Ifes	DRTI	01/2019	12/2020	3	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Anexo II - Ações PDTIC - 2019-2020

59	Estabelecer agenda de reuniões/workshops/webinar em assuntos de TI incentivando a divulgação de cases de sucesso das unidades do Ifes	DRTI // FTI	01/2019	12/2020	3	Conhecimento Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
60	ação 59		01/2019	12/2020	3	Conhecimento Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
61	Propor agenda quinzenal de divulgação de notícias de ações referente à área de TI	DRTI // FTI	01/2019	12/2020	3	Conhecimento Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
62	Levantamento de Perfil Profissional do Corpo de TI	DRTI // FTI	07/2019	08/2019	3	Conhecimento Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
63	Realizar contratação de capacitação de TI	Equipe da Contratação	01/2019	12/2020	4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC
64	ação 59		01/2019	12/2020	3	Conhecimento Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
65	Elaborar edital de pontos de pesquisa para a área de TI	DRTI // FTI	08/2019	12/2019	Indefinido	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
66	Implantar ambiente de nuvem utilizando os equipamentos doados pela Vale	Equipe de Implantação	01/2019	12/2019	Indefinido	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
67	Normalizar e disponibilizar o acesso ao ambiente de nuvem acadêmica	Equipe de Implantação	08/2019	12/2019	Indefinido	Conhecimento Técnico // Gestão e Governança	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
68	Levantar especificação e cenário condizente com as normativas do POP-ES / RNP	Equipe da Contratação	01/2019	08/2019	4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
69	Ação 01				4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
70	Ação 02				4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC	VALOR DISPONÍVEL NA TABELA DE APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA TIC
71	Ação 03				4	Conhecimento técnico, Conhecimento administrativo, Conhecimento de Gestão e Governança de TI	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Anexo III - Plano de Gestão de Riscos

RISCOS ENVOLVIDOS								
IDENTIFICAÇÃO			ANÁLISE					
ID	Descrição do Risco	Meta/Ação Associada	Probabilidade de Ocorrência	Impacto	Ação	Gatilho	Resposta ao Risco	Responsável
1	Contingenciamento Orçamentário	M1:M15, M29:M33, M36, M43, M45, M46. A2, A3, A36, A38:41, A44, A66.	Alta	Alto	N/A	Baixo Crescimento do PIB Brasileiro	Repriorização das necessidades do PDTIC	Comitê Gestor de TIC
2	Alta rotatividade dos Servidores	Todas as ações e metas	Alta	Alto	Implantar processo de transferência de conhecimento	Publicação no diário oficial de editais de concursos públicos	Repriorização das necessidades do PDTIC, Revisão do Processo de Conhecimento	Comitê Gestor de TIC
3	Interferência Política em questões técnicas	Todas as ações e Metas	Alta	Alto	Aperfeiçoar os Processos de Governança de TIC	Decisões não baseadas nos Documentos institucionais	Revisão da Estratégia Institucional, Instituição de Política de Governança de TIC	Alta Administração
4	Descontinuidade de Ações e metas	Todas as ações e Metas	Média	Alto	Realizar documentação dos motivos que levaram a descontinuidade	Baixa adesão na atribuição de responsabilidades para as ações e metas descritas no PDTIC.	Repriorização das Necessidades do PDTIC	Comitê Gestor de TIC
5	Descontinuidade do Fornecimento de bens ou prestação de Serviços devido à não renovação de contratos por parte do fornecedor	M1, M2, M4:M9, M11:M15, M29:M31, M33, M36, M45, M46. A36, A38, A39, A40, A44	Baixa	Alto	Implementar plano de continuidade dos negócios	Impossibilidade do Fornecedor prestar serviços devido a punições previstas em lei.	Repriorização das Necessidades do PDTIC	Comitê Gestor de TIC
6	Mudanças nas Normas legais	Todas as ações e Metas	Baixa	Alto	Atualizar todos os processos de TIC impactados pelas mudanças	Criação de GT's pelo poder executivo para realizar atualização de normativas	Revisão da Estratégia de TIC, Repriorização das necessidades do PDTIC	Alta Administração, Comitê Gestor de TIC